



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL  
2.<sup>a</sup> SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**CUIABÁ/MT  
MARÇO/2014**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
2<sup>a</sup> SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, da Decisão Normativa TCU nº 129/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

**CUIABÁ/MT  
MARÇO/2014**

**LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

**ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
**AGS** - Acompanhamento Gerencial de Serviço  
**AGU** – Advocacia Geral da União  
**AI** – Auto de Infração  
**ANATEL** – Agência Nacional de Telecomunicações  
**CADA** – Comissão de Análise de Defesa da Autuação  
**CGU** – Controladoria-Geral da União  
**CIOP** – Central de Informações Operacionais  
**COD** – Comunicado de Ocorrências Diversas  
**CPD** – Central de Processamento de Dados  
**CRLV** – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo  
**CSR** – Comando de Saúde nas rodovias  
**DITEL** – Divisão de Telemática  
**DN** – Decisão Normativa  
**DPRF** – Departamento de Polícia Rodoviária Federal  
**DRV** – Documento de Recolhimento de Veículo  
**EDA** – Enterprise Digital Assistant (Assistente digital corporativo)  
**FETRAN** – Festival Temático para o Trânsito  
**IN** – Instrução Normativa  
**IP** – Internet Protocol (Protocolo de Internet)  
**JARI** – Junta Administrativa de Recursos de Infrações  
**LCD** – Liquid Crystal Display  
**MPLS** – MultiProtocol Label Switching  
**NA** – Não se aplica  
**NUAI** – Núcleo de Assuntos Internos  
**NUCAP** – Núcleo de Capacitação  
**NUCOM** – Núcleo de Comunicação  
**NUINT** – Núcleo de Inteligência  
**NUTEL** – Núcleo de Telemática  
**PDA** – Personal Digital Assistant (Assistente digital pessoal)

**PORT** – Portaria

**RAM** – Random Access Memory (Memória de acesso aleatório)

**RENACH** – Registro Nacional de Carteiras de Habilitação

**RENAVAM** – Registro Nacional de Veículos Auto Motores

**RG** – Relatório de gestão

**RP** – Registro de Preço

**RRC** – Recibo de Recolhimento de CRLV

**SAF** – Seção Administrativa e Financeira

**SEJUSP/MT** – Secretária de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso

**SENASP** – Secretária Nacional de Segurança Pública

**SIASG** – Sistemas de Administração de Serviços Gerais

**SICAF** – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores

**SISCOM** – Sistema de Multas

**SPF** – Seção de Policiamento e Fiscalização

**TCA** - Termo Circunstanciado Administrativo

**TCU** – Tribunal de Contas da União

**TI** – Tecnologia da Informação

**UCC** – Unidade de Compra Centralizada

**UFMT** – Universidade Federal de Mato Grosso

**UJ** – Unidade Jurisdicionada

**UNIFESP** – Universidade Federal de São Paulo

**VOIP** – Voz sobre IP

**2ª SRPRF** – Segunda Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

**PRF** – Polícia Rodoviária Federal

## SUMÁRIO

1 Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	14
<u>1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....</u>	<u>14</u>
<u>1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....</u>	<u>14</u>
<u>1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade.....</u>	<u>15</u>
<u>1.3 Organograma Funcional.....</u>	<u>17</u>
<u>1.4 Macroprocessos Finalísticos.....</u>	<u>24</u>
<u>1.5 Macroprocessos de Apoio.....</u>	<u>29</u>
<u>1.6 Principais Parceiros.....</u>	<u>32</u>
2 - Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU 127/2013 - Planejamento da unidade e resultados alcançados.....	32
<u>2.1 Planejamento da unidade.....</u>	<u>32</u>
<u>2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados .....</u>	<u>38</u>
<u>2.2.1 Programa Temático.....</u>	<u>38</u>
<u>2.2.1.1 Análise Situacional.....</u>	<u>38</u>
<u>2.2.2 Objetivo.....</u>	<u>38</u>
<u>2.2.2.1 Análise Situacional.....</u>	<u>38</u>
<u>2.2.3 Ações.....</u>	<u>38</u>
<u>2.2.3.1 Ações - OFSS.....</u>	<u>38</u>
<u>2.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS.....</u>	<u>39</u>
<u>2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI.....</u>	<u>49</u>
<u>2.2.3.5 Análise Situacional.....</u>	<u>49</u>
<u>2.3 Informações sobre outros resultados da gestão .....</u>	<u>58</u>
3. Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013. ....	58
<u>3.1. Estrutura de Governança.....</u>	<u>58</u>
<u>3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....</u>	<u>59</u>
<u>3.3 Remuneração Paga a Administradores.....</u>	<u>60</u>
<u>3.4 Sistemas de Correição.....</u>	<u>61</u>
<u>3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....</u>	<u>71</u>
<u>3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.....</u>	<u>71</u>
4 Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	71
<u>4.1 Execução das despesas.....</u>	<u>71</u>
<u>4.1.1 Programação.....</u>	<u>71</u>

<a href="#">4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa .....</a>	<a href="#">71</a>
<a href="#">4.1.3 Realização da Despesa.....</a>	<a href="#">73</a>
<a href="#">4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....</a>	<a href="#">73</a>
<a href="#">4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ.....</a>	<a href="#">73</a>
<a href="#">4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total.....</a>	<a href="#">73</a>
<a href="#">4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....</a>	<a href="#">74</a>
<a href="#">4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....</a>	<a href="#">74</a>
<a href="#">4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa.....</a>	<a href="#">75</a>
<a href="#">4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....</a>	<a href="#">109</a>
<a href="#">4.2.1 Análise Crítica.....</a>	<a href="#">109</a>
<a href="#">4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....</a>	<a href="#">109</a>
<a href="#">4.3.1 Análise Crítica.....</a>	<a href="#">110</a>
<a href="#">4.4 Transferências de Recursos.....</a>	<a href="#">111</a>
<a href="#">4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....</a>	<a href="#">111</a>
<a href="#">4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....</a>	<a href="#">111</a>
<a href="#">4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....</a>	<a href="#">112</a>
<a href="#">4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....</a>	<a href="#">112</a>
<a href="#">4.4.5 Análise Crítica.....</a>	<a href="#">112</a>
<a href="#">4.5 Suprimento de Fundos.....</a>	<a href="#">112</a>
<a href="#">4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.....</a>	<a href="#">112</a>
<a href="#">4.5.2 Suprimento de Fundos – Contas Tipo “B” .....</a>	<a href="#">113</a>
<a href="#">4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....</a>	<a href="#">113</a>
<a href="#">4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....</a>	<a href="#">113</a>
<a href="#">4.5.5 Análise Crítica.....</a>	<a href="#">113</a>
<a href="#">4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ.....</a>	<a href="#">113</a>
<a href="#">4.6.1 Benefícios Financeiros e Creditícios.....</a>	<a href="#">114</a>
<a href="#">4.6.1.1 Benefícios Financeiros e Creditícios – Quantificação.....</a>	<a href="#">114</a>
<a href="#">4.6.1.2 Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica .....</a>	<a href="#">114</a>
<a href="#">4.6.2 Renúncias Tributárias.....</a>	<a href="#">114</a>
<a href="#">4.6.2.1 Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ - Identificação.....</a>	<a href="#">114</a>
<a href="#">4.6.2.2 Valores Renunciados e Contrapartida .....</a>	<a href="#">114</a>

4.6.2.3 Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário .....	114
4.6.2.4 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia.....	114
4.6.2.5 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária.....	115
4.6.2.6 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária .....	115
4.6.2.7 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas.....	115
4.6.2.8 Comunicações à RFB.....	115
4.6.2.9 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.....	115
4.6.2.10 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal.....	115
4.6.2.11 Fiscalizações Realizadas pela RFB.....	115
4.6.2.12 Renúncia Tributária – Análise Crítica .....	115
4.7 Gestão de Precatórios.....	116
5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013. ....	116
5.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	116
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada.....	116
5.1.1.1 Lotação.....	116
5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada.....	116
5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho.....	117
5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções.....	117
5.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade.....	118
5.1.2.3 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a escolaridade.....	118
5.1.3 Custos de pessoal da unidade jurisdicionada.....	119
5.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	119
5.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria.....	119
5.1.4.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada.....	119
5.1.5 Cadastramento no Sisac.....	120
5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	120
5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU.....	120
5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac .....	120
5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico.....	120
5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	121
5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos .....	121

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos .....	121
5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	121
5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão .....	121
5.2.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.....	122
5.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade.....	123
5.2.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.....	124
5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4.....	125
5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários.....	135
6 Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	135
6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	135
6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	142
6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	142
6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	143
6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	145
6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	145
7 Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013. ....	146
7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	146
7.1.1 Análise Crítica.....	147
8 Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013. ....	151
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	151
8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	154
9 Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013. ....	154
9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	154
9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	154
9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	154
9.2 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	155
9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	155
9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	155
9.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	155
9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	155
9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	156
9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	156



<a href="#">9.6 Alimentação SIASG E SICONV.....</a>	<a href="#">157</a>
10 Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	<a href="#">158</a>
11 Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	<a href="#">158</a>
<a href="#">11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....</a>	<a href="#">158</a>
<a href="#">11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....</a>	<a href="#">158</a>
<a href="#">11.2.1 Declaração Plena.....</a>	<a href="#">158</a>
<a href="#">11.2.2 Declaração com Ressalva.....</a>	<a href="#">159</a>
<a href="#">11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.....</a>	<a href="#">160</a>
<a href="#">11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976 .....</a>	<a href="#">160</a>
<a href="#">11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais.....</a>	<a href="#">160</a>
<a href="#">11.6 Parecer da Auditoria Independente.....</a>	<a href="#">160</a>
12 Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	<a href="#">161</a>
<a href="#">12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.....</a>	<a href="#">161</a>



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

**Ministro de Estado da Justiça**

José Eduardo Cardozo

**Secretário-Executivo**

Márcia Pelegrini

**Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**

Paulo Machado

**Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

**Diretora-Geral**

Maria Alice Nascimento Souza

**2.<sup>a</sup> Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal**

**Superintendente Regional**

Kellen Arthur Preza Nogueira

**Chefe da Seção Administrativa e Financeira**

José Cícero Couto Neto

**Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização**

Raphael Guerra Pereira

**Chefe da Seção de Recursos Humanos**

Cleiton de Almeida Medeiros

**Corregedor Regional**

Sinomar Szczypior Ricardo

**Missão Institucional**

**Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã.**

## INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, das Decisões Normativas TCU nº 127/2013 e nº 129/2013 e com a Portaria TCU nº 175, de 9 de julho de 2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013), que deverão compor o Relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2013.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas **2070** – Segurança Pública com Cidadania, **0089** – Previdência de Inativos e Pensionistas da União e **2112** – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça, no exercício de 2013. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e executadas pela 2<sup>a</sup> Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Estado de Mato Grosso.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações executadas pela 2<sup>a</sup> Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2013 e a aplicação dos recursos financeiros.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Estratégico da PRF, o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2013 e os relatórios de atividades das diversas áreas da 2<sup>a</sup> Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal.

Com o presente documento, a 2<sup>a</sup> Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

No quadro abaixo estão relacionados os itens aplicáveis a esta UJ que, no entanto, não houveram registros de ocorrências no exercício 2013, como também os itens cujas naturezas jurídicas não se aplicam a esta Unidade, todos antecedidos pela numeração atribuída pelo Anexo II da Decisão Normativa - TCU nº 127, de 15 de maio de 2013:

<b>ITENS NÃO APLICÁVEIS OU QUE NÃO OCORRERAM</b>
<b>1. Parte “A” do Anexo II da DN TCU N.º 127, de 15/05/2013</b>
3.1 Estrutura de Governança; 3.3 Remuneração Paga a Administradores; 4.7 Gestão de Precatórios; 11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Previstas na Lei nº 4.320/1964 e Pela NBC T 16.6 Aprovada Pela Resolução CFC N° 1.133/2008; 11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas Pela Lei nº 6.404/1976; 11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais e 11.6 Parecer da Auditoria Independente.
<b>2. Parte “B” do Anexo II da DN TCU N.º 127, de 15/05/2013</b>
Todos os Itens.

**1 Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.**

**1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada**

**1.1.1 Relatório de Gestão Individual**

<b>QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL</b>			
<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo	<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Justiça		<b>Código SIORG:</b> 316
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
<b>Denominação abreviada:</b> 2ª SRPRF			
<b>Código SIORG:</b> 002824	<b>Código LOA:</b> 30107	<b>Código SIAFI:</b> 200120	<b>Situação:</b> Ativa
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão da administração direta		<b>CNPJ:</b> 00.394.494/0115-02	
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem Pública		<b>Código CNAE:</b> 8424-8/00	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(065) 3928-3065	(065) 3928-3017	(065) 3928-3015
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:gab.mt@dprf.gov.br">gab.mt@dprf.gov.br</a>		<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.dprf.gov.br/PortalInternet/index.faces">http://www.dprf.gov.br/PortalInternet/index.faces</a>	
<b>Endereço Postal:</b> Rua Joaquim Murinho, 1400. Bairro Centro-Sul. CEP.: 78020 – 290. Cuiabá/MT.			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>			
Competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 04/10/95.			
<b>Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>			
Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal que definiu no âmbito das respectivas circunscrições a competência das Superintendências Regionais de executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, constante do Anexo I da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.			
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>			
Estatuto dos Servidores Públicos Aplicados à Polícia Rodoviária Federal atualizado em 13/09/2012, Regulamento Disciplinar do Departamento de Polícia Rodoviária Federal instituído pela Portaria MJ nº 1534/2002; Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações e dos colegiados especiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal aprovado pela Portaria MJ nº 132 de 14/02/2011.			
<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI:</b> 200120	<b>Nome:</b> Segunda Superintendência de Polícia Rodoviária Federal		
<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI:</b> 00001	<b>Nome:</b> Tesouro Nacional		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora:</b> 200120	<b>Código SIAFI da Gestão:</b> 00001		

---

---

## 1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade

---

---

À 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, é uma unidade desconcentrada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça, a que se refere o art. 2º, inciso II, alínea "h", do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, tem por finalidade, no âmbito de sua circunscrição, exercer as competências estabelecidas no § 2º do artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, mais especificamente:

I - preservar a ordem, a segurança pública, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros, planejar e coordenar o policiamento rodoviário e executar operações relacionadas com os serviços de segurança pública, por meio do policiamento ostensivo das rodovias e estradas federais;

II - exercer os poderes de autoridade de trânsito, dentre os quais:

a) autuar infratores, adotar as medidas administrativas e aplicar as penalidades;

b) cobrar e arrecadar multas, taxas e valores, em razão da prestação dos serviços de apreensão, remoção e estadia de veículos, objetos e animais, que se encontrem irregularmente nas faixas de domínio das rodovias federais, podendo providenciar a alienação daqueles não reclamados, na forma da legislação em vigor;

c) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, a escolta de veículos de cargas superdimensionadas, indivisíveis ou perigosas, podendo recolher os valores provenientes deste serviço; e

d) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, serviços de guincho;

III - executar o policiamento, a fiscalização e a inspeção do trânsito e do transporte de pessoas e bens;

IV - planejar e executar os serviços de prevenção de acidentes e atendimento a vítimas nas rodovias e estradas federais;

V - realizar levantamentos de locais de acidentes, boletins de ocorrências, análise de disco diagrama, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em lei ou regulamentos, imprescindíveis à completa elucidação dos acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias e estradas federais;

VI - assegurar a livre circulação das vias, notadamente em casos de acidentes de trânsito e manifestações sociais e calamidades públicas;

VII - elaborar o termo circunstanciado de ocorrências a que faz referência o parágrafo único do artigo 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e disciplinando o seu preenchimento a ser aprovada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

VIII - manter articulação com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência no trânsito e a implementação de ações integradas de segurança pública;

IX - executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança do trânsito, bem como desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito;

X - informar ao órgão responsável pela manutenção, conservação e sinalização das vias, sobre as condições de tráfego que possam comprometer a segurança do trânsito, solicitando e adotando medidas emergenciais à sua proteção;

XI - credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, de escolta de transporte de cargas superdimensionadas, indivisíveis, e de produtos perigosos;

XII - assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário competente a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança; e

XIII - planejar e executar medidas de segurança para a escolta dos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, nas vias federais, quando solicitado pela autoridade competente.

O desenvolvimento das atribuições constitucionais da Polícia Rodoviária Federal passa por duas principais vertentes, quais sejam: o Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Segurança Viária, que estabelecem um conjunto de atividades que vão ao encontro do seu compromisso regimental com a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida constitucionalmente através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

As características que diferenciam a PRF das demais instituições de segurança decorrem do modal rodoviário, elo de integração nacional realmente consolidado, que pela capilaridade das rodovias federais, presentes em todo território brasileiro, faz como que o Policial Rodoviário, por vezes, seja a única identificação do Governo Federal com a sociedade.

O patrulhamento ostensivo das rodovias federais, função que a Carta Magna atribui à Polícia Rodoviária Federal, se concretiza por meio da presença física do agente público e da ação policial direta, visando à preservação da incolumidade pública e à manutenção da paz social, tanto nas vias sob sua responsabilidade quanto nas áreas adjacentes.

Esta Instituição tem-se mostrado firme no combate aos mais diversos tipos de crimes que ocorrem no âmbito das rodovias federais e suas imediações. São notórios os resultados obtidos no combate à pirataria, ao contrabando e ao descaminho e, principalmente, ao tráfico de drogas, armas, pessoas e animais silvestres. Cumpre salientar que este órgão policial atua ainda na recuperação de

carros, roubados ou furtados, bem como na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

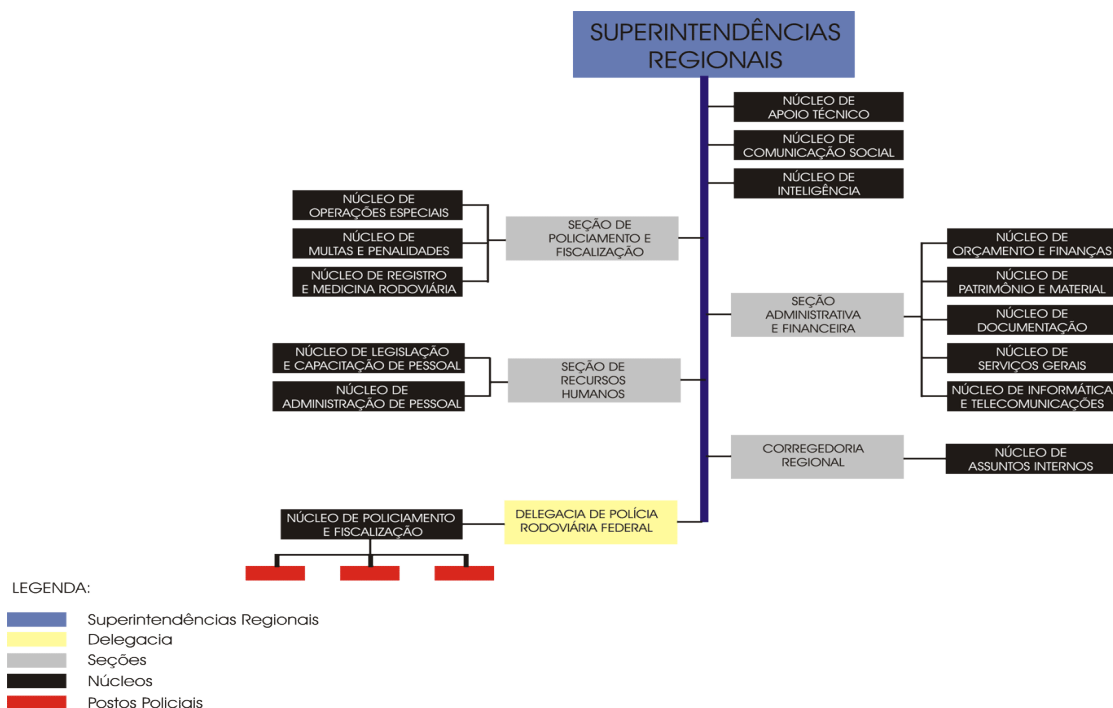
No tocante ao Sistema de Segurança Viária, a ação da PRF insere-se em um conjunto de atribuições, dentre as quais se destacam: prevenção a acidentes, educação para o trânsito, prestação de socorro a vítimas e política de proximidade ao cidadão.

A ação da Polícia Rodoviária Federal, realizando o policiamento e a fiscalização de trânsito na malha viária de domínio da União, tem, nos últimos anos, contribuído decisivamente para a redução do número de acidentes, principalmente se levarmos em consideração o crescente aumento da frota nacional.

Os acidentes de trânsito acarretam prejuízos significativos de cunho econômico e social, o que é confirmado pelo alto índice dos gastos suportados pelos Governos Federal, Estadual, Municipal e Distrital para cobrir despesas com as vítimas, pela interferência direta na vida das famílias, pelos danos irreparáveis causados às pessoas, entre outros.

### 1.3 Organograma Funcional

A Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União, de 06 de agosto de 2007, regulamenta o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cujo organograma funcional é demonstrado a seguir:





A 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal com a sede central situada na capital do Estado de Mato Grosso conta com oito delegacias regionais, assim distribuídas:

DELEGACIAS	ENDEREÇO SEDE	DISTÂNCIA APROXIMADA DE CUIABÁ/MT
1ª Delegacia	Cuiabá/MT - BR 364, Km 387.	25 km
2ª Delegacia	Rondonópolis/MT - BR 364, Km 211.	201 km
3ª Delegacia	Cáceres/MT - BR 174, Km 06.	233 km.
4ª Delegacia	Diamantino - BR 364, Km 588.	174 km.
5ª Delegacia	Primavera do Leste/MT - BR 070, Km 286.	221 km.
6ª Delegacia	Sorriso/MT - BR 163, Km 733.	400 km.
7ª Delegacia	Pontes e Lacerda/MT - BR 174, Km 226.	453 km.
8ª Delegacia.	Barra do Garças/MT - BR 158, Km 789.	508 km.

Conta ainda, com dezesseis Unidades Operacionais distribuídas pelas BRs 364, 163, 070, 158 e 174, sendo fiscalizadas por um efetivo de aproximadamente 382 (trezentos e oitenta e dois) policiais, que suprem, com dificuldades, as demandas da superintendência no estado.

Para o cumprimento de suas competências regimentais, a 2ª SRPRF conta com a seguinte estrutura e respectivas atribuições:

### Segunda Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – 2ª SRPRF

**a1. Núcleo de Apoio Técnico - NUAT:** Tem como atribuições principais a promoção da devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente; A elaboração e orientação na confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente; O auxílio técnico às demais áreas da Superintendência e Delegacias, quando solicitado; A edição, publicação e distribuição do boletim de serviço regional.

**a2. Núcleo de Comunicação Social – NUCOM:** Compete orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social; Promover e executar as atividades de relações públicas, de divulgação e de publicidade oficial do Departamento, no âmbito da Superintendência; Providenciar, analisar e supervisionar a elaboração e distribuição de material de propaganda institucional; Programar e promover a execução de solenidades, além de orientar e acompanhar a realização de reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos do interesse da Superintendência e Promover a articulação da Superintendência com outros órgãos da Administração Pública.

AÇÕES GERENCIAIS DE RESPONSABILIDADE DO NUCOM			
Programa	Ação	Finalidade	Produto
2070 Segurança Pública com Cidadania	4641	– Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da Publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.	-

**a3. Núcleo de Inteligência – NUINT:** Compete Assessorar e manter o Superintendente informado sobre as atividades de inteligência; Produzir conhecimentos resultantes do processamento completo das informações obtidas pela atividade de inteligência; Intensificar a produção de conhecimentos para a atividade-fim, atuando em conjunto com as Delegacias e a Seção de Policiamento e Fiscalização da Superintendência; Identificar, acompanhar e avaliar as ameaças reais ou potenciais à área de atuação da Superintendência; Planejar e elaborar o Plano de Segurança Orgânica da sede da Superintendência, bem como nas Delegacias e Postos subordinados à Superintendência; Manter intercâmbio com órgãos públicos e entidades privadas, com vistas à obtenção de dados relacionados com a sua área de atuação.

**a4. Seção de Policiamento e Fiscalização – SPF:** Compete programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria; Programar, orientar e executar comandos e operações especiais de prevenção e repressão às infrações de trânsito, objetivando a redução dos acidentes; e Realizar levantamentos estatísticos e pesquisas das atividades operacionais desenvolvidas pela Superintendência, além de outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional do Departamento, elaborando mapas, gráficos e relatórios demonstrativos para retratar a situação real das ações e serviços prestados ao longo das rodovias e estradas federais.

AÇÕES GERENCIAIS DE RESPONSABILIDADE DA SPF				
Programa	Ação	Finalidade	Produto	Unidades de Apoio
2070 Segurança Pública com Cidadania	86A1	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prover a estrutura da 2ª SRPRF dos mecanismos necessários à atuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.</li> </ul>	Multa Processada	NMP CADA JARI
	2723	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.</li> <li>Promover a segurança do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e a expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.</li> <li>Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, por meio da eliminação de pontos críticos a partir do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos e da otimização do uso da frota de viaturas, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito através da produção de dados e gerenciamento de informações.</li> <li>Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.</li> </ul>	Procedimento Realizado	NURAM
	201C	Fortalecer a prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos fronteiriços e dos delitos na faixa de fronteira	Operação Realizada	NOE

**a4.1. Núcleo de Operações Especiais – NOE:** Compete orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública; Apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, no desempenho de missões cujas características exijam táticas e procedimentos especiais, quando autorizado pelo superior hierárquico; Executar, acompanhar e promover trabalhos e operações de prevenção e repressão aos crimes de roubo e furto de veículos e cargas, tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, tráfico de armas, munições e produtos controlados, contrabando, descaminho, falsificação de produtos, adulteração de combustíveis, outros crimes contra o patrimônio, e demais delitos praticados nas rodovias e estradas federais; Executar, acompanhar e promover ações específicas no combate ao trabalho escravo, à exploração sexual infanto-juvenil, ao tráfico de seres humanos, aos crimes ambientais, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, e demais delitos transnacionais que utilizem as rodovias e estradas federais para sua consecução; Coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros.

**a4.2. Núcleo de Multas e Penalidades – NMP:** Compete orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos; Coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI.

**a4.3. Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária – NURAM:** Compete planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais; Representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiro; Devesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades de competência do Núcleo; Orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento de locais de acidentes; Orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos; Colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais.

**a5. Seção Administrativa e Financeira – SAF:** Compete programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações; Elaborar edital, minuta de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações, no âmbito da Superintendência; Coordenar e analisar os atos relacionados a procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades, manifestando-se quanto ao atendimento da legislação pertinente; Supervisionar e acompanhar os trabalhos de fiscalização e gestão contratual no âmbito da Superintendência; Organizar e controlar o cronograma de realização de licitações, além de acompanhar a publicação de todos os atos relativos ao processo licitatório; Promover a fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis no âmbito da Unidade Regional; e Desenvolver, implementar e coordenar o planejamento da Unidade Regional, considerando todas as áreas de atuação.

AÇÕES GERENCIAIS DE RESPONSABILIDADE DA SAF				
Programa	Ação	Finalidade	Produto	Unidades de Apoio
2070 Segurança Pública com Cidadania	8698	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Manter e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos Sistemas de Tecnologia da Informação a fim de propiciar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multa de processos, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.</li> </ul>	Sistema Mantenido	NUTEL
	200G	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Prover a estrutura organizacional da 2ª SRPRF de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, adequadas aos atuais conceitos e normatizações em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.</li> <li>– Atender às novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis à melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.</li> </ul>	Obra Realizada	NUPAT
2112 Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça	2000	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Construir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas</li> </ul>	-	NUOFI NUSEG NUTEL NUPAT NUDOC

**a5.1. Núcleo de Orçamento e Finanças – NUOFI:** Compete programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira; Controlar e executar os recursos recebidos e praticar os procedimentos pertinentes à emissão de notas de empenho, à liquidação e ao pagamento das despesas; Informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária; Controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas; Controlar e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores; Analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento; Proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos; Analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custo e suprimentos de fundos; Manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio da Superintendência.

**a5.2. Núcleo de Patrimônio e Material – NUPAT:** Compete orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado; Efetuar o levantamento das necessidades da Superintendência e propor a aquisição de bens móveis e imóveis; Propor a recuperação, reparação ou substituição dos bens danificados integral ou parcialmente, a alienação dos bens móveis considerados prescindíveis ou de recuperação antieconômica e a baixa dos bens irrecuperáveis, de acordo com a legislação pertinente, elaborando

os mapas de incorporação e baixa de bens; Promover o inventário patrimonial dos bens de responsabilidade da Superintendência; Examinar os processos de alienação, bem como orientar e controlar a execução dos atos que envolvam a aquisição, alienação e recebimento de bens móveis e imóveis, e os registros contábeis de baixas, cessões e alienações; Manter atualizado o cadastro de material permanente e de imóveis, com a respectiva documentação, inclusive termo de responsabilidade; Examinar, conferir, armazenar e escriturar a entrada e a saída de materiais e equipamentos, exercendo o controle físico-contábil dos estoques, bem como efetuar o levantamento das necessidades e propor a aquisição do material de consumo; Atualizar, no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União, as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência.

**a5.3. Núcleo de Documentação – NUDOC:** Compete controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos; Implementar e supervisionar a política de documentação e informação no âmbito da Superintendência, garantindo a recuperação das informações, o acesso aos documentos e a preservação de sua memória; e normatizar e manter atualizado o acervo documental e de informações da Superintendência, assim como organizar e supervisionar a implantação das atividades de gestão de documentos das unidades administrativas vinculadas, estabelecendo normas gerais de trabalho.

**a5.4. Núcleo de Serviços Gerais – NUSEG:** Compete encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços; Processar e efetuar compras isentas de licitação, na forma da legislação pertinente; Acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoas nas dependências da Unidade Regional; Promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição; Promover o gerenciamento da frota de veículos; Elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos – PAAV no âmbito da sua Unidade Regional;

**a5.5. Núcleo de Telemática – NUTEL:** Compete planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização; Desenvolver estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação; Treinar e dar suporte técnico aos usuários de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da Superintendência; Pesquisar, avaliar, propor especificações técnicas, testar e emitir parecer para aquisição e utilização de recursos de hardware, software e de telecomunicações, bem como sua implantação e operação; Promover e supervisionar a execução dos serviços técnicos de instalação, manutenção nos equipamentos e programas de informática, telefonia e radiocomunicação; e dar parecer sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica, de telefonia ou de radiocomunicação.

**a6. Seção de Recursos Humanos – SRH:** Compete programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal; e planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde; Prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química; Realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas; Representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades

congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades.

AÇÕES GERENCIAIS DE RESPONSABILIDADE DA SRH				
Programa	Ação	Finalidade	Produto	Unidades de Apoio
<b>2112 Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça</b>	<b>09HB</b>	Assegurar o pagamento da contribuição da União para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	-----	<b>NUAP</b>
	<b>20TP</b>	Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.	-----	
	<b>2012</b>	Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do DPRF.	Servidor Beneficiado	
	<b>2011</b>	Proporcionar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual, pelos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.		
	<b>2010</b>	Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.	Criança Atendida	
	<b>2004</b>	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, em caráter suplementar, condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado.	Pessoa Beneficiada	

**a6.1. Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal – NUCAP:** Compete orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores; Instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal; Adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

**a6.2. Núcleo de Administração de Pessoal – NUAP –** Compete pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo; Instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex- officio, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores; Elaborar os cálculos para pagamentos referentes à ajudas-de-custo, auxílio-creche, alimentação, transporte, exercícios anteriores e demais direitos e vantagens dos servidores.

**a7. Corregedoria Regional – CR:** Compete planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente; Promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência; Auxiliar na gestão do orçamento correccional; Elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

**a7.1. Núcleo de Assuntos Internos – NUI:** Compete auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional; Executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares; Promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional; e Operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

**a8. Delegacia de Polícia Rodoviária Federal – DelPRF:** Compete executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas; Controlar e orientar os procedimentos de autuação e adoção de medidas administrativas; Controlar as condições do trânsito nas rodovias e estradas federais e executar outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da delegacia; Zelar pela segurança do trânsito e dos usuários, por meio do policiamento ostensivo ao longo das rodovias e estradas federais sob sua circunscrição, bem como realizar comandos especiais e de rotina; Adotar as medidas adequadas para assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, notadamente em casos de acidentes; Zelar pela observância das disposições legais e regulamentares quanto ao alinhamento, recuo e gabarito das construções às margens das rodovias e estradas federais ou de obras e instalações que possam interferir na segurança do trânsito; Adotar medidas de prevenção e repressão aos crimes contra a pessoa, a vida, o patrimônio público e de particulares, o meio ambiente, a administração pública, em especial o contrabando e o descaminho, e demais delitos previstos na legislação penal em vigor, nas estradas e rodovias federais; Controlar e executar os serviços referentes às áreas administrativas, de pessoal, de protocolo e arquivo, zeladoria, material e patrimônio;

**a8.1. Núcleo de Policiamento e Fiscalização – NPF:** Compete controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia.

---

---

## 1.4 Macroprocessos Finalísticos

---

---

Os macroprocessos finalísticos da PRF no exercício 2013, no âmbito da 2<sup>a</sup> Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, tendo como norte: Segurança com cidadania, articulação, comunicação e gestão, podem ser identificados da seguinte forma:

### SEGURANÇA COM CIDADANIA

**Fomentar e potencializar ações de educação para o trânsito** – A ação da 2ª SRPRF na temática educação para o trânsito no Estado de Mato Grosso, durante o exercício 2013, se deu basicamente de duas formas:

- Por meio de articulação e parceria com os organismos responsáveis e interessados diretos na educação para o trânsito no Estado de forma que suas ações educativas em massa (propagandas em rádio e tv, banners/outdoors, distribuição de impressos, etc.) contemplassem as orientações da PRF para o trânsito em rodovias;
- planejamento, elaboração e execução de ações educativas focais (comandos educativos, 10ª edição do FETRAN, cursos, palestras, etc.), visando ao segmento de usuários de rodovias federais, conforme análise do potencial de risco.

**Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo** – A PRF, como uma polícia de nível superior e âmbito nacional, realiza um policiamento ostensivo diferenciado, mais racional e eficiente, baseado mais na aplicação de ferramentas tecnológicas e da inteligência policial, e menos na simples aplicação indiscriminada de policiais, postos e viaturas. Sendo assim, podemos citar algumas ações, dentre diversas, que foram praticadas no exercício 2013 e que são aprimoradas continuamente, tais como:

- revisão, ampliação e aprimoramento contínuos de manuais de procedimentos operacionais, buscando otimizar sistematicamente a forma da PRF realizar suas fiscalizações e policiamento ostensivo;
- utilização de dados estatísticos e de inteligência policial para elaboração dos planos operacionais (escalas de serviço, cartão-programa de policiamento, ordens de missão, etc.), com foco na prevenção das causas que geram a maioria das consequências;
- aplicação de métodos e ferramentas que permitam o monitoramento e o controle da efetiva execução dos planos operacionais e de seus resultados;
- adequação quantitativa e qualitativa dos meios (pessoal, logística e infraestrutura) à demanda;
- disponibilização de meios eficazes para a comunicação (voz e dados) dos usuários de rodovias federais com a PRF, bem como para a comunicação entre bases operacionais, viaturas e policiais;
- fornecimento de ferramentas tecnológicas que visem à eficiência dos policiais em campo, tais como microcomputadores, tablets, etilômetros, radares fotográficos, sistemas de informação, mecanismos de consultas, etc.;
- implantação de equipamentos/sistemas de fiscalização eletrônica e automatizada, tais como sistemas de videomonitoramento, radares fixos, câmeras de monitoramento com OCR (reconhecimento Óptico de Caracteres);



**Intensificar as ações de garantia e promoção dos Direitos Humanos** – A 2ª SRPRF agiu em 2013 e fortalecerá as ações de combate aos crimes que atentam contra a dignidade da pessoa humana, como o enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, o tráfico de pessoas e a redução do trabalhador à condição análoga a de escravo, entre outras.

As ações foram (e continuarão sendo) realizadas isoladamente ou em parceria com outros órgãos. O monitoramento constante das rodovias federais (principalmente as que se encontram no Estado de Mato Grosso) com atenção voltada a crimes dessa natureza também é uma das diretrizes operacionais da Regional.

Além do combate às violações dos direitos humanos, a 2ª SRPRF também se engajou em ações de promoção dos direitos humanos, para o público interno e externo, alinhando-se às diretrizes governamentais, especialmente em ações educativas.

**Ampliar e aperfeiçoar o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar** – Para garantir que as vítimas de acidentes de trânsito, ocorridos em 2013 nas rodovias federais que cortam o Estado de Mato Grosso, fossem atendidas no menor espaço de tempo possível, por uma unidade profissional de resgate emergencial e atendimento pré-hospitalar profissional, visando à redução máxima das mortes e das sequelas advindas destes acidentes, a 2ª SRPRF atuou da seguinte forma:

- Onde houve possibilidade de resgate emergencial e atendimento pré-hospitalar de terceiros especializados (Corpo de Bombeiros, SAMU, concessionárias de rodovias, etc.), a 2ª SRPRF buscou firmar parcerias com estes, unindo forças para que estes serviços sejam prestados, com a máxima eficiência, às vítimas graves de acidentes de trânsito em rodovias federais;
- onde não houve disponibilidade de resgate emergencial e atendimento pré-hospitalar de terceiros especializados, a 2ª SRPRF buscou prover estes serviços por meios próprios (veículos, equipamentos, pessoal, etc.), com a máxima eficiência e profissionalismo.

**Aprimorar o registro de ocorrências com escopo de implantar a perícia de acidentes** – Considerando a importância do registro próprio, tempestivo e adequado das ocorrências, a 2ª SRPRF vem aperfeiçoando continuamente o registro de suas ocorrências.

No caso de ocorrências de acidente de trânsito, o objetivo é a implantação da perícia de acidentes na PRF, já que a fase preliminar de uma perícia em acidentes de trânsito já é executada de forma excelente pela PRF.

Desta forma, o que se busca é que os policiais passem a elaborar laudos periciais destes acidentes, indo além do simples registro de dados observados e apontando, de forma conclusiva, a partir dos vestígios e depoimentos colhidos no local, a dinâmica do acidente e seus causadores. No ano de 2013 não foi possível atingir esta meta.

## ARTICULAÇÃO

**Fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à missão da PRF** – Ao longo de nove décadas de prestação de serviços à Sociedade, a PRF acumulou um vasto conhecimento, teórico e prático, relativo às matérias que lhes são afetas. Esse conhecimento deve servir de base para a proposição de melhorias para a Sociedade, tanto no tocante aos dispositivos legais e normativos relacionados ao desenvolvimento de suas atividades, quanto em relação às melhorias na infraestrutura viária e na engenharia veicular.

No que concerne às melhorias legais, a 2ª SRPRF busca continuamente junto ao Congresso Nacional (bancada federal - deputados e Senadores do Estado de Mato Grosso) e aos órgãos do poder Executivo, por meio dos fóruns adequados, fomentar a modernização e adaptação da legislação em matérias relacionadas à sua atuação, com vistas a criar melhores condições de exercer suas atribuições, para alcançar resultados efetivos no cumprimento de sua missão, com foco na supremacia do interesse público.

Quanto à proposição de melhorias na infraestrutura viária e na engenharia veicular, a PRF constitui-se no órgão que tem a relação mais próxima com a realidade do trânsito nas rodovias federais o que facilita a percepção dos problemas viários que impactam na segurança do trânsito.

Além de melhorias pontuais, o monitoramento constante do trânsito e o patrulhamento ininterrupto da malha rodoviária federal permitem à PRF identificar com facilidade alguns defeitos originados do desgaste natural da via ou por ação de terceiros que podem comprometer a segurança do trânsito. Isso resultou durante o ano de 2013, em rápidas informações ao órgão executivo rodoviário (11ª UNIT/DNIT) para a necessária correção, diminuindo sobremaneira o tempo de exposição dos usuários aos riscos decorrentes.

**Articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional** – A disposição em estabelecer parcerias faz parte do modo de ser da 2ª SRPRF, sendo mantida em 2013 por meios termos de cooperação e ações conjuntas das quais participou ativamente.

Dentro do rol de instituições com as quais a PRF mantém parcerias se pode citar, os órgãos do Poder Judiciário em várias instâncias, o Ministério Público Federal, do Trabalho e estaduais, as demais instituições de segurança pública, federais e estaduais, órgãos de proteção ambiental, de trânsito e de infraestrutura viária, agências reguladoras e organizações militares.

## COMUNICAÇÃO

**Fortalecer a imagem institucional da PRF** – Considerando o princípio da publicidade e a transparência no trato da coisa pública, a 2ª SRPRF busca incessantemente levar ao conhecimento da Sociedade por todos os meios disponíveis as ações desenvolvidas e os resultados alcançados no seu dia a dia de atuação.

Tal estratégia visa fortalecer a sua imagem de polícia eficiente e que presta serviços relevantes e de qualidade, indispensáveis ao bem-estar social na sua área de atuação, constituindo-se em verdadeiro patrimônio da Sociedade e do Estado brasileiro.

**Melhorar a comunicação interna e externa** – Visando o reconhecimento do valor da instituição perante os destinatários de seus serviços, a 2ª SRPRF utilizou, durante o exercício de 2013, de todos os meios tecnológicos mais modernos disponíveis, interagindo com a Sociedade também através de mídias sociais, prestação de serviços e informações por meio de sua página na internet, entre outras estratégias.

Além disso, a transparência, tempestividade, clareza, precisão e relevância das informações comunicadas reforçou a confiança dos servidores em relação aos seus gestores, gerando um ciclo virtuoso de cooperação com foco no atingimento dos objetivos institucionais.

## GESTÃO

**Buscar estabelecer um modelo eficaz de gestão participativa** – Pensando num modelo de gestão participativa para a 2ª SRPRF, além da necessária participação do cidadão e dos vários segmentos e grupos sociais que tenham interesse na prestação dos seus serviços, o envolvimento de todo o seu quadro de pessoal foi fator fundamental para o sucesso da missão institucional, bem como para a entrega de serviços de interesse da Sociedade.

Como indivíduos de dupla função nesse contexto, ou seja, como cidadãos e servidores do órgão ao mesmo tempo, esses cidadãos-servidores têm muito a colaborar com a gestão da PRF, trazendo as necessidades percebidas no seu convívio social, associadas ao conhecimento prévio do modo de atuação e capacidade da própria regional. Por isso, em 2013 foi ampliado esse contato com o efetivo, por meio de reuniões presenciais e utilização das mídias eletrônicas.

**Buscar implantar um modelo de gestão baseado em resultados** – tendo como norte o plano estratégico do órgão, a 2ª SRPRF buscou implantar um modelo de gestão que refletisse em todos os momentos de sua atuação um modo de agir voltado para a obtenção de resultados efetivos, orientados por objetivos e metas muito claros, viáveis, desafiadores e mensuráveis, especialmente a partir de indicadores de desempenho e metas objetivamente mensuráveis.

**Desenvolver a cultura de gestão de projetos** – A 2ª SRPRF, assim como a imensa maioria das organizações públicas e privadas do Brasil, ainda tem uma maturidade relativamente baixa na gestão de projetos. E este objetivo vem, justamente, reforçar este caminho estratégico: desenvolver cada vez mais a cultura de gestão de projetos na 2ª SRPRF, tornando-a inclusive, em um futuro não muito longe, referência para outras organizações públicas no assunto.

**Mapear, otimizar, padronizar e sistematizar processos de trabalho** – Ainda existem poucas normas e manuais de procedimentos no âmbito da PRF. E, dos poucos que existem, muitos estão desatualizados e não adequados à realidade, sendo, muitas vezes, simplesmente descumpridos. Mesmo processos que são executados rotineiramente desde o início da existência da PRF ainda carecem de normatização e padronização, gerando muita dúvida e insegurança para quem os executa, bem como pontos de desalinhamento entre as diversas instâncias do órgão.

Sendo assim, é que objetivamos a implantação de uma política de aprimoramento contínuo dos processos de trabalho, mapeando-os, otimizando-os, padronizando-os e sistematizando-os.

**Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento** – Conhecimento sem aplicação prática tem pouco valor. Dessa forma, o conhecimento a ser buscado deve ser aquele orientado a subsidiar as decisões práticas, aquele que possa ser produzido de forma contínua e sistemática, produzindo informações organizadas, relevantes, tempestivas e corretas. Logo, pretende-se criar mecanismos para que este conhecimento alcance o público certo, de forma tempestiva, suficiente, organizada, relevante e correta, por meio da intensificação e o aprimoramento do uso da TI.

---

---

### 1.5 Macroprocessos de Apoio

---

---

Para garantir o suporte adequado a produção das ações e das atribuições determinadas pelo, órgão central, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, no intuito da regional cumprir a missão, dentro da parcela atribuída a 2ª SRPRF como unidade desconcentrada, gerando assim os resultados esperados pela Sociedades, temos como processos de apoio essenciais:

**Adequar o quadro de pessoal às necessidades** – O contínuo aumento populacional brasileiro, bem como o seu processo de evolução econômica e urbanização, tendem a aumentar os índices de criminalidade. Da mesma forma, o aumento da frota de veículos circulantes no Brasil tende a vir acompanhado de um incremento do número de acidentes e óbitos no trânsito, se não houver nenhum fator atenuador deste processo.

Logo, para policiar contínua e ininterruptamente os 4.080 quilômetros de rodovia sob sua circunscrição a 2ª SRPRF precisa de um quadro de pessoal em quantidade significativa, seja para o exercício da atividade-fim, seja para o exercício das atividades de suporte. Também é necessário que este quadro esteja adequadamente alocado, conforme cargos, funções, locais, unidades e atividades.

Portanto, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal começou desenvolvendo e oficializando um quadro de alocação ideal de pessoal, detalhado por unidade de lotação (delegacias, seções, núcleos), incluindo todos os cargos existentes e projetados para a regional.

A partir deste quadro de alocação ideal de pessoal, a 2ª SRPRF envidou esforços e persite na tentativa de reduzir a diferença entre o efetivo real e o ideal. Para tanto, adotamos as seguintes medidas:

- buscamos junto ao órgão central, a contratação de novos servidores (concurso público), de forma a suprir não só as vacâncias, mas também o déficit geral de pessoal;
- aprimoramos os processos de lotação, remanejamento e recrutamento de servidores, de forma que a alocação destes esteja cada vez mais adequada frente à demanda, bem como que esta alocação caminhe continuamente para o atendimento dos interesses da regional e dos próprios servidores;
- dentro das limitações de recursos financeiros, efetuamos a terceirização possível das atividades acessórias do órgão, conforme conveniência técnica e operacional, bem como de acordo com a legislação e diretrizes governamentais;

- revisamos e otimizamos processos de trabalho, incluindo a aplicação de novas tecnologias e de métodos mais eficientes de execução das atividades.

**Mapear e desenvolver competências com enfoque estratégico** – Em 2013, mantivemos um processo sistematizado e contínuo de identificação das competências necessárias à execução da estratégia da PRF, bem como de comparação com as competências disponíveis e efetivamente aplicadas, buscando a identificação e a mitigação dos pontos de desalinhamento, principalmente através da realocação e capacitação dos servidores.

**Potencializar o bem-estar, a motivação e o desempenho dos servidores** – de nada adianta a PRF possuir servidores em quantidade adequada, bem alocados e bem capacitados, se estes estiverem incomodados e desmotivados no ambiente de trabalho, e, conseqüentemente, com baixo desempenho.

Embora o bem-estar e a motivação do indivíduo dependa muito de fatores pessoais e da sua forma individual de perceber e se relacionar com o ambiente, a 2ª SRPRF alinhada a estratégia de sua unidade central, busca continuamente tornar o ambiente de trabalho o mais funcional e agradável possível, em todos os níveis de necessidades humanas, de forma que o bem-estar e a motivação de seus servidores sejam potencializados ao máximo e o clima organizacional da regional se mantenha em níveis cada vez mais positivos. Para tanto, limitada as restrições existentes, executa diversas ações que podemos destacar:

- manutenção das unidades prediais (salas, banheiros, refeitórios, vestiários, iluminação funcionais e salubres);
- garantia e respeito aos horários de descanso e de alimentação;
- equipamentos, principalmente aqueles de proteção individual e/ou coletiva, adequados e suficientes;
- ações correicionais transparentes, equilibradas e justas;
- segurança jurídica quanto aos procedimentos de trabalho;
- ações de promoção de saúde e do bem-estar dos servidores;
- estímulo à integração e confraternização dos servidores;
- capacitação dos gestores nas disciplinas voltadas à gestão de pessoas;
- programas justos e transparentes de avaliação de desempenho individual e de reconhecimento profissional;
- possibilidade de apresentação de ideias e de participação nas decisões gerenciais.

Desta forma, espera-se que o desempenho profissional dos servidores melhore na mesma proporção, repercutindo na produtividade, capacitação/conhecimento técnico, cooperação/trabalho em equipe, comprometimento/responsabilidade, disciplina/cumprimento das normas, qualidade

técnica do trabalho, iniciativa, urbanidade/relacionamento interpessoal, apresentação pessoal, aptidão física e zelo com o patrimônio.

**Intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais** – A estratégia da PRF, além de servidores em quantidade adequada, bem alocados, bem capacitados, motivados e com alto desempenho, também depende que estes estejam comprometidos com o órgão e com seus valores institucionais.

Desta forma, a 2ª SRPRF aplica rigorosamente a máxima que prega que “os fins não justificam os meios”. Todos os objetivos previstos em seu plano estratégico devem ser alcançados estritamente conforme seus valores institucionais: Profissionalismo, honestidade, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade Socioambiental.

Quanto mais esses valores são aplicados, mais a Sociedade identifica a PRF como uma polícia cidadã de excelência, que compartilha, pratica e defende seus valores éticos mais caros. E, a partir do reconhecimento social positivo da PRF, seus servidores também passam a gozar de um status de cidadãos de destaque social, criando um círculo virtuoso, contínuo e ilimitado de aprimoramento ético da instituição e de incremento do orgulho de seus servidores de fazerem parte de seu quadro.

**Prover meios e infraestrutura adequados ao desempenho das atividades** – Sem meios logísticos e infraestrutura adequados ao desempenho de suas atividades, as pessoas não conseguem exercer plenamente sua capacidade produtiva, fazendo com que toda a plicação estratégica fique comprometida.

O desafio da 2ª SRPRF fica por conta da correta definição de quais os meios (veículos, aeronaves, uniformes, armamento, sistema de informação, equipamentos, insumos diversos, etc.) e a infraestrutura (mobiliário, eletrodomésticos, sistema de iluminação, sistema de ar condicionado, pátios de veículos, rede de computadores, etc.) adequados para suas atividades, bem como da melhor forma de provimento dos mesmos. Qualquer erro nesse processo de identificação de necessidades, planejamento logístico, seleção de produtos/fornecedores e efetivo provimento dos meios e infraestrutura necessários, representa, inevitavelmente, perda geral de produtividade.

**Assegurar recursos financeiros e otimizar sua execução** – Durante o exercício 2013 foi elaborado o plano orçamentário do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, no qual a 2ª SRPRF tentou executar de forma controlada os recursos disponibilizados.

Contudo, os recursos invariavelmente são insuficientes para atender as demandas da regional, por isso é que se procura caminhos, técnico e políticos, para assegurar que os recursos financeiros disponíveis sejam suficientes para custear o funcionamento da 2ª SRPRF e suas ações estratégicas. Esse ponto é sempre um risco, haja vista que a PRF não possui autonomia com relação a seus recursos, os quais passam sempre pelo crivo prévio do Congresso Nacional e do Governo Federal, bem como pela análise e avaliação posterior dos órgãos de controle.

Portanto, para a consecução deste objetivo, além de um plano orçamentário muito bem elaborado e gerenciado, é necessária também uma articulação política e institucional muito bem sucedida.

---

---

## 1.6 Principais Parceiros

---

---

As ações desenvolvidas nas rodovias federais que cortam o estado de Mato Grosso deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, dentre os quais podemos citar:

- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU;
- Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN;
- Órgãos de Segurança Pública;
- Receita Federal;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;
- Ministério do Trabalho e Emprego;
- Secretaria Nacional de Direitos Humanos;
- Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – SESGE/MJ;
- Órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.

**2 - Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU 127/2013 - Planejamento da unidade e resultados alcançados**

---

---

### 2.1 Planejamento da unidade

---

---

A justificativa existencial estrita da Polícia Rodoviária Federal é dada pela Constituição Federal, com as competências arroladas no Regimento Interno.

A Polícia Rodoviária Federal, integrante do conjunto de instituições responsáveis por exercer a segurança pública em nosso país, nos termos da Constituição Federal, tem como missão "Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União".

Uma polícia cidadã se reconhece e é reconhecida como parte da Sociedade civil, existindo unicamente para prover proteção e serviços aos cidadãos, na exata medida que esses desejam e precisam, bem como respeitando e garantindo seus direitos. Para tanto essa polícia precisa possuir a competência de ouvir, debater, desenvolver políticas públicas e atender às demandas sociais relativas à segurança.

Logo, o desempenho da missão “nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União” traduz, primeiramente, a clara e óbvia prioridade de atuação do órgão: as rodovias federais. Em seguida, considerando a presença em todo o território nacional e a capacidade de mobilização do órgão, a expressão também representa a possibilidade e a capacidade de atuar em outras áreas do território nacional, sempre que houver uma demanda extraordinária e a União, através do Governo Federal, assim o determinar.

A visão de futuro da Polícia Rodoviária Federal é: “Ser reconhecida pela Sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e pela indução de políticas públicas de segurança e cidadania”.

A PRF, comprometida com o modelo de polícia cidadã, também busca o reconhecimento da Sociedade brasileira “pela indução de políticas públicas de segurança e cidadania”. Não existe segurança cidadã se não houver forte integração da polícia com a Sociedade civil. Ambas devem participar conjunta e ativamente dos processos de planejamento e implementação de políticas públicas de segurança e cidadania. Desta forma, até 2020, a PRF espera ampliar significativamente sua credibilidade como órgão capaz de representar os anseios da Sociedade, sendo referência no assunto segurança com cidadania e pautando as políticas públicas do setor.

Os Valores adotados pela Polícia Rodoviária Federal e que refletem o caráter duradouro da Instituição e de seus colaboradores são:

a) Profissionalismo - A Polícia Rodoviária Federal, comprometida com o interesse público em sua área de atuação, estimula seus servidores a internalizarem os valores do profissionalismo, de modo que estes desenvolvam suas ações buscando garantir a sua perfeita execução, e objetivando atingir a excelência nos resultados pretendidos pela instituição em benefício da Sociedade.

b) Cordialidade - A disseminação do valor cordialidade e sua assimilação pelos integrantes dos quadros da PRF são de extrema importância para o alcance dos seus objetivos. O nível de cordialidade observado entre os integrantes da instituição uns para com os outros e desses para com o público em geral, destinatários dos seus serviços, vão espelhar o nível de competência natural, vindo a refletir o patamar de desenvolvimento e excelência no qual se encontra a instituição e projetar as possibilidades de seu desenvolvimento para o futuro.

c) Honestidade - Num órgão policial como a PRF, que existe para combater os focos de desonestidade da Sociedade, e que se ocupa em proteger bens jurídicos fundamentais, constitucionalmente garantidos, como a vida, a liberdade, o patrimônio, a segurança e a dignidade da pessoa humana, deve praticar e transparecer honestidade em todas as suas ações, das mais simples às mais complexas.

d) Equidade - “Tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades”, eis, em suma, o princípio da equidade. O agente público, como representante do Estado, e no exercício dos poderes que lhe foram investidos, depara-se constantemente com situações e circunstâncias nas quais necessita tomar decisões, com fundamento na lei, que afetarão a esfera de direitos pessoais ou patrimoniais da parte envolvida. Em muitas dessas situações torna-se imperioso que o valor da “equidade” sirva de elemento balizador, que funcione como um filtro por meio do qual o agente público produza a ação mais adequada, de forma que o resultado desta seja o mais justo, o mais eficaz e o que atenda ao interesse público de forma mais eficiente.

f) Proatividade - Embora o trabalho policial exija da organização e de seus servidores uma boa dose de habilidades reativas, haja vista que situações imprevistas, complexas e críticas fazem parte do dia a dia do policial, é fundamental que uma polícia ostensiva como a PRF, desenvolva habilidades proativas, de forma a buscar identificar antecipadamente onde as ameaças



se manifestarão, para, a partir desse cenário futuro, atuar de forma a coibir e reprimir essas ameaças. De forma geral podemos afirmar que, quanto mais proatividade, mais eficiência será alcançada e menos reatividade será necessária.

g) Comprometimento – Reconhecemos o comprometimento como valor basilar a ser difundido e estimulado em todos os níveis institucionais, de modo que a sua conduta seja orientada para a direção planejada e que seus esforços sejam direcionados para a obtenção dos resultados esperados pela PRF, pelo Estado e pela Sociedade, sempre com foco no interesse público.

h) Espírito de equipe – Atuar em seu ambiente de trabalho de forma colaborativa para a consecução dos objetivos institucionais, respeitando a diversidade de pensamentos e ideias de cada integrante, sem deixar que se perca o foco no atendimento do interesse público, para a PRF, essa consciência no servidor contribui para a melhoria gradativa no nível de excelência dos serviços prestados, interna e externamente.

i) Transparência – Como órgão do Estado que é, a PRF reconhece a importância de adotar esse valor como instrumento de orientação e controle de suas ações, replicando essa necessidade para todos os integrantes do seu corpo funcional. Atuar de forma transparente significa observar esse valor como norte em todas as suas ações, seja aquelas de alcance interno, seja nas ações de alcance a Sociedade de forma geral. Todavia, em um órgão policial como a PRF, deve -se considerar que alguns dados devem ser preservados de divulgação em massa, de forma a resguardar a integridade da instituição e de seus servidores, tais como informações de cunho investigativo, dados de operações futuras, técnicas operacionais, etc. Isso acaba por não causar prejuízo ao princípio da transparência, uma vez que estes dados representam uma parcela insignificante frente a todos os outros que podem e devem ser amplamente divulgados.

j) Responsabilidade socioambiental – Como uma polícia cidadã, a PRF deve considerar, em todas as suas ações e decisões, os impactos socioambientais, adotando todas as medidas necessárias para anulá-los ou mitigá-los. Além disso, como um órgão público, com inúmeros contratos e termos de cooperação vigendo, a PRF deve exigir que seus prestadores de serviços tenham a mesma responsabilidade socioambiental. Como órgão fiscalizador e representante do Estado, a PRF deve agir com absoluto rigor frente às infrações de trânsito e criminais que tenham impactos socioambientais negativos.

A Polícia Rodoviária Federal – PRF, visando à eficácia no cumprimento de sua missão institucional e servir com excelência a sociedade e o Estado brasileiro, na promoção da segurança pública nas rodovias e estradas federais busca diuturnamente aprimorar técnicas, processos e, principalmente, a parceria com o cidadão usuário da rodovia.

Neste sentido, tendo como diretriz a gestão com foco em resultados, direciona suas ações finalísticas para prestação de serviços, com excelência, ao cidadão (processos estratégicos), buscando entregar efetivamente à Sociedade em retorno aos investimentos realizados (Investimentos Estratégicos), assim especificados:

**1 - Reduzir a Violência no Trânsito das Rodovias Federais** - A violência do trânsito no Brasil vem crescendo ano após ano, representando a forma de violência contemporânea que mais produz impactos negativos à sociedade e ao Estado, com elevados custos econômicos e sociais, se

materializando principalmente nos acidentes graves, assim considerados aqueles que resultam em lesões de natureza grave ou em morte.

Dentre os custos acima mencionados, podem-se elencar os de natureza médico-hospitalares, previdenciários, resultantes dos congestionamentos do trânsito, resgate de pessoas acidentadas e remoção de veículos, perda da capacidade produtiva, adaptações na estrutura familiar, despesas judiciais, despesas com o aparato policial no atendimento de ocorrências, danos patrimoniais aos envolvidos e terceiros, além da dor e o sofrimento das vítimas dos acidentes e de seus familiares e a perda da qualidade de vida dessas pessoas.

A ação da PRF para a redução da violência no trânsito está calcado em seis pilares: fiscalização de trânsito, educação para o trânsito, suporte à vida, esforço legal, infraestrutura viária e segurança veicular.

a) Fiscalização de trânsito – Por meio de sua presença ostensiva e, repressivamente, através de uma rigorosa fiscalização de trânsito, que engloba inclusive a utilização de tecnologias que potencializem sua capacidade de monitoramento e fiscalização de rodovias. Tendo em vista que esta fiscalização alcança apenas uma pequena parcela dos indivíduos e veículos em circulação nas rodovias federais, busca-se o máximo rigor legal, de forma que esta amostra de indivíduos fiscalizados se torne uma ferramenta importante de divulgação do rigor da fiscalização, inibindo cada vez mais o cometimento de infrações.

b) Educação para o trânsito – Integrante do Sistema Nacional de Trânsito, em coordenação com os demais órgãos do sistema (Ministério Público, órgãos de imprensa e outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais) a PRF é responsável por este pilar. As ações de educação podem ser em massa, através da veiculação de campanhas que atigem de forma ampla diversos cidadãos. Entretanto, o mais comum e factível para a PRF é que estas ações sejam focais, ou seja, visem alcançar, com técnicas de comunicação e de conscientização adequadas, grupo de cidadãos específicos: motoristas profissionais, crianças em processo de formação, moradores de comunidades próximas às rodovias, usuários de ônibus interestaduais, etc.

c) Suporte à vida – A PRF tem uma ação direta e complementar quanto a este pilar, considerando que uma grande parte dos trechos de rodovias federais não é atendida por qualquer unidade de resgate médico ou atendimento pré-hospitalar, devendo a instituição prover diretamente este serviço, o qual é fundamental para a redução de sequelas e mortes decorrentes de acidentes de trânsito. Desta forma busca a PRF que todas as vítimas de acidentes ocorridos em rodovias federais, em especial as graves, sejam atendidas por resgate médico profissional. Este resgate deve ser provido principalmente por terceiros especializados (Corpo de Bombeiros, SAMU, concessionárias de rodovias, etc.) sendo que, na ausência destes, o resgate deve ser provido diretamente pela PRF, por meio de equipes capacitadas e com recursos adequados para tal.

d) Esforço legal, infraestrutura viária e segurança veicular – Possuimos um papel de articulação e fomento de melhorias e adequações relacionados a estes temas, junto aos organismos responsáveis. A 2ª SRPRF deve buscar sempre estar atenta à movimentação legislativa e normativa, bem como deve subsidiar continuamente os órgãos de engenharia de trânsito e veicular com informações e sugestões oriundas de estudos técnicos e da vivência empírica. Faz-se importante também a participação ativa em audiências, conselhos, comitês e fóruns que tratem destes assuntos, de forma a manter a Superintendência atualizada e atuante junto aos grupos de tomadores e formadores de opinião.

Agir com foco na prevenção e intervenção imediata nos acidentes graves implica em direcionar os recursos necessários, humanos e materiais, para os trechos rodoviários de maior incidência desses eventos, a partir da análise aprimorada dos dados estatísticos disponíveis.

Há também a necessidade de ações integradas aos demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, Ministério Público, órgãos de imprensa e outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais, buscando atingir uma importante sinergia de ação.

**2 - Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais** - A Constituição Federal assegura a todo cidadão a livre locomoção no território nacional em tempo de paz, e essa garantia constitucional deve ser exercida em toda a sua plenitude nos termos da legislação vigente. O Estado, por intermédio de seus órgãos tem o dever assegurar os meios necessários para que o cidadão possa deslocar-se em todo o território nacional com segurança e com o conforto adequados. Cabe ao Estado à tarefa de prover a infraestrutura necessária para o funcionamento dos diversos modais de transportes de pessoas e bens, bem como regular e fiscalizar sua exploração.

De todos os modais de transporte, o modal rodoviário é o de maior importância estratégica para o país, e estima-se que atualmente responda por cerca de 60% do total de passageiros e cargas transportadas no território nacional. Nesse sistema rodoviário, as rodovias federais representam papel de fundamental importância, por onde passam um grande fluxo de pessoas e bens entre os estados da federação e entre as cinco regiões do país, funcionando como verdadeiro fator de integração nacional.

Ante o papel estratégico das rodovias federais para o desenvolvimento nacional, cabe ao Estado assegurar que o fluxo de passageiros e cargas se dê de forma contínua e segura, sem interrupções ou embaraços, por meio da atuação de seus órgãos, dentre os quais a Polícia Rodoviária Federal. São vários os fatores e situações que podem afetar a livre circulação no âmbito das rodovias federais, interrompendo o fluxo de trânsito ou causando-lhe lentidão, dentre os quais se podem citar:

- Realização de obras viárias;
- Acidentes de trânsito com obstrução parcial ou total da rodovia;
- Realização de eventos com grande fluxo de pessoas e veículos as margens da rodovia federal ou com impacto no trânsito que por ela circula;
- Trânsito de veículos lentos e com dimensões excedentes;
- Manifestações populares reivindicatórias com interdição viária total ou parcial;
- Restrições ao fluxo de trânsito em determinados locais e horários em razão dos riscos de ações criminosas.

Assim, assegurar a livre circulação nas rodovias federais implica para a Polícia Rodoviária Federal atuar preventivamente por meio do policiamento ostensivo, apoiado por um monitoramento constante e eficaz de sua malha viária policiada, de modo antever as situações de risco à livre

circulação e impedir sua materialização. Por outro lado, concretizado o fator de risco e configurado o obstáculo à fluidez normal do trânsito, cabe à Polícia Rodoviária Federal agir de forma rápida e com a intensidade necessária ao reestabelecimento das condições normais de circulação.

Em sua ação preventiva a instituição mantém um monitoramento constante das condições de circulação viária, a partir de informações colhidas da atividade operacional-finalística e da área de inteligência, além das ações de policiamento preventivo, distribuído de forma equânime ao longo da malha viária, a partir de critérios pré-estabelecidos e com programação de atividades definida.

Além disso, a Polícia Rodoviária Federal se articula com outros órgãos públicos quando identificados problemas cujas soluções estejam vinculadas as suas atribuições, como, por exemplo, os órgãos executivos rodoviários nas questões relacionadas à infraestrutura viária.

Ocorrida a situação de comprometimento da livre circulação, a depender da causa, a Polícia Rodoviária Federal deverá dispor dos recursos necessários para fazer a intervenção devida e restabelecer o estado de normalidade, sejam eles recursos ordinários, disponíveis para o policiamento ostensivo rotineiro, sejam eles extraordinários, como as equipes táticas, grupos de choque, aeronaves, entre outros disponíveis.

**3 - Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País** – Assim como todas as outras organizações policiais, a PRF tem um papel importantíssimo na redução da criminalidade e da violência no país, uma vez que as rodovias brasileiras, em especial as federais, além de transportarem a maior parte das riquezas produzidas no país, ainda servem de esquadros para os mais diversos tipos de ilícitos penais, a exemplo do tráfico de drogas, do roubo e furto de veículos e cargas, do contrabando e do descaminho, dos crimes contra a propriedade intelectual (pirataria), do tráfico de seres humanos e dos crimes ambientais, da exploração sexual infanto-juvenil, entre outros.

Significativa parcela desses crimes tem repercussão interestadual e até internacional, evidenciando a importância estratégica das rodovias federais para a segurança pública do país.

Desta forma, a Polícia Rodoviária Federal vem atuando fortemente no combate às diversas modalidades criminosas, com resultados extremamente positivos, e tem como pontos fortes a seu favor no cumprimento desse mister, quais sejam:

- Um corpo de policiais bem capacitados, treinados e motivados, com larga experiência adquirida a partir das iterações constantes com ocorrências de crime;
- Grande dispersão territorial, o que facilita a mobilização de efetivo, com possibilidade de, em curto espaço de tempo, direcionar recursos humanos e materiais a qualquer parte do território nacional;
- Uma área de inteligência policial muito bem estruturada e funcional, gerando continuamente informações que direcionam operações e abordagens, tornando-as muito mais efetivas.

Assim, a atuação da Polícia Rodoviária Federal no combate às diversas modalidades criminosas no âmbito das rodovias federais e em outras áreas em parceria com outras instituições

como o Ministério Público, órgãos fazendários, de proteção ambiental, de proteção de direitos humanos, de proteção à infância e adolescência, contribuem de forma relevante para a redução da criminalidade e da violência no país, inclusive nos grandes centros urbanos.

**4 - Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais** – Não é suficiente que a PRF promova somente a segurança objetiva, ou seja, reduzir a violência no trânsito, assegurar a livre circulação nas rodovias federais e contribuir com redução da criminalidade e da violência no país, mesmo produzindo uma melhoria real na segurança pública para a sociedade.

Importa que o cidadão perceba essa nova realidade, haja vista que a sua satisfação em relação aos serviços públicos prestados pelo Estado decorre principalmente de sua percepção a respeito do quanto esses serviços atendem suas necessidades. Igualmente, essa percepção da realidade de um novo contexto de maior segurança é necessária para que o cidadão se aproprie desse valor, dessa conquista, e isso possa repercutir positivamente na sua qualidade de vida. Logo, é fundamental que a Sociedade avalie este serviço e diga se ele está a altura do que se espera da PRF, frente aos recursos que nela são investidos.

---

---

## **2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados**

---

---

---

### **2.2.1 Programa Temático**

---

---

#### **2.2.1.1 Análise Situacional**

---

A 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, não abrange secretaria-executiva de ministério ou de secretaria com *status* de ministério, logo o preenchimento do quadro referente a programa temático não se aplica a natureza desta unidade.

**Quadro A.2.2.1 – PROGRAMA TEMÁTICO**  
(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

---

### **2.2.2 Objetivo**

---

**Quadro A.2.2.2 – OBJETIVO**  
(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

---

---

#### **2.2.2.1 Análise Situacional**

---

---

### **2.2.3 Ações**

---

---

#### **2.2.3.1 Ações - OFSS**

---

**Quadro A.2.2.3.1 – AÇÕES - OFSS**  
(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

---

## 2.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS

## Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	20IC			Tipo: atividade			
<b>Descrição</b>	Estratégia de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON						
<b>Iniciativa</b>	03DO – Implementação da Estratégia Nacional de segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões.						
<b>Objetivo</b>	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação do fluxo migratório.			<b>Código:</b> 0825			
<b>Programa</b>	Segurança Pública com cidadania			<b>Código:</b> 2070		<b>Tipo:</b> Programas Temáticos	
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001			533.651,59	170.353,08	170.353,08	0	363.298,51
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da Meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado(*)	Realizado	
0001	Operação apoiada		unidade	11	N/A	N/A	
Resto a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor			Descrição da meta	Unidade de medida	Realizada	
	Em 01/01/2013	Liquidado	Cancelado				
0001	1.109.900,00	-	-	Operação apoiada	Unidade	-	

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2723			Tipo: atividade		
<b>Descrição</b>	Policimento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais					
<b>Iniciativa</b>	03EH – Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança					

	de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.						
<b>Objetivo</b>	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática. <b>Código:</b> 0833						
<b>Programa</b>	Segurança Pública com cidadania		<b>Código:</b> 2070		<b>Tipo:</b> Programas Temáticos		
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001			3.083.323,55	2.847.331,53	2.847.331,53	0	235.992,02
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da Meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado(*)	Realizado	
0001	Operação apoiada		unidade	16.724.803,00	N/A	N/A	
<b>Resto a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor			Descrição da meta	Unidade de medida	Realizada	
	Em 01/01/2013	Liquidado	Cancelado				
0001	447.213,53	327.257,52	25.181,10	Fornecimento realizado	Unidade	N/A	

<b>Identificação da Ação</b>							
<b>Código</b>	7U23		Tipo: Projeto				
<b>Descrição</b>	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a relaização dos Grandes Eventos						
<b>Iniciativa</b>	03EE – Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da copa 2014.						
<b>Objetivo</b>	Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos , dotando as instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos. <b>Código:</b> 0832						
<b>Programa</b>	Segurança Pública com cidadania		<b>Código:</b> 2070		<b>Tipo:</b> Programas Temáticos		
<b>Unidade Orçamentária</b>	30101 – Ministério da Justiça						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001			663.067,10	658.387,10	658.387,10	0	4680



Execução Física da Ação - Metas						
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da Meta	Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado(*)	Realizado	
0001	Sistema Implementado	Percentual de execução física	82,00	-	-	
Resto a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor			Descrição da meta	Unidade de medida	Realizada
	Em 01/01/2013	Liquidado	Cancelado			
-	-	-	-	-	-	

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	8698		Tipo: atividade				
<b>Descrição</b>	Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
<b>Iniciativa</b>	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de Segurança Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizações e modelo de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.						
<b>Objetivo</b>	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a <b>Código:</b> 0830 capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.						
<b>Programa</b>	Segurança Pública com cidadania		<b>Código:</b> 2070	<b>Tipo:</b> Programas Temáticos			
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001			524.735,22	395.408,54	395.408,54	0	129.326,68
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da Meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado(*)	Realizado		
0001	Sistema mantenido	% de manutenção	90,00	-	-		
Resto a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor			Descrição da meta	Unidade de medida	Realizada	
	Em 01/01/2013	Liquidado	Cancelado				
0001	208.672,47	116.354,98	16.316,62	Sistema mantenido	% de manutenção	-	



Identificação da Ação							
<b>Código</b>	20UB			Tipo: atividade			
<b>Descrição</b>	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário						
<b>Iniciativa</b>	00WD – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário						
<b>Objetivo</b>	Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistema e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua. <b>Código: 0280</b>						
<b>Programa</b>	Transporte Rodoviário		<b>Código: 2075</b>		<b>Tipo: Programas Temáticos</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	39250 – Agência Nacional dos Transportes Terrestres - ANTT						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001			261.487,44	0	0	0	261.487,44
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da Meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado(*)	Realizado	
0001	Veículo fiscalizado		unidade	12.306.007,00	-	-	
Resto a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor			Descrição da meta	Unidade de medida	Realizada	
	Em 01/01/2013	Liquidado	Cancelado				
-	-	-	-	-	-	-	

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2000			Tipo: atividade			
<b>Descrição</b>	Administração da Unidade						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e manutenção do		<b>Código: 2112</b>		<b>Tipo: Gestão e Manutenção</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001			2.928.060,60	2.392.249,45	2.392.249,45	0	535.811,15

Resto a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor			Descrição da meta	Unidade de medida	Realizada
	Em 01/01/2013	Liquidado	Cancelado			
0001	336.329,16	250.931,52	37.428,07	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	14VN			Tipo: Projeto			
<b>Descrição</b>	Apoio à realização de grandes eventos						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			<b>Código:</b> 2125	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001			574.308,70	574.308,70	574.308,70	0	0
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da Meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado(*)	Realizado	
0001	Iniciativa Apoiada		unidade	52,00	-	-	
Resto a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor			Descrição da meta	Unidade de medida	Realizada	
	Em 01/01/2013	Liquidado	Cancelado				
-	-	-	-	-	-	-	

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	8785			Tipo: Atividade			
<b>Descrição</b>	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes			<b>Código:</b> 2126	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção		
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001			2.162,86	2.162,86	2.162,86	0	0
<b>Resto a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor			Descrição da meta	Unidade de medida	Realizada	
	Em 01/01/2013	Liquidado	Cancelado				
-	-	-	-	-	-	-	

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2004		Tipo: Atividade				
<b>Descrição</b>	Assistência Médica e Odontológica aos servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e manutenção do Ministério da Justiça <b>Código:</b> 2112 <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção						
<b>Unidade Orçamentária</b>	39253 – Empresa de Planejamento e Logística S.A - EPL						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001			2.162,86	2.162,86	2.162,86	0	0
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da Meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado(*)	Realizado	
0001	Pessoa Beneficiada		unidade	24.105,00	-	-	
Resto a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor			Descrição da meta	Unidade de medida	Realizada	
	Em 01/01/2013	Liquidado	Cancelado				
-	-	-	-	-	-	-	

### 2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

#### Quadro A.2.2.3.3 – Ações não Previstas na LOA 2013 - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	8787 Tipo: Atividade
<b>Título</b>	Ações integradas de enfrentamento ao abuso, tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes – PAIR.
<b>Objetivo</b>	Promover um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnico-política

	para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, o resgate e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos.					
<b>Programa</b>	Enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. <b>Código:</b> 0073 <b>Tipo:</b>					
<b>Unidade Orçamentária</b>	20121 – Secretaria de Direitos Humanos					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>						
<b>Resto a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores</b>						
Nº do subtítulo/ Localizador	<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
	Valor			Descrição da meta	Unidade de medida	Realizada
	Em 01/01/2013	Liquidado	Cancelado			
-	889,22	-	889,22	Município atendido	unidade	-

Nota: Ação 8787 do programa 0073 do PPA 2008-2011

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	2524		Tipo:			
<b>Título</b>	Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
<b>Objetivo</b>	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas, e reduzir os acidentes de trânsito.					
<b>Programa</b>	Segurança Pública nas Rodovias Federais. <b>Código:</b> 0663 <b>Tipo:</b>					
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Resto a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores</b>						
Nº do subtítulo/ Localizador	<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
	Valor			Descrição da meta	Unidade de medida	Realizado
	Em 01/01/2013	Liquidado	Cancelado			
-	2.137,40	-	2.137,40	Servidor Capacitado	unidade	-

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	2723		Tipo:			
<b>Título</b>	Policimento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais					
<b>Objetivo</b>	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas, e reduzir os acidentes de trânsito.					
<b>Programa</b>	Segurança Pública nas Rodovias Federais. <b>Código:</b> 0663 <b>Tipo:</b>					
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Resto a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores</b>						
<b>Nº do</b>	<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		

subtítulo/ Localizador	Valor			Descrição da meta	Unidade de medida	Realizado
	Em 01/01/2013	Liquidado	Cancelado			
-	203.172,55	117.873,36	85.299,19	Procedimento realizado	unidade	-

NOTA: Ação 2723 do programa 0663 do PPA 2008-2011

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2816		Tipo:			
<b>Título</b>	Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal					
<b>Objetivo</b>	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas, e reduzir os acidentes de trânsito.					
<b>Programa</b>	Segurança Pública nas Rodovias Federais.		<b>Código:</b> 0663	<b>Tipo:</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim		( X ) Não	Caso Positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
Resto a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor			Descrição da meta	Unidade de medida	Realizado
	Em 01/01/2013	Liquidado	Cancelado			
-	2069,99	-	2.069,99	Operação realizada	unidade	-

NOTA: Ação 2816 do programa 0663 do PPA 2008-2011

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	8692		Tipo:			
<b>Título</b>	Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais					
<b>Objetivo</b>	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas, e reduzir os acidentes de trânsito.					
<b>Programa</b>	Segurança Pública nas Rodovias Federais.		<b>Código:</b> 0663	<b>Tipo:</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim		( X ) Não	Caso Positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
Resto a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor			Descrição da meta	Unidade de medida	Realizado
	Em 01/01/2013	Liquidado	Cancelado			
-	72,67	-	72,67	Pessoa capacitada	unidade	-

NOTA: Ação 8692 do programa 0663 do PPA 2008-2011

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2000		Tipo:			
<b>Título</b>	Administração da Unidade					
<b>Objetivo</b>	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas, e reduzir os acidentes de trânsito.					

<b>Programa</b>	Apoio administrativo			<b>Código:</b> 0750	<b>Tipo:</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Resto a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores</b>						
Nº do subtítulo/ Localizador	<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
	Valor			Descrição da meta	Unidade de medida	Realizado
	Em 01/01/2013	Liquidado	Cancelado			
-	107.406,54	-	68.447,75	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

NOTA: Ação 2000 do programa 0750 do PPA 2008-2011

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	8698		<b>Tipo:</b>			
<b>Título</b>	Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação.					
<b>Objetivo</b>	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública.					
<b>Programa</b>	Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal		<b>Código:</b> 1386	<b>Tipo:</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Resto a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores</b>						
Nº do subtítulo/ Localizador	<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
	Valor			Descrição da meta	Unidade de medida	Realizado
	Em 01/01/2013	Liquidado	Cancelado			
-	77.562,49	-	77.562,49	Sistema mantido	% de manutenção	-

NOTA: Ação 8698 do programa 1386 do PPA 2008-2011

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	2346		<b>Tipo:</b>			
<b>Título</b>	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.					
<b>Objetivo</b>	Garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infra-estrutura e na prestação de serviços de transportes.					
<b>Programa</b>	Qualidade dos Serviços de Transporte		<b>Código:</b> 1463	<b>Tipo:</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Resto a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores</b>						
Nº do subtítulo/ Localizador	<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
	Valor			Descrição da meta	Unidade de medida	Realizado
	Em 01/01/2013	Liquidado	Cancelado			
-	-	-	-	-	-	-

-	60.170,88	-	60.170,88	Veículo fiscalizado	unidade	-
---	-----------	---	-----------	---------------------	---------	---

NOTA: Ação 2346 do programa 1463 do PPA 2008-2011

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2524 Tipo: Atividade					
<b>Título</b>	Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
<b>Iniciativa</b>	03DY - Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União					
<b>Objetivo</b>	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.					
<b>Programa</b>	Segurança Pública com Cidadania		<b>Código:</b> 2070	<b>Tipo:</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Resto a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor			Descrição da meta	Unidade de medida	Realizado
	Em 01/01/2013	Liquidado	Cancelado			
-	9.342,76	5.387,70	2.000,00	Servidor capacitado	unidade	-

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2346 Tipo: Atividade					
<b>Título</b>	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.					
<b>Inicativa</b>	00WD - Fiscalização de serviços de transporte rodoviário					
<b>Objetivo</b>	Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.					
<b>Programa</b>	Transporte Rodoviário		<b>Código:</b> 2075	<b>Tipo:</b> Programas Temáticos		
<b>Unidade Orçamentária</b>	39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Resto a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor			Descrição da meta	Unidade de medida	Realizado
	Em 01/01/2013	Liquidado	Cancelado			
-	848,10	-	-	Veículo fiscalizado	unidade	-

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	Tipo:					
<b>Título</b>						
<b>Objetivo</b>						
<b>Programa</b>	Código: 1463 Tipo:					
<b>Unidade Orçamentária</b>	39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Resto a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor			Descrição da meta	Unidade de medida	Realizado
	Em 01/01/2013	Liquidado	Cancelado			
-		-			unidade	-

#### 2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI

##### Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento (Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

#### 2.2.3.5 Análise Situacional

A 2ª SRPRF atua apenas como executora dos programas e respectivas ações. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e SIGPLAN se referem ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal não existindo por parte da 2ª SRPRF, a regionalização das referidas metas, exceto para a ação 2723, que será apresentada de forma individualizada a seguir:

AÇÃO 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais	
Tipo	Projeto
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias. Promover a segurança do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e a expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, por meio da eliminação de pontos críticos a partir do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos e da otimização do uso da frota de viaturas, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito através da produção de dados e gerenciamento de informações. Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento proativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Composição e manutenção de equipes de saúde e unidades de suporte básico de vida e unidades de suporte avançado de vida, destinadas ao atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, estudos e investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, realização de comandos de saúde nas rodovias federais e estabelecimento de parcerias correlacionadas a finalidade supracitada.</li> <li>– Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o</li> </ul>



	<p>trânsito;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Realizar Operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas);</li> <li>– Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas);</li> <li>– Prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito;</li> <li>– Combater as infrações e crimes de trânsito;</li> <li>– Executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim;</li> <li>– Controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros);</li> <li>– Serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros);</li> <li>– Manutenção e abastecimento de viaturas e aeronaves;</li> <li>– Execução e manutenção de atividades de cinotecnia (operações com cães), adquirir e manter equipamentos e materiais para a atividade;</li> <li>– Planejamento e execução de atividades de contagem volumétrica de trânsito, controle de trânsito de veículos pesados, controle de velocidade, monitoramento de veículos e da frota de viaturas.</li> <li>– Implantação de novas tecnologias para fiscalização de veículos e de condutores e manutenção e aferição de equipamentos relacionados à ação.</li> <li>– Credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular.</li> <li>– Pagamento de diárias e passagens.</li> <li>– Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima.</li> <li>– Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito.</li> <li>– Aquisição e manutenção de etilômetros.</li> <li>– Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias.</li> <li>– Aquisição de material didático.</li> </ul>
Unidade Administrativa Responsável	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

- realização de comandos de saúde nas rodovias federais e estabelecimento de parcerias correlacionadas a finalidade supracitada.

Dentre as atividades previstas pela Seção de Policiamento e Fiscalização, foram empreendidas também, ações em conjunto com órgãos municipais, estaduais e federais para a implementação de Comandos Médicos Preventivos, que consistem na triagem da saúde do profissional do transporte de carga. Os motoristas profissionais são abordados nos postos da polícia e submetidos, gratuitamente, a exames de glicemia, aferição de pressão, acuidade visual, teste psicológico, vacinas, teste de força, orientação educacional para o trânsito, brindes e lanches. Tudo voltado para a segurança do tráfego rodoviário.

O NURAM - Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária vem se destacando na coordenação, planejamento, orientação e execução das atividades de saúde ao longo das rodovias federais em nosso Estado, frente ao projeto “ROTA CIDADÃ”, que é o mesmo Comando de Saúde nas Rodovias (CSR), realizado em todas as Regionais.

Com as costumeiras dificuldades financeiras e de efetivo, bem como com grande parte dos

recursos voltados para grandes eventos (Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude), não foi possível superar a quantidade de atendimentos realizados durante o ano de 2012; não obstante, a meta estabelecida foi superada. Para podermos acompanhar a evolução deste importante serviço prestado à sociedade, vejamos o quadro a seguir:

ANO	Quantidade de eventos			Quantidade de Atendimentos		
	Meta estabelecida	Realizada	%	Meta	Realizada	%
2008	4	10	+150	1000	1086	+8,6
2009	4	10	+150	1200	1681	+40,08
2010	4	7	+75	1200	1487	+23,92
2011	3	10	+233,33	1200	2096	+74,67
2012	3	13	+333,33	2400	2495	+3,96
2013	4	8	100	1600	1714	7

Os locais para realização das ações do “Rota Cidadã em 2013”, foram escolhidos através da avaliação da participação, nos anos anteriores, dos parceiros, do fluxo de veículos e da aceitação dos condutores, desta forma, ficou definido o seguinte Cronograma:

CRONOGRAMA DOS COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS ROTA CIDADÃ - EXERCÍCIO – 2013			
MUNICÍPIO	DATA/HORA	LOCAL	POLICIAIS (n.º mínimo)/Viatura
Sorriso/Nova Uiratã	14/03 – das 08:00 às 16:00	Praça de Pedágio na MT 242, Km 11	04 Policiais da SEDE 01 viatura
Cuiabá *	03/04 – das 08:00 às 16:00	Posto 10 – Rodovia dos Imigrantes, Km 01	08 Policiais da SEDE 02 viaturas
Diamantino(Posto Gil) +	25/04 – das 08:00 às 16:00	BR 364, Km 588 no pátio do Posto PRF 401	06 Policiais da Sede 02 viaturas
Cáceres * +	15/05 – das 08:00 às 16:00	Pórtico de Cáceres – BR 070 – Km 726	06 Policiais da SEDE 02 viaturas
Rondonópolis * +	14/08 – das 08:00 às 16:00	BR 163 Km 118, Pátio do Posto Aldo Locatelli	06 Policiais da SEDE 02 viaturas
Comodoro	02/10 – das 08:00 às 16:00	Posto JK - BR 174 Km 423	06 Policiais da SEDE 02 viaturas
Pontes e Lacerda +	03/10 – das 08:00 às 16:00	BR 174, Pátio do Posto Tuiuiu, Km 209	06 Policiais da SEDE 02 viaturas
Primavera do Leste * +	23/10 – das 08:00 às 16:00	Posto Alvorada – BR 070 Perímetro Urbano	06 Policiais da SEDE 02 viaturas

(\*) CSR – Calendário Nacional  
(+) PS – Patrulha da Saúde nas Delegacias

RESULTADOS DAS AÇÕES DO ROTA CIDADÃ REALIZADOS EM MATO GROSSO - 2013										
ATENDIMENTOS REALIZADOS										
MOTORISTA ATENDIDOS	CARGA HORÁRIA EXCESSIVA		JÁ ACIDENTOU-SE		USA MEDICAMENTO		FUMANTES		FAZ USO DE BEBIDA ALCOÓLICA	
1714	795	46,38%	350	20,42%	245	14,29%	317	18,49%	730	42,59%

SONOLÊNCIA DIURNA		SOBRE PESO		HIPERTENSÃO		F. CARDÍACA ALTERADA		ACUIDADE AUDITIVA		ACUIDADE VISUAL	
193	11,26%	1213	70,77%	442	25,78%	176	10,26%	107	6,24%	168	9,8%
HIPERGLICEMIA		HIPERCOLESTEROLEMIA		HIPERTRIGLICERIDEMIA							
156		9,10%		169		9,85%		475		27,71%	

Em 2014 manteremos as orientações voltadas a uma alimentação mais saudável, realização de atividades físicas regulares e acompanhamento cardiológico para os que já são hipertensos.

Temos indícios de que muitos acidentes ainda são provocados pelo “mal súbito”, motoristas que passam mal conduzindo o seu veículo e acabam por se envolver em acidentes.

Outros acidentes são causados pelo consumo excessivo de anfetaminas (popular rebite), cocaína e álcool.

Através do projeto Rota Cidadã, contribuiremos para a conscientização destes motoristas, trabalhando forte nas orientações que levarão a uma mudança dos seus hábitos e comportamentos, melhorando a qualidade de vida dessas pessoas e reduzindo o número de acidentes, já que estes veículos representam 85 % da frota que circula pelas rodovias do nosso Estado.

- *Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, por meio da eliminação de pontos críticos a partir do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos e da otimização do uso da frota de viaturas, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito através da produção de dados e gerenciamento de informações.*

A Educação para o Trânsito, realizada pela nossa Regional em 2013, foi desenvolvida através da CRET – Comissão Regional de Educação para o Trânsito.

Realizamos durante todo o ano que se passou palestras junto às Instituições de Ensino, Órgãos Públicos e Empresas privadas, participamos de eventos junto a outros Órgãos com Standes montados em praças públicas e nos estabelecimentos de ensino (universidades), abordando sempre, temas como: “segurança no trânsito, direção defensiva e prevenção ao uso de drogas”.

Estas palestras tem sido uma das nossas importantes ferramentas para conscientizar os condutores atuais e também os futuros condutores, através das apresentações realizadas nas escolas.

Este importante trabalho, tem contribuído muito para o bom desempenho da Polícia Rodoviária Federal no cumprimento de suas atribuições, como órgão de segurança pública e especialista em trânsito.

Outra ação desenvolvida é o FETRAN – Festival Estudantil Temático Teatro para o Trânsito,

ou seja, é um festival estudantil de teatro, temático cujo tema é a “Educação para o trânsito”.

O FETRAN tem como escopo sensibilizar e conscientizar a população, em especial, crianças e adolescentes sobre seus direitos e deveres enquanto usuários das vias terrestres, com a finalidade de formar cidadãos comprometidos com a segurança no trânsito e o bom convívio social, por meio das artes cênicas, fomentando a produção cultural e artística no ambiente escolar.

No exercício de 2013, foi realizada a 10ª edição do FETRAN Mato Grosso, executada em seis etapas, sendo cinco regionais e uma etapa estadual. As etapas regionais foram realizadas nas cidades de Pontes e Lacerda, Comodoro, Barra do Garças, Sinop, Campo Verde e Várzea Grande e a etapa estadual foi realizada na cidade de Cuiabá/MT.

O festival é dividido em quatro categorias compreendidas em: Infantil: alunos de 06 a 12 anos de idade; Juvenil: alunos de 13 a 18 anos de idade; Educação Especial: escolas e institutos de alunos portadores de necessidades especiais, sem limite de idade.

Podem participar do FETRAN, escolas públicas e privadas da Rede de ensino de Mato Grosso – Ensinos Fundamental e Médio, educação especial e Projetos e/ou Programas sociais de cunho educativo.

- *Prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito;*

COMPARATIVO DE ACIDENTES POR EXERCÍCIO				
EXERCÍCIO	N.º ACIDENTES	N.º FERIDOS	N.º MORTOS	N.º VEÍCULOS ENVOLVIDOS
2010	3741	2358	234	5347
2011	3871	2221	257	6398
2012	4266	2443	270	7070
2013	4547	2572	296	7607

O aumento do número de acidentes em nossas rodovias, no exercício de 2013, ocorreu devido à somatória dos seguintes fatores:

a) Aumento da frota nacional;

b) A falta de melhorias na malha viária do nosso Estado: falta de terceiras faixas e acostamentos, duplicações em perímetros urbanos (estão ocorrendo obras em alguns Municípios), limpeza das margens das rodovias (muitas placas estão cobertas pela vegetação) e conservações periódicas das rodovias, principalmente durante o período de chuvas;

c) A quantidade de efetivo, que não é suficiente para se realizar ações periódicas na prevenção dos acidentes;

Distribuição do efetivo nas Delegacias			
Unidade	Efetivo		
	Total da Delegacia	Administração da Delegacia	Médio por Posto
1ª Delegacia – Cuiabá	42	3	19
2ª Delegacia – Rondonópolis	55	3	13

3ª Delegacia – Cáceres	38	3	17
4ª Delegacia – Diamantino	33	3	15
5ª Delegacia – Primavera do Leste	19	3	16
6ª Delegacia – Sorriso	34	3	15
7ª Delegacia – Pontes e Lacerda	16	3	13
8ª Delegacia – Barra do Garças	32	3	14
<b>Total de PRFs nos Postos</b>		<b>269</b>	

O quadro acima demonstra claramente o baixo efetivo no estado de Mato Grosso, tendo uma média de 15 (quinze) PRFs por unidade operacional. São quatro escalas ficando então uma média de três PRFs por escala.

Vale destacar, ainda, que o quantitativo por escala de serviço não contempla os PRFs de férias, operações, afastamentos diversos, entre outros.

As escalas comuns são de 2 (dois) PRFs por plantão, não sendo raro quando 1 (um) PRF tira o plantão sozinho, ficando limitado a realizar apenas a guarda patrimonial do posto, não podendo realizar fiscalizações e/ou rondas ostensivas.

Importante destacar que tais números ainda sofrerão mais alterações em 2014 e, infelizmente, a perspectiva é que reduzam. Vale dizer que a diferença entre o efetivo de 2012 e 2013 nos aponta um déficit de 50 policiais.

### Resultados Operacionais

TABELA DE APRENSÕES					
OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2011	2012	2013	%2012-2013
<b>Cocaína</b>	Gramas	1963193	1042785	664834	- 47 %
<b>Crack</b>	Gramas	1100	0	2477	---
<b>Maconha</b>	Gramas	591117	1181690	1070041	- 10 %
<b>Total de ocorrências</b>	Unidade	123	145	86	- 40 %

TABELA DE PROCEDIMENTOS DE ROTINA					
OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2011	2012	2013	%2012-2013
<b>Autuações</b>	Unidade	63802	61205	49829	- 18 %
<b>CNHs Recolhidas</b>	Unidade	942	861	893	3,5 %
<b>Veículos Retidos</b>	Unidade	2322	1833	1537	- 16 %
<b>Veículos Fiscalizados</b>	Unidade	274039	246208	223577	- 9 %
<b>Auxílio a Usuário</b>	Unidade	3296	3475	2052	- 41 %
<b>Escolta/Batedor</b>	Unidade	68	761	446	- 41 %

Os números poderiam ter sido melhores, todavia disponibilizamos grande parte de nosso efetivo para participar de operações em outros estados, que se destacaram pela necessidade do envolvimento de grande número de policiais e por um período longo de ausência dos mesmos de suas delegacias de lotação. Dessa forma, algumas operações locais, previstas no calendário do planejamento operacional 2013, ficaram comprometidas, ora por falta de efetivo para realocações, ora por falta de recursos financeiros.

Outro fator que merece destaque são as escoltas que são requisitadas diariamente, sejam para peças de usinas, maquinários e até embarcações, que atravessam o estado de Mato Grosso, necessitando de dedicação exclusiva das rondas e dos PRFs e acabam por demorar dias, dependendo da velocidade de cruzeiro, para realizar o deslocamento por nossas BRs já tão congestionadas pelo elevado fluxo diário de veículos.

### **OPERAÇÕES E MISSÕES ESPECIAIS REALIZADAS:**

De acordo com o art. 80, VII do Regimento Interno, Portaria Interministerial nº 1.375, de 02 de agosto 2007, o Núcleo de Operações Especiais – NOE tem em sua estrutura o Grupo de Operações com Cães, Grupo de Controle de Distúrbio, entre outros.

Junto ao Núcleo de Operações Especiais foram agrupados dois outros grupos especializados, quais sejam, o Grupo de Operações com Cães (GOC), que antes atuava junto à 1ª DLPRF (canil central no Estado – efetivo local de 4 policiais, com 2 cães em trabalho) e agora atua diretamente ao NOE, agilizando o atendimento às demandas; outro grupo realocado para atuar junto ao NOE foi o Corpo de Motociclistas Regional, que atuam com escolta de dignatários e fiscalização com motocicletas – efetivo local de 3 policiais. Vale destacar que ainda existe um grupo do GOC na 5ª DLPRF (presença de 1 binômio).

Os 12 (doze) policiais aptos ao serviço operacional estão divididos em 02 (duas) equipes táticas, composta por chefe de equipe, motorista e auxiliares. Esse efetivo tem sido mobilizado constantemente em Operação demandadas especialmente pela DCC.

No ano de 2013 o Núcleo de Operações Especiais atuou em 25 operações dentro e fora do estado; dentre as operações em que houve sua participação contamos com operações especializadas de controle de distúrbio (choque), sentinela (projeto ENAFRON) e diversas operações temáticas de combate ao crime.

Para o ano de 2014 foi elaborado o Planejamento Operacional, sendo sintetizado nas ações descritas no quadro abaixo.

<b>METAS ESTABELECIDAS PARA O ANO DE 2014</b>	
<b>Ações</b>	<b>Finalidade</b>
Capacitação dos gestores no SIGER.	Aumentar a eficácia nas funções de planejamento e controle.
Fortalecer a parceria com o Ministério Público do Trabalho.	Realizar ações na prevenção e no controle do excesso de jornada de trabalho por parte dos motoristas profissionais.
Realizar operações temáticas de transporte, principalmente, o de produtos perigosos, de cargas e de passageiros.	Aumentar a eficácia nas ações de fiscalização de transporte por meio de treinamento e operações.
Realizar estudo dos acidentes de trânsito, identificando pontos críticos e causas, propondo ações preventivas.	Fornecer subsídios para a gestão operacional, tanto da Delegacia quanto da Regional, implantar ações mais eficientes na redução de acidentes.
Monitorar as condições de trafegabilidade e	Execução de um dos serviços a serem prestados pela PRF conforme

coibir o uso inadequado ou ilegal das margens das rodovias.	MGO.
Ministrar palestras sobre educação para o trânsito para motoristas profissionais.	Instruir os motoristas profissionais sobre técnicas de condução segura e conscientizá-los dos riscos a que estão expostos ao trafegar por rodovias, adotando uma postura preventiva a esses riscos.
Direcionar a fiscalização de trânsito para infrações relacionadas às principais causas de acidentes e para os locais, datas e horários de maior incidência, como, ultrapassagens proibidas, excesso de velocidade, não uso do cinto de segurança e de cadeirinhas.	Prevenir acidentes e reduzir a mortalidade e gravidade das vítimas.
Realizar operações temáticas de fiscalização de trânsito, principalmente, alcoolemia, ultrapassagens, excesso de velocidade, distância de segurança, equipamentos obrigatórios e uso de cinto de segurança e cadeirinha.	Aumentar a eficácia nas ações de fiscalização de trânsito, reduzir a quantidade de acidentes, bem como a gravidade dos que ocorrerem.
Divulgar nos meios de comunicação série de matérias sobre as infrações de trânsito com maior impacto nos acidentes, feridos e mortes nas rodovias federais, bem como repassar dicas de segurança de como evitar tais condutas perigosas.	Reduzir os acidentes de trânsito e sua letalidade.
Realizar operações de combate ao tráfico de drogas.	Aumentar a eficácia das operações de combate ao tráfico de drogas.
Realizar projeto para reestruturação do NOE e criação de GPT.	Aumentar a eficácia no combate a criminalidade.
Realizar operações temáticas de combate ao crime, principalmente, identificação veicular, exploração sexual e ambiental.	Aumentar a eficácia nas ações de combate ao crime, por meio de treinamento e operações.
Realizar estudo dos acidentes das ocorrências criminais, identificando pontos críticos e rotas utilizadas, bem como propondo ações preventivas.	Fornecer subsídios para a gestão operacional, tanto da Delegacia quanto da Regional, implantar ações mais eficientes no combate ao crime.
Realizar reuniões operacionais com todo o efetivo da regional.	Melhorar a imagem da PRF.
Intensificar as palestras com o reforço do tema corrupção.	Buscar o auxílio da sociedade no combate a corrupção.
Introduzir o policiamento com motocicletas nas atividades diárias das Unidades Operacionais.	Aumentar a percepção de segurança por meio da diminuição dos tempos de respostas.
Desenvolver uma metodologia para análise e definição da participação da PRF em eventos.	Otimizar a utilização dos recursos e definição de operações.
Desenvolver um projeto para melhorar o tempo de resposta e otimização do atendimento do 191.	Melhorar a imagem da PRF.
Acompanhar a divulgação das ações e impressões da PRF em Mato Grosso divulgadas pela mídia.	Melhorar a imagem da PRF.
Regulamentar a avaliação de desempenho individual e a avaliação de desempenho das delegacias.	Alcance das metas e motivação do efetivo.
Implementar a utilização do cartão programa de	Aumentar a eficácia das atividades de policiamento e fiscalização.

policciamento de forma eficaz.	
Implementar o controle dos formulários operacionais.	Controlar o uso e a disponibilidade dos formulários operacionais.
Distribuir equipamentos e viaturas de forma estratégica, mantendo o controle da situação e da lotação.	Aumentar a eficácia da utilização de equipamentos e viaturas.
Firmar um convênio para remoção e guarda de veículos.	Reduzir a quantidade de veículos nos pátios dos postos e delegacias.
Implementar a utilização do TCO	Simplificar os procedimentos administrativo em casos de crimes de pequeno potencial ofensivo e aumentar a disponibilidade do efetivo.
Realizar leilão dos veículos retidos/apreendidos.	Reduzir a quantidade de veículos retidos/apreendidos nos pátios dos postos e delegacias.
Implementar a Inspeção da Gestão Operacional.	Aprimoramento da gestão das delegacias.
Mapear o processo de credenciamento de escolta e batedor e padronizar as rotinas administrativas.	Aumentar a eficácia do credenciamento de escolta e batedor e dimensionar os recursos necessários.
Adotar as medidas de planejamento trazidas pelo Manual de Gestão Operacional.	Aumentar a eficácia dos trabalhos realizados pela PRF por meio de uma sistemática técnica e profissional de realização das atividades institucionais.
Realizar etapa de treinamento no período de convocação para determinadas operações.	Melhorar a qualidade do serviço prestado pela PRF em Mato Grosso, bem como, em sintonia com os Princípios da Economicidade e Eficiência, aproveitar a convocação simultânea de grupos de trabalho para nivelar conhecimentos técnicos.
Divulgar as ações da 2ª SRPRF em Mato Grosso ao público interno.	Identificar as dificuldades enfrentadas, os possíveis entraves e as soluções aprendidas, bem como divulgar ao efetivo os resultados conseguidos com o empenho do grupo.

Segundo a IS nº 02/2013 da Coordenação Geral de Operações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o calendário nacional de operações a ser realizado em 2014 é o que segue:

CALENDÁRIO NACIONAL DE OPERAÇÕES 2014				
EVENTOS	PERÍODO		HORÁRIO/DIA	
	INÍCIO	TÉRMINO	00h00	24h00
OPERAÇÃO CARNAVAL	28/02/14	05/03/14	SEXTA-FEIRA À QUARTA-FEIRA	
1º COMANDO DE SAÚDE	19/03/14	19/03/14	QUARTA-FEIRA	
2º COMANDO DE SAÚDE	16/04/14	16/04/14	QUARTA-FEIRA	
OPERAÇÃO SEMANA SANTA/TIRADENTES	17/04/14	21/04/14	QUINTA-FEIRA À DOMINGO	
OPERAÇÃO DIA DO TRABALHO	01/05/14	04/05/14	QUINTA-FEIRA À DOMINGO	
ENFRENTAMENTO AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	17/05/14	19/05/14	SEXTA-FEIRA À DOMINGO	
OPERAÇÃO CORPUS CHRISTI	19/06/14	22/06/14	QUINTA-FEIRA À DOMINGO	
COPA DO MUNDO 2014	12/06/14	13/07/14	QUINTA-FEIRA À DOMINGO	
3º COMANDO DE SAÚDE	29/10/14	29/10/14	QUARTA-FEIRA	
SEMANA NACIONAL DO TRÂNSITO	18/09/14	25/09/14	QUINTA-FEIRA À QUINTA-FEIRA	



ELEIÇÕES 2014	04/10/14	05/10/14	SEXTA-FEIRA À DOMINGO
4º COMANDO DE SAÚDE	26/11/14	26/11/14	QUARTA-FEIRA
OPERAÇÃO RODOVIDA	12/12/14	31/01/15	SEXTA-FEIRA À SÁBADO
OPERAÇÃO NATAL	25/12/14	28/12/14	QUINTA-FEIRA À DOMINGO
OPERAÇÃO FIM DE ANO	01/01/15	04/01/15	QUINTA-FEIRA À DOMINGO

METAS OPERACIONAIS PARA 2014				
Procedimentos	Total p/ 2014	Média Mensal	Média p/ Posto	Média Diária
Fisc. Pessoas	321600	26800	1576	53
Fisc. Veículos	321600	26800	1576	53
Fisc. Alcoolemia	86784	7232	425	14

### 2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

A Portaria DG/PRF nº 28, de 12 de fevereiro de 2014, instituiu o plano estratégico da Polícia Rodoviária Federal para os exercícios 2013 a 2020.

Da mesma forma foram definidos os indicadores de desempenho estratégicos, contendo: perspectiva, vetor, resultado esperado/objetivo a ser alcançado, título, forma de cálculo, polaridade, área responsável pela medição e áreas responsáveis pelo resultado.

Contudo, ainda não foi possível efetuar a medição de um indicador de desempenho estratégico, em virtude de ainda estar em construção.

### 3. Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1. Estrutura de Governança

Essa Unidade Jurisdicionada não possui um Sistema de Controle Interno. Tal controle somente encontra-se estruturado no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual a 2ª SRPRF é subordinada.

Inobstante, foi criado o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização que tem acompanhado as demandas oriundas do controle externo realizado pela Secretaria de Controle Externo da Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso.

### 3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p><b>Análise Crítica:</b> Essa UJ não possui um Sistema de Controle Interno. Tal controle somente encontra-se estruturado no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UJ é subordinada.</p> <p>Inobstante, foi criado o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização que tem acompanhado as demandas oriundas do TCU e CGU, ainda que de forma incipiente e não concentrada.</p> <p>Cabe ressaltar que a alta Administração deste DPRF tem se empenhado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF processo atualmente sob análise da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para posterior encaminhamento à Casa Civil.</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>					

### 3.3 Remuneração Paga a Administradores

As informações sobre a política de remuneração vigente no exercício, inclusive a base normativa, e os demonstrativos: Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal, Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos, Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos, Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores, não se aplicam a natureza da unidade jurisdicionada.

**QUADRO A.3.2 - REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL**

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

**QUADRO A.3.3 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

**QUADRO A.3.4 – DETALHAMENTO DE ITENS DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES**

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

**3.4 Sistemas de Correição****Competência da Corregedoria Regional - CR e do Núcleo de Assuntos Internos - NUI**

O Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ, regulamentado através da Portaria MJ nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007, aponta que a missão da Corregedoria Regional e do Núcleo de Assuntos Internos é zelar pela observância das normas e princípios norteadores da conduta dos servidores do DPRF/MJ, agindo “proativamente” através de ações preventivas, educativas, participativas e investigativas no combate ao desvio de condutas.

Setor	Competência Regimental
Corregedoria Regional - CR	Art. 92, da Portaria Nº 1.375, de 2 de Agosto de 2007 - Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	<p>I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecida as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;</p> <p>II - proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;</p> <p>III - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;</p> <p>IV - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;</p> <p>V - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;</p> <p>VI - elaborar e manter atualizado os relatórios da área correccional da Unidade Regional;</p> <p>VII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correccionais de servidores da Superintendência;</p> <p>VIII - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;</p> <p>IX - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;</p> <p>X - elaborar estatísticas de interesse da área correccional e relatórios de gestão;</p> <p>XI - prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correccionais;</p> <p>XII - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;</p> <p>XIII - auxiliar na gestão do orçamento correccional;</p> <p>XIV - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e</p>

	XV - elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.
<b>Núcleo de Assuntos Internos - NUIAI</b>	Art. 93 da Portaria Nº 1.375, de 2 de Agosto de 2007 - Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
<b>Descrição</b>	<p>I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;</p> <p>II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;</p> <p>III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;</p> <p>IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;</p> <p>V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e</p> <p>VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.</p>

### METAS PARA O EXERCÍCIO 2013

O Planejamento Correicional de 2013 estabeleceu ações específicas e estratégicas para os trabalhos a serem desenvolvidos pela Corregedoria Regional da 2ª SRPRF em 2013, observada a política Correicional da Superintendência Regional e as diretrizes gerais da Corregedoria Geral, com o fim de dar cumprimento às atribuições regimentais. Dentre as ações correicionais destinadas a prevenir os desvios de condutas no âmbito da 2ªSRPRF, elegemos as seguintes prioridades:

- Participação dos Chefes de Seções e Núcleos nas reuniões com o efetivo operacional nas Delegacias/PRF, de forma a fortalecer as diretrizes dos Gestores do DPRF/MJ.
- Levantamento de pontos críticos de ocorrências mais frequentes com o aprimoramento das atuações preventivas nas ações correicionais, através da elaboração de estudos estratégicos e mapas de controle, realização de visitas constantes a locais pré definidos, bem como a constante fiscalização dos chefes imediatos em seus servidores.
- Criar novas comissões disciplinares na 2ª SRPRF, fornecendo um ambiente de trabalho propício para o desenvolvimento do serviço correicional, além de melhorar sensivelmente a qualidade das investigações correicionais proporcionando à Administração um serviço mais qualificado, eficaz e especializado, minimizando as chances de erros nos procedimentos disciplinares.
- Promover a execução do acompanhamento gerencial de serviço (AGS), ação que deverá ser absorvida e cumprida por cada chefe das Seções/Núcleos e Delegacias, execução esta que deverá ser preferencialmente cumprida pelos chefes, podendo ser delegada, justificadamente, ressaltando que deverá ser autuado um processo para cada Seção/Núcleo e Delegacia, sendo realizado, ao menos, um AGS por mês, pela chefia imediata ou responsável, em cada equipe de serviço.
- Supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas à conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores lotados nas delegacias, por meio do sistema

SIGER e outros indicadores, bem como daqueles servidores lotados na Sede da Regional, obedecidas as diretrizes correicionais do Departamento, participando de reuniões mensais com os chefes da SRH, SAF e SPF, juntamente com o Superintendente Regional.

- Utilizar quando possível cartas precatórias e a vídeo conferência, possibilitando assim uma redução de custo nas ações correicionais.
- Procurar junto ao NUCAP ofertar cursos de capacitação em sindicância e processos administrativos disciplinares, para servidores da 2ª SRPRF, tendo em vista que um número maior de servidores participando de processos melhoraria a distribuição dos mesmos e permitiria maior agilidade em suas conclusões.
- Criar o acervo de livros na Corregedoria e melhorar o espaço físico, bem como melhorar os equipamentos.

### METAS E RESULTADOS.

Para demonstrar os resultados das ações correicionais, tais como: investigações preliminares, análises processuais, atuação da Comissão de Ética e, ainda, as demais operações de corregedoria, buscamos estabelecer comparativos do período de 2011 a 2013, servindo de base para futuros planejamentos estratégicos correicionais, desta Regional.

Os gráficos abaixo demonstram uma diminuição das demandas processuais no período 2011 a 2013. Nesses períodos verifica-se que diminuiu as denúncias recebidas, assim como as penalidades aplicadas.

<b>COMPARATIVO DA DEMANDA PROCESSUAL - TRIÊNIO 2011, 2012 E 2013.</b>			
<b>PROCESSOS EM ANDAMENTO</b>			
	<b>DEZ/2011</b>	<b>DEZ/2012</b>	<b>DEZ/2013</b>
Sindicância Administrativa Disciplinar - SAD	0	2	2
Processo Administrativo Disciplinar - PAD	9	48	46
<b>TOTAL DE PENALIDADES APLICADAS NO ANO</b>			
	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
DEMISSÕES	1	0	0
SUSPENSÕES	2	1	3
SUSPENSÃO (PRESCRITA)	0	1	1
ADVERTÊNCIA	2	4	0
ADVERTÊNCIA (PRESCRITA)	0	1	0
NOTA DE CULPA/CENSURA	5	2	0

No ano de 2013 houve uma considerável diminuição das denúncias recebidas, em comparação ao exercício 2012, fato que se refletiu nos procedimentos aguardando instauração ou em investigação preliminar, no entanto as investigações foram afetadas devido aos poucos servidores capacitados para conduzirem procedimentos disciplinares formais e pelos grandes

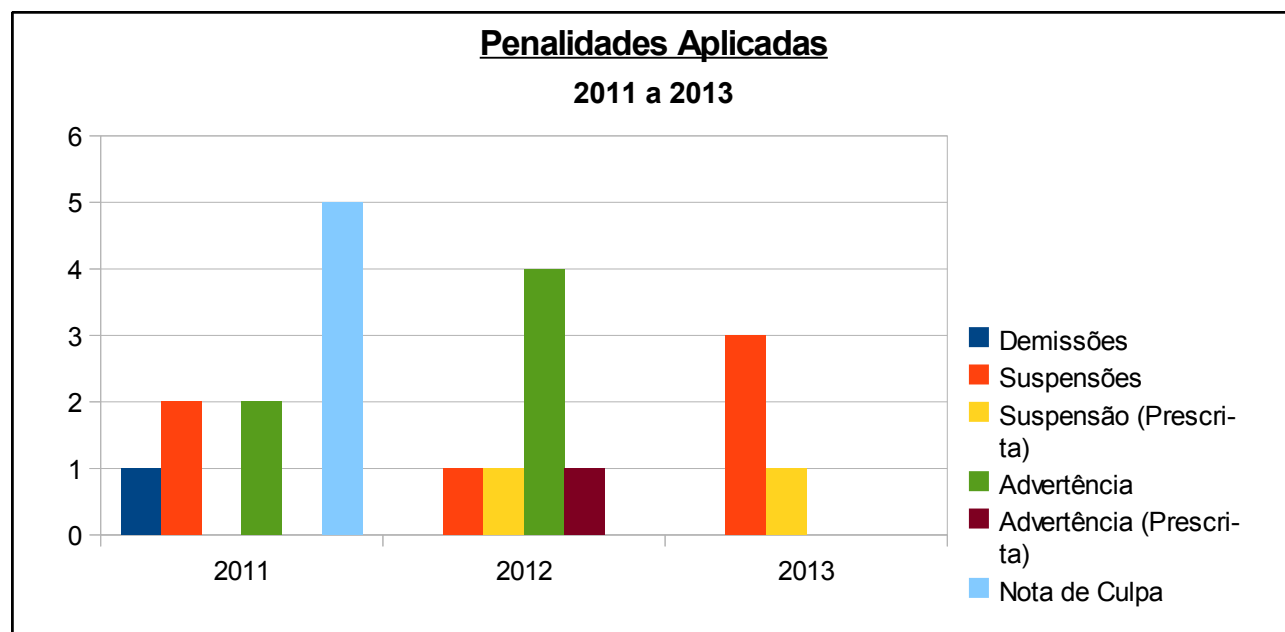
eventos dos quais os servidores lotados nesta Regional participaram – *Cito: Jornada Mundial da Juventude e a Copa das Confederações*. Já o número de processos instaurados no exercício 2013, em comparação aos outros anos, diminuiu por força das ações efetivadas pela gestão da 2ª SRPRF.

Neste sentido, *a priori*, podemos considerar que as ações correicionais corresponderam as expectativas apresentadas nos anos pretéritos, o que, por si só traduz um considerável avanço das atividades correicionais, haja vista, o comprometimento dos gestores em apurar as irregularidades atribuídas aos policiais rodoviários federais.

PROCESSOS RECEBIDOS E CONCLUÍDOS NO TRIÊNIO - 2011 A 2013.			
	2011	2012	2013
Denúncias recebidas e autuadas	63	58	45
Processos concluídos e encerrados no período	21	14	22

Notadamente o número de processos concluídos e encerrados foi maior que os anos anteriores, entretanto as demandas correicionais não sofreram a mesma diminuição, traduzindo-se em apenas dois procedimentos disciplinares em relação ao exercício 2012- *Processos em andamento*, fato que evidencia a necessidade de nova análise e planejamento para o ano/exercício/2014.

Outro fator que ressaltamos foi a menor quantidade de processos novos instaurados na Regional, nos últimos três anos. Fato que teremos que corrigir, pois aumenta a sensação de impunidade do efetivo- *As vezes pelo lapso de tempo as penalidades são fulminadas pela prescrição*, bem como pode causar um desconforto ao servidor acusado, que não tem uma solução rápida para o seu processo.



Em relação as penalidades aplicadas no exercício 2013, muito embora se tenham traduzidas em 04 (quatro) penalidades de suspensão - *uma delas abarcada pela prescrição* - esta diminuição não se traduz em um fator negativo, haja vista a grande quantidade de processos arquivados, seja pelo reconhecimento da inocência do servidor acusado e/ou por faltar provas de que o fato tenha mesmo ocorrido – *Pelo fato de muitas vezes os denunciantes não ratificarem os termos das denúncias e/ou se querem comparecer em audiências*. Ressalta-se que embora um PAD tenha sido encaminhado ao MJ, o Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça divergiu do entendimento do colegiado entendendo cabível a penalidade de suspensão, reconhecendo a prescrição da penalidade disciplinar.

Muito embora os números demostrem diminuição significativa nas incidências das aplicações de penalidades este fato não é, ainda, um reflexo exclusivo das ações correcionais internas, e sim também ocorrências de fenômenos de força maior – *Em especial os processos remanescente da Operação Curupira/PF e as denúncias recebidas nesta Regional*. Notadamente em razão dos inúmeros processos sensíveis tramitando na Regional, não se vislumbra a manutenção desses números para o exercício 2014, caso os grandes eventos: Carnaval, Copa do Mundo no Brasil e Eleições, assim permitam.

Neste sentido não houve aplicação da penalidade capital no exercício 2013. Em uma visão acurada, do gráfico abaixo, verifica-se que as infrações de menor potencial ofensivo aumentaram significativamente na razão abaixo descrita. Fato observado como nas ocorrências repetitivas das faltas disciplinares, tais como (figura II): *Acidentes com Vtr; Extravio de material controlado; Uso indevido dos sistemas informatizados; Irregularidade na liberação de veículo*. Os gráficos abaixo demonstram as demandas processuais *gravíssimas*, permitindo somente a visualização das infrações denominadas leves e moderadas, ficando a cargo do próximo gráfico esmiuçar as demandas recebidas por esta corregedoria nos exercícios 2011/2013. Vide os dados no gráfico a seguir:

Dos números apresentados verifica-se que para este triênio (2011, 2012 e 2013) há média de 55 (cinquenta e cinco) denúncias recebidas e atuadas e uma média para 43 (quarenta e três) procedimentos finalizados, com déficit médio de 12 (doze) procedimentos/denúncia. Considerando que no início do ano/exercício 2014, temos 78 (setenta e oito) procedimentos em andamento – Destes: 48 em andamento, 29 em investigação preliminar (verificando materialidade e autoria de suposta irregularidade disciplinar) e 1 aguardando julgamento-, a tendência é terminar o exercício/2014 com 90 (noventa) procedimentos.

Destas informações concluímos que as ações correcionais terão que ser abarcadas pelos gestores das unidades operacionais, que deverão ceder servidores da atividade fim para comporem SAD, SAI e PAD, bem como com os chefes dos Núcleos e Seções desta Regional, além da cooperação da Corregedoria Geral em ceder e/ou garantir que servidores lotados em outras regionais componham comissões na 2ª SRPRF, a fim de evitar o acúmulo de processos, garantindo a razoável tramitação processual, evitando-se, assim, o instituto da prescrição.

Faz-se estas considerações no intuito de se evitar o acúmulo de demandas correcionais futuras, garantindo assim a devida resposta da Administração Pública aos usuários das vias públicas que clamam por uma resposta rápida, justa e eficaz para as demandas apresentadas.





### FATORES QUE INFLUENCIAM NOS RESULTADOS

**RECURSOS HUMANOS** - Para que a corregedoria possa cumprir a sua competência regimental com eficiência e celeridade é necessário uma estrutura logística mínima, tanto de pessoal quanto material, possibilitando o desenvolvimento regular da missão correicional.

Em 31/12/2013 a seção de corregedoria contava efetivamente com 05 (cinco) servidores e uma terceirizada, sendo 02 (dois) servidores e a terceirizada lotados na CR e 03 (três) servidores lotados no NUAL.

Ocorreu que esta seção perdeu dois servidores, um por conta de remoção – *para outra regional*-, e o outro por conta de ter tomado posse em cargo inacumulável – *Delegado de Polícia*.

Deste modo, as ações correicionais nos últimos meses do ano ficaram prejudicadas, até porque um destes servidores estava presidindo 20 (vinte) PADs e o outro era o chefe do NUAL, além do fato de outro servidor ter se afastado das atividades disciplinares por conta de problemas de

saúde, totalizando assim 30 (tinta) PADs sem comissões regulares, fatores que obrigaram esta gestão repensar o planejamento e as ações relativas a forma como compor as respectivas comissões, o total de processo com cada servidor, procurando evitar que fatos desta natureza não mais prejudiquem um número tão grande de processos em curso.

**RECURSOS MATERIAIS** - A Corregedoria Regional, através do NUAI, conta com equipamentos básicos (02 pistolas PT 640, filmadora, gravador de áudio, GPS, etc.) para serem utilizados nas atividades desenvolvidas pelo núcleo.

No entanto, as armas não são suficientes, levando-se em consideração que os servidores do NUAI muitas vezes tem que trabalhar com roupas dissimuladas.

VIATURAS – Atualmente contamos com 05 (cinco) viaturas sendo: 01 (um) ASTRA, 01 (um) PALIO, 01 (um) SENTRA, 01 (um) Fluence e 01 (um) Trailblazer – *Caracterizada*.

No momento o número de viaturas descaracterizadas é suficiente, apesar de só termos recebido os dois últimos veículos no final do ano. Este fato prejudicou o bom desempenho das atribuições da CR, levando-se em consideração que o quantitativo da frota era insuficiente, fato que melhorou consideravelmente no último mês do ano. O que nos faz projetar a seguinte perspectiva para o próximo ano:

- a) O quantitativo da frota é suficiente? .....SIM;
- b) A idade média da frota é satisfatória?.....SIM;
- c) Em 2013, a idade média da frota aumentou ou diminuiu? DIMINUIU;
- d) Em função do quantitativo ou qualidade da frota existente houve prejuízos ou não foram realizadas operações relevantes em 2013? NÃO HOUVE PREJUÍZO.

**INSTALAÇÕES FÍSICAS** – Neste exercício de 2013 as salas da CR foram redistribuídas na Sede da 2ª SRPRF fato que à princípio prejudicou o ambiente e os trabalhos da CR, considerando que a sala da corregedoria ficou por mais de 40 (quarenta) dias sem luz, pelo fato de não ter um técnico para corrigir o problema, além de termos que improvisar nas ligações dos computadores e demais periféricos, ações que necessitavam de um planejamento adequado visando as necessidades da seção ao novo ambiente de trabalho.

Ressalto por oportuno que a sala de vídeo conferência, que ainda pertence a CR e abriga atualmente três servidores está com o ar condicionado quebrado há mais de um ano, com infiltração nas paredes e virou no último mês do ano depósito para os móveis da Sede, prejudicando assim os trabalhos dos servidores.

**CAPACITAÇÃO** - Durante o exercício de 2013 não houve a capacitação de servidores desta Regional e não se pôde contar com os servidores que já estavam capacitados, pelo fato destes servidores estarem acumulando atividades - Alguns servidores são fiscais de contratos e outros respondem por Seção, Núcleo, Delegacias e/ou são instrutores nos Curso de Formação de Policiais Rodoviários Federais/CFP, além de serem convocados para as grandes operações da

CGO/DPRF/MJ (ex.: Jornada Mundial da Juventude, Copa das Confederações, Marãiwatsede e Sentinela).

Desta forma, optou-se por não utilizar estes servidores já capacitados, bem como os servidores lotados nas Delegacias desta Regional, por também entender que a utilização destes servidores prejudicaria o desempenho das Delegacias nas ações operacionais da 2ª SRPRF – Fato que fora analisado e debatido nas Reuniões dos Chefes de Seções e o Superintendente Regional, assim assumimos o ônus por termos como utilizar tais servidores sem prejudicar o bom andamento das atividades operacionais e administrativas em decorrência da efetiva atuação da 2ª SRPRF nas rodovias federais do Estado, mantendo um efetivo mínimo nas ações policiais, preservando assim a regularidade do serviço público prestado pela 2ª SRPRF .

Ressalta-se que as consequências destas ações se mostraram infrutíferas, levando em consideração o grande número de processo que ficou nas mãos de poucos servidores.

**RECURSOS FINANCEIROS** - Em 2011 e 2012 os repasses dos recursos, não foram, de todo, um entrave prejudicial na realização das atividades correcionais, todavia, no ano 2013, a situação foi favorável.

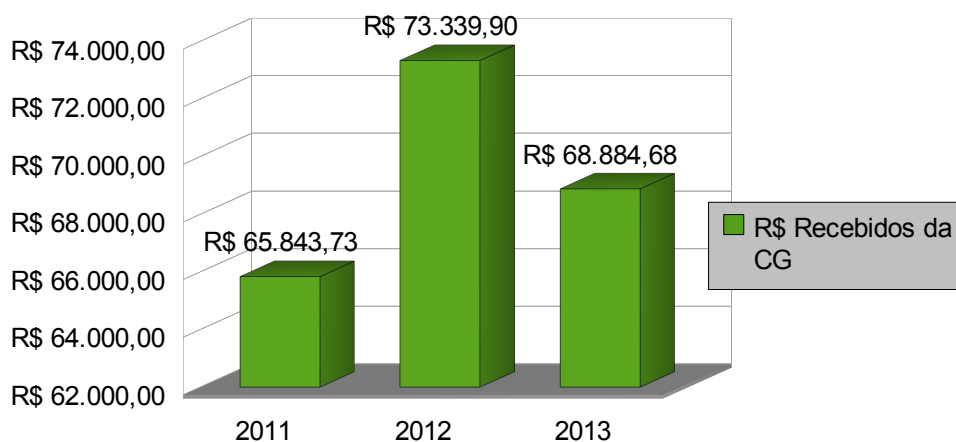
A Corregedoria-Geral liberou os recursos quando solicitados por esta CR. Este fato ajudou sensivelmente os andamentos dos processos o que fez com que vários procedimentos fossem realizados e com isso diminuindo consideravelmente o lapso de tempo dos processos com as comissões em relações aos anos anteriores, contribuindo sensivelmente com as estatísticas dos processos encerrados no ano de 2013.

Em relação aos Acompanhamento(s) Gerencial(ais) de Serviço nos Postos e Delegacias da 2ª SRPRF e os trabalhos de investigações preliminares, não medimos esforços para alcançar a meta estabelecida para esta Corregedoria Regional, muito embora as ações não tenham novamente inspirado os chefes das unidades operacionais, como nós havíamos planejado, fator preponderante que deveremos corrigir para o ano vindouro.

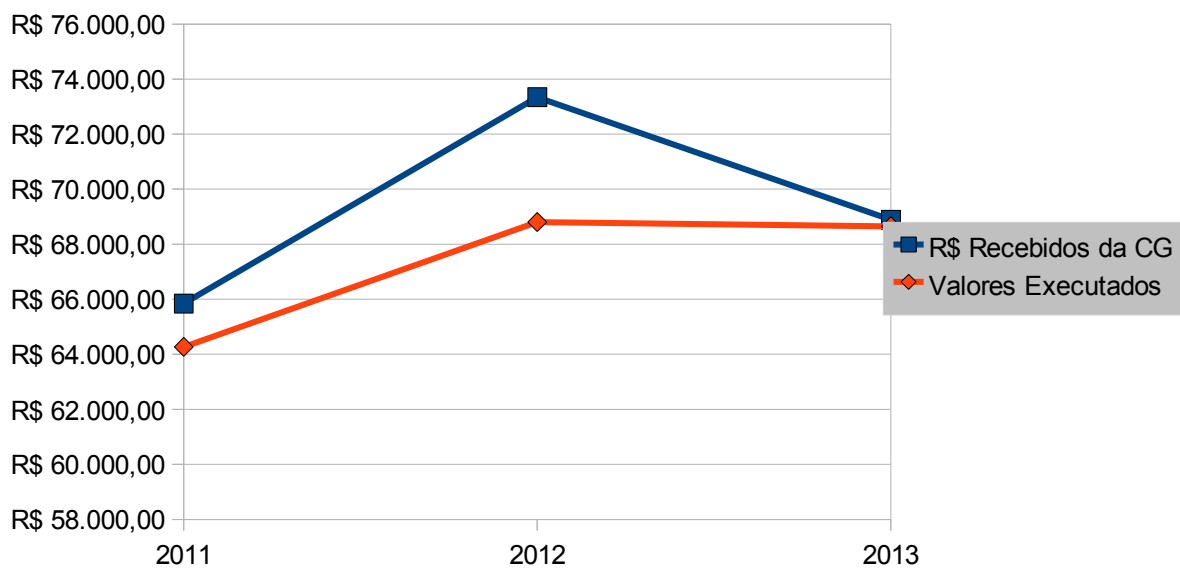
Cumprе salientar que no primeiro semestre de 2013, a Corregedoria Regional auditou um número maior de PRFs em AGS do que os próprios chefes das delegacias o fizeram ao longo de todo o ano, o que demonstra que ainda temos um longo caminho a percorrer, até porque o gerenciamento do serviço é de responsabilidade dos respectivos chefes.

Outro ponto que merece consideração foram os esforços realizados pela CG na realização do Encontro Nacional dos Corregedores e Chefes dos NUAIs e o Workshop de Investigação Social do Concurso da PRF 2013, realizados em Natal e Brasília respectivamente.

A seguir apresentaremos planilhas e gráficos dos recursos que foram liberados à Corregedoria Regional da 2ªSRPRF, no período de 2011, 2012 e 2013, demonstrando que não houve aumento no valor executado em 2013, mas que, contudo, foi suficiente para suprir a demanda, até porque não houve efetividade nas instaurações dos processos, pelo fato de uma grande quantidade de PADs ficar nas mãos de poucos servidores, o que não permitiu um resultado melhor.

**Recursos Recebidos - 2011 a 2013****COMPARATIVO DE RECURSOS LIBERADOS À CORREGEDORIA REGIONAL  
TRIÊNIO 2011 A 2013 – VALORES EM R\$**

	Recebidos da CG	Diárias	Passagens aéreas	Valores	
				devolvidos	executados
<b>2011</b>	65.843,73	64.267,02	-	1.576,71	64.267,02
<b>2012</b>	73.339,90	68.805,95	-	3.580,65	68.805,95
<b>2013</b>	68.884,68	64.422,22	4.228,82	4.462,46	68.651,04

**Recursos Recebidos e Executados - 2011 a 2013**

**PONTOS POSITIVOS - Comissões:** As Comissões disponibilizadas na Regional foram essenciais para a instauração das investigações disciplinares, sendo fundamentais para se evitar a prescrição de penalidades e pelas conclusões das responsabilizações, ou não, dos servidores envolvidos.

As Seções/Núcleos estão empenhadas em colaborar com a Corregedoria Regional, todavia, há pouca disponibilidade de servidores capacitados para tal mister, somando-se à falta de efetivo na atividade fim, complexidade dos trabalhos nos procedimentos e processos disciplinares e nenhum incentivo hábil a reverter este quadro.

Ademais, mesmo tendo ocorrido tantos afastamentos dos presidentes das comissões, foi possível cumprir a meta estabelecida no ano.

Redução das denúncias: Diante das dificuldades encontradas observamos uma sensível redução nas denúncias, o que nos possibilita traçar a meta de 5% (cinco por cento) de redução nas demandas para o exercício 2014. Atribuímos este fator as ações correicionais junto ao efetivo e aos gestores.

Ações que facilitaram os trabalhos correicionais: O fortalecimento mesmo que gradual da ética profissional, o comprometimento do servidor com a instituição PRF, as demandas advindas das ouvidorias, o fácil acesso a Corregedoria-Geral e os AGS realizados junto ao efetivo.

Ressaltando que um maior enfoque nos projetos: Corregedoria Participativa e Trânsito com Cidadania – Ação que este ano foi pouco utilizada, tendo em vista a prioridade dos Gestores nos Grandes Eventos “ Jornada Mundial da Juventude, Copa das Confederações” e os poucos servidores que laboram nestes projetos, impactariam positivamente nos gráficos e números acima expostos. Fato que deverá ocorrer no próximo ano.

**PONTOS NEGATIVOS -** O baixo quantitativo do efetivo da PRF no País, repercute sensivelmente em todas as áreas da Administração do DPRF/MJ, fato sentido demasiadamente na 2<sup>a</sup> SRPRF/MT, que teve seu efetivo reduzido consideravelmente nos últimos anos.

Deste modo, as ações correicionais que necessariamente necessitam de servidores com um bom conhecimento jurídico, são prejudicadas, principalmente pela falta de incentivos aptos a manter estes servidores laborando nas áreas correicionais “CR e/ou NUAI” ou até mesmo em permanecer na PRF.

Outro fator que merece destaque é a falta de capacitação para o policial rodoviário federal quando este é escolhido para ocupar uma função gratificada, muitas vezes este profissional tem que dispender esforços para aprender gestão, recursos humanos, além de ter razoável conhecimento de informática. Não há capacitação para a função ofertada pela Administração e quando há, esta se dá após vários meses em que o servidor está na função.

Os poucos AGS realizados pelos gestores das delegacias também são dignos de nota, por tratar exclusivamente de ação de gerenciamento do serviço prestado pelo policial e ter efetiva relação com a função desempenhada pelo gestor.

---

---

### **3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU**

---

---

Todos os processos da Corregedoria Regional da 2ª SRPRF foram lançados no CGU-PAD em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU.

---

---

### **3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos**

---

---

A 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal não instituiu indicadores para monitorar e avaliar o funcionamento do modelo de governança adotado, bem como para avaliar a efetividade dos controles internos na garantia do alcance de seus objetivos estratégicos estabelecidos.

**4 Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.**  
**PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

---

---

#### **4.1 Execução das despesas**

---

---

A 2ª SRPRF não possuía, no exercício 2013, nível de programação definido no PPA sob sua responsabilidade.

A UJ 30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal - tem apenas ações na sua responsabilidade, a qual informará de forma consolidada no relatório de gestão específico.

---

#### **4.1.1 Programação**

---

**QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMA DE DESPESAS**  
**(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).**

---

#### **4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa**

---

A 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal (2ª SRPRF/MT), Unidade Gestora (UG) 200120, é uma das unidades descentralizadas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e não realiza movimentação de crédito externa, tendo em vista a natureza de seu trabalho.

Pelo fato de não possuir créditos originários, toda sua execução orçamentária é realizada mediante créditos recebidos por movimentação tanto da UG 200109 (DPRF) e UG 200230 (DPRF – Direção Geral).

<b>QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA</b>						
<b>Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes		
	Concedente	recebedora		1 Pessoal e Encargos Sociais	2 Juros e Encargos da Dívida	3 Outras Despesas Correntes
<b>Concedidos</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Recebidos</b>	200109		30101 0618320707U23	-	-	658387,1
	200109		30107 0612221122000	-	-	2.720.779,72
	200109		30107 06181207020IC	-	-	190.104,82
	200109		30107 0618120702723	-	-	3.083.323,55
	200109		30107 0618120708698	-	-	524.735,22
	200109		39250 26782207520UB	-	-	261.487,44
	200109		39253 2612221268785	-	-	33.077,46
	200109		47101 04121212514VN	-	-	574.308,7
	200230		30107 0612221122000	-	-	162.110,68
	200230		30107 0630121122004	-	-	2.162,86
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	concedente	recebedora		4 Investimentos	5 Inversões Financeiras	6 Outras Despesas de Capital
<b>Concedidos</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Recebidos</b>	200109	200120	30101 0618320707U23	4.680,00	-	-
	200109	200120	30107 0612221122000	45.170,20	-	-
	200109	200120	30107 06181207020IC	343.546,77	-	-
<b>Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão</b>						
<b>Concedidos</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Recebidos</b>	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	concedente	recebedora		4 Investimentos	5 Inversões Financeiras	6 Outras Despesas de Capital
<b>Concedidos</b>						
<b>Recebidos</b>						

Fonte: SIAFI Gerencial

**QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA**

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

---

**4.1.3 Realização da Despesa**

---

---

**4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total**

---

**QUADRO A.4.1.3.1.– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL**

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

---

**4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ**

---

**QUADRO A.4.1.3.2. – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ**

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

---

**4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total**

---

**QUADRO A.4.1.3.3. – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL**

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

---

**4.1.3.4 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ**

---

**QUADRO A.4.1.3.4. – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ**

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).



**4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação**

<b>Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação</b>				
Valores em R\$ 1,00				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação</b>	<b>3.755.414,20</b>	<b>3.951.797,08</b>	<b>3.755.414,20</b>	<b>3.951.797,08</b>
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	3.755.414,20	3.951.797,08	3.755.414,20	3.951.797,08
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
<b>2. Contratações Diretas</b>	<b>562.741,14</b>	<b>609.664,97</b>	<b>562.741,14</b>	<b>609.664,97</b>
Dispensa	501.531,13	559.659,05	501.531,13	559.659,05
Inexigibilidade	61.210,01	50.005,92	61.210,01	50.005,92
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
<b>4. Pagamento de Pessoal</b>	<b>2.574.451,09</b>	<b>2.019.987,25</b>	<b>2.574.451,09</b>	<b>2.019.987,25</b>
Pagamento em Folha <sup>1</sup>	-	17.626,18	-	17.626,18
Diárias	2.574.451,09	2.002.361,07	2.545.850,19	2002361,07
<b>5. Outras</b>	<b>180.672,29</b>	<b>109056,85</b>	<b>180672,29</b>	<b>109056,85</b>
<b>6. Totais</b>	<b>7.073.278,72</b>	<b>6.690.506,15</b>	<b>7073278,72</b>	<b>6.689.900,47</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

<sup>1</sup> O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200109. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPRF.

**4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação**

<b>Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação</b>								
Valores em R\$ 1,00								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>1 - Despesas de Pessoal</b>								
08 - Outros Benefícios Assistenciais	-	17.626,18	-	17.626,18	-	-	-	17.626,18
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
14 - Diárias pessoal civil	2.545.850,19	1.967.880,17	2.545.850,19	1.967.880,17	-	-	2.545.850,19	1.967.274,49

30 - Material de consumo	1.945.222,85	1.946.506,93	1.458.422,93	1.633.165,85	486.799,92	429.465,00	1.458.422,93	1.517.041,93
39 -Outros serviços pj	1.832.451,56	1.990.115,91	1.331.629,41	1.517.041,93	500.822,15	356.950,06	1.331.629,41	1.633.165,85
Demais elementos do grupo	1.886.952,95	1.622.945,10	1.726.080,64	1.471.546,04	160.872,31	151.399,06	1.726.080,64	1.471.546,04

**DESPESAS DE CAPITAL**

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>4 – Investimentos</b>								
52 – Equip.e material permanente - op.intra-orc.	393.396,97	1.245.835,40	11.295,55	79.531,50	382.101,42	1.166.303,90	11295,55	79.531,50
39 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	-	11.902,48	-	3.714,48	-	8.188,00	-	3.714,48
<b>5 – Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-

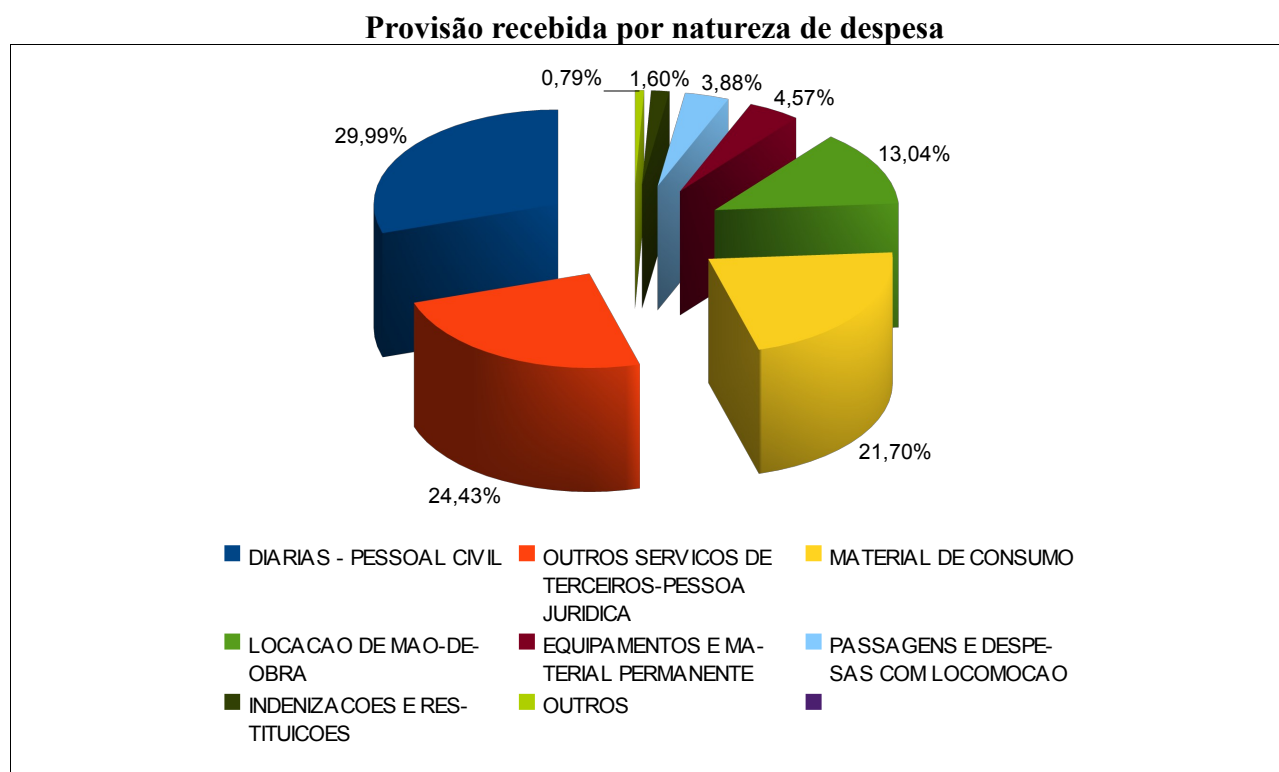
Fonte: SIAFI Gerencial

**4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa****PROVISÕES ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS - EXERCÍCIO DE 2013**

Reiteramos que a 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal (2ª SRPRF/MT), Unidade Gestora (UG) 200120, é uma das unidades descentralizadas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Pelo fato de não possuir créditos originários, toda sua execução orçamentária é realizada mediante créditos recebidos por movimentação tanto da UG 200109 (DPRF) e 200230 (DPRF – Direção Geral), todos eles pertencentes à Unidade Orçamentária 30107.

PROVISÃO RECEBIDA POR NATUREZA DE DESPESA		
Natureza da Despesa	Descrição	Provisão Recebida
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.580.640,06
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.101.563,59
339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.866.735,13
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.122.206,26
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	393.396,97
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	333.860,49
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	137.603,79
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	28.100,00
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	25.304,46
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES (INTRA-ORÇAMENTÁRIO)	10.690,24
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.148,96
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.624,57
<b>TOTAL</b>		<b>8.603.874,52</b>

Fonte: SIAFI Gerencial



Fonte: SIAFI Gerencial

A tabela e gráfico acima demonstram a provisão orçamentária recebida por esta UG, ao longo do exercício 2013, na qual cada descrição corresponde a uma natureza de despesa (sem detalhamento ou subitem).

Destacam-se dos créditos recebidos, aqueles destinados ao custeio das despesas com diárias, serviços de terceiros e material de consumo, responsáveis por 76,12% de toda a provisão concedida pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal a esta unidade em 2013.

### **DETALHAMENTO DA PROVISÃO RECEBIDA – PLANO DE TRABALHO RESUMIDO (PTRES), FONTE E PLANO INTERNO (PI)**

#### **Provisão recebida por Plano de Trabalho Resumido, Fonte e Plano Interno**

Natureza de despesa	PTRES	Fonte	Plano Interno	Provisão recebida
339014	63920	174020197	POLAAH	R\$ 9.707,70
	63921	174020197	POLBET	R\$ 90.917,30
	63924	174020197	POLECP	R\$ 31.063,75
	63924	174020197	POLEPF	R\$ 32.917,96
	63928	100000000	ADM1CG	R\$ 22.220,28
	63928	100000000	ADM1CS	R\$ 32.980,52
	63928	150020197	ADM1CG	R\$ 16.800,35
	63928	150020197	ADM1CS	R\$ 10.963,66
	63928	150020197	ADM1PS	R\$ 4.406,00
	63928	174020197	ADM1AD	R\$ 46.150,25
	63928	174020197	ADM1CF	R\$ 674,88
	63928	174020197	ADM1CG	R\$ 28.534,55
	63928	174020197	ADM1CS	R\$ 74.198,00
	63932	150020197	ADM2CP	R\$ 4.439,90
	63932	150020197	ADM2DH	R\$ 1.243,33
	63932	174020197	ADM2CP	R\$ 84.582,26
	63932	174020197	ADM2DH	R\$ 12.336,90
	63933	174020197	FRT2IT	R\$ 14.889,82
	63935	100000000	FRT3CP	R\$ 25.376,40
	63935	174020197	FRT3CP	R\$ 90.150,96
	63937	174020197	POL3INT	R\$ 66.838,73
	63938	100000000	FRT4IF	R\$ 551,68
	63939	174020197	POL4CC	R\$ 379.514,40
	63939	174020197	POL4PF	R\$ 229.903,82
	63939	174020197	POL4STL	R\$ 74.273,83
	63940	174020197	POL5CC	R\$ 54.236,25
	63942	174020197	POL7ET	R\$ 2.486,66
	64314	100000000	2000000I007	R\$ 446.815,36
	65986	100000000	MT01108	R\$ 33.077,46
	74390	100000000	SESGE-IP7	R\$ 658.387,10

Natureza de despesa	PTRES	Fonte	Plano Interno	Provisão recebida
339030	63921	174020197	POLBET	R\$ 7.840,90
	63927	174020197	TIC1INFRA	R\$ 7.224,96
	63927	174020197	TIC1TC	R\$ 3.612,48
	63928	100000000	ADM1AD	R\$ 19.539,77
	63928	150020197	ADM1AD	R\$ 6.439,60
	63928	174020197	ADM1AD	R\$ 36.047,70
	63933	174020197	FRT2IT	R\$ 4.799,90
	63939	174020197	POL4AF	R\$ 630.136,67
	63939	174020197	POL4MV	R\$ 269.864,14
	63939	174020197	POL4PF	R\$ 566.662,74
	63939	374020197	POL4PF	R\$ 11.907,85
	63941	174020197	POL6AS	R\$ 6.182,98
	64314	100000000	2000000I014	R\$ 34.988,00
	66004	174039282	2NFDA147	R\$ 261.487,44
	339033	63920	174020197	POLAAH
63921		174020197	POLBET	R\$ 10.554,78
63924		174020197	POLECP	R\$ 6.374,80
63924		174020197	POLEPF	R\$ 24.540,92
63928		100000000	ADM1AC	R\$ 748,03
63928		100000000	ADM1CS	R\$ 9.014,31
63928		150020197	ADM1CS	R\$ 6.902,59
63928		174020197	ADM1AD	R\$ 0,50
63928		174020197	ADM1CF	R\$ 599,00
63928		174020197	ADM1CG	R\$ 1.095,77
63928		174020197	ADM1CS	R\$ 21.755,57
63932		150020197	ADM2DH	R\$ 1.000,00
63932		174020197	ADM2CP	R\$ 23.001,05
63932		174020197	ADM2DH	R\$ 18.684,98
63933		174020197	FRT2IT	R\$ 199,00
63935		100000000	FRT3CP	R\$ 16.496,99
63935		174020197	FRT3CP	R\$ 22.576,77
63937		174020197	POL3INT	R\$ 6.890,49
63938		100000000	FRT4IF	R\$ 0,16
63939		174020197	POL4CC	R\$ 64.353,36
63939		174020197	POL4PF	R\$ 2.730,04
63940		174020197	POL5CC	R\$ 233,19
63942		174020197	POL7ET	R\$ 1.538,28
64314	100000000	2000000I007	R\$ 92.504,46	

Natureza de despesa	PTRES	Fonte	Plano Interno	Provisão recebida
339036	63921	174020197	POLBET	R\$ 1.624,57
339037	63928	100000000	ADM1TC	R\$ 114.125,51
	63928	150020197	ADM1TC	R\$ 72.800,00
	63928	174020197	ADM1TC	R\$ 935.280,75
339039	63920	174020197	POLAAH	R\$ 0,40
	63924	174020197	POLEPF	R\$ 1,12
	63927	174020197	TIC1INFRA	R\$ 16.135,99
	63927	174020197	TIC1TC	R\$ 496.904,20
	63927	174020197	TIC1TM	R\$ 857,59
	63928	100000000	ADM1AC	R\$ 2.500,00
	63928	100000000	ADM1AD	R\$ 53.284,14
	63928	100000000	ADM1TC	R\$ 710,92
	63928	150020197	ADM1AD	R\$ 191.565,66
	63928	150020197	ADM1CS	R\$ 0,88
	63928	150020197	ADM1MP	R\$ 153.979,02
	63928	150020197	ADM1TC	R\$ 212.254,73
	63928	174020197	ADM1AD	R\$ 455.637,95
	63928	174020197	ADM1CG	R\$ 0,04
	63928	174020197	ADM1CS	R\$ 0,06
	63928	174020197	ADM1MP	R\$ 4.690,00
	63928	174020197	ADM1TC	R\$ 1.156,33
	63932	174020197	ADM2CP	R\$ 0,42
	63932	174020197	ADM2DH	R\$ 0,16
	63935	100000000	FRT3CP	R\$ 1,60
	63935	174020197	FRT3CP	R\$ 2,72
	63937	174020197	POL3INT	R\$ 0,50
	63938	100000000	FRT4IF	R\$ 14.949,84
	63939	174020197	POL4AF	R\$ 999,00
	63939	174020197	POL4CC	R\$ 1,12
	63939	174020197	POL4MV	R\$ 209.204,82
	63939	174020197	POL4PF	R\$ 36.753,34
	63940	174020197	POL5CC	R\$ 0,16
	63941	174020197	POL6AS	R\$ 7.730,00
	63942	174020197	POL7ET	R\$ 230.000,00
	63943	174020197	POL8MC	R\$ 12.240,00
	64314	100000000	2000000I014	R\$ 0,88
339047	63928	100000000	ADM1AD	R\$ 2.000,00
	63928	150020197	ADM1AD	R\$ 19.304,46

Natureza de despesa	PTRES	Fonte	Plano Interno	Provisão recebida
	63928	174020197	ADM1AD	R\$ 4.000,00
339092	63928	174020197	ADM1AD	R\$ 743,01
	63928	174020197	ADM1CF	R\$ 108,03
	63928	174020197	ADM1CS	R\$ 157,41
	63935	100000000	FRT3CP	R\$ 108,98
	63939	174020197	POL4PF	R\$ 144,04
	63940	174020197	POL5CC	R\$ 887,49
339093	63928	100000000	ADM1AC	R\$ 49.551,66
	63928	150020197	ADM1AC	R\$ 33.277,32
	63928	174020197	ADM1AC	R\$ 52.611,95
	63918	100000000	AMO2PC	R\$ 2.162,86
339139	63928	100000000	ADM1AD	R\$ 3.300,00
	63928	150020197	ADM1AD	R\$ 5.099,00
	63928	174020197	ADM1AD	R\$ 19.701,00
339192	63928	150020197	ADM1AD	R\$ 10.234,69
	63928	174020197	ADM1AD	R\$ 455,55
449052	63928	174020197	ADM1AD	R\$ 45.170,20
	63929	100000000	FRT1EQ	R\$ 73.124,00
	63933	100000000	FRT2IT	R\$ 270.422,77
	74160	100000000	SESGE-IP3	R\$ 4.680,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 8.603.874,52</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

**PROVISÃO RECEBIDA POR PLANO INTERNO**

Órgão da UO	Descrição da UO	Plano Interno	Descrição do Plano Interno	Provisão Recebida (R\$)
20113	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTAO	2000000I007	DESLOCAMENTO DE SERVIDORES E COLAB. EVENTUAIS	539.319,82
		2000000I014	SUPRIMENTOS, SERV. E MATERIAIS DE APOIO ADMIN	34.988,88
30000	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	SESGE-IP3	EQUIPAMENTOS E SISTEMAS PARA OPERACOES DE SEG	4.680,00
		SESGE-IP7	APOIO A REALIZACAO DAS ACOES DE SEGURANCA NOS	658.387,10
30802	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ	ADM1AC	AJUDA DE CUSTO	138.688,96
		ADM1AD	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	918.673,48
		ADM1CF	CURSO DE FORMACAO	1.381,91
		ADM1CG	CORREGEDORIA GERAL	68.650,99
		ADM1CS	CONVOCACAO DE SERVIDOR	155.973,00
		ADM1MP	MANUTENCAO PREDIAL	158.669,02

Órgão da UO	Descrição da UO	Plano Interno	Descrição do Plano Interno	Provisão Recebida (R\$)
		ADM1PS	ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL	4.406,00
		ADM1TC	TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA	1.336.328,24
		ADM2CP	CAPACITACAO DOS SERVIDORES DO DPRF	112.023,63
		ADM2DH	COMISSAO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	33.265,37
		AMO2PC	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA	2.162,86
		FRT1EQ	FRONTEIRA - EQUIPAMENTOS ESTRATEGICOS	73.124,00
		FRT2IT	FRONTEIRA - INOVACOES TECNOLOGICAS	290.311,49
		FRT3CP	FRONTEIRA- DESENV. INSTITUCIONAL- CAPACITACAO	154.714,42
		FRT4IF	FRONTEIRA - INFRAESTRUTURA FISICA	15.501,68
		POL3INT	SERVICO DE INTELIGENCIA DA PRF	73.729,72
		POL4AF	ABASTECIMENTO DA FROTA	631.135,67
		POL4CC	OPERACOES DE COMBATE AO CRIME	443.868,88
		POL4MV	MANUTENCAO PREVENTIVA DE VEICULOS	479.068,96
		POL4PF	POLOCIAMENTO E FISCALIZACAO	848.101,83
		POL4STL	OPERACAO SENTINELA	74.273,83
		POL5CC	OPERACOES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME	55.357,09
		POL6AS	ATIVIDADE DE SAUDE	13.912,98
		POL7ET	EDUC. DE TRANS. PARA USUARIOS DAS RODOV. FEDE	234.024,94
		POL8MC	MONIT, CONTR. E FISCAL. ELETRO. NAS ROD. FED.	12.240,00
		POLAAH	ACIDENTES DE TRANSITO - ATEND.PRE-HOSPITALAR	11.773,55
		POLBET	ACIDENTES DE TRANSITO - EDUC. PARA O TRANSITO	110.937,55
		POLECP	ACIDENTES DE TRANSITO - CAPACIACAO	37.438,55
		POLEPF	ACIDENTES DE TRANSITO - POLIC. E FISCALIZACAO	57.460,00
		TIC1INFRA	INFRAESTRUTURA DE TIC	23.360,95
		TIC1TC	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	500.516,68
		TIC1TM	TELEFONIA MOVEL	857,59
39250	AGÊNCIA NACIONAL DE	2NFDA147	CV 02/2011 - DPRF	261.487,44



Órgão da UO	Descrição da UO	Plano Interno	Descrição do Plano Interno	Provisão Recebida (R\$)
	TRANSPORTES TERRESTRES			
39253	EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A-EPL	MT01108	BR-153/PR - GESTÃO COORDENAÇÃO PAC - GAP EPL	33.077,46
<b>TOTAL</b>				<b>8.603.874,52</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

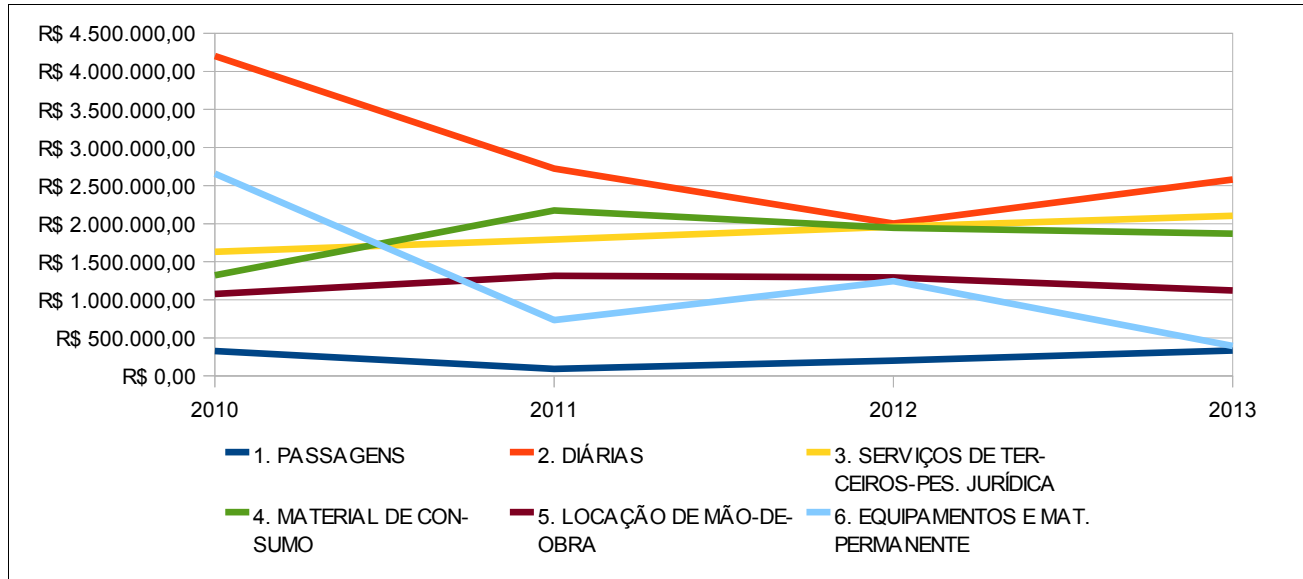
**EVOLUÇÃO DA PROVISÃO RECEBIDA**

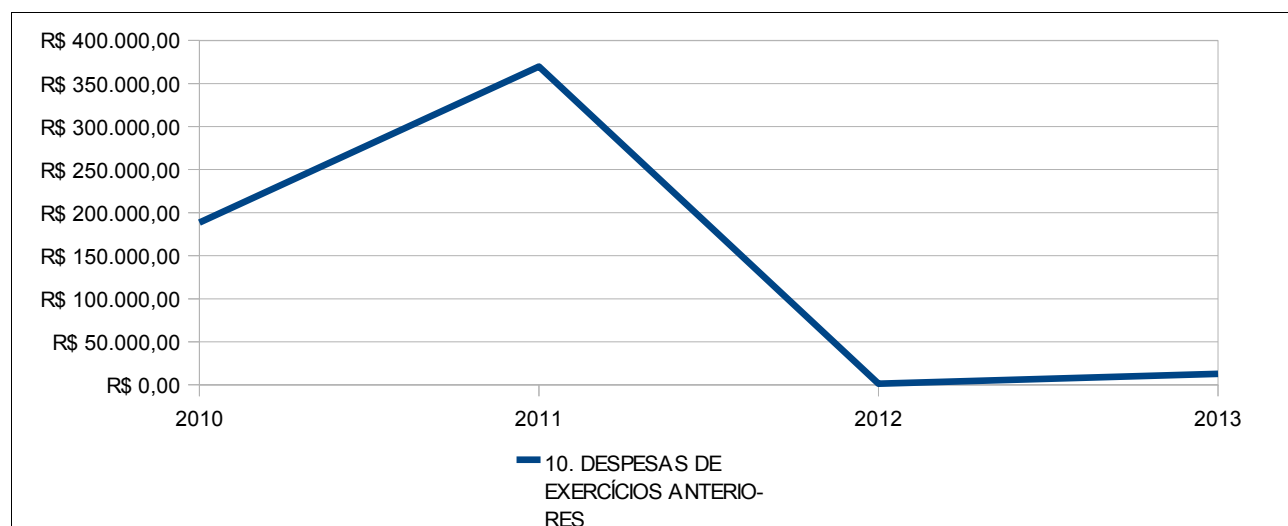
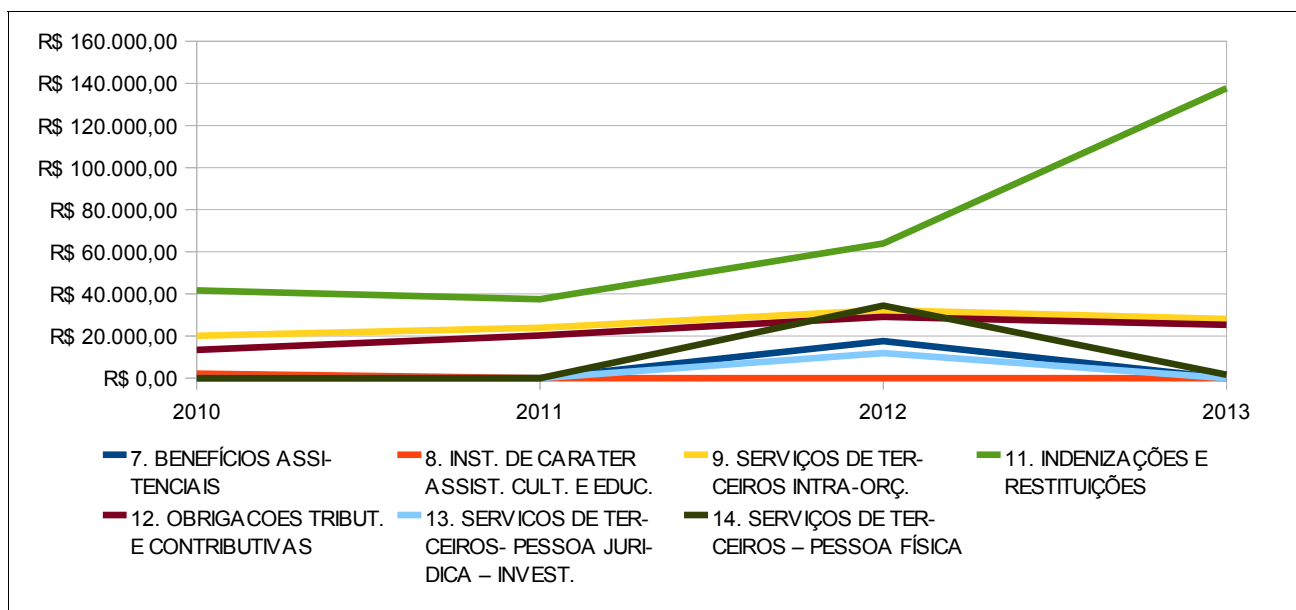
DESCRIÇÃO	ANO EXERCÍCIO			
	2010	2011	2012	2013
1. PASSAGENS	R\$ 327.644,52	R\$ 93.048,34	R\$ 201.386,61	R\$ 333.860,49
2. DIÁRIAS	R\$ 4.202.804,47	R\$ 2.722.533,72	R\$ 2.000.319,92	R\$ 2.580.640,06
3. SERVIÇOS DE TERCEIROS-PES. JURÍDICA	R\$ 1.630.402,96	R\$ 1.790.058,04	R\$ 1.957.750,29	R\$ 2.101.563,59
4. MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 1.320.933,19	R\$ 2.172.655,46	R\$ 1.946.759,50	R\$ 1.866.735,13
5. LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	R\$ 1.075.049,43	R\$ 1.315.494,37	R\$ 1.294.059,25	R\$ 1.122.206,26
6. EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE	R\$ 2.657.490,10	R\$ 733.575,55	R\$ 1.245.835,40	R\$ 393.396,97
7. BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.626,18	R\$ 0,00
8. INST. DE CARATER ASSIST. CULT. E EDUC.	R\$ 2.143,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9. SERVIÇOS DE TERCEIROS INTRA-ORÇ.	R\$ 20.153,64	R\$ 23.920,00	R\$ 32.365,62	R\$ 28.100,00
10. DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 188.537,76	R\$ 369.852,93	R\$ 1.416,86	R\$ 12.839,20
11. INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 41.617,48	R\$ 37.548,64	R\$ 64.000,48	R\$ 137.603,79
12. OBRIGACOES TRIBUT. E CONTRIBUTIVAS	R\$ 13.405,20	R\$ 20.260,00	R\$ 29.201,00	R\$ 25.304,46
13. SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.902,48	R\$ 0,00

DESCRIÇÃO	ANO EXERCÍCIO			
	2010	2011	2012	2013
JURIDICA – INVEST.				
14. SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 34.480,90	R\$ 1.624,57
<b>TOTAIS</b>	<b>R\$ 11.480.181,84</b>	<b>R\$ 9.278.947,05</b>	<b>R\$ 8.837.104,49</b>	<b>R\$ 8.603.874,52</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

Gráfico – Evolução da provisão recebida





Fonte: SIAFI Gerencial

No aspecto geral, a provisão orçamentária recebida por esta Unidade em 2013 apresentou pequena variação em comparação com 2012, mostrando um pequeno decréscimo de 2,64% em seu valor.

Analisando-se a evolução da provisão orçamentária recebida nos últimos quatro exercícios, percebemos um pico no exercício 2010 devido ao direcionamento maciço de recursos à “Operação Galha Azul”, em que esta unidade contribuiu com o envio de agentes para prestar apoio na fiscalização nas estradas do estado do Paraná, devido ao processo de federalização das rodovias estaduais localizadas naquela Unidade da Federação.

Com o fim da operação Galha Azul em 2011, mais especificamente no primeiro semestre daquele exercício, percebemos um decréscimo considerável valor provisionado para cobrir despesas com diárias de servidores na ordem de 27,72%, possibilitando que esta Unidade aplicasse o recurso em outras finalidades.

Percebe-se um acréscimo significativo no valor descentralizado pelo órgão central para cobrir despesas com diárias e passagens em 2013 se comparado a 2012, na ordem de 29,01 % e 65,78%, respectivamente. A realização de eventos internacionais de grande vulto no Brasil em

2013, dos quais se destacam a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude, é, certamente, o fator preponderante da expansão observada. Foram provisionados R\$ 1.197.706,92 (um milhão, cento e noventa e sete mil, setecentos e seis reais e noventa e dois centavos), especificamente, para cobrir as despesas com diárias e passagens para a realização de grandes eventos, incluindo-se os dispêndios com serviço de agenciamento.

Destaca-se também o acréscimo verificado nas despesas com indenizações e restituições, em razão do aumento de pagamentos relativos à concessão de remoções ex-officio dos servidores pertencentes ao quadro da 2ª SR.PRF/MT.

Observou-se, também, acréscimo nas despesas de exercícios anteriores, em grande parte devido à ausência de cobrança da prestação de serviços de publicação de matérias no Diário Oficial da União realizados por parte da Imprensa Nacional, que, por si só, foi responsável por R\$ 10.690,24 (dez mil, seiscentos e noventa reais e vinte e quatro centavos) dos R\$ 12.839,20 (doze mil, oitocentos e trinta e nove reais e vinte centavos) pagos a título de reconhecimento de dívida realizado por parte da 2ª SRPRF/MT. Em justificativa sobre o atraso na cobrança dos serviços prestados, o Ouvidor da Imprensa Nacional informou por mensagem eletrônica que *“a Imprensa Nacional, até o final de 2002 foi quase que totalmente desmontada, tendo boa parte seus equipamentos doados e suas áreas, incluindo a financeira, descentralizadas. Durante esse processo e ao longo da reunificação, muitas publicações deixaram de ser cobradas. Soma-se a isso o processo de informatização em 2009, que na tentativa de reduzir as falhas no processo de faturamento, ainda não contava com todas as informações necessárias para um cadastramento eficaz dos diversos clientes, onde muitos já haviam encaminhado ofício solicitando descentralização das áreas responsáveis pelo pagamento e uma série de outras informações perdidas ao longo do processo. Os acertos posteriores, elaborados de forma quase artesanal, têm revelado ao longo desse tempo publicações não pagas de diversas instituições, com grande prejuízo à arrecadação da Imprensa Nacional, que vem buscando o crédito junto as essas instituições devedoras para que possa sanar tais pendências, bem como evitar transtornos futuros.”*

Em contrapartida, verificou-se uma redução de 68,42% na provisão recebida para custear despesas com aquisição de materiais permanentes, em comparação com 2012.

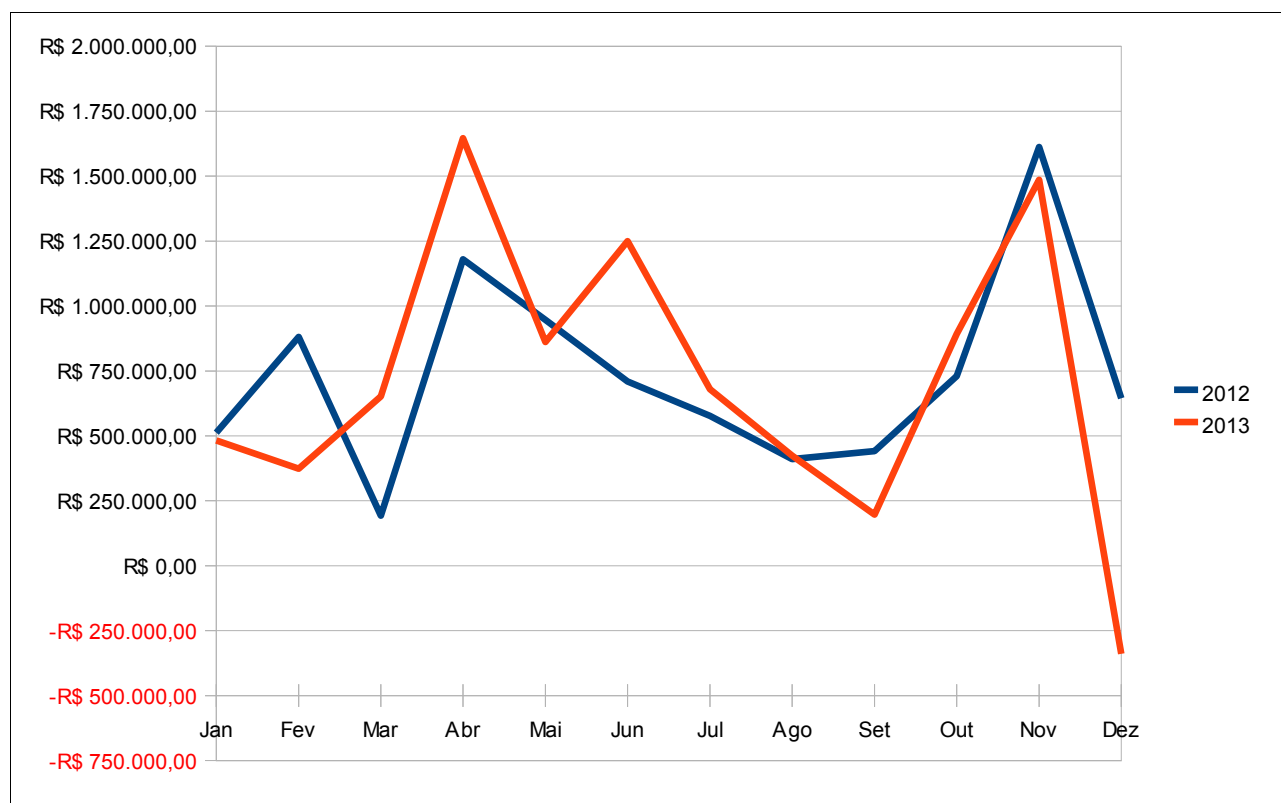
### DISTRIBUIÇÃO MENSAL DA PROVISÃO RECEBIDA

Provisão orçamentária recebida		
Mês	2012	2013
Jan	R\$ 511.863,57	R\$ 482.051,83
Fev	R\$ 880.826,49	R\$ 373.257,96
Mar	R\$ 193.264,28	R\$ 651.901,25
Abr	R\$ 1.179.880,82	R\$ 1.646.399,24
Mai	R\$ 946.763,64	R\$ 861.372,44
Jun	R\$ 709.269,81	R\$ 1.249.675,36
Jul	R\$ 576.610,00	R\$ 679.401,50
Ago	R\$ 410.474,77	R\$ 423.622,74

Set	R\$ 441.434,05	R\$ 197.112,75
Out	R\$ 729.791,30	R\$ 892.511,33
Nov	R\$ 1.612.250,78	R\$ 1.485.361,97
Dez	R\$ 644.674,98	-R\$ 338.793,85
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 8.837.104,49</b>	<b>R\$ 8.603.874,52</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

Gráfico – Distribuição mensal da provisão recebida



Fonte: SIAFI Gerencial

A distribuição mensal da provisão recebida no exercício de 2013 foi semelhante à verificada em 2012. Pode-se inclusive verificar certas tendências na distribuição, sendo constatado aumento expressivo nos créditos recebidos sobretudo nos meses de Abril, Outubro e Novembro e baixo provisionamento nos meses Março, Agosto, Setembro e Dezembro.

Cumprе ressaltar que é descontado do valor da provisão recebida, os créditos que por ventura tenham sido estornados pela própria unidade que procedeu com a descentralização ou que tenham sido devolvidos pela 2ª SR.PRF/MT à UG concedente. Desta forma, verifica-se que em dezembro de 2013 os estornos e devoluções ultrapassaram o crédito recebido por movimentação em R\$ 338.793,85 (trezentos e trinta e oito mil, setecentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos).

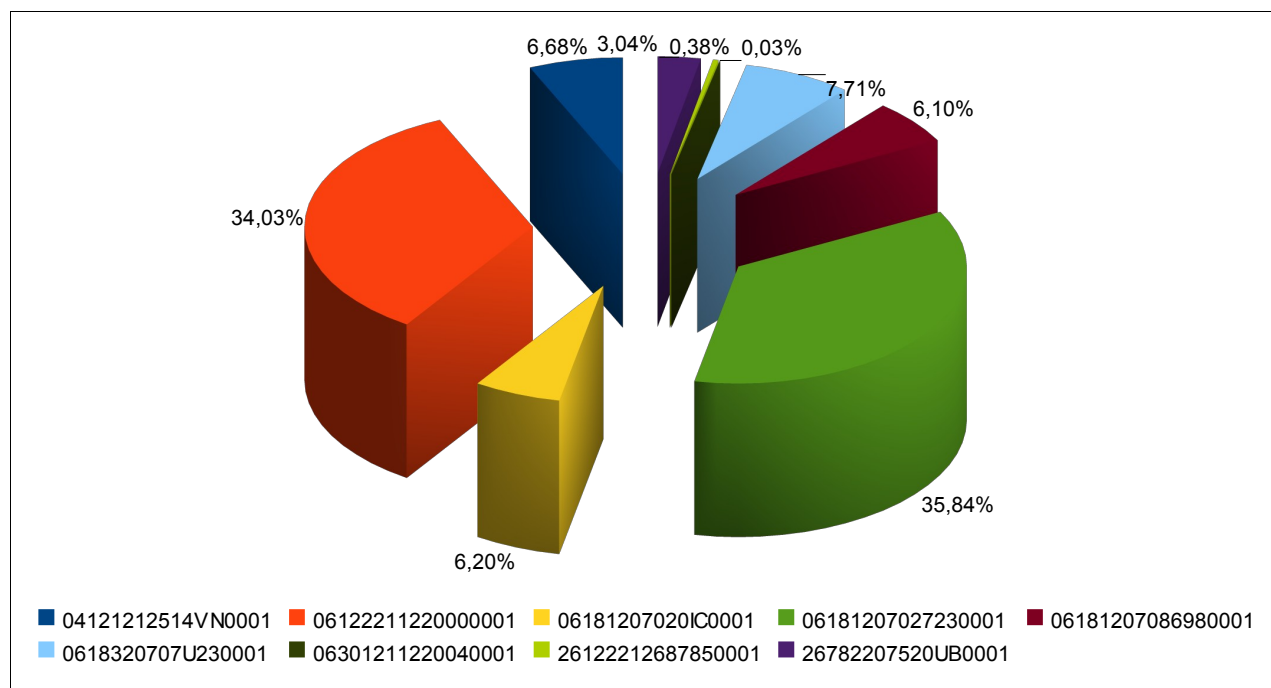
O principal fator para que os estornos/devoluções ultrapassarem o montante concedido a esta unidade no mês de dezembro foi a devolução do montante de R\$ 1.053.554,02 (um milhão, cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e dois centavos), recebido em meados de Novembro para custear despesas com reforma e ampliação da 7ª Delegacia e Posto 701, ambos localizados no município de Pontes e Lacerda. O motivo da devolução se deu em razão da falta de tempo hábil para empenhar a despesa ainda no exercício 2013.

### PROVISÃO RECEBIDA POR PROGRAMA DE TRABALHO

Programa de Trabalho	Descrição do Programa de Trabalho	Provisão Recebida
04121212514VN0001	APOIO A REALIZACAO DE GRANDES EVENTOS - NACIONAL	R\$ 574.308,70
06122211220000001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	R\$ 2.928.060,60
06181207020IC0001	ESTRATEGIA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA NAS FRONTEIRAS - ENAFRON - NACIONAL	R\$ 533.651,59
06181207027230001	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS - NACIONAL	R\$ 3.083.323,55
06181207086980001	MANUTENCAO E MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - NACIONAL	R\$ 524.735,22
0618320707U230001	IMPLEMENTACAO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA PARA A REALIZACAO DOS GRANDES EVENTOS - NACIONAL	R\$ 663.067,10
06301211220040001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	R\$ 2.162,86
26122212687850001	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC - NACIONAL	R\$ 33.077,46
26782207520UB0001	FISCALIZACAO DOS SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO - NACIONAL	R\$ 261.487,44
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 8.603.874,52</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

### Gráfico – Provisão recebida por Programa de Trabalho



Fonte: SIAFI Gerencial

### DIÁRIAS E PASSAGENS POR PLANO INTERNO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – DIÁRIAS A SERVIDORES

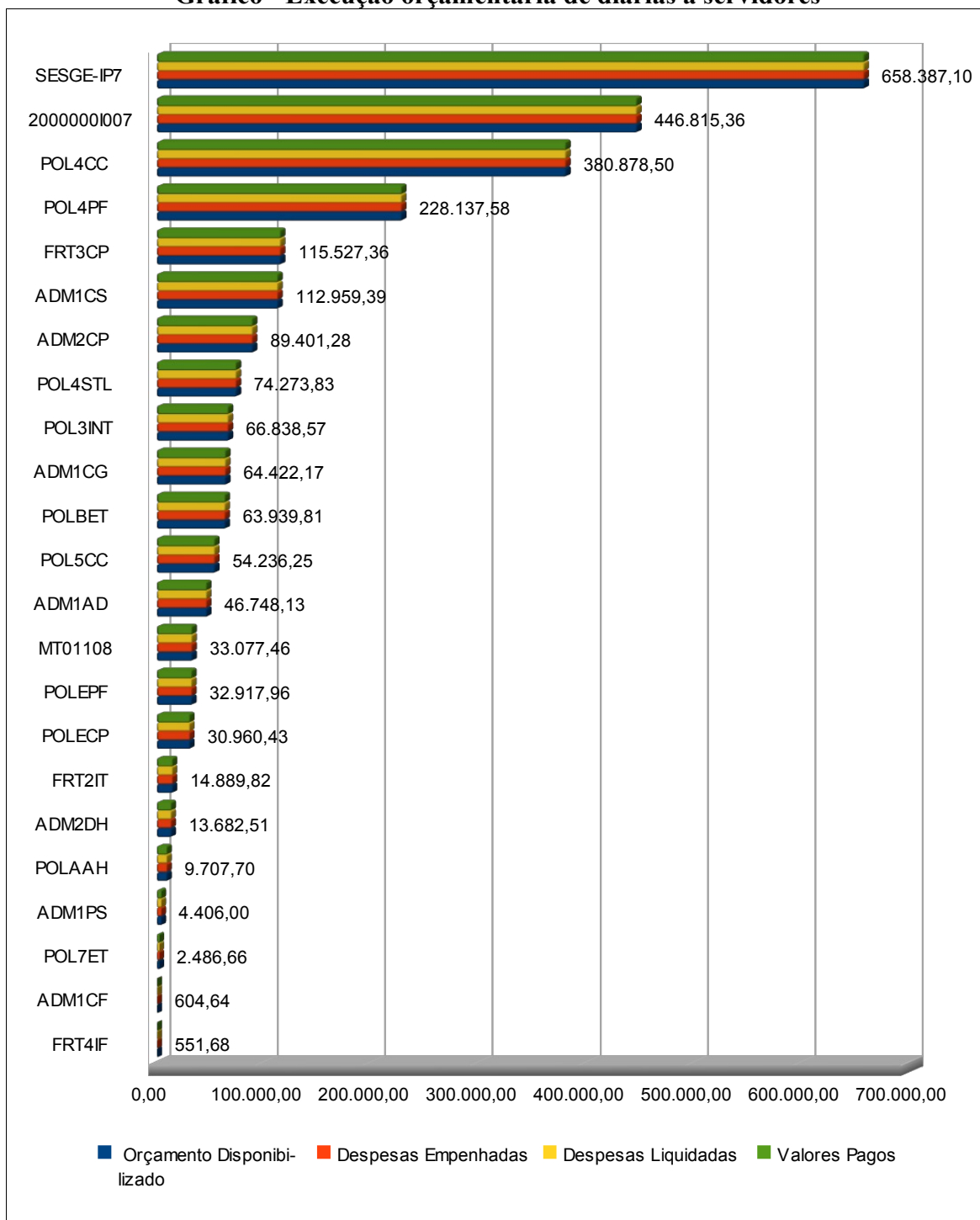
Plano Interno	Descrição do Plano Interno	Orçamento Disponibilizado	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
SESGE-IP7	APOIO A REALIZACAO DAS ACOES DE SEGURANCA NOS	658.387,10	658.387,10	658.387,10	658.387,10
2000000I007	DESLOCAMENTO DE SERVIDORES E COLAB. EVENTUAIS	446.815,36	446.815,36	446.815,36	446.815,36
POL4CC	OPERACOES DE COMBATE AO CRIME	380.878,50	380.878,50	380.878,50	380.878,50
POL4PF	POLOCIAMENTO E FISCALIZACAO	228.137,58	228.137,58	228.137,58	228.137,58
FRT3CP	FRONTEIRA- DESENV. INSTITUCIONAL- CAPACITACAO	115.527,36	115.527,36	115.527,36	115.527,36
ADM1CS	CONVOCACAO DE SERVIDOR	112.959,39	112.959,39	112.959,39	112.959,39
ADM2CP	CAPACITACAO DOS SERVIDORES DO DPRF	89.401,28	89.401,28	89.401,28	89.401,28
POL4STL	OPERACAO SENTINELA	74.273,83	74.273,83	74.273,83	74.273,83
POL3INT	SERVICO DE INTELIGENCIA DA PRF	66.838,57	66.838,57	66.838,57	66.838,57

Plano Interno	Descrição do Plano Interno	Orçamento Disponibilizado	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
ADM1CG	CORREGEDORIA GERAL	64.422,17	64.422,17	64.422,17	64.422,17
POLBET	ACIDENTES DE TRANSITO - EDUC. PARA O TRANSITO	63.939,81	63.939,81	63.939,81	63.939,81
POL5CC	OPERACOES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME	54.236,25	54.236,25	54.236,25	54.236,25
ADM1AD	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	46.748,13	46.748,13	46.748,13	46.748,13
MT01108	BR-153/PR - GESTÃO COORDENACÃO PAC - GAP EPL	33.077,46	33.077,46	33.077,46	33.077,46
POLEPF	ACIDENTES DE TRANSITO - POLIC. E FISCALIZACAO	32.917,96	32.917,96	32.917,96	32.917,96
POLECP	ACIDENTES DE TRANSITO - CAPACIACAO	30.960,43	30.960,43	30.960,43	30.960,43
FRT2IT	FRONTEIRA - INOVACOES TECNOLOGICAS	14.889,82	14.889,82	14.889,82	14.889,82
ADM2DH	COMISSAO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	13.682,51	13.682,51	13.682,51	13.682,51
POLAAH	ACIDENTES DE TRANSITO - ATEND.PRE-HOSPITALAR	9.707,70	9.707,70	9.707,70	9.707,70
ADM1PS	ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL	4.406,00	4.406,00	4.406,00	4.406,00
POL7ET	EDUC. DE TRANS. PARA USUARIOS DAS RODOV. FEDE	2.486,66	2.486,66	2.486,66	2.486,66
ADM1CF	CURSO DE FORMACAO	604,64	604,64	604,64	604,64
FRT4IF	FRONTEIRA - INFRAESTRUTURA FISICA	551,68	551,68	551,68	551,68
<b>TOTAL</b>		<b>2.545.850,19</b>	<b>2.545.850,19</b>	<b>2.545.850,19</b>	<b>2.545.850,19</b>

Fonte: SIAFI Gerencial



Gráfico - Execução orçamentária de diárias a servidores



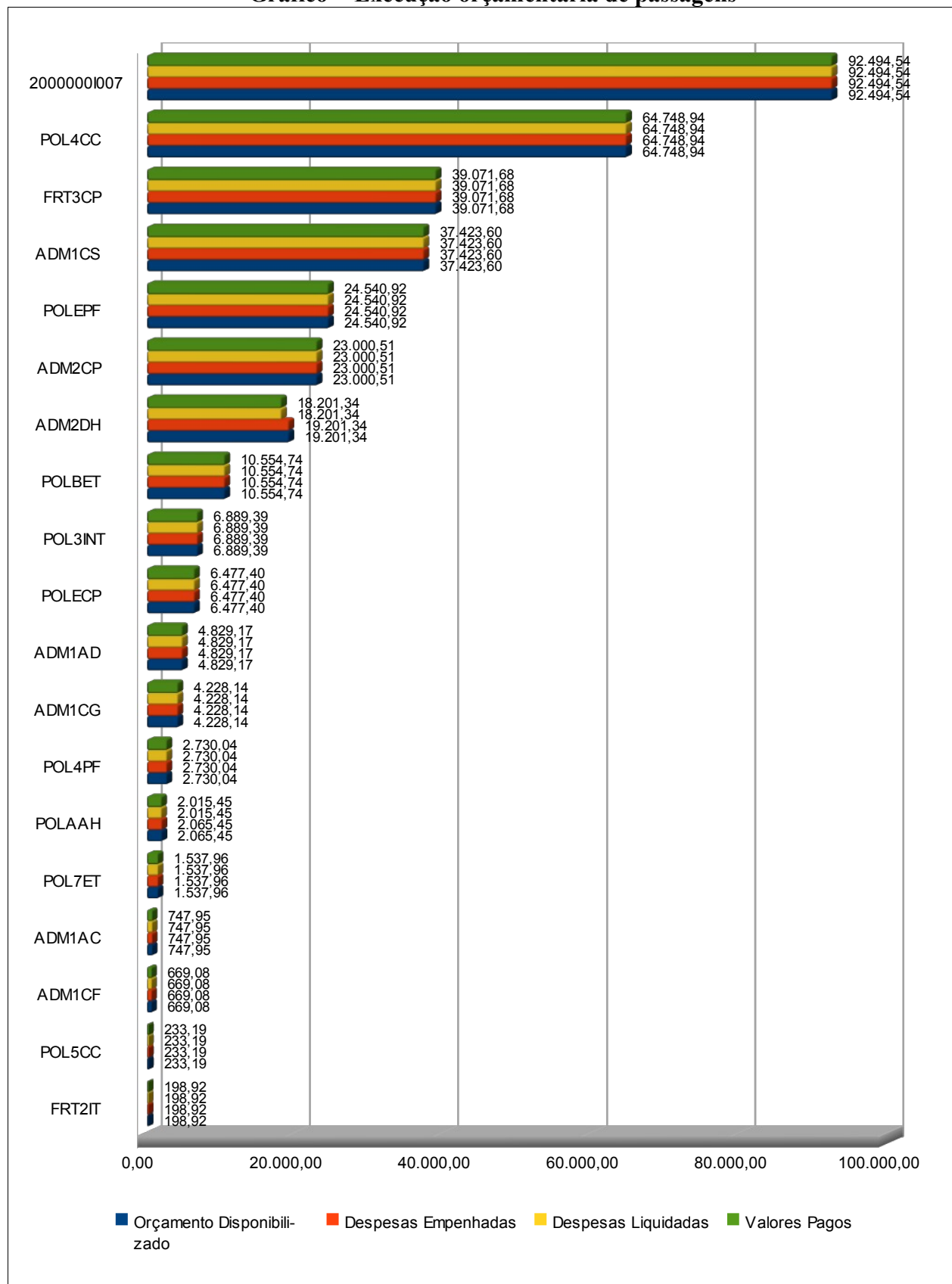
Fonte: SIAFI Gerencial

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PASSAGENS (AÉREAS E TERRESTRES)**

<b>Plano Interno</b>	<b>Descrição – Plano Interno</b>	<b>Orçamento Disponibilizado</b>	<b>Despesas Empenhadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>
2000000I007	DESLOCAMENTO DE SERVIDORES E COLAB. EVENTUAIS	92.494,54	92.494,54	92.494,54	92.494,54
ADM1AC	AJUDA DE CUSTO	747,95	747,95	747,95	747,95
ADM1AD	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	4.829,17	4.829,17	4.829,17	4.829,17
ADM1CF	CURSO DE FORMACAO	669,08	669,08	669,08	669,08
ADM1CG	CORREGEDORIA GERAL	4.228,14	4.228,14	4.228,14	4.228,14
ADM1CS	CONVOCACAO DE SERVIDOR	37.423,60	37.423,60	37.423,60	37.423,60
ADM2CP	CAPACITACAO DOS SERVIDORES DO DPRF	23.000,51	23.000,51	23.000,51	23.000,51
ADM2DH	COMISSAO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	19.201,34	19.201,34	18.201,34	18.201,34
FRT2IT	FRONTEIRA - INOVACOES TECNOLOGICAS	198,92	198,92	198,92	198,92
FRT3CP	FRONTEIRA- DESENV. INSTITUCIONAL- CAPACITACAO	39.071,68	39.071,68	39.071,68	39.071,68
POL3INT	SERVICO DE INTELIGENCIA DA PRF	6.889,39	6.889,39	6.889,39	6.889,39
POL4CC	OPERACOES DE COMBATE AO CRIME	64.748,94	64.748,94	64.748,94	64.748,94
POL4PF	POLOCIAMENTO E FISCALIZACAO	2.730,04	2.730,04	2.730,04	2.730,04
POL5CC	OPERACOES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME	233,19	233,19	233,19	233,19
POL7ET	EDUC. DE TRANS. PARA USUARIOS DAS RODOV. FEDE	1.537,96	1.537,96	1.537,96	1.537,96
POLAAH	ACIDENTES DE TRANSITO - ATEND.PRE-HOSPITALAR	2.065,45	2.065,45	2.015,45	2.015,45
POLBET	ACIDENTES DE TRANSITO - EDUC. PARA O TRANSITO	10.554,74	10.554,74	10.554,74	10.554,74
POLECP	ACIDENTES DE TRANSITO - CAPACIACAO	6.477,40	6.477,40	6.477,40	6.477,40
POLEPF	ACIDENTES DE TRANSITO - POLIC. E FISCALIZACAO	24.540,92	24.540,92	24.540,92	24.540,92
<b>TOTAL</b>		<b>341.642,96</b>	<b>341.642,96</b>	<b>340.592,96</b>	<b>340.592,96</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

Gráfico - Execução orçamentária de passagens

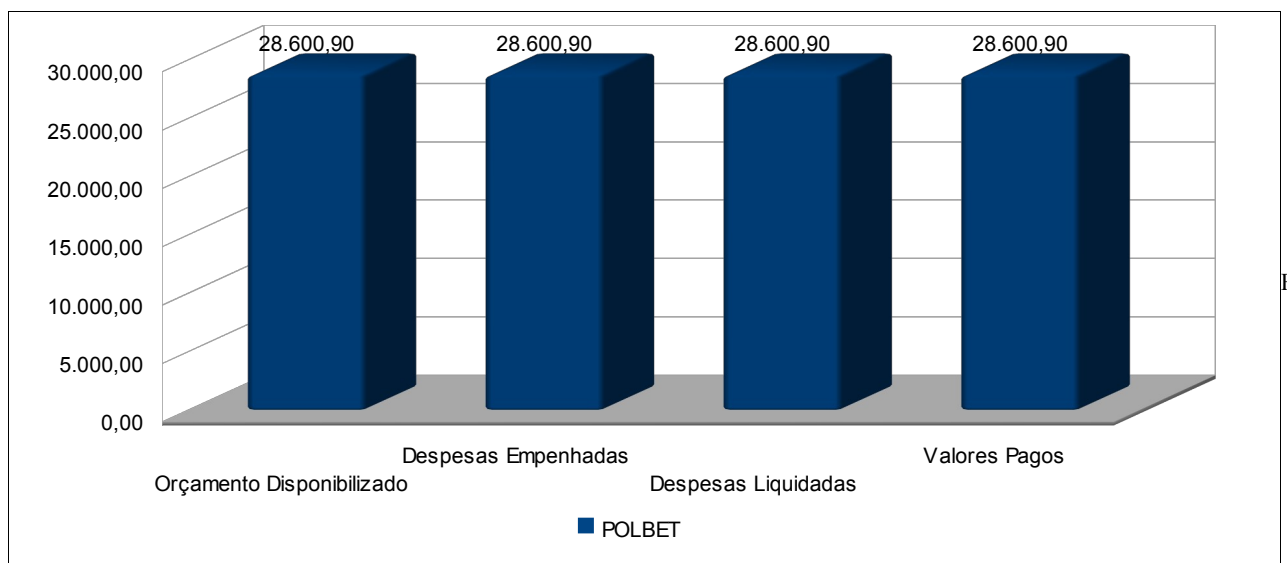


Fonte: SIAFI Gerencial

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – DIÁRIAS A COLABORADORES EVENTUAIS**

Plano Interno	Descrição – Plano Interno	Orçamento Disponibilizado	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
POLBET	ACIDENTES DE TRANSITO - EDUC. PARA O TRANSITO	28.600,90	28.600,90	28.600,90	28.600,90

Fonte: SIAFI Gerencial

**Gráfico - Execução orçamentária – Diárias e colaboradores eventuais**

Fonte: SIAFI Gerencial

**EVOLUÇÃO DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA**

DESCRIÇÃO	ANO EXERCÍCIO			
	2010	2011	2012	2013
1. PASSAGENS	R\$ 207.343,01	R\$ 138.614,38	R\$ 182.726,18	R\$ 340.592,96
2. DIÁRIAS	R\$ 4.167.704,11	R\$ 2.663.706,24	R\$ 1.967.880,17	R\$ 2.545.850,19
3. SERVIÇOS DE TERCEIROS-PES. JURÍDICA	R\$ 1.169.428,35	R\$ 1.383.749,55	R\$ 1.615.977,33	R\$ 1.321.354,89
4. MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 1.057.362,27	R\$ 1.533.799,99	R\$ 1.517.041,93	R\$ 1.458.422,93
5. LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	R\$ 953.673,69	R\$ 1.058.957,52	R\$ 1.161.678,30	R\$ 1.177.142,15
6. EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE	R\$ 1.059.457,85	R\$ 35.709,60	R\$ 79.531,50	R\$ 11.295,55
7. BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.626,18	R\$ 0,00
8. INST. DE CARATER ASSIST. CULT. E EDUC.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9. SERVIÇOS DE TERCEIROS INTRA-ORÇ.	R\$ 8.411,17	R\$ 9.524,38	R\$ 17.188,52	R\$ 10.274,52
10. DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 188.539,00	R\$ 358.798,31	R\$ 1.416,86	R\$ 12.839,20

DESCRIÇÃO	ANO EXERCÍCIO			
	2010	2011	2012	2013
11. INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 41.776,22	R\$ 37.548,64	R\$ 64.000,48	R\$ 137.603,79
12. OBRIGACOES TRIBUT. E CONTRIBUTIVAS	R\$ 13.847,37	R\$ 19.625,86	R\$ 27.243,32	R\$ 29.301,64
13. SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA – INVEST.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.714,48	R\$ 0,00
14. SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	R\$ 6.166,10	R\$ 7.445,80	R\$ 34.480,90	R\$ 28.600,90
<b>TOTAIS</b>	<b>R\$ 8.873.709,14</b>	<b>R\$ 7.247.480,27</b>	<b>R\$ 6.690.506,15</b>	<b>R\$ 7.073.278,72</b>

### DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR NATUREZA DA DESPESA DETALHADA

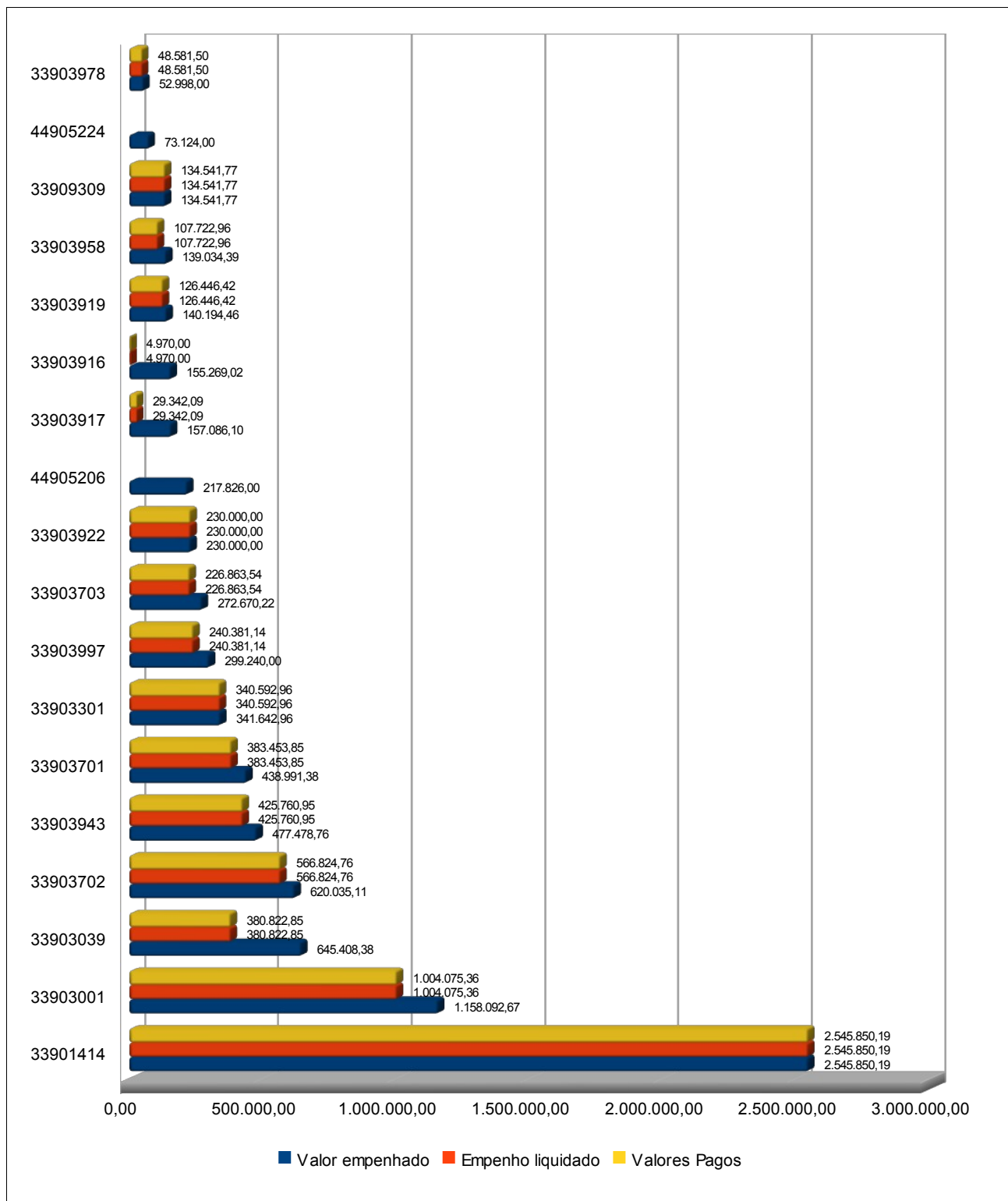
Natureza da Despesa Detalhada	Descrição	Valor empenhado	Empenho liquidado	Valores Pagos
33901414	DIARIAS NO PAIS	R\$ 2.545.850,19	R\$ 2.545.850,19	R\$ 2.545.850,19
33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	R\$ 1.158.092,67	R\$ 1.004.075,36	R\$ 1.004.075,36
33903004	GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	R\$ 3.673,11	R\$ 3.673,11	R\$ 3.673,11
33903006	ALIMENTOS PARA ANIMAIS	R\$ 6.480,00	R\$ 6.480,00	R\$ 6.480,00
33903007	GENEROS DE ALIMENTACAO	R\$ 36.809,40	R\$ 31.129,40	R\$ 31.129,40
33903016	MATERIAL DE EXPEDIENTE	R\$ 37.188,25	R\$ 13.701,40	R\$ 13.701,40
33903018	MATERIAIS E MEDICAMENTOS P/ USO VETERINARIO	R\$ 3.553,50	R\$ 3.553,50	R\$ 3.553,50
33903021	MATERIAL DE COPA E COZINHA	R\$ 1.146,00	R\$ 1.146,00	R\$ 1.146,00
33903022	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	R\$ 3.258,80	R\$ 3.258,80	R\$ 3.258,80
33903025	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	R\$ 2.016,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
33903027	MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	R\$ 1.068,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00
33903028	MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	R\$ 3.233,16	R\$ 173,60	R\$ 173,60
33903030	MATERIAL PARA COMUNICACOES	R\$ 18.124,80	R\$ 5.780,51	R\$ 5.780,51
33903036	MATERIAL HOSPITALAR	R\$ 18.541,38	R\$ 4.628,40	R\$ 4.628,40
33903039	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	R\$ 645.408,38	R\$ 380.822,85	R\$ 380.822,85
33903042	FERRAMENTAS	R\$ 4.799,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00
33903050	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	R\$ 1.829,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	R\$ 341.642,96	R\$ 340.592,96	R\$ 340.592,96
33903602	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	R\$ 28.600,90	R\$ 28.600,90	R\$ 28.600,90
33903701	APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	R\$ 438.991,38	R\$ 383.453,85	R\$ 383.453,85
33903702	LIMPEZA E CONSERVACAO	R\$ 620.035,11	R\$ 566.824,76	R\$ 566.824,76
33903703	VIGILANCIA OSTENSIVA	R\$ 272.670,22	R\$ 226.863,54	R\$ 226.863,54
33903903	COMISSOES E CORRETAGENS	R\$ 18.540,36	R\$ 14.304,57	R\$ 14.304,57
33903905	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	R\$ 14.950,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	R\$ 155.269,02	R\$ 4.970,00	R\$ 4.970,00
33903917	MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	R\$ 157.086,10	R\$ 29.342,09	R\$ 29.342,09
33903919	MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	R\$ 140.194,46	R\$ 126.446,42	R\$ 126.446,42
33903922	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	R\$ 230.000,00	R\$ 230.000,00	R\$ 230.000,00
33903925	TAXA DE ADMINISTRACAO	R\$ 7.865,05	R\$ 6.934,15	R\$ 6.934,15
33903936	MULTAS INDEDUTIVEIS	R\$ 3,62	R\$ 3,62	R\$ 3,62
33903943	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	R\$ 477.478,76	R\$ 425.760,95	R\$ 425.760,95
33903944	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	R\$ 12.317,65	R\$ 11.269,72	R\$ 11.269,72
33903947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	R\$ 38.063,16	R\$ 30.063,16	R\$ 30.063,16
33903958	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	R\$ 139.034,39	R\$ 107.722,96	R\$ 107.722,96
33903969	SEGUROS EM GERAL	R\$ 18.157,43	R\$ 13.763,24	R\$ 13.763,24
33903974	FRETES E TRANSP. DE ENCOMENDAS	R\$ 2.892,53	R\$ 392,53	R\$ 392,53
33903978	LIMPEZA E CONSERVACAO	R\$ 52.998,00	R\$ 48.581,50	R\$ 48.581,50
33903979	SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	R\$ 5.250,00	R\$ 800,00	R\$ 800,00
33903983	SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	R\$ 35.011,03	R\$ 30.618,84	R\$ 30.618,84
33903997	COMUNICACAO DE DADOS.	R\$ 299.240,00	R\$ 240.381,14	R\$ 240.381,14
33904710	TAXAS	R\$ 19.304,46	R\$ 17.366,00	R\$ 17.366,00
33904722	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE ILUMINACAO PUBLICA	R\$ 15.264,93	R\$ 11.935,64	R\$ 11.935,64
33909233	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	R\$ 2.148,96	R\$ 2.148,96	R\$ 2.148,96
33909305	INDENIZACAO DE TRANSPORTE - PESSOAL CIVIL	R\$ 899,16	R\$ 899,16	R\$ 899,16
33909308	RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA	R\$ 2.162,86	R\$ 2.162,86	R\$ 2.162,86

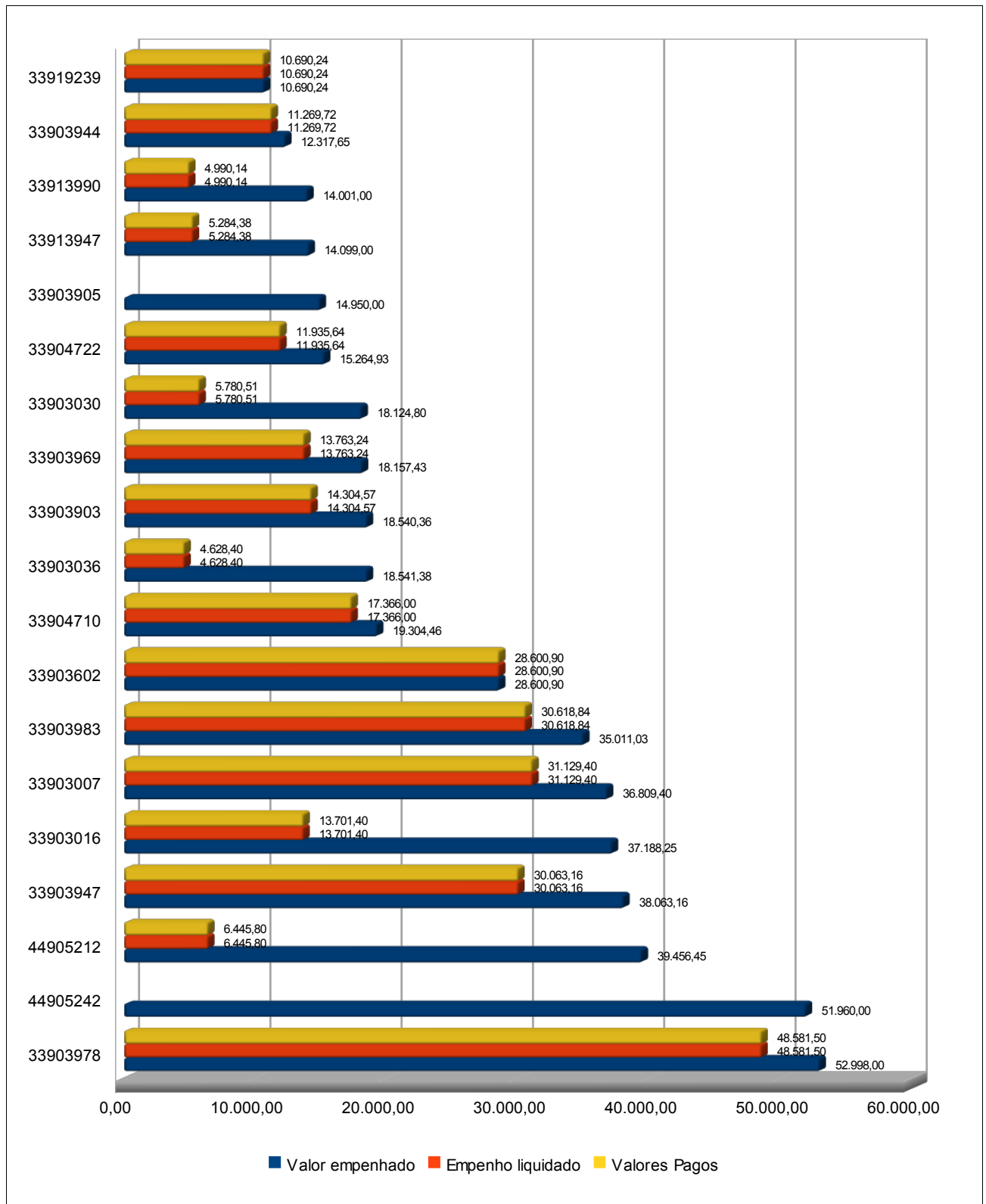
33909309	REMOCAO - PESSOAL CIVIL	R\$ 134.541,77	R\$ 134.541,77	R\$ 134.541,77
33913947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	R\$ 14.099,00	R\$ 5.284,38	R\$ 5.284,38
33913990	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	R\$ 14.001,00	R\$ 4.990,14	R\$ 4.990,14
33919239	SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R\$ 10.690,24	R\$ 10.690,24	R\$ 10.690,24
44905204	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	R\$ 5.127,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44905206	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	R\$ 217.826,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44905212	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	R\$ 39.456,45	R\$ 6.445,80	R\$ 6.445,80
44905224	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	R\$ 73.124,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44905234	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	R\$ 1.052,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44905236	MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	R\$ 4.849,75	R\$ 4.849,75	R\$ 4.849,75
44905242	MOBILIARIO EM GERAL	R\$ 51.960,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 8.603.874,52</b>	<b>R\$ 7.073.278,72</b>	<b>R\$ 7.073.278,72</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

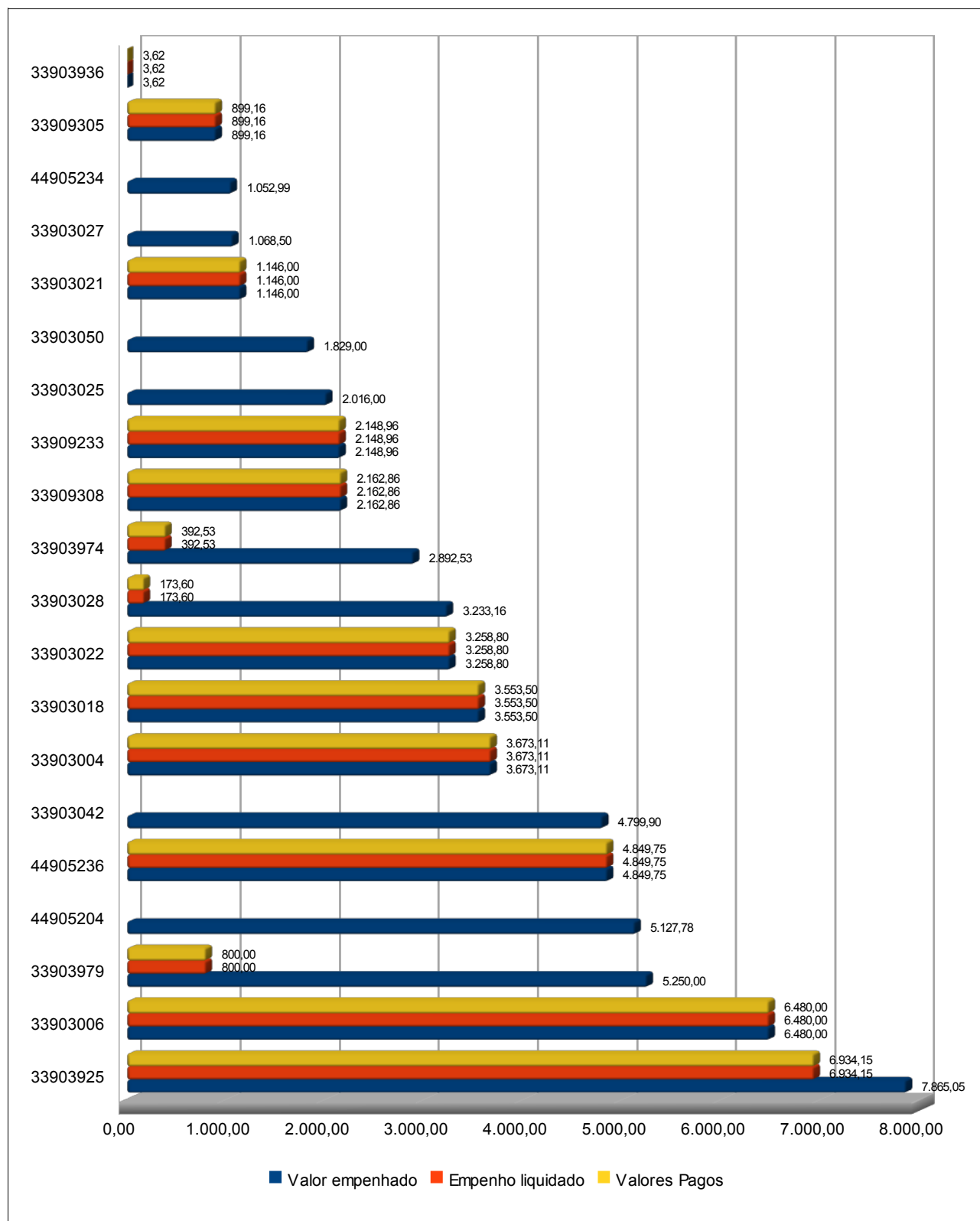
Gráfico – Demonstração da execução da despesa por natureza de despesa detalhada







Fonte: SIAFI Gerencial



Apesar de se notar semelhança na distribuição da provisão recebida, em 2013, ao contrário do que ocorreu em 2012, não houve contingenciamento de créditos que justificasse o pagamento de

juros, multas e correções monetárias a credores em razão do atraso de pagamento a serviços prestados por credores desta Unidade.

Na verdade, todos os pagamentos de valores relativos a juros, multas e correções monetárias se deu em decorrência da falta de descentralização de créditos, e liberação de cota financeira no exercício 2012 em níveis suficientes para possibilitar a liquidação e pagamento de obrigações relativas aos contratos de limpeza, vigilância, apoio administrativo e energia elétrica. A consequência de tais fatos resultou na liquidação de valores relativos a multas, juros e correção monetária no exercício de 2012 nos montantes de R\$ 1.793,53 (mil e setecentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos), R\$ 653,71 (seiscentos e cinquenta e três reais e setenta e um centavos) e R\$ 1,07 (um real e sete centavos) respectivamente.

No que concerne ao pagamento de juros, multa e correção monetária, esta unidade autuou os processos administrativos N° 08.661.004.150/2012-62, 08.661.004.409/2012-75 e 08.661.000.316/2013-52, a fim de apurar a razão e identificação dos responsáveis por tais dispêndios, em consonância com entendimento do Tribunal de Contas da União materializado no Acórdão N° 1.931/2004 de seu Pleno.

A seguir, temos os pagamentos de juros, multas e correção monetária realizados por esta unidade por processo financeiro/processo administrativo:

<b>Processo Financeiro N° 450/2012</b>				
<b>Contratada:</b> Security Vigilância e Segurança LTDA <b>CNPJ:</b> 00.332.087/0005-28				
<b>Contrato:</b> N° 09/2008 – 2ª SRPRF/MT				
<b>Descrição</b>	<b>Valor principal</b>	<b>Multa</b>	<b>Juros</b>	<b>Documento recolhimento</b>
ISSQN – DAM - Cuiabá	R\$ 928,43	R\$ 18,57	R\$ 9,28	2012OB802120
GPS - INSS	R\$ 2.042,56	R\$ 40,44	R\$ 0,00	2012GP800039

<b>Processo Financeiro N° 486/2012</b>				
<b>Contratada:</b> Norte Sul Limpeza e Conservação LTDA <b>CNPJ:</b> 07.116.584/0001-04				
<b>Contrato:</b> N° 23/2010 – 2ª SRPRF/MT				
<b>Descrição</b>	<b>Valor principal</b>	<b>Multa</b>	<b>Juros</b>	<b>Documento recolhimento</b>
GPS - INSS	R\$ 5.350,32	R\$ 105,93	R\$ 0,00	2012GP800037

<b>Processo Financeiro N° 494/2012</b>				
<b>Contratada:</b> União Assessoria Empresarial LTDA <b>CNPJ:</b> 11.699.013/0001-17				
<b>Contrato:</b> N° 09/2012 – 2ª SRPRF/MT				
<b>Descrição</b>	<b>Valor principal</b>	<b>Multa</b>	<b>Juros</b>	<b>Documento recolhimento</b>
ISSQN – DAM - Cuiabá	R\$ 2.002,59	R\$ 40,05	R\$ 20,03	2012OB802119
GPS - INSS	R\$ 4.405,70	R\$ 87,23	R\$ 0,00	2012GP800038

Processo Administrativo Nº 08.661.000.131/2013-48					
Contratada: Centrais Elétricas Matogrossenses CNPJ: 03.467.321/0001-99 Dispensa de Licitação: Nº 01/2012 – 2ª SRPRF/MT					
Descrição	Valor principal	Multa	Juros	Valor total	Ordem bancária
Fatura CEMAT 07-20131076183411-37	R\$ 48.647,25	R\$ 1.191,00	R\$ 317,20	R\$ 50.155,45	2013OB800086

Processo Financeiro Nº 557/2012					
Contratada: Centrais Elétricas Matogrossenses CNPJ: 03.467.321/0001-99 Dispensa de Licitação: Nº 01/2012 – 2ª SRPRF/MT					
Descrição	Valor principal	Multa	Juros	Correção monetária	Ordem bancária
Fatura CEMAT 07-20121065163326-28	R\$ 53.901,03	R\$ 1.187,38	R\$ 593,05	R\$ 1,07	2012OB802325

O Núcleo de Orçamento e Finanças informou nos Memorandos Nº 085/12, 94/12 e 11/13, que motivaram a autuação dos processos Nº 08.661.004.150/2012-62, 08.661.004.409/2012-75 e 08.661.000.316/2013-52, respectivamente, que a causa do atraso do pagamento dos serviços que originou obrigações se deu em razão da falta de descentralização de créditos e cota financeira em tempo de se liquidar e pagar os credores em tempo hábil.

A respeito do assunto, a Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DIPLAN) informou mediante Despacho Nº 224/2013, integrante do processo administrativo Nº 08.661.004.409/2012-75 que a Direção-Geral do órgão autorizou o remanejamento dos recursos orçamentários da Ação Administração da Unidade para cobrir as despesas necessárias para retomada do concurso público de 2009 para o preenchimento de 750 (setecentas e cinquenta) vagas para o cargo de Policial Rodoviário Federal.

Destaca-se ainda o entendimento da DIPLAN, também expresso no Despacho Nº 224/2013, de que não existiria um servidor responsável pela incidência de encargos de mora no pagamento das despesas dos contratos continuados, e que diante do cenário de restrições orçamentárias existentes no exercício 2012 não havia outras alternativas para o atendimento das despesas relacionadas com a retomada do concurso público, senão pelo remanejamento de recursos orçamentários.

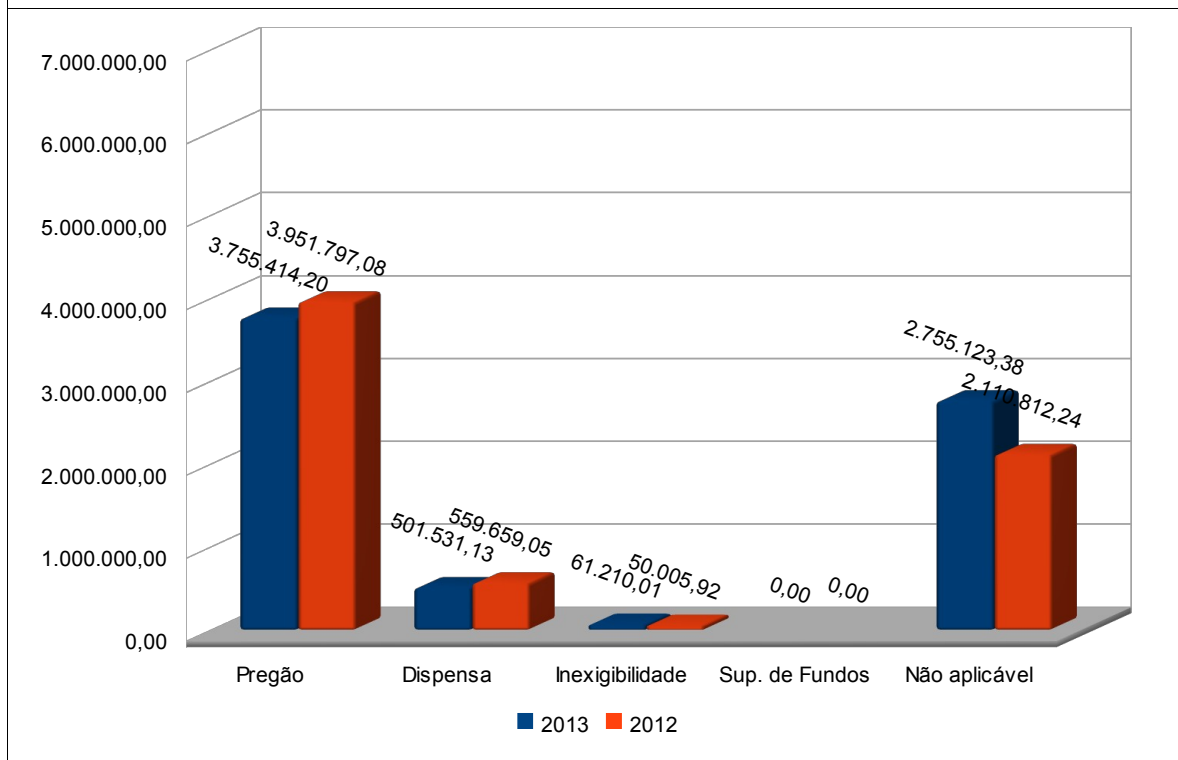
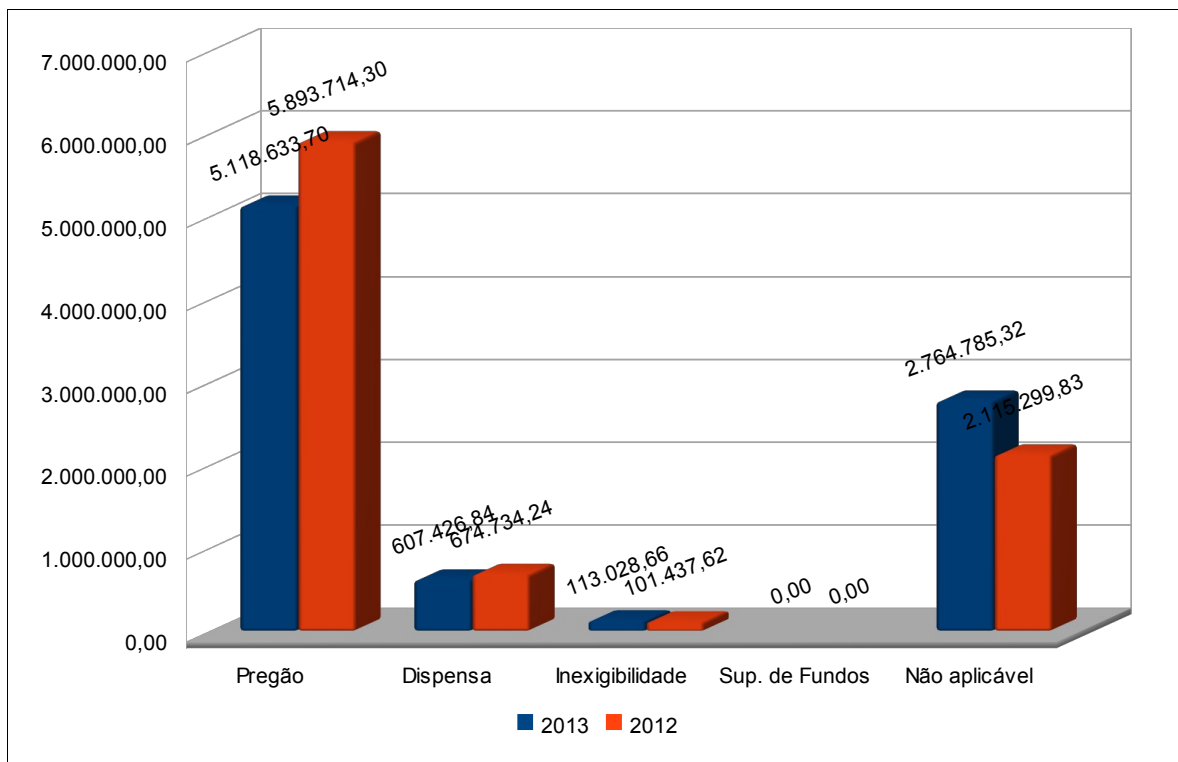
### EXECUÇÃO DA DESPESA POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

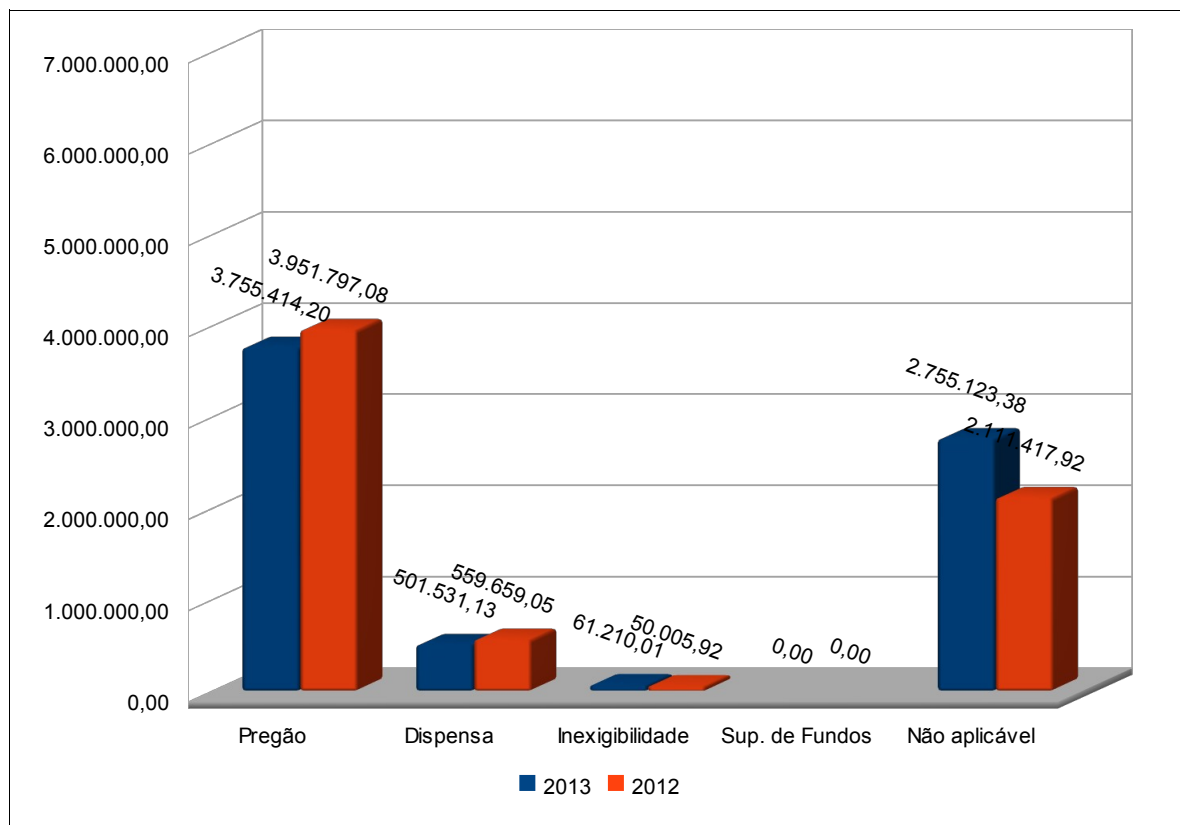
DESPESAS EMPENHADAS, LIQUIDADAS E PAGAS (em R\$)						
Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Pregão	5.118.633,70	5.893.714,30	3.755.414,20	3.951.797,08	3.755.414,20	3.951.797,08
Dispensa	607.426,84	674.734,24	501.531,13	559.659,05	501.531,13	559.659,05
Inexigibilidade	113.028,66	101.437,62	61.210,01	50.005,92	61.210,01	50.005,92
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Não aplicável	2.764.785,32	2.115.299,83	2.755.123,38	2.111.417,92	2.755.123,38	2.110.812,24
<b>TOTAL</b>	<b>8.603.874,52</b>	<b>8.785.185,99</b>	<b>7.073.278,72</b>	<b>6.672.879,97</b>	<b>7.073.278,72</b>	<b>6.672.274,29</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

**Gráfico – Despesas por modalidade de contratação**





Fonte: SIAFI Gerencial

### DESPESAS COM FOLHA DE PAGAMENTO

No decorrer do exercício 2013 não despesas com pagamento nesta Unidade Gestora, ao contrário do observado em 2012, em que foram realizados 2 (dois) pagamentos de de auxílio-funeral de servidores desta unidade. O montante desse tipo de despesa no exercício anterior somou R\$ 17.626,18 (dezesete mil e seiscentos e vinte e seis reais e dezoito centavos).

Ressalta-se que as despesas normais de folha de pagamento, como pagamento de salários, auxílio-alimentação, dentre outros, são processados pela Direção-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (UG 200230)

DESPESAS COM FOLHA DE PAGAMENTO (em R\$)				
Pagamento de pessoal	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
Pagamento em Folha	0,00	17.626,18	0,00	17.626,18

Fonte: SIAFI Gerencial

**COTA FINANCEIRA RECEBIDA**

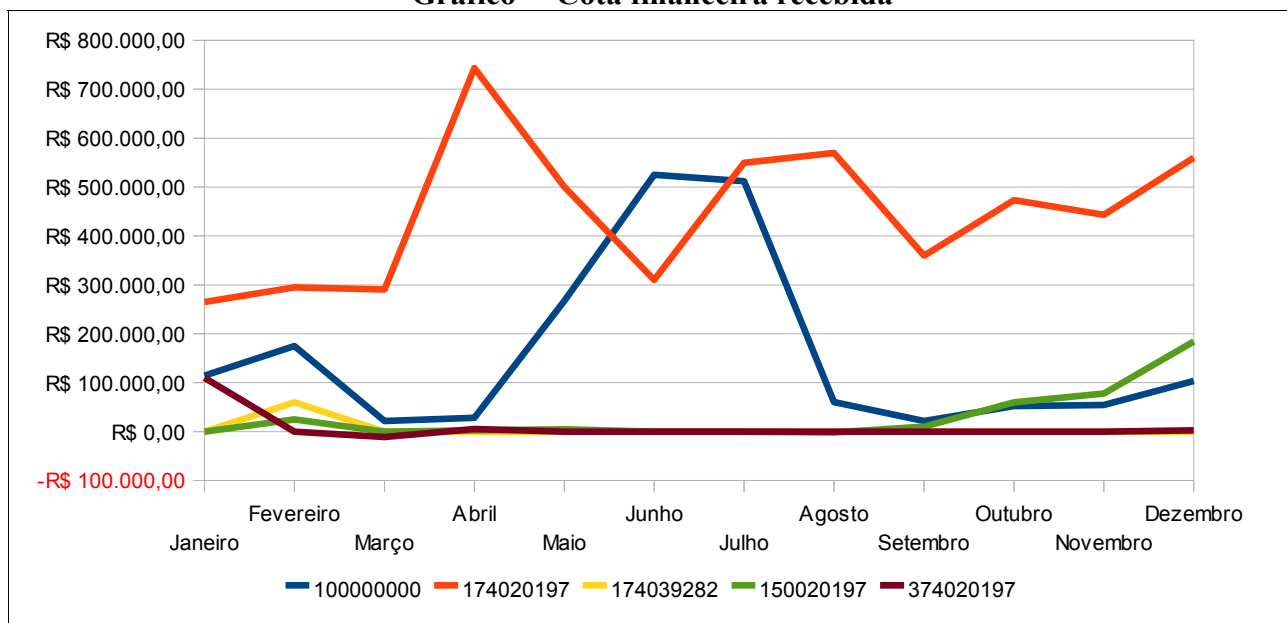
No gráfico abaixo está detalhada a cota financeira recebida por esta UG ao longo do exercício 2013 detalhada pela fonte de recursos.

Cumprе ressaltar que é descontado do valor da cota financeira recebida, o montante estornado pelo órgão central. Assim, a cota financeira recebida pode apresentar valor negativo caso a importância dos estornos realizados pelo órgão central ultrapassar a cota concedida à Unidade Regional num determinado mês.

Mês	FONTES – COTA FINANCEIRA RECEBIDA (R\$)					TOTAL
	100000000	174020197	174039282	150020197	374020197	
Janeiro	114.500,00	265.000,00	0,00	0,00	110.000,00	489.500,00
Fevereiro	175.000,00	295.000,00	59.922,54	25.099,24	R\$ 0,00	555.021,78
Março	21.721,86	290.400,00	0,00	0,00	-11.372,56	300.749,30
Abril	28.258,00	743.000,00	0,00	2.219,95	5.238,80	778.716,75
Maiο	267.000,80	500.600,00	0,00	4.439,90	0,00	772.040,70
Junho	525.000,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	835.000,00
Julho	512.000,00	549.391,21	0,00	0,00	0,00	1.061.391,21
Agosto	60.630,86	570.000,00	0,00	- 1.709,95	0,00	628.920,91
Setembro	21.664,65	360.000,00	0,00	10.361,73	0,00	392.026,38
Outubro	52.211,17	473.000,00	0,00	59.879,55	0,00	585.090,72
Novembro	54.343,64	443.000,00	0,00	78.000,00	0,00	575.343,64
Dezembro	103.251,98	560.000,00	0,00	184.277,32	2.786,00	850.315,30
<b>TOTAL</b>	<b>1.935.582,96</b>	<b>5.359.391,21</b>	<b>59.922,54</b>	<b>362.567,74</b>	<b>R\$ 106.652,24</b>	<b>7.824.116,69</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

Gráfico – Cota financeira recebida



Fonte: SIAFI Gerencial

## RESTITUIÇÕES DE VALORES MEDIANTE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO

No decorrer do exercício 2013 foram restituídos ao Tesouro Nacional mediante Guia de Recolhimento da União (GRU) o montante de R\$ 25.967,20 (vinte e cinco mil e novecentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), do qual se destaca o valor de R\$ 85.624,10 (oitenta e cinco mil, seiscentos e vinte e quatro reais e dez centavos), referente à arrecadação de multas relativas ao transporte indevido de produtos perigosos, o que representou 74,12% de todo o valor recolhido à União por intermédio desta unidade em 2013.

Em 10/05/2013 o Núcleo de Arrecadação do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (NUAR), visando obter maior controle da arrecadação, expediu os Memorandos Nº 03 e 04/2013 orientando todas as unidades regionais do órgão a informar o código da Unidade Gestora responsável pela geração da receita, com exceção daquelas relativas às multas de trânsito previstas no Código de Trânsito Brasileiro. Por esta razão, não há registro de arrecadação pela UG 200120 de multas de produtos perigosos nos exercícios anteriores a 2013, pois até então o código do recolhedor utilizado na GRU era o 200109 (DPRF).

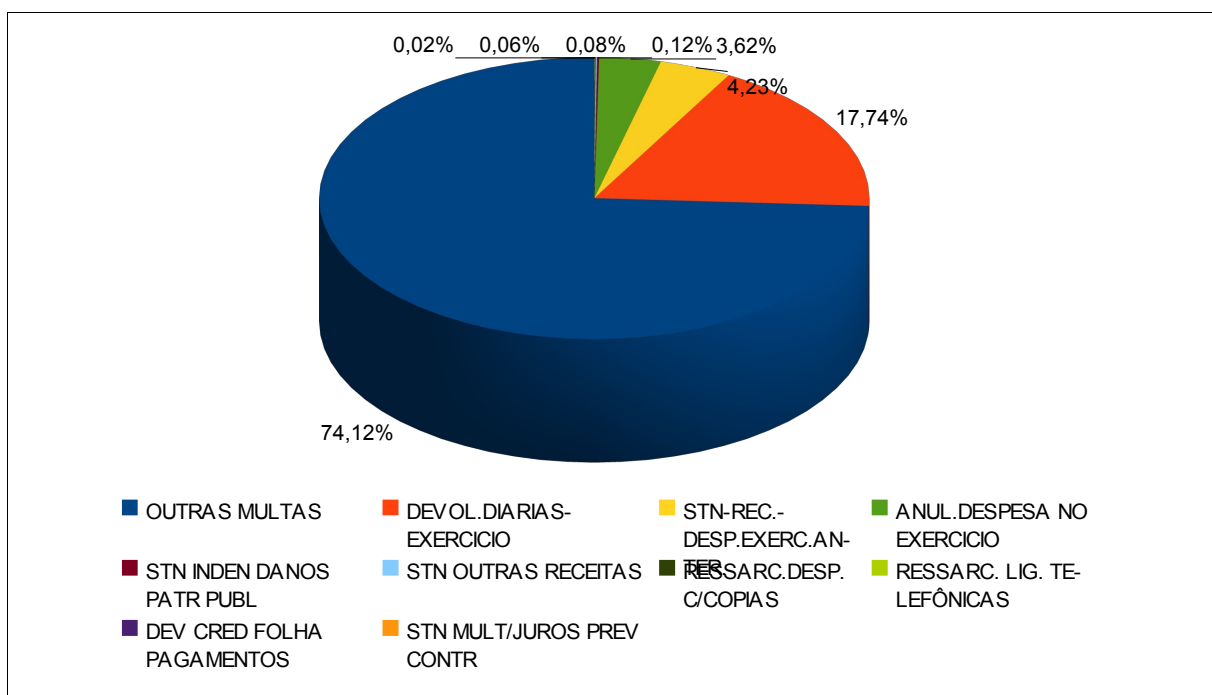
VALORES RESTITUÍDOS À UNIÃO VIA GRU				
Código GRU	Descrição	2011	2012	2013
28848-9	OUTRAS MULTAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 85.624,10
68802-9	DEVOL.DIARIAS-EXERCICIO	R\$ 21.961,49	R\$ 18.209,90	R\$ 20.497,86
18806-9	STN-REC.DESPEXERC.ANTER.	R\$ 3.510,80	R\$ 2.727,69	R\$ 4.888,23
68888-6	ANUL.DESPESA NO EXERCICIO	R\$ 496,49	R\$ 611,34	R\$ 4.181,84
18830-1	STN INDEN DANOS PATR PUBL	R\$ 110,15	R\$ 589,26	R\$ 140,00



18822-0	STN OUTRAS RECEITAS	R\$ 0,00	R\$ 3.253,90	R\$ 90,22
18855-7	RESSARC.DESP. C/COPIAS	R\$ 105,10	R\$ 434,73	R\$ 73,65
18854-9	RESSARC. LIG. TELEFÔNICAS	R\$ 1.219,77	R\$ 140,38	R\$ 21,59
68801-0	DEV CRED FOLHA PAGAMENTOS	R\$ 517,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18831-0	STN MULT/JUROS PREV CONTR	R\$ 73,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 27.994,06</b>	<b>R\$ 25.967,20</b>	<b>R\$ 115.517,49</b>

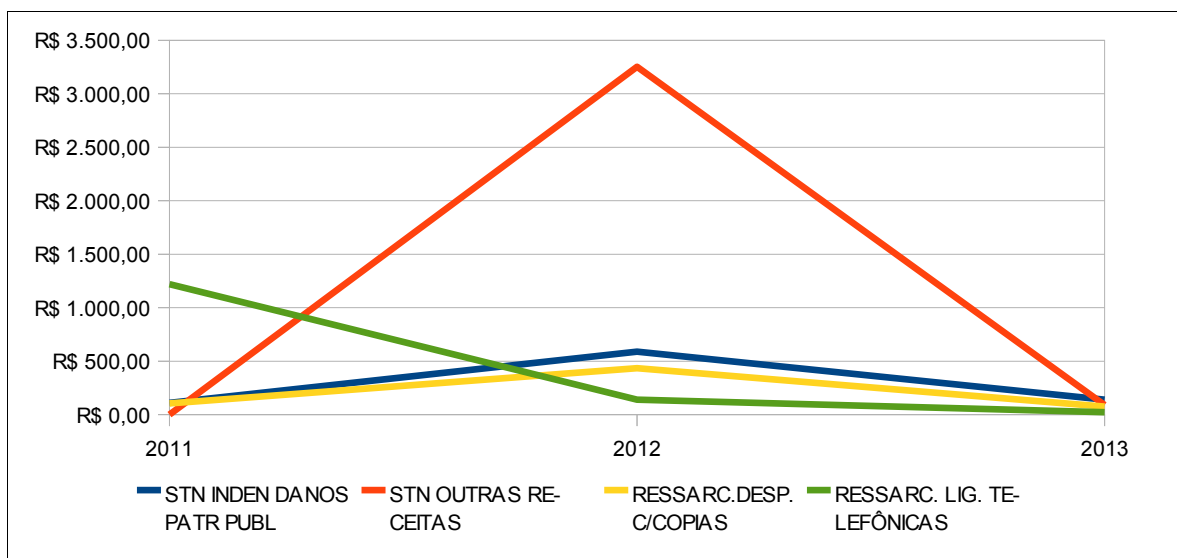
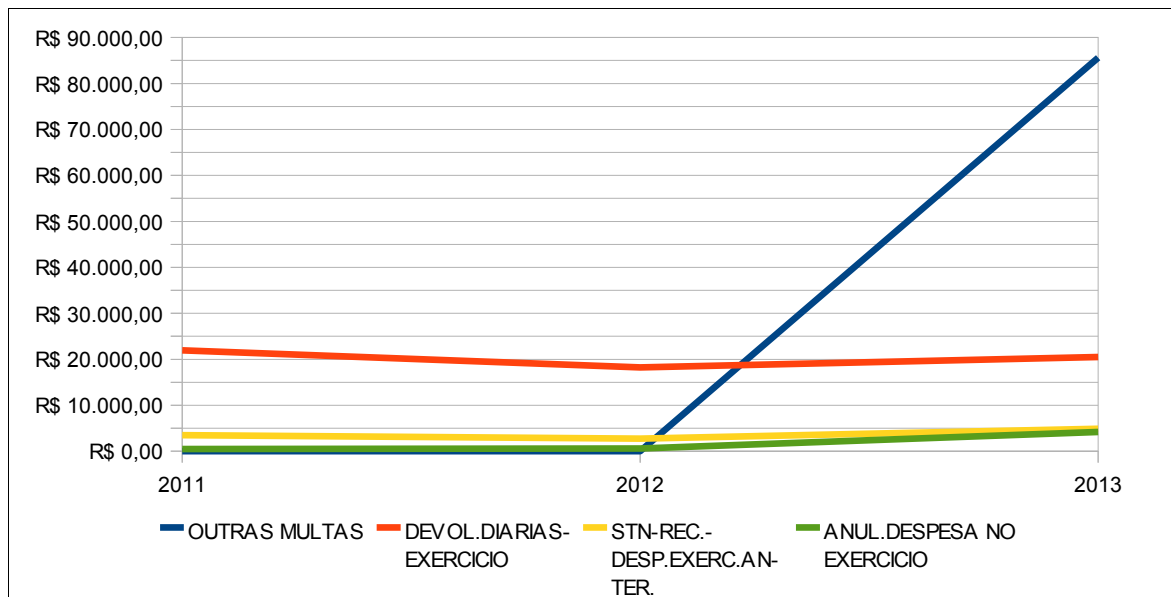
Fonte: SIAFI Gerencial

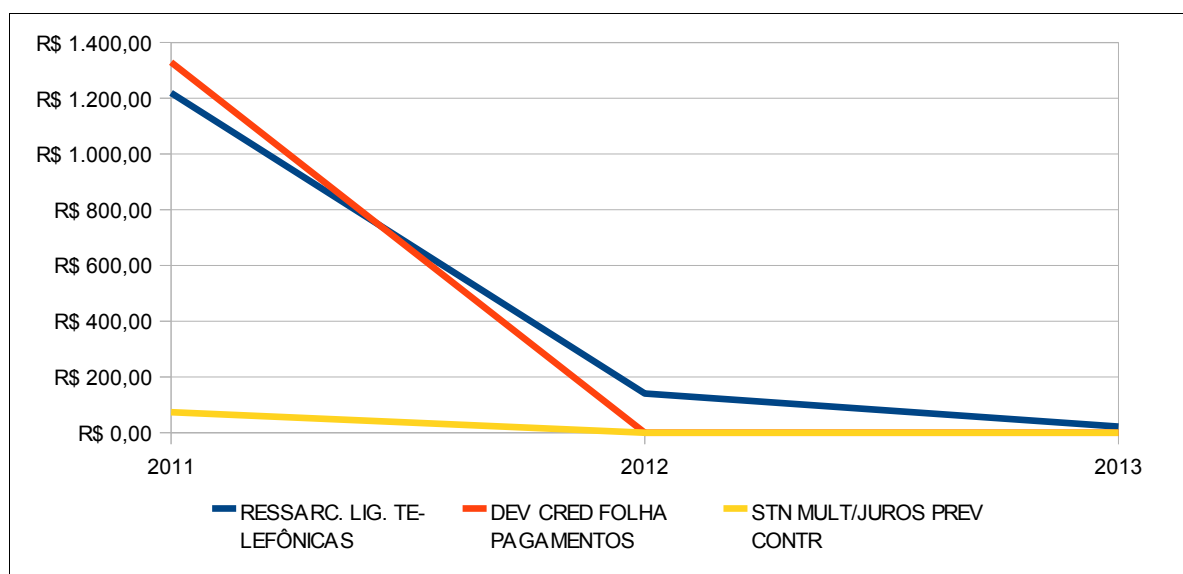
Gráfico - Valores recolhidos à União via GRU



Fonte: SIAFI Gerencial

Gráfico – Valores recolhidos à União - histórico





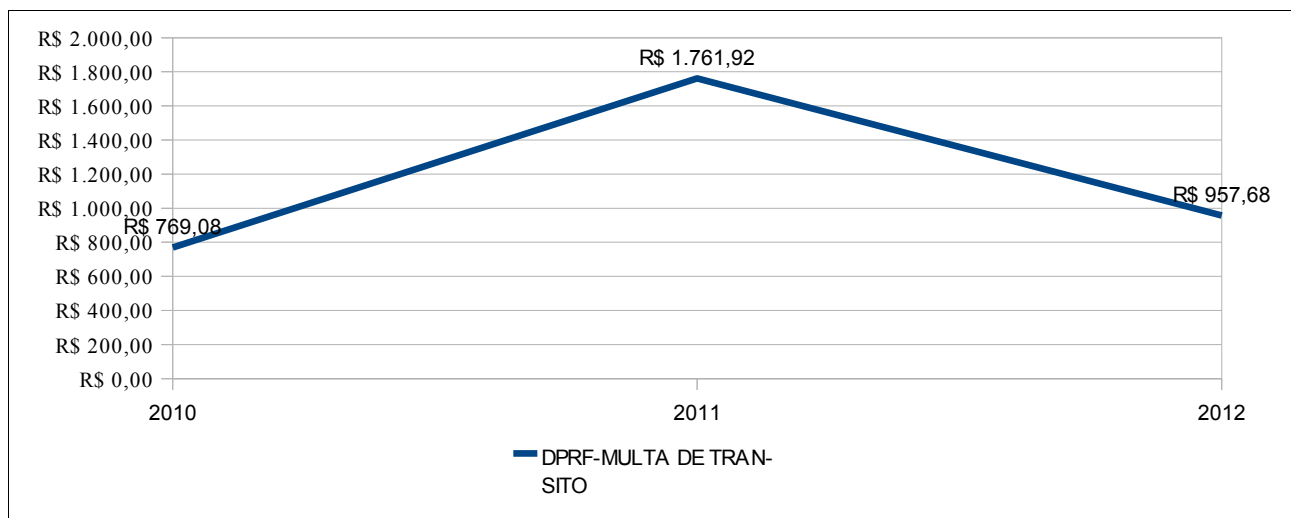
Fonte: SIAFI Gerencial

## VALORES RESTITUÍDOS A TERCEIROS MEDIANTE GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO

Foram restituídos a terceiros via Guia de Recolhimento da União um total de R\$ 957,68 (novecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e oito reais) referente a ressarcimento de valores de multa de trânsito. Tal ação é comum nos casos onde o contribuinte realiza o pagamento da guia em duplicidade ou mesmo num valor sem se considerar os descontos previstos pela legislação de trânsito. Outro caso previsto de ressarcimento ocorre quando o contribuinte realiza o pagamento da multa e posteriormente tem seu recurso da infração deferido, gerando o dever da União de ressarcí-lo. Os dados obtidos mostram uma redução de 45,65% no valor total restituído no ano de 2013 em comparação com o exercício 2012.

VALORES RESTITUÍDOS A TERCEIROS VIA GRU (DEVOLUÇÃO)				
Código GRU	Descrição	2011	2012	2013
20015-8	DPRF-MULTA DE TRANSITO	R\$ 769,08	R\$ 1.761,92	R\$ 957,68

Fonte: SIAFI Gerencial

**Gráfico – Valores restituídos a terceiros**

Fonte: SIAFI Gerencial

**4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos**

Inexiste tal situação no âmbito do DPRF. Não há contas contábeis registradas na Contabilidade do DPRF para Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos que tenham tido movimentação ou que tenham apresentado saldo diferente de zero no final do exercício de 2013.

**QUADRO A.4.2. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS**

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

**4.2.1 Análise Crítica****4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores****QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito Em 01/01/2013	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012	605,68	-	605,68	-
2011	-	-	-	-
2010	-	-	-	-
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				

Ano de Inscrição	Montante Inscrito Em 01/01/2013	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012	2.112.306,02	700.779,82	80.925,79	1.330.600,41
2011	414.522,95	178.044,24	236.478,71	-
2010	38.958,79	-	-	38.958,79

Fonte: SIAFI Gerencial

### 4.3.1 Análise Crítica

Durante o exercício 2013 esta unidade procedeu com a execução de despesas inscritas em restos a pagar não processados inscritos nos exercícios de 2011 e 2012, não havendo qualquer demanda para pagamento que fosse enquadrado na modalidade de restos a pagar processados.

A existência de saldo na conta 21219.60.01 (Diárias) em dezembro de 2012 saldo gerou a restrição 203 (SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT. PAS. CIRCUL.) na conformidade contábil desta UG. A causa dessa restrição se deu devido a possíveis problemas ocorridos no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP). Os indícios para essa constatação podem ser observados no registro de Notas de Lançamento de Sistema em duplicidade (2012NS002004 e 2012NS002005) referentes à PCDP 27228/12, cujo período de viagem era de 01/11/2012 a 04/11/2012. Logo, a liquidação da PCDP 27228/12, relativo ao mesmo período de afastamento, se deu em duplicidade, o que gerou o saldo alongado na conta 21219.60.01, pois apesar do lançamento do registro da liquidação no SIAFI ter ocorrido duas vezes, houve apenas um pagamento, registrado pela Ordem Bancária 2012OB802024.

A baixa do saldo da conta 212196001 se deu mediante registro da Nota de Lançamento 2013NL000017 no SIAFI, o que também cancelou o saldo de restos a pagar processados no valor de R\$ 605,68.

No tocante aos restos a pagar não processados inscritos em 2011, tivemos o montante inscrito de R\$ 414.522,95 (quatrocentos e quatorze mil, quinhentos e vinte e dois reais e noventa e cinco centavos), dos quais foram pagos R\$ 178.044,24 (cento e setenta e oito mil, quarenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), e R\$ 236.478,71 (duzentos e trinta e seis mil, quatrocentos e setenta e oito reais e setenta e um centavos) cancelados, que ocorreram tanto manualmente como por processo automático, em conformidade com a Macrofunção SIAFI 02.03.17 (Restos a Pagar), itens 6.1 e 6.3, transcritos abaixo:

*6.1 – Os restos a pagar inscritos no final do exercício anterior quando não efetivamente liquidados ou colocados em processo de liquidação, terão validade até o dia 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição.*

...

*6.3 – Em conformidade com o § 6º do art. 68 do Decreto 93.872, os saldos dos empenhos que permanecerem bloqueados no SIAFI, na conta contábil 2.9.5.1.1.04.01 – RP Não Processados a Liquidar Bloqueados Por Decreto, serão cancelados no dia 31 de dezembro na rotina do encerramento do exercício.*

Em relação aos saldos inscritos em restos a pagar não processados no exercício 2012, esta UG inscreveu o montante de R\$ 2.112.306,02 (dois milhões, cento e doze mil, trezentos e seis

reais e dois centavos), dos quais foram pagos R\$ 700.779,82 (setecentos mil, setecentos e setenta e nove reais e oitenta e dois centavos) e R\$ 80.925,79 (oitenta mil, novecentos e vinte e cinco reais e setenta e nove centavos) cancelados. Restando assim, saldo inscrito para o exercício de 2013 no valor de R\$ 1.330.600,41 (um milhão, trezentos e trinta mil, seiscentos reais e quarenta e um centavos).

A manutenção de um saldo significativo em restos a pagar não processados inscritos em 2012 se deve em muito pela não liquidação do empenho 2012NE800472, referente à aquisição de torres de radiocomunicação para a 2ª SR.PRF/MT no valor de R\$ 1.109.900,00 (um milhão, cento e nove mil e novecentos reais). Tal empenho é responsável 83,41% por todo saldo a pagar em 31/12/2013 relativo a restos a pagar não processados inscritos em 2012.

#### Detalhamento de restos a pagar executados em 2013

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 605,68	R\$ 0,00	R\$ 605,68	R\$ 0,00
2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2010	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 2.112.306,02	R\$ 700.779,82	R\$ 80.925,79	R\$ 1.330.600,41
2011	R\$ 414.522,95	R\$ 178.044,24	R\$ 236.478,71	R\$ 0,00
2010	R\$ 38.958,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 38.958,79

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 4.4 Transferências de Recursos

Inexiste tal situação no âmbito da 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, ou seja, esta UJ não realizou transferências de recursos financeiros ou créditos, sejam por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

##### 4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

**QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**  
(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

##### 4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

**QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**  
(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

#### 4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

##### QUADRO A.4.4.3 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

#### 4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

##### QUADRO A.4.4.4 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

#### 4.4.5 Análise Crítica

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

### 4.5 Suprimento de Fundos

Durante o exercício 2013, a 2ª SRPRF não realizou despesas por meio de suprimento de fundos, sendo demonstrada somente a evolução da utilização ao longo do tempo, segregando-se as despesas realizadas via CPGF e Conta Tipo “B”.

#### 4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)							
Valores em R\$ 1,00							
Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	0	-	0	-	0	-	-
2012	0	-	0	-	0	-	-
2011	0	-	0	-	4	818,30	818,30

Fonte: SIAFI Gerencial

---

**4.5.2 Suprimento de Fundos – Contas Tipo “B”**


---

**QUADRO A.4.5.2 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTOS DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO (CONTA TIPO B)**

(Não possui dados a serem informados)

---

**4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)**


---

**QUADRO A.4.5.3 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR**

(Não possui dados a serem informados)

---

**4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos**


---

<b>QUADRO A.4.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)</b>												
<b>Suprimento de Fundos</b>												
<b>Situação</b>	<b>Conta Tipo “B”</b>						<b>CPGF</b>					
	<b>2013</b>		<b>2012</b>		<b>2011</b>		<b>2013</b>		<b>2012</b>		<b>2011</b>	
	<b>Qtd.</b>	<b>Valor</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor</b>
PC não Apresentadas	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC Aguardando Análise	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC em Análise	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC não Aprovadas	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC Aprovadas	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	5	818,30

Fonte: SIAFI Gerencial

---

**4.5.5 Análise Crítica**


---

No exercício 2013, conseguimos obter recursos financeiros para capacitar a nova equipe do Núcleo de Orçamento e Finanças, que conforme Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal é responsável pela análise dos processos de concessão de suprimentos de fundos.

Contudo, em função das substituições de inúmeros chefes de delegacias da Regional a capacitação ficou prejudicada, impossibilitando que a aplicação de tais recursos fossem implantada em conformidade com a legislação vigente.

Sendo assim, optamos por não realizar despesas com o suprimento de fundos.

---

**4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ**


---



---

**4.6.1 Benefícios Financeiros e Creditícios**

---

De acordo com o art. 14, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o termo renúncia de receitas compreende a concessão, prorrogação ou ampliação de anistia, remissão, subsídio de natureza tributária, financeira, ou creditícia, crédito presumido, isenção em caráter não geral, redução discriminada de alíquota ou de base de cálculo relativas a impostos, taxas ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. Tal situação inexistente na 2ª SRPRF.

---

**4.6.1.1 Benefícios Financeiros e Creditícios – Quantificação**

---

**QUADRO A.4.6.1.1 – BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS GERIDOS PELA UJ OU BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS ESTIMADOS E QUANTIFICADOS PELA UJ**

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

---

**4.6.1.2 Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica**

---

---

**4.6.2 Renúncias Tributárias**

---

Tal situação inexistente na 2ª SRPRF.

---

**4.6.2.1 Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ - Identificação**

---

**QUADRO A.4.6.2.1 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS ESTIMADAS E QUANTIFICADAS PELA UJ**

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

---

**4.6.2.2 Valores Renunciados e Contrapartida**

---

**QUADRO A.4.6.2.2 – VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA**

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

---

**4.6.2.3 Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário**

---

**QUADRO A.4.6.2.3 - VALORES RENUNCIADOS POR TRIBUTOS E GASTO TRIBUTÁRIO – 2013-2011**

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada).

---

**4.6.2.4 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia**

---

**QUADRO A.4.6.2.4.1 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS**

**QUADRO A.4.6.2.4.2 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA  
– PESSOAS JURÍDICAS**

(Não se aplicam a natureza da unidade jurisdicionada).

---

**4.6.2.5 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária**

---

A 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, ou seja, esta UJ não é gestora de renúncia de receita. Logo os **Quadros A.4.6.2.5.1 e A.4.6.2.5.2** não serão preenchidos.

---

**4.6.2.6 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária**

---

A 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, ou seja, esta UJ não é gestora de renúncia tributária..O Quadro A.4.6.2.6 não será preenchido.

---

**4.6.2.7 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas**

---

**QUADRO A.4.6.2.7 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS.A.  
ESTE QUADRO SÓ DEVE SER PREENCHIDO POR UJ RESPONSÁVEL PELA GESTÃO  
DE RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS.**

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada)

---

**4.6.2.8 Comunicações à RFB**

---

**QUADRO A.4.6.2.8 - COMUNICAÇÕES À RFB**

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada)

---

**4.6.2.9 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas**

---

**QUADRO A.4.6.2.9 - INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS**

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada)

---

**4.6.2.10 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal**

---

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada)

---

**4.6.2.11 Fiscalizações Realizadas pela RFB**

---

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada)

---

**4.6.2.12 Renúncia Tributária – Análise Crítica**

---

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada)

#### 4.7 Gestão de Precatórios

Conforme a Portaria TCU nº 175/2013 a situação abrange as Unidades Jurisdicionadas do Poder Judiciário Federal responsáveis pela gestão e pagamento de precatórios, logo, não se aplica a 2ª SRPRF.

**5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.  
GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS  
RELACIONADOS.**

#### 5.1 Estrutura de pessoal da unidade

##### 5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada

##### 5.1.1.1 Lotação

**QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ**

(SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Quantidade no Exercício	
	Autorizada	Efetiva	Ingressos	Egressos
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>	475	382	5	45
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2 +1.2.3 +1.2.4)	475	382	5	45
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	475	382	5	45
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	00	00	00
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	00	00	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	00	00	00	00
<b>2. Servidores com Contratos Temporários.</b>	00	00	00	00
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	475	382	5	45
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	475	382	5	45

Fonte: NUAP/SRH/2ª SRPRF/MT

##### 5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

**QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ**

(SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013)

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>00</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	00
1.2. Exercício de Função de Confiança	00
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	00
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>00</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	00
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	00
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	00
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	00

<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>41</b>
3.1. De ofício, no interesse da Administração	13
3.2. A pedido, a critério da Administração	00
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/ companheiro	00
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	03
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	25
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>23</b>
4.1. Doença em pessoa da família	02
4.2. Capacitação	00
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>00</b>
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	00
5.2. Serviço militar	00
5.3. Atividade política	00
5.4. Interesses particulares	00
5.5. Mandato classista	00
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>00</b>
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>64</b>

Fonte: NUAP/SRH/2ª SRPRF/MT

## 5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

### 5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

<b>QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ</b>				
( Situação apurada em 31/12/2013)				
Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>	01	01	00	00
1.1. Cargos Natureza Especial	00	00	00	00
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	01	01	01	01
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	01	01	01	01
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	00	00	00
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	00	00	00	00
1.2.4. Sem vínculo	00	00	00	00
1.2.5. Aposentados	00	00	00	00
<b>2. Funções gratificadas</b>	34	31	24	25
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	34	31	24	25
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	00	00	00
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	00	00	00	00
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	35	31	25	26

Fonte: NUAP/SRH/2ª SRPRF/MT

**5.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade**

<b>QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA</b>					
(Situação apurada em 31/12/2013)					
Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>41</b>	<b>137</b>	<b>141</b>	<b>57</b>	<b>06</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira	41	137	141	57	06
1.3. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00	00
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	00	00	00	00	00
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	00	00	00	00	00
2.3. Funções gratificadas	00	00	00	00	00
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>41</b>	<b>137</b>	<b>141</b>	<b>57</b>	<b>06</b>

Fonte: SIAPE

**5.1.2.3 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a escolaridade**

<b>QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE</b>									
(Situação apurada em 31/12/2013)									
Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>120</b>	<b>253</b>	<b>06</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00	00	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira	00	00	01	02	145	280	00	00	00
1.3. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00	00	00	00	00	00
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	00	00	00	00	00	00	00	00	00
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	00	00	00	00	00	00	00	00	00
2.3. Funções gratificadas	00	00	00	00	00	00	00	00	00
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>120</b>	<b>253</b>	<b>06</b>	<b>00</b>	<b>00</b>

**LEGENDA: Nível de Escolaridade**  
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: NUAP/SRH/2ª SRPRF/MT - SIAPE

As informações extraídas do sistema SIAPE, especifica o nível de escolaridade dos servidores até o nível superior.

As informações contidas no SIAPENET, sistema no qual os servidores atualizam seus dados, não possibilita agrupar o quantitativo de servidores por nível de escolaridade.

Desta forma o NUAP/SRH não dispõe das informações relativas ao grau de escolaridade dos servidores com nível maior que o grau 7.

### 5.1.3 Custos de pessoal da unidade jurisdicionada

O custo do quadro de pessoal da UJ, onde são discriminadas as mais diversas naturezas de despesas de pessoal, fica a cargo da Seção Orçamentária e Financeira de Pessoal (SOFIP), alocada e de responsabilidade da Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Brasília.

#### QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada)

### 5.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

#### 5.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria.

<b>QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS -</b> (Situação apurada em 31/12/2013)		
Regime de proventos Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	71	03
1.1 Voluntária	66	03
1.2 Compulsória	00	00
1.3 Invalidez Permanente	05	01
1.4 Outras	00	00
2. Proporcional	04	01
2.1 Voluntária	01	00
2.2 Compulsória	00	00
2.3 Invalidez Permanente	03	01
2.4 Outras	00	00
3. Totais (1+2)	75	05

Fonte: SIAPE

#### 5.1.4.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

<b>QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO</b> (Situação apurada em 31/12/2013)		
Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>08</b>	<b>00</b>
1.1. Integral	07	00
1.2. Proporcional	01	00
<b>2. Em Atividade</b>	<b>16</b>	<b>00</b>
3. Total (1+2)	24	00

Fonte: NUAP/SRH/2ª SRPRF/MT

---

**5.1.5 Cadastramento no Sisac**

---

A responsabilidade de admissão de pessoal, concessão de aposentadoria, reforma e pensão, cujo atos se sujeitam ao registro do Tribunal de Contas da União ou devem ser a ele comunicados, estão a cargo da Divisão de Cadastro (DICAD), alocada e de responsabilidade da Sede da Polícia Rodoviária Federal em Brasília.

---

**5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC**

---

**QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU  
(ART. 3º DA IN TCU 55/2007)**

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada)

---

**5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU**

---

As informações sobre os atos de pessoal serão prestadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, pois está inserida na sua responsabilidade as atividades de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, cujos atos se sujeitam ao registro do Tribunal de Contas da União ou devem ser a ele comunicados, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal e da Instrução Normativa TCU nº 55/2007, no caso específico, não se aplica a esta Unidade.

**QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU  
(ART. 3º DA IN TCU 55/2007)**

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada)

---

**5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac**

---

**QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC  
(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada)**

---

**5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico**

---

**QUADRO A.5.1.5.4 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU  
(ART. 14 DA IN TCU 55/2007)**

(Não se aplica a natureza da unidade jurisdicionada)

---

**5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.**

---

A 2.<sup>a</sup> SRPRF tem total conhecimento da proibição da acumulação de cargos públicos que não esteja compatível com os dispositivos constitucionais, já que viola a ordem legal, a lealdade às instituições e os princípios, proibições e deveres aos quais os servidores estão submetidos.

No momento da efetivação do cargo do servidor, o mesmo declara expressamente, que assume o cargo sem está acumulando com qualquer outro cargo público.

Nossa unidade mantém consulta semanal dos diversos Diários Oficiais, buscando verificar a possível acumulação de cargos. Certamente, essa forma ainda não é a ideal para tal verificação.

Não há registro de casos desta natureza no ano de 2013.

---

**5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

---

Nos casos de acumulação indevida de cargos, o servidor é notificado para optar por um deles, dentro do prazo de 05 dias. Caso não exerça a opção dentro desse prazo, ele é notificado de que será exonerado. Se nenhuma manifestação for recebida no prazo de 10 dias, a partir da segunda notificação, o servidor é exonerado.

---

**5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos**

---

A Instituição faz uso da Ficha de Avaliação de Desempenho – FAD, como indicador de gerenciamento de pessoal.

Nessa ficha, é verificada a qualidade e quantidade de trabalho realizado, a iniciativa e cooperação entre os servidores, assiduidade e urbanidade com os usuários do serviço, e a pontualidade e disciplina dos servidores.

A mesma é usada como critério de progressão de carreira.

---

---

**5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários**

---

---

---

**5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão**

---

**QUADRO A.5.2.1 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA**

Não há cargos ou atividades típicas do plano de cargos do órgão de vinculação da UJ que foram ocupados ou executados, em 31 de dezembro de 2013 e dos dois exercícios anteriores, de forma indireta por pessoas em decorrência de contratação de mão de obra.



---

**5.2.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados**

---

**QUADRO A.5.2.2 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS.**

Através da Portaria nº 557, de 27 de dezembro de 2013, da Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão Miriam Belchior, publicado no D.O.U de 30/12/2013, Seção 1, pag.:838, foi autorizado a realização do concurso público para o provimento de 216 (duzentos e dezesseis) cargos de nível intermediário de Agente Administrativo do Plano de Pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. O provimento do cargo, ainda depende de prévia autorização do MPOG.

### 5.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA													
Unidade Contratante													
Nome: 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – 2ª SRPRF													
UG/Gestão: 200120/00001				CNPJ: 00.394.494/0115-02									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	(L)	(O)	23/2010	07.116.584/0001-04	23/11/10	22/11/14	22	22	0	0	0	0	P
2012	(L)	(O)	21/2012	00.332.087/0005-28	05/12/12	04/12/14	0	0	8	8	0	0	P
<b>Observações:</b> O contrato nº 21/2012 foi proveniente do pregão eletrônico nº 12/2012.													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Sit.: Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SAF/2ª SRPRF

## 5.2.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

### QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

#### Unidade Contratante

Nome: 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – 2ª SRPRF

UG/Gestão: 200120/00001

CNPJ: 00.394.494/0115-02

#### Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	(12)	(O)	09/2012	* 11.699.013/0001-17	01/06/12	31/05/12	0	0	21	21	0	0	E
	0						0	1	1	0	0	E	
2012	(9)	(O)	01/10/12	** 10.628.433/0001-40	01/06/12	31/05/13	0	0	1	1	0	0	A
							0	0	1	1	0	0	A
2013	(2)	(O)	01/05/13	*** 09.576.957/0001-55	02/09/13	01/09/14	0	0	2	2	0	0	A
	(3)						0	0	1	1	0	0	
	(4)						0	0	4	4	0	0	
	(5)						0	0	13	13	0	0	
	(12)						0	0	21	21	0	0	

Observação: \* União Assessoria Empresarial LTDA

\*\* Eletrotec Engenharia LTDA - ME

\*\*\* Raquel Rockenbach EPP

#### LEGENDA

Área:

1. Segurança - 2. Transportes. - 3. Informática - 4. Copeiragem;  
5. Recepção - 6. Repografia - 7. Telecomunicações;  
8. Manutenção de bens Móveis - 9. Manutenção de bens Imóveis;  
10. Brigadistas - 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;  
12. Outras.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SAF/2ª SRPRF

---

## **5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4**

---

### **SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS DA 2ª SRPRF**

Os serviços de limpeza e conservação predial são desempenhados pela empresa Norte Sul Limpeza e Conservação Ltda, CNPJ 07.116.584/0001-04, decorrente do pregão eletrônico 17/2010 que deu origem ao contrato administrativo 23/2010.

Foi concluído em 2013 o terceiro apostilamento visando manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato. Ainda em 2013 houve a realização do terceiro termo aditivo, cujo objeto é a prorrogação temporal do contrato, sendo que a vigência passou a ser de 23/11/13 a 22/11/14 e a redução de aproximadamente 4,19% dos valores devido a diminuição quantitativa do objeto contratado, ocorrida pela desativação da unidade operacional 103 (Campo Verde), em 01 de abril de 2013.

A supressão se encontra amparada pela hipótese normatizada pela alínea a, do inciso I, do art. 65 da Lei 8.666/93, combinada com o §1º deste mesmo artigo, os quais trazem a hipótese de alteração unilateral dos contratos pela administração quando houver diminuição quantitativa do objeto contratado, desde que nos limites permitidos pela Lei 8.666/93.

Os serviços prestados pela Empresa Norte Sul Limpeza e Conservação LTDA, foram avaliados na sede da 2ª SRPRF pela fiscal de contrato. Já nas delegacias e postos da PRF, de acordo com a Instrução de Serviço nº 03 de 22 de novembro de 2010, a avaliação é acompanhada pelos respectivos chefes de delegacia ou servidores por eles designados e realizada mensalmente por meio eletrônico através do preenchimento de avaliação específica.

Segue abaixo o resultado da avaliação dos serviços de limpeza, tendo como período de referência dezembro de 2012 a novembro de 2013, conforme direitos e obrigações pactuados no contrato nº 23/2010, quando da vigência do 2º Termo Aditivo.

#### **AVALIAÇÃO DE LIMPEZA**

##### **1) Frequência: diariamente**

- 1.1 - Foram devidamente retirados, com pano úmido, o pó dos móveis, balcões, peitoris, caixilhos das janelas, aparelhos elétricos, telefones, extintores de incêndio, etc?
- 1.2 - Foi devidamente procedida a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários duas vezes ao dia?
- 1.3 - Foi devidamente varrido e passado pano nos pisos?
- 1.4 - Foram devidamente limpos, com saneantes domissanitários, os pisos dos sanitários, cozinhas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia?
- 1.5 - Foi devidamente abastecido com papel toalha, higiênico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário?
- 1.6 - Foi devidamente retirado o pó dos telefones com flanela e produtos adequados?
- 1.7 - Foi devidamente passado pano úmido com álcool nos tampo das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições?
- 1.8 - O lixo foi devidamente retirado duas vezes ao dia, acondicionado em sacos plásticos de cem litros, e removidos para local indicado pela Administração?
- 1.9 - Foi devidamente suprido os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração?

##### **2) Frequência semanalmente**

- 2.1 - Foi devidamente limpo atrás dos móveis?

- 2.2 - Os assentos e poltronas foram devidamente limpos?
- 2.3 - Os balcões foram devidamente lavados com detergente, encerados e lustrados?
- 2.4 - Os espelhos foram devidamente limpos?

### 3) Frequência Quinzenalmente

3.1 - Todos os vidros foram devidamente (face interna/externa) foram limpos, aplicando-lhes produtos antiembaçantes?

### 4) Frequência Mensalmente

- 4.1 - Todas as luminárias foram devidamente limpas?
- 4.2 - Os forros, paredes e rodapés foram devidamente limpos?
- 4.3 - Os cones foram devidamente limpos?

### 5) Demais avaliações

5.1 - Atribua um conceito para o trabalho de limpeza executado no local neste mês

### 6) Faltas

- 6.1 - Algum dia a limpeza deixou de ser efetuada?
- 6.1.1 - Quantos dias ficaram sem a limpeza?

### 7) Funcionário (a)

- 7.1 - O funcionário colocou os EPI'S (equipamentos de proteção individual) necessários para realização da limpeza?
- 7.2 - O funcionário usou o uniforme?
- 7.3 - O uniforme encontra-se em boas condições?

### 8) Materiais

- 8.1 - Os materiais de limpeza foram suficientes para execução dos serviços?
- 8.2 - Os materiais de limpeza mantém a qualidade?

### 9) Observações:

- 9.1 - OBSERVAÇÕES SOBRE OS MATERIAIS:
- 9.2 - OBSERVAÇÕES DE ORDEM GERAL:

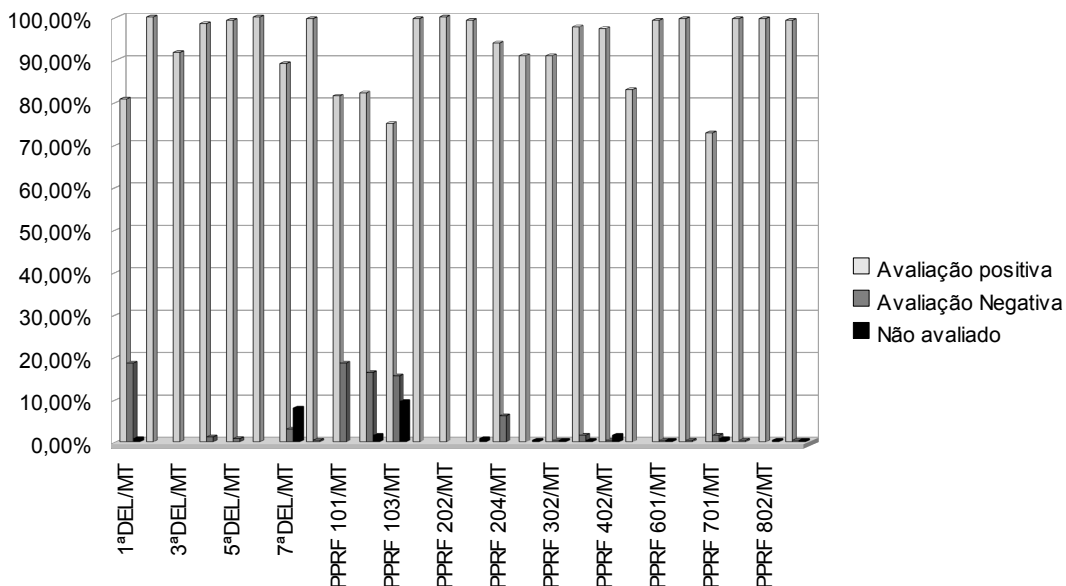
De acordo com a Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97.

A análise das avaliações preenchidas nos permite avaliar e acompanhar a qualidade dos serviços prestados pela Empresa Norte Sul Limpeza e Conservação LTDA tal qual prevê a legislação.

Para análise quantitativa contamos quantos itens foram avaliados positivamente (quantos sim) e quantos são avaliados negativamente (quantos não). A letra F “Faltas” não é computada nessa análise, sendo considerada para efeitos de glosa na nota fiscal correspondente. Dessa análise resultaram os seguintes gráficos:

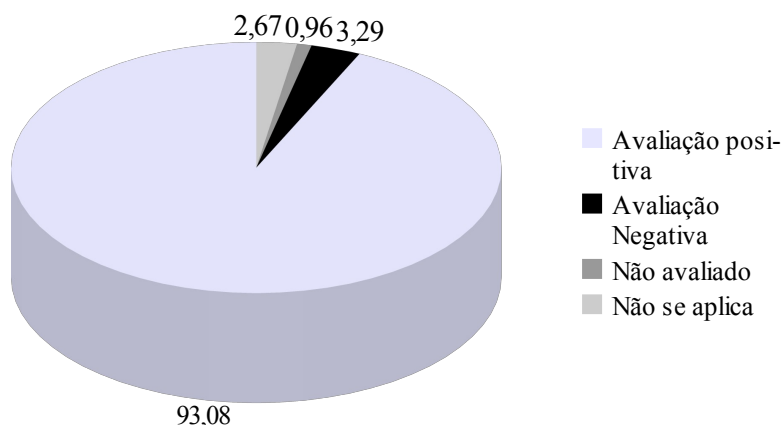
### **GRÁFICO - AVALIAÇÃO DE LIMPEZA DE DEZ/2012 A NOV/2013 ÍNDICE PERCENTUAL DE RESPOSTAS POR SETOR**

Do gráfico acima observamos que a maior parte das delegacias e postos tiveram “avaliação positiva” acima de 90% , nota-se ainda que a porcentagem da maioria dos itens “não avaliados” é inferior a 1%.



Na 2ª Delegacia e no Posto PRF 202 tem-se o maior índice no item de “avaliação positiva”, sendo que o menor índice de “avaliação positiva” foi registrado no PPRF 701.

**GRÁFICO - AVALIAÇÃO DE LIMPEZA DEZ/2012 A NOV/2013  
ÍNDICE GERAL DO PERCENTUAL DE RESPOSTAS**

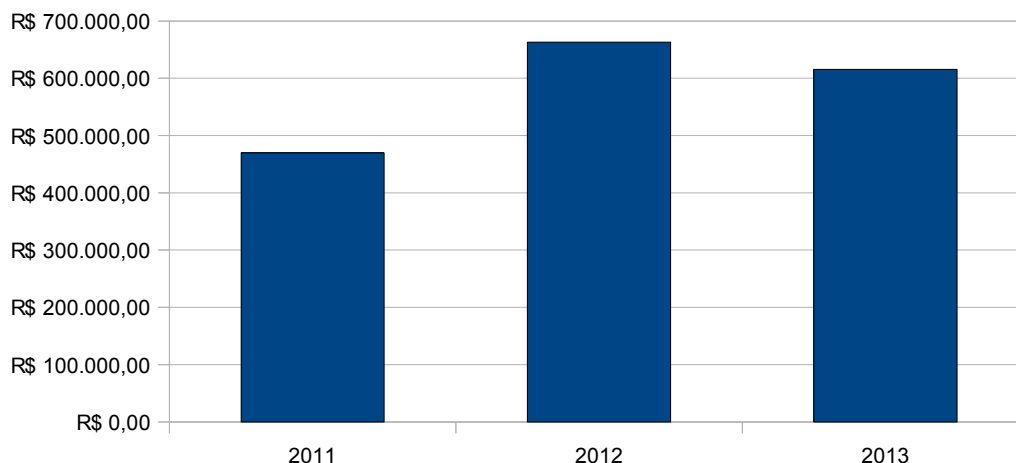


Do gráfico acima, extraímos que 93,08% dos itens foram avaliados de forma positiva, sendo 3,29% avaliados negativamente e apenas 0,96% dos itens não foram avaliados.

A avaliação negativa, conforme consta nas avaliações mensais, decorrem de quantidade de material e qualidade nos serviços. Cada mês avaliado é encaminhado à empresa solicitação de melhorias, via ofício, para os itens avaliados negativamente. A empresa tem corrigido mês a mês as pequenas falhas ocorridas.

**COMPARAÇÃO DOS VALORES PAGOS DE 2011 A 2013 NOS SERVIÇOS DE LIMPEZA**

**GRÁFICO – VALORES PAGOS DE 2011 A 2013**



O aumento de 2011 em relação à 2012 se deve ao impacto da atualização dos valores em conformidade com a convenção coletiva da categoria que de 2010 para 2011 aumentou em 8 % (oito por cento) e de 2011 para 2012 sofreu um dispêndio de 17,69% (dezessete vírgula sessenta e nove por cento). Além do impacto na planilha de salário e alimentação, também houve atualização dos valores de transporte coletivo.

Em 2013 houve reajuste devido a nova convenção coletiva, porém houve redução de aproximadamente 4,19% dos valores devido a diminuição quantitativa do objeto contratado, ocorrida pela desativação do Posto 103, em 01 de abril de 2013.

### **SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO**

Em 2012, realizou-se o pregão nº 02/2012, logrando-se vencedora neste, a empresa União Assessoria Empresarial Ltda, CNPJ 11.699.013/0001-17, cujo contrato administrativo 09/2012, tinha por vigência de 01 de junho de 2012 a 31 de maio de 2013.

Em abril de 2013, a fiscal do contrato verificou que os funcionários da empresa União Assessoria Empresarial LTDA, CNPJ 11.699.013/0001-17, cujo contrato é o de nº 09/2012, alocados neste Órgão, não receberam o salário competência de março/2013 no quinto dia útil e vale alimentação e vale transporte competência de abril/2013.

De acordo com o subitem 7.4.1.1 do contrato administrativo nº 09/2012, a Fiscal do contrato, designada pela Portaria GAB/2ª SRPRF/MT nº 218, de 30 de maio de 2012, solicitou a gestão de contrato - SAF, por meio do Memº nº 10/2013/FC e anexos, autuação de processo administrativo para apuração de possível infração administrativa durante o certame licitatório.

Durante os trâmites do processo de apuração de infração administrativa, a fiscal manteve o gestor informado sobre as novas infrações cometidas pelo empresa.

O contrato 09/2013, após o devido processo legal, com a garantia do contraditório e ampla defesa, foi rescindido unilateralmente a partir de 30 de maio de 2013, com fulcro na letra “a” do subitem 8.2 do referido acordo e art. 34-A da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008 e cláusula oitava do contrato alhures.

Ademais, a 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal por ato do Sr. Superintendente Regional, decorrente do processo administrativo nº 08661001106/2013-81, aplicou à empresa União Assessoria Empresarial Ltda, CNPJ 11.699.013/0001-17, a penalidade de Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União, pelo período de 03 (três) anos - conforme item 7.3 da cláusula sétima do contrato nº 09/2012. A

referida sanção foi registrada na base de dados do SICAF, sem prejuízo das demais cominações legais.

Conforme documentos constantes no processo de fiscalização nº 08661002274/2012-11 e no processo administrativo nº 08.661.001.106/2013-81, a empresa :

- Entregou fora do prazo documentos solicitados pela fiscalização, via ofício.
- Deixou de entregar o uniforme ajustado ao funcionário, conforme item 7 do Anexo I do edital- Termo de Referência.
- Deixou de cumprir obrigações trabalhistas ao não repassar vale transporte e auxílio alimentação aos seus funcionários;
- Deixou de efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato;
- Falhou na execução do contrato: deixou de alocar devidamente os funcionários e/ou fornecer os materiais/ equipamentos previstos neste termo.

A empresa encaminhou todas as notas fiscais e ato contínuo foram realizados os processos de pagamento nº 210/13, fl 2685-2693, nº 264/13, fl. 2895-2907, nº 265/13 , fl 3041-3053 e nº 266/13, fl. 3118-3139 visando a retenção de impostos previstos contratualmente.

Os créditos da empresa foram depositados em juízo, conforme Mandado de Arresto, expedido pelo Excelentíssimo Juiz do Trabalho da 2ª Vara do Trabalho de Cuiabá e Auto de Arresto lavrado pelo Oficial de Justiça Avaliador Federal Sr. Antonio Amorim de Oliveira. O valor do Arresto foi de R\$ 99.391,21 (noventa e nove mil trezentos e noventa e um reais e vinte e um centavos).

Com a rescisão do contrato 09/2012, realizou-se o pregão eletrônico nº 03/2013, que resultou na ata de Registro de Preço nº 04/2013, e com a contratação da empresa RAQUEL ROCKENBACH EPP, CNPJ 09.576.957/0001-55, formalizou-se o contrato nº 05/2013, cuja vigência é 02 de setembro de 2013 a 01 de setembro de 2014 e o objeto é a contratação de empresa especializada no ramo de prestação de serviços de Copeiro, Técnico em computação, Auxiliar de administração, Recepcionista e Motorista veículos leves, executado de forma indireta e contínua, com o fornecimento de toda a mão de obra, equipamentos de segurança pertinentes à atividade e demais utensílios listados no Anexo IA do edital 03/2013, para 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso.

De acordo com a Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97. O contrato 09/2013 foi avaliado pela análise da avaliação *on line* realizada pelos Chefes de Núcleos e Seções que possuem terceirizados locados. O contrato 05/2013, além da avaliação *on line*, é acompanhado pelo Acordo de Nível e Serviço.

A análise das avaliações preenchidas permite avaliar e acompanhar a qualidade dos serviços prestados, tal qual prevê a legislação.

Considerando que no exercício de 2013 houve dois contratos, o contrato nº 09/2012, cuja vigência finalizou-se em 30 de maio de 2013 e o contrato 05/2013, cuja vigência iniciou-se em 02 de setembro de 2013, apresenta-se o resultado da avaliação em dois quadros distintos.

Segue abaixo a transcrição da avaliação preenchida on-line, mensalmente, pelos chefes de Núcleos e/ou Seção onde há prestadores de serviços terceirizados:



## **AValiação Apoio Administrativo**

### **PARTE GERAL PARA TODOS OS CARGOS**

- 1) EXECUÇÃO CONTÍNUA DOS SERVIÇOS
  - a) O POSTO FOI DEVIDAMENTE PREENCHIDO TODOS OS DIAS, SEM ATRASOS?
  - b) O POSTO FOI DEVIDAMENTE PREENCHIDO TODOS OS DIAS, SEM FALTAS?
  - c) CASO HOUVE FALTA: QUANTAS FORAM?
- 2) OBSERVAÇÃO DAS NORMAS DE DISCIPLINA
  - a) AS TAREFAS SÃO EXECUTADAS SEM INTERRUPÇÕES E INTERFERÊNCIAS?
  - b) HOUVE USO ADEQUADO DO UNIFORME E ZELO COM APARÊNCIA CONFORME NORMAS DO CONTRATO?
  - c) A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS FOI FEITA RESPEITANDO-SE A ÉTICA NO TRABALHO?
  - d) HÁ ZELO PELO PATRIMÔNIO DA INSTITUIÇÃO, EVITANDO DESPERDÍCIO DE MATERIAL?
- 3) PRODUTIVIDADE
  - a) A EXECUÇÃO DAS TAREFAS PREVISTAS NO CONTRATO É FEITA NO PRAZO ESPERADO?
  - b) HÁ ORGANIZAÇÃO NAS TAREFAS POR ORDEM DAS PRIORIDADES?

### **PARTE ESPECÍFICA PARA CADA CARGO**

#### 4) AVALIAÇÃO DAS TAREFAS PREVISTAS NO CONTRATO

A avaliação nesse item é a atribuição de conceitos: ótimo, bom ou ruim. Os itens são de acordo com as funções previstas no contrato e diferem para cada posto, conforme segue abaixo:

##### **Copeiro**

- a) SERVIR
- b) MONTAR CARRINHO E MESA
- c) ORGANIZAR O TRABALHO
- d) PREPARAR ALIMENTOS E BEBIDAS
- e) DESMONTAR A PRAÇA
- f) HIGIENIZAR UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS

##### **Motorista de Veículos Pesados**

- a) DIRIGIR VEÍCULOS
- b) TRANSPORTAR PESSOAS OU CARGAS
- c) REALIZAR VERIFICAÇÕES E MANUTENÇÕES BÁSICAS DO VEÍCULO
- d) MANOBRAR VEÍCULOS
- e) COMUNICAR-SE
- f) EFETUAR RECEBIMENTOS

##### **Auxiliar administrativo**

- a) REGISTRAR A ENTRADA E SAÍDA DE DOCUMENTOS
- b) TRIAR E DISTRIBUIR DOCUMENTOS
- c) CONFERIR DADOS E DATAS
- d) VERIFICAR E CLASSIFICAR DOCUMENTOS
- e) AUXILIAR NA ORGANIZAÇÃO E DESPACHOS DE MALOTES
- f) ORGANIZAR E MANTER EM ORDEM OS ARQUIVOS
- g) DIGITAR TEXTOS E PLANILHAS
- h) PREENCHER FORMULÁRIOS, ORGANOGRAMAS, FLUXOGRAMAS E CRONOGRAMAS
- i) EFETUAR E CONFERIR CÁLCULOS
- j) ATENDIMENTO DE TELEFONE, USUÁRIOS E SERVIDORES
- k) AUXILIAR NO CONTROLE E CONFERÊNCIA DE MATERIAL
- l) DISTRIBUIR MATERIAL DE EXPEDIENTE DENTRO DO ÓRGÃO
- m) VERIFICAR PREÇOS EM SÍTIOS E COMÉRCIO

##### **Recepcionista**

- a) CONSULTAR LISTA DE PROFISSIONAIS E DEPARTAMENTO DO ÓRGÃO, RAMAIS INTERNOS E TELEFONES EXTERNOS
- b) INTERAGIR COM OS OUTROS DEPARTAMENTOS
- c) MANTER ATUALIZADA A AGENDA DAS ATIVIDADES INTERNAS E EXTERNAS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA 2ª SRPRF, CONTEMPLANDO LISTA DE TELEFONES, RAMAIS, ENDEREÇO ELETRÔNICO E ENDEREÇO DOS PRINCIPAIS CONTATOS INTERNOS E EXTERNOS

- d) NOTIFICAR A SEGURANÇA SOBRE A PRESENÇA DE PESSOAS ESTRANHAS
- e) ENTREGAR O CRACHÁ DE VISITANTE NA ENTRADA
- f) REGISTRAR A ENTRADA E SAÍDA DE DOCUMENTOS
- g) ENCAMINHAMENTO INTERNO DE CORRESPONDÊNCIAS
- h) CONFERIR DADOS E DATAS
- i) VERIFICAR E CLASSIFICAR DOCUMENTOS
- j) ORGANIZAÇÃO E DESPACHOS DE MALOTES
- k) ORGANIZAR E MANTER EM ORDEM OS ARQUIVOS
- l) AGENDAR REUNIÕES E COMPROMISSO
- m) ANUNCIAR A CHEGADA DO VISITANTE
- n) CADASTRAR VISITANTES E FORNECEDORES
- o) ANOTAR TELEFONEMAS E RECADOS
- p) TRANSMITIR FAX
- q) ATENDIMENTO DE TELEFONE, USUÁRIOS E SERVIDORES
- r) TRANSFERIR LIGAÇÕES PARA RAMAIS E APARTAMENTOS SOLICITADOS
- s) RETOMAR LIGAÇÕES EM CASO DE RAMAIS OCUPADOS OU NÃO ATENDIDOS

**Técnico em Computação**

- a) DESENVOLVER INTERFACE GRÁFICA
- b) MONTAR E ALTERAR ESTRUTURA DE ARMAZENAMENTO DE BANCO DE DADOS
- c) CODIFICAR, GERENCIAR, COMPILAR E GERAR APLICATIVOS/ PROGRAMAS
- d) TESTAR PROGRAMAS
- e) DOCUMENTAR SISTEMAS E APLICAÇÕES
- f) ALTERAR SISTEMAS E APLICAÇÕES
- g) ATUALIZAR DOCUMENTAÇÕES DE SISTEMAS E APLICAÇÕES
- h) FORNECER SUPORTE TÉCNICO E TREINAR USUÁRIOS
- i) INSTALAR PROGRAMAS
- j) ADAPTAR CONTEÚDO PARA MÍDIAS INTERATIVAS
- k) HOMOLOGAR SISTEMAS E APLICAÇÕES JUNTO A CLIENTES
- l) COLETAR DADOS
- m) DESENVOLVER LEIAUTE DE TELAS E RELATÓRIOS

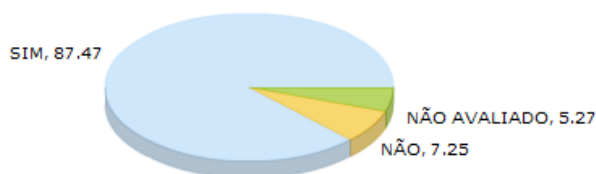
**5) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- a) Registrar neste espaço as informações importantes sobre a avaliação do posto.

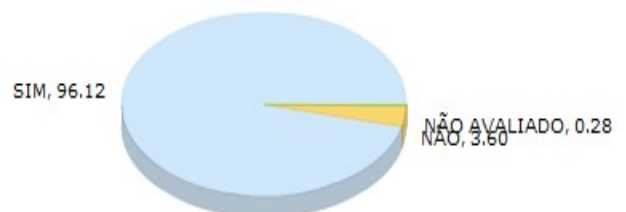
Para análise quantitativa conta-se quantos itens foram avaliados positivamente (quantos sim) e quantos são avaliados negativamente (quantos não). Para o item 4, avaliação das tarefas previstas no contrato foram contados os conceitos (ótimo, bom e ruim). Todos foram transformados em porcentagem para que pudessem ser comparados, já que o número de subitens para o item 4 difere de acordo com o posto, esses dados são dispostos em gráficos que acompanham cada relatório de pagamento.

**AValiação de Apoio Administrativo - Índice Geral de Respostas Auxiliares Administrativo**

**GRÁFICO IV – JAN/13 A MAI/13**



**GRÁFICO V – SET/13 A DEZ/13**



## COPEIRO

GRÁFICO VI – JAN/13 A MAI/13

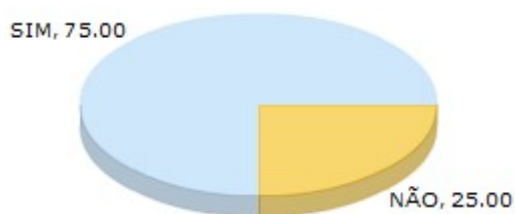
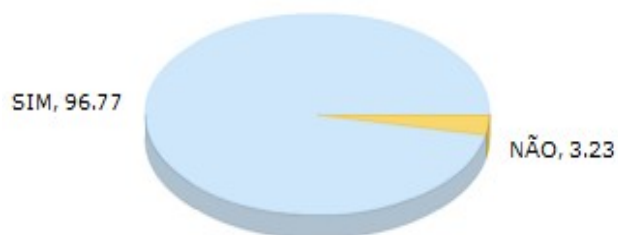


GRÁFICO VII – SET/13 A DEZ/13



## MOTORISTA

GRÁFICO VIII – JAN/13 A MAI/13

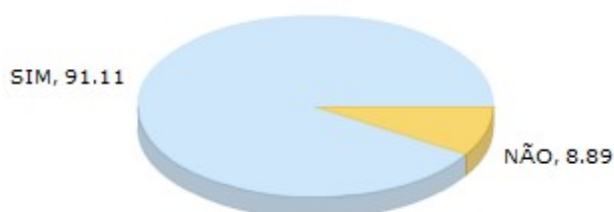
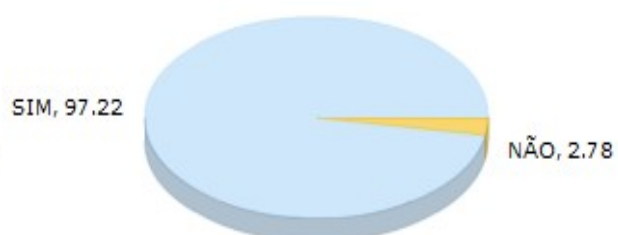


GRÁFICO IX – SET/13 A DEZ/13



## RECEPCIONISTAS

GRÁFICO X – JAN/13 A MAI/13

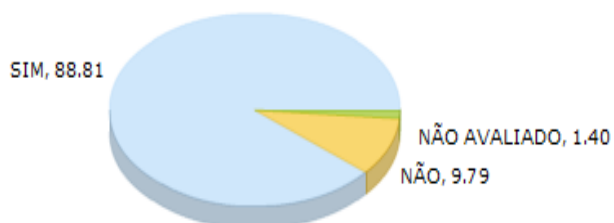
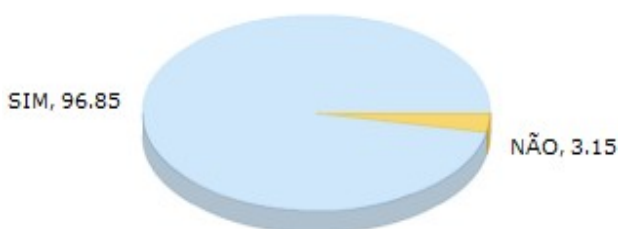


GRÁFICO XI – SET/13 A DEZ/13



## TÉCNICO EM INFORMÁTICA

GRÁFICO XII – JAN/13 A MAI/13

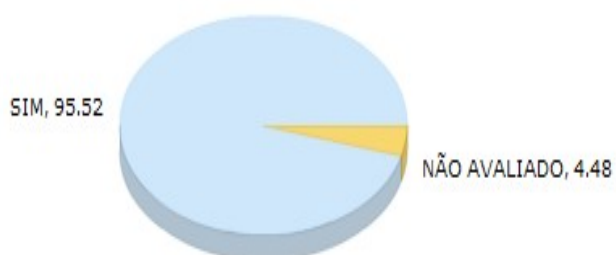


GRÁFICO XIII – SET/13 A DEZ/13

Verifica-se que com o novo contrato, cuja vigência iniciou em setembro de 2013, houve uma melhoria na qualidade dos serviços prestados, com a alocação de funcionários que tem executado com maior eficiência as tarefas propostas.

## SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL

Trata-se do contrato nº 10/2012, celebrado com a empresa Eletrotec Engenharia Ltda-ME, CNPJ: 10.628.433/0001-40, cuja vigência foi de 01/06/2012 a 31/05/2013, com valor global anual de R\$ 43.400,00 (quarenta e três mil quatrocentos e quarenta reais), decorrente do Pregão Eletrônico 02/2012.

O contrato não foi prorrogado por vários motivos:

- A empresa respondia os ofícios e demandas da fiscalização com morosidade, não chegando a configurar infração contratual, porém influenciando de maneira negativa a avaliação do contrato, embora a prestação dos serviços em si, devido a locação adequada de funcionário fosse avaliada positivamente, conforme consta a baixo.
- A empresa não tinha interesse em prorrogar o contrato
- A administração optou por realizar o pregão nº 07/21013, cujo objeto foi o registro de preços visando à eventual contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos, utilizando-se como parâmetro o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada SINAPI, na atual estrutura da sede administrativa da 2ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal.
- O contrato 10/2012 também teve sua execução acompanhada pelo mesmo sistema de avaliação. Segue abaixo a transcrição da avaliação preenchida pelo responsável do setor em acompanhar o serviço executado.

### **AVALIAÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO:**

a – Avaliação geral dos serviços prestados:

ótimo                       bom                                       ruim

b – O serviço foi realizado no tempo esperado?

sim     não.                      Se negativo, houve alguma justificativa?

c – Houve zelo com o patrimônio da União?

sim     não.

d – Houve uso adequado de EPI?

sim     não     não se aplica

3.4.4                      Com base nas avaliações apresentadas, ao final do mês o fiscal responsável pelo contrato preenchia a seguinte avaliação on-line:

### **AVALIAÇÃO MANUTENÇÃO DE EDIFICAÇÕES**

#### **1) EXECUÇÃO CONTÍNUA DOS SERVIÇOS**

- a) O POSTO FOI DEVIDAMENTE PREENCHIDO TODOS OS DIAS, SEM ATRASOS?
- b) O POSTO FOI DEVIDAMENTE PREENCHIDO TODOS OS DIAS, SEM FALTAS?
- c) CASO HOUVE FALTA: QUANTAS FORAM?

#### **2) OBSERVAÇÃO DAS NORMAS DE DISCIPLINA**

- a) AS TAREFAS SÃO EXECUTADAS SEM INTERRUPÇÕES E INTERFERÊNCIAS?
- b) HOUVE USO ADEQUADO DO UNIFORME E ZELO COM APARÊNCIA CONFORME NORMAS

DO CONTRATO?

- c) A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS FOI FEITA RESPEITANDO-SE A ÉTICA NO TRABALHO?
- d) HÁ ZELO PELO PATRIMÔNIO DA INSTITUIÇÃO, EVITANDO DESPERDÍCIO DE MATERIAL?

**3) PRODUTIVIDADE**

- a) A EXECUÇÃO DAS TAREFAS PREVISTAS NO CONTRATO É FEITA NO PRAZO ESPERADO?
- b) HÁ ORGANIZAÇÃO NAS TAREFAS POR ORDEM DAS PRIORIDADES?

**4) AVALIAÇÃO DAS TAREFAS PREVISTAS NO CONTRATO**

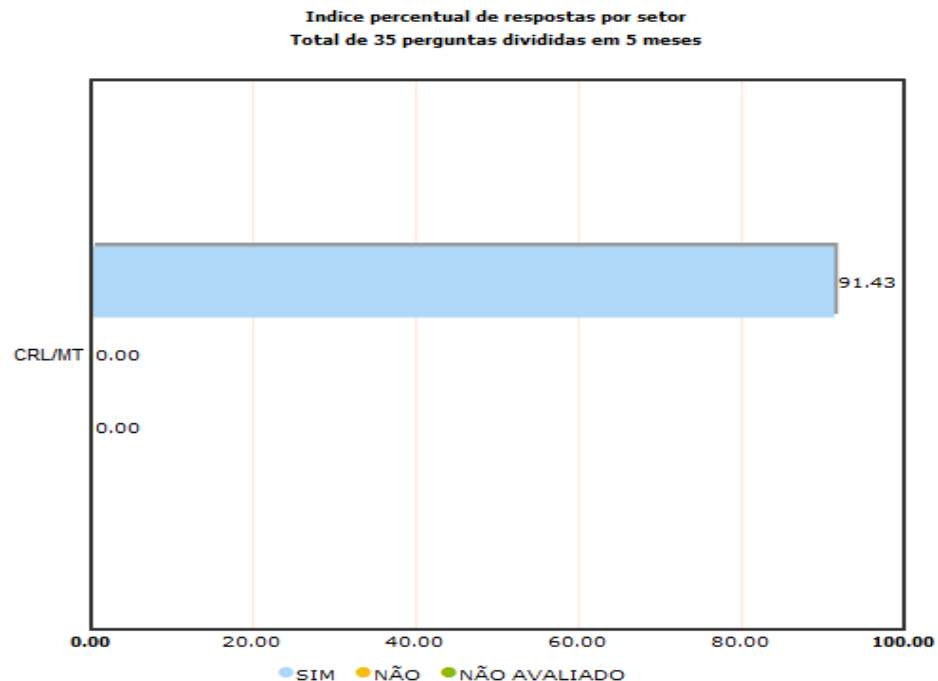
- a) EXECUTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E MECÂNICA
- b) EXECUTAR MANUTENÇÃO HIDRÁULICA
- c) REALIZAR MANUTENÇÃO DE CARPINTARIA E ALVENARIA
- d) LIMPAR RECINTOS E ACESSÓRIOS
- e) TRABALHAR COM SEGURANÇA

**5) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- a) REGISTRAR NESTE ESPAÇO AS INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A AVALIAÇÃO DO POSTO.

Para análise quantitativa contamos quantos itens foram avaliados positivamente (quantos sim) e quantos são avaliados negativamente (quantos não). Para o item 4, avaliação das tarefas previstas no contrato foram contados os conceitos (ótimo, bom e ruim). Todos foram transformados em porcentagem para que pudessem ser comparados, já que o número de subitens para o item 4 difere de acordo com o posto, esses dados são dispostos em gráficos que acompanham o relatório de fiscalização.

**GRÁFICO - AVALIAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EDIFICAÇÕES JANEIRO/2013 A MAIO/2013**



## 5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

<b>QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS</b>					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>02</b>	<b>18.548,44</b>
1.1 Área fim	00	00	00	00	00
1.2 Área meio	04	04	04	02	18.548,44
<b>2. Nível médio</b>	<b>32</b>	<b>30</b>	<b>29</b>	<b>27</b>	<b>63.188,92</b>
2.1 Área fim	00	00	00	00	00
2.2 Área meio	32	30	29	27	63.188,92
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>36</b>	<b>34</b>	<b>33</b>	<b>29</b>	<b>81.737,36</b>

Fonte: NUCAP/SRH/2ª SRPRF/MT

### **6 Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO**

#### **6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros**

De acordo com o previsto no Item VII do art. 87 do Regimento Interno do DPRF, o Núcleo de Serviços Gerais – NUSEG - é a unidade da 2ª SRPRF responsável pelo gerenciamento e fiscalização dos contratos de manutenção de viaturas e motocicletas, gerindo e fiscalizando os custos com a manutenção dos veículos, acompanhando os serviços executados pela empresa contratada, analisando orçamentos, os mapas anuais de veículos oficiais e verificando a viabilidade da realização de manutenção preventiva/corretiva para cada veículo, de acordo com os requisitos descritos na IN MARE n° 09, de 26 de agosto de 1994.

A atividade de gestão de frota, no âmbito da Polícia Rodoviária Federal, é regida pelos seguintes diplomas legais:

- INSTRUÇÃO NORMATIVA DPRF Nº 3, DE 15 DE MAIO DE 2008 - Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA MJ Nº 183, de 08 de setembro de 1986 - Dispõe sobre a necessidade de uniformizar procedimentos quando da ocorrência de acidente de trânsito, envolvendo veículos terrestres automotores oficiais dos Órgãos Integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG;
- LEI Nº 8.722, DE 27 DE OUTUBRO DE 1993 - Torna obrigatória a baixa de veículos vendidos como sucata e dá outras providências.
- LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União e prevê os deveres do servidor de pela economia do material e a conservação do patrimônio público, em especial as viaturas.
- Resolução CONTRAN nº 11, de 23 de janeiro de 1998 - Estabelece critérios para a baixa de registro de veículos.

## IMPORTÂNCIA E IMPACTO DA FROTA DE VEÍCULOS SOBRE AS ATIVIDADES DA PRF

Para o cumprimento de sua missão constitucional de patrulhamento ostensivo das rodovias federais de Mato Grosso, a Polícia Rodoviária Federal conta com o efetivo alocados em funções gerenciais, administrativas e operacionais.

A missão do Departamento de Polícia Rodoviária Federal é fiscalizar diariamente as rodovias e estradas federais, zelando pela vida daqueles que utilizam a malha viária federal para exercer o direito constitucional da livre locomoção.

A PRF atua na fiscalização de trânsito no cumprimento do CTB, principalmente na prevenção e repressão aos abusos nas rodovias e estradas federais, como excesso de velocidade e embriaguez ao volante, e na prestação de sinalização e auxílio no atendimento às vítimas de acidentes. A PRF tem a preocupação com a educação para trânsito e ministra campanhas educacionais nas rodovias, escolas e demais locais com seminários para instruir os futuros e atuais condutores na prevenção de acidentes.

Na logística operacional envolvida no policiamento da PRF, o veículo policial é o instrumento básico para o cumprimento de sua missão constitucional, considerando a necessidade de deslocamento dos policiais, contendo uma adaptação necessária para melhor atender às demandas de segurança pública da população.

QUANTIDADE DE VEÍCULOS NA FROTA – EXERCÍCIO 2013											
Ordem	Patrimônio	Tipo	Marca	Modelo	Chassi	Placa	Ano	Situação	km rodados		
1	161.067	Desc	Fiat	Palio	9BD17140AB5186463	NJB-9924	2008	OK	13415		
2	161.065				9BD17140A85177798	NJB-9654		OK	24542		
3	161.503				9BD17140A85256832	NJJ-8479		OK	27571		
4	161.071				9BD17140A85177537	NJB-9604		OK	15706		
5	161.069				9BD17140A85177520	NJB-9794		OK	28571		
6	161.070				9BD17140A85187040	NJB-9704		OK	22656		
7	161.002				9BD17106G85176919	NJB-9494		OK	16405		
8	162.297				9BD17106LA5371008	NJH-5655		OK	9426		
9	162.299				9BD17140MA5370962	NJH-5665		2009	OK	9241	
10	242.924	Carac		Linea	9BD1105BDC1552170	OAZ-7385	2012	OK	30557		
11	242.925				9BD1105BDC1552171	OAZ-7345		OK	18380		
12	242.922				9BD1105BDC1552164	OAZ-7515		OK	106026		
13	242.923				9BD1105BDC1552168	OAZ-7445		OK	19040		
14	242.893				9BD1105BDC1550643	OAY-3672		OK	20860		
15	106.021	Carac	Renault	Megane	93YLM23169J235485	NJQ-2827	2009	sem condições de uso	7538		
16	106.022				93YLM23169J235486	NJQ-2787			7538		
17	106.023				93YLM23169J235491	NJU-6138			1512		
18	106.024				93YLM23169J235483	NJQ-1817		Acidentadas	289		
19	106.100				93YLM2316AJ376389	NJH-0412			0		
20	SEM PAT.					Fluence	8A1LZBW26EL709499	JKO-2180	2013	OK	3776
21	SEM PAT.						8A1LZBW26EL716040	JKO-1140			3523
22	SEM PAT.						8A1LZBW26EL718224	JKO-2770			6252
23	SEM PAT.						8A1LZBW26EL753500	JKO-1220			5834
24	SEM PAT.	8A1LZBW26EL718463	JKO-2430				9181				
25	SEM PAT.	8A1LZBW26EL718484	JKO-2840				8861				
26	SEM PAT.	8A1LZBW26EL719712	JKO-0860				5277				
27	SEM PAT.	8A1LZBW26EL719246	JKO-2250				8137				
28	SEM PAT.	8A1LZBW26EL753432	JKO-0650				6138				
29	SEM PAT.	8A1LZBW26EL693800	JKO-2140				4606				
30	SEM PAT.	8A1LZBW26EL694093	JKO-2540				2524				



31	SEM PAT.				8A1LZBW26EL716024	JKO-2580			4976
32	SEM PAT.				8A1LZBW26EL812224	JKO-7910			1397
33	SEM PAT.	Desc			8A1LZBW26EL744568	JKO-7880			1469
34	SEM PAT.				8A1LZBW26EL718375	JKO-8020			7763
35	SEM PAT.				8A1LZBW26EL826382	JKP-6940			1045
36	463.944	Carac		Tiida	3N1BC1AS5BL355860	JIL-2101	2010	sem condições de uso	20946
37	463.975	Desc		Sentra	3N1ABCAD5BL641107	NPM-6542			13478
38	230.698				9BGTU75F05C169753	OAT-3173	2012		44547
39	106.568				94DVCUD40BJ730842	NPQ-7582	2011		7045
40	240.355				94DVCUD40DJ226190	OAZ-6163			16365
41	240.360				94DVCUD40DJ198186	OAZ-6113			32538
42	230.697				94DVCUD40DJ186635	OAT-3163			40397
43	240.357				94DVCUD40DJ226237	OAZ-7133	2012		65128
44	240.359				94DVCUD40DJ198179	OAZ-6133			28300
45	230.699				94DVCUD40DJ186638	OAT-3153			7692
46	240.385				94DVCUD40DJ186815	OAZ-6443			36677
47	240.356				94DVCUD40DJ226227	OAZ-6543			37738
48	106.567				94DVCUD40AJ538926	NPQ-7422			52744
49	106.565				94DVCUD40BJ651456	NPQ-7612	2011		39593
50	143.344				94DVDUD409J156596	JHG-5392	2008		52744
51	462.255				94DVCUD40AJ408529	NJV-4895	2009		15290
52	240.358				94DVCUD40DJ226262	OAZ-7233			30515
53	242.870				94DVCUD40DJ226296	OAZ-6053	2012		43584
54	SEM PAT.				94DVCUD40DJ572521	JKK-4538			6960
55	242.874	Desc			94DVCUD40DJ215593	OAX-7132			22233
56	242.875				94DVCUD40DJ224759	OAX-7142			22221
57	106.566				94DVCUD40BJ626156	NPQ-7632			3515
58	106.570				94DVCUD40BJ731191	NPQ-7522	2011	sem condições de uso	11012
59	106.569				94DVCUD40BJ626642	NPQ-7642			14100
60	462.256				94DVCUD40AJ397152	NJV-0985	2009	acidentada	0
61	230.537				93XJNKH8WCCC04706	NUG-3623	2012		99721
62	230.529				93XJNKH8WCCC04748	NUG-3543			77507
63	230.536				93XJNKH8WCCC05073	NUG-3643			35064
64	230.534				93XJNKH8WCCC04719	NUG-3393			58074
65	230.530				93XJNKH8WCCC04721	NUG-3503			42201
66	230.541				93XJNKH8WCCC04758	NUG-3733			82811
67	230.539				93XJNKH8WCCC04731	NUG-3583			73447
68	230.542				93XJNKH8WCCC05075	NUG-3753			81484
69	230.532				93XJNKH8WCCC05037	NUG-3453			71170
70	230.535				93XJNKH8WCCC04725	NUG-3673			60405
71	230.533				93XJNKH8WCCC04742	NUG-3433			60454
72	230.540				93XJNKH8WCCC04759	NUG-3703			53787
73	230.538				93XJNKH8WCCC04752	NUG-3603			99934
74	230.531				93XJNKH8WCCC04765	NUG-3813			52288
75	230.543				93XJNKH8WCCC04755	NUG-3793		Acidentada	130353





120	SEM PAT.				9BG156MD0DC485103	JKR-8118			1629	
121	SEM PAT.				9BG156MD0DC486068	JKR-7448			1550	
122	SEM PAT.				9BG156MD0DC495529	JKR-8088			1562	
123	SEM PAT.				9BG156MD0DC489710	JKR-7738			1648	
124	SEM PAT.				9BG156MD0DC497052	OVQ-0063			1538	
125	SEM PAT.				9BG156MD0DC485437	JKR-3438			1546	
126	SEM PAT.				9BG156MD0DC491855	JKR-7528			1629	
127	SEM PAT.				9BG156MD0DC486923	JKR-4558			1632	
128	SEM PAT.				9BG156MD0DC485171	JKR-7468			1625	
129	SEM PAT.				9BG156MD0DC485780	JKR-7708			1549	
130	SEM PAT.				9BG156MD0DC485542	JKR-4438			1675	
131	63.915	Desc	FORD	F-4000	9BFLF47G81D048710	JZC-3872	2000		1476	
132	97.341			Ranger	8AFDR12D21J190174	AJS-5232	2001		5374	
133	153.556	Carac	FORD	Focus	8AFER13P09J252180	JHG-6402	2009		19310	
134	160.722				8AFFZZFFC8J157028	NJC-1075			Acidentada	0
135	160.720				8AFFZZFFC8J157012	NJC-0985			sem condições de uso	4916
136	160.721				8AFFZZFFC8J157026	NJC-1055	2008		Acidentada	0
137	160.915				8AFFZZFFC8J178704	NJO-9249		sem condições de uso	4123	
138	106.472	Desc	FORD	Fiesta	9BFZF55P8B8139604	NTX-7736	2010	OK	10836	
139	106.471				9BFZF55P3B8139641	NTX-7786			20417	
140	106.454				Fusion	9FAHPOJA1AR391253			NUG-3309	15324
141	95.931	Carac	MMC	L-200	93XJNK34070646166	KAN-1569	2006	Acidentada	0	
142	2.941		MB	Sprinter	8AC690331YA536671	JFP-6792	2000	sem condições de uso	283	
143	2.946				8AC690331YA536794	JFP-6582			OK	6488
144	2.935	Desc			8AC690331YA537330	JFP-6702	1999	sem condições de uso	1899	
145	240.391	Carac	VOLVO	Ônibus	9BVT5T520CE400491	JJL-1737	2011	OK	14245	
146	242.931		RUSSO	REB. CÂES	9A9EP2VACDFDC8300	OAU-3979	2012		0	
147	82.159		VW	Prancha	9BW3782T39R931315	NJM-8637	2009		66666	
148	SEM PAT.	Desc	BUENO	Reboque	9A97GA1DS11DF8166	JZG-2096	2001		0	
149	SEM PAT.		MB	Sprinter	WDB906153BN471910	JKR-0021	2011		3487	
<b>MOTOCICLETAS</b>										
1	163.409	Carac	Yamaha	XT660R	9C6KM003090010134	JKH-9998	2009	OK	7499	
2	163.411				9C6KM003090010136	JGV-9562	2009		0	
3	242.228				9C2RC6420DR000478	JKO-1031	2013		6189	
4	242.219		9C2RC6420DR000313	JKO-0991		6586				
5	242.220		9C2RC6420DR000319	JKO-0751		7199				
6	242.221		9C2RC6420DR000360	JKO-1611		6589				
7	242.222		9C2RC6420DR000378	JKO-0651		4731				
8	242.223		9C2RC6420DR000408	JKO-1131		8750				
9	242.224		9C2RC6420DR000419	JKO-0701		6905				
10	242.225		9C2RC6420DR000411	JKO-1231		8717				
11	242.226		9C2RC6420DR000419	JKO-0941		8509				
12	242.227		9C2RC6420DR000431	JKO-1341		7470				
13	242.811		H. Davidson	FLHP	9321FHMJ6DD648570	JJM-5521			1908	
14	242.800				9321FHMJ9DD641208	JKO-9021			2026	
15	242.801				9321FHMJXDD641122	JKO-9751			1932	
16	242.808				9321FHMJ1DD651800	JJC-6008			2228	
17	242.807				9321FHMJ8DD641118	JJD-1271			1968	
18	242.806				9321FHMJ3DD641107	JGO-7821			1972	
19	242.810				9321FHMJXDD648569	JGO-7851			2119	

20	242.803			9321FHMJ5DD641111	JGO-7861		1807
21	242.802			9321FHMJ5DD641108	JGO-7891		2716
22	242.809			9321FHMJ3DD641110	JGO-7901		1718
23	242.804			9321FHMJ4DD651838	JJM-2220		1865
24	242.805			9321FHMJ9DD641175	JJM-4442		1983

**Legenda:**

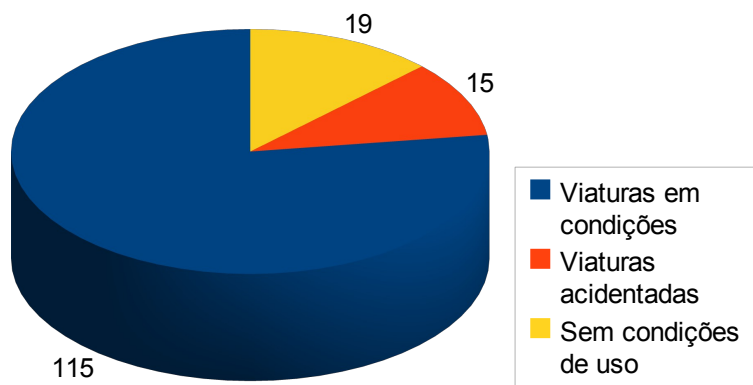
OK = Veículos que oferecem condições seguras de uso na atividade operacional

ACIDENTADA = Viaturas que envolveram-se em acidentes de trânsito, estando sujeitas a processos administrativos para apuração das responsabilidades

SEM CONDIÇÕES DE USO = Veículos que apresentaram problemas mecânicos que ensejam gastos onerosos para recuperação, extrapolando 50 % do valor venal do veículo, conforme tabela FIPE, tornando-os inviáveis economicamente. Estes veículos serão enviados para o próximo leilão, conforme cronograma do DPRF.

<b>FROTA DE VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DA 2ª SRPRF – EXERCÍCIO 2013</b>				
<b>CLASSIFICAÇÃO (IN Nº 07/2011 - DPRF)</b>	<b>AUTOMÓVEIS</b>		<b>MOTOCICLETAS</b>	
	<b>Operante</b>	<b>inoperante</b>	<b>Operante</b>	<b>inoperante</b>
<b>1 - INSTITUCIONAL</b>	<b>01</b>	-	-	-
<b>2 – SERVIÇOS ESPECIAIS (Total 2.1 + 2.2 + 2.3)</b>	<b>114</b>			
2.1 - CARACTERIZADAS	85	33	24	-
2.2 - DESCARACTERIZADAS	29	1	-	-
2.3 - RESERVADAS	-	-	-	-
<b>TOTAL GERAL (1 + 2)</b>	<b>115</b>	<b>34</b>	<b>24</b>	-

**GRÁFICO DEMONSTRATIVO DE QUANTITATIVO DE VIATURAS**



**VALORES GASTOS COM VIATURAS** - Durante o exercício de 2013 foram gastos os seguintes valores com a frota da 2ª SR.PRF/MT:

<b>DESTINAÇÃO DA DESPESA</b>	<b>VALOR</b>
Manutenção de frota	R\$ 483.835,33
Aquisição de óleo lubrificante	R\$ 41.225,38
Aquisição de pneus	R\$ 240.180,70
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 765.241,41</b>

Inicialmente, a previsão orçamentária disponibilizada pela DIPLAN para manutenção de frota foi de **R\$ 564.586,40**. Na última semana do exercício financeiro, recebemos aporte orçamentário na razão de **R\$ 207.125,96**, para manutenção de frota. Graças ao empenho da Equipe da SAF, NUSEG e NUOFI, foi possível empenhar **R\$ 183.466,36** para aquisição de pneus e **R\$ 23.659,60** para aquisição de óleo lubrificante.

Os materiais adquiridos atenderão à necessidade do exercício de 2.014, não havendo a previsão deste tipo de gasto para este exercício.

**IDADE MÉDIA DA FROTA** - A idade média da frota vem caindo com o passar dos anos devido ao plano de renovação executado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Em 2010 houve reposição de vários veículos em nossa frota, resultando em 108 viaturas com idade média de 3,87 anos. Em 2011 recebemos viaturas novas e algumas usadas, aumentando nossa frota para 133 veículos e a idade média para 4,35 anos.

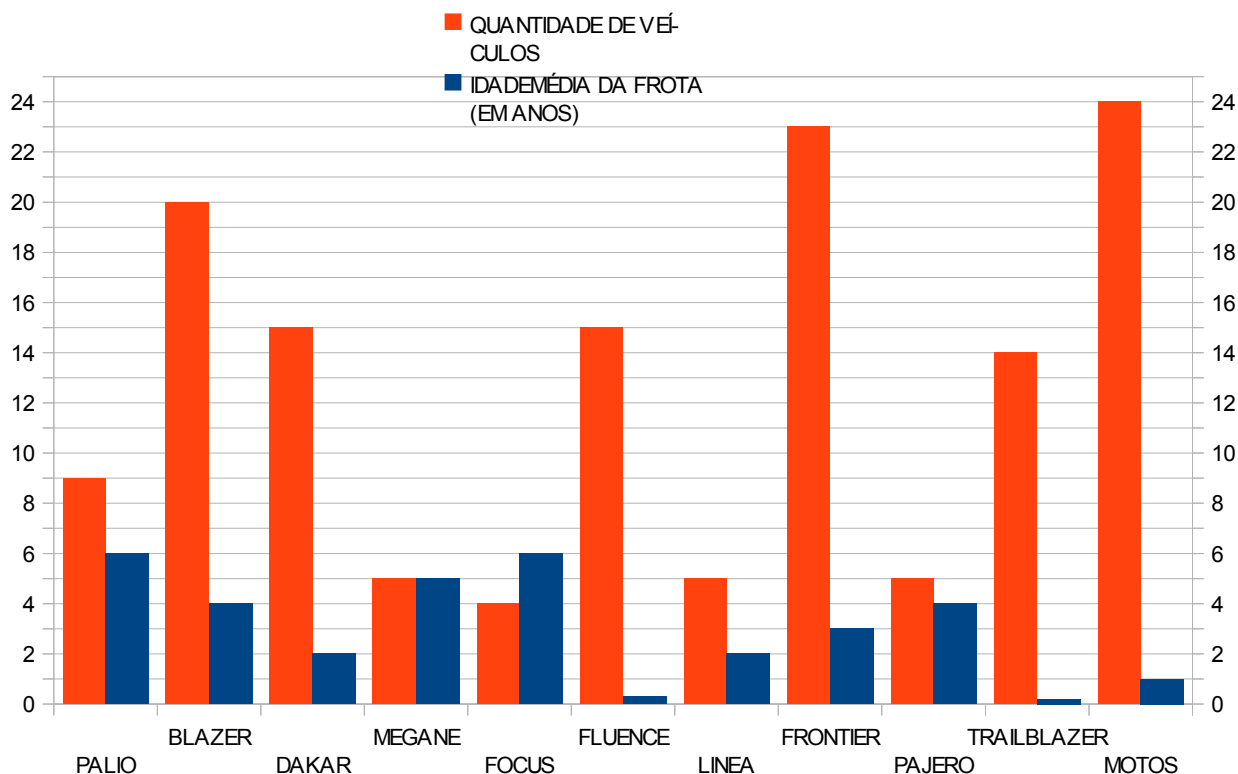
No ano de 2012, mais precisamente a partir de junho, recebemos 35 (trinta e cinco) novas viaturas, sendo 15 (quinze) MMC Pajero HD e 13 Nissan Frontier e 05 (cinco) Fiat Linea Sedan, 01 (um) ônibus multi-missão e 01 (um) reboque para cães, além de 07 (sete) usadas, a saber: 02 (duas) motos Yamaha XT 660 ano 2009, 01 (um) Nissan Tiida, 01 (uma) Ranger para o canil e 03 (Três)

MMC Pajero HD. Tais aquisições, aliadas às 37 (trinta e sete) viaturas leiloadas em outubro de 2012, resultaram num total de 135 veículos, reduzindo a idade média da frota para 3,71 anos.

**PLANO DE SUBSTITUIÇÃO DA FROTA** - A política de substituição da frota segue os parâmetros traçados pela Direção Geral da Polícia Rodoviária Federal, que incumbe-se de determinar os leilões para alienação dos veículos inservíveis e as licitações para aquisições de veículos novos. Da mesma forma, cumpre à Direção Geral da Polícia Rodoviária Federal estabelecer as razões para opção de aquisição, em detrimento à locação de veículos.

**MECANISMOS DE CONTROLE** - A Equipe de Gestão de Frota efetua acompanhamento da utilização da frota através dos seguintes filtros:

- Controle da média de consumo de combustível, através do acompanhamento da relação quantidade de combustível abastecido por quilometragem percorrida, de modo que os Chefes de Delegacias são comunicados mensalmente das inconsistências ocorridas, a fim de que apresentem as justificativas em tempo hábil.
- Controle dos pneus fornecidos às Delegacias para substituição nas viaturas. Sugerem as montadoras que os pneus sejam substituídos a cada 50.000 quilômetros percorridos. Entretanto, as péssimas condições do pavimento asfáltico das rodovias federais acarretam degradação precoce dos pneumáticos, antes do prazo previsto. A Equipe de Gestão de Frota tem concentrado esforços para orientar os Chefes de Delegacias a realizarem serviços de alinhamento e balanceamento a cada 10.000 quilômetros, para proporcionar o desgaste regular dos pneus.
- Os gastos com manutenção corretiva são acompanhadas mensalmente pelo Fiscal do Contrato, de modo a respeitar o limite contratual, a disponibilidade orçamentária anual estabelecida pela DIPLAN e o limite de 50 % do valor do veículo, com base na Tabela FIPE.



A frota da 2ª SRPRF, devido ao serviço policial e às dimensões continentais do Estado de Mato Grosso, percorre constantemente extensos trechos, resultando numa alta quilometragem anual

## 6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

### 6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Durante o exercício 2013, foi efetuada a devolução da unidade operacional, cadastrada sob RIP 9779.00002.500-1 e RIP utilização 9779.00001.500-6, situada no KM 386 na BR 070, no município de Campo Verde/MT, conforme apostila de reversão nº 105/2013, conforme processo SPU/MT nº 05044.000356/2001-40 e processo administrativo da 2ª SRPRF nº 08661002127/2012-33.

<b>QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO</b>		
<b>Localização geográfica</b>	<b>Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ</b>	
	<b>Exercício 2013</b>	<b>Exercício 2012</b>
<b>BRASIL</b>	<b>MATO GROSSO</b>	
Município - Pontes e Lacerda	1	1
Município - Alto Garças	2	2
Município - Barra do Garças	1	1
Município - Cáceres	1	1
Município - Cuiabá	1	1
Município - Diamantino	1	1
Município - Itiquira	1	1

	Município - Poconé	1	1
	Município - Rondonópolis	1	1
	Município - Água Boa	1	1
	Município - Campo Verde	1	2
	Município - Primavera do Leste	1	1
	Município - Itaúba	1	1
	Município - Sorriso	1	1
	<b>Subtotal Brasil</b>	<b>15</b>	<b>16</b>
	<b>Exterior</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Total (Brasil + Exterior)</b>	<b>15</b>	<b>16</b>

Fonte:SPIUNET

## 6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

### QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA 2ª SRPRF/MT

UG	RIP	Regime	Estado de conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção em 2013	
				Histórico (R\$)	Data da Avaliação	Reavaliado (R\$)	Imóvel (R\$)	Instalações (R\$)
200120	8999.00009.500-1	4	4	132.035,26	26/06/2012	188.845,72	0	0
	9007.00037.500-0	4	4	62.818,57	26/06/2012	195.456,72	0	0
	9007.00038.500-6	4	6	71.475,00	24/05/2012	111.593,34		0
	9035.00020.500-3	4	6	121.909,70	24/05/2012	183.291,91	0	0
	9047.00143.500-6	4	6	88.753,48	22/05/2012	125.884,40	0	0
	9067.00229.500-8	4	4	186.916,93	26/06/2012	306.263,46	0	4.500,00
	9069.00023.500-4	12	4	149.239,51	26/06/2012	309.972,66	0	0
	9091.00002.500-6	4	4	68.744,27	24/05/2012	118.067,11	0	0
	9129.00014.500-2	4	4	17.828,04	24/05/2012	59.547,49		0
	9151.00048.500-4	4	4	204.508,14	22/05/2012	524.819,56	0	0
	9155.00005.500-2	4	4	93.612,20	26/06/2012	124.987,14	0	0
	9191.00006.500-4	12	4	64.711,43	22/05/2012	449.640,19	0	0
	9871.00002.500-2	12	4	60.123,06	26/06/2012	140.355,56	0	0
	9901.00031.500-6	12	4	76.675,13	26/06/2012	164.246,68		0
9907.00006.500-9	12	4	148.293,39	24/05/2012	554.476,38	0	0	
<b>TOTAL (R\$)</b>								<b>4.500,00</b>

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

- |                                    |                                    |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 – Aquicultura                    | 12 – Em regularização – Outros     |
| 2 – Arrendamento                   | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido)          |
| 4 – Cessão – Outros                | 15 – Imóvel Funcional              |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados  | 16 – Irregular – Cessão            |
| 6 – Cessão Onerosa                 | 17 – Irregular – Entrega           |
| 7 – Comodato                       | 18 – Irregular – Outros            |
| 8 – Disponível para Alienação      | 20 – Locação para Terceiros        |
| 9 – Em processo de Alienação       | 21 – Uso em Serviço Público        |
| 10 – Em regularização – Cessão     | 22 – Usufruto Indígena             |
| 11 – Em regularização – Entrega    | 23 – Vago para Uso                 |

Estado de Conservação: Estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

- |               |                                 |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo      | 5 – Reparos Importantes         |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim                        |
| 3 – Bom       | 7 – Muito Ruim (valor residual) |

De acordo com o Art. 85 do Anexo I da Portaria MJ nº 1.375, de 02 de agosto de 2007 (Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal), o Núcleo de Patrimônio e Material no âmbito da 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal é responsável pela gestão dos bens imóveis, sejam eles próprios ou locados de terceiros.

Não há um sistema próprio do Departamento de Polícia Rodoviária Federal para gerir os imóveis da 2ª SRPRF/MT. O sistema utilizado é o SPIUNET do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG.

A promoção da avaliação de bens imóveis da União é de competência da Superintendência do Patrimônio da União, conforme Portaria MPOG nº 232 de 3 de agosto de 2005 (Regimento Interno).

Após efetuada a avaliação, a atualização no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União é de competência regimental do Núcleo de Patrimônio e Material da 2ª SRPRF/MT, que informa as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência.

A falta de servidores treinados na unidade para os lançamentos de informações e de valores no sistema SPIUnet, haja vista que as funções administrativas são exercidas, em sua maioria, por Policiais Rodoviários Federais somado ao que determina o item 4.3 da Orientação Normativa GEADE nº 04 de 25 de fevereiro de 2003 impossibilitam a 2ª SRPRF manter atualizada as avaliações no referido sistema.

Outro fator que repercute na gestão patrimonial da unidade é o contingenciamento orçamentário e, em 2011 com a entrada em vigor do Decreto Federal nº 7.446, de 1º de março de 2011, as condições dos imóveis sob responsabilidade da unidade pioraram em função da redução dos recursos para as manutenções e reformas de unidades operacionais.

No tocante a conta contábeis, não há distinção quanto ao uso do imóvel locado, se para utilização de servidor ou órgão/unidade/subunidade. Não existe detalhamento referente à despesa com manutenção de imóveis próprios, de terceiros ou de outros órgãos.

O contrato administrativo nº 08/2013, cujo escopo, foi a contratação da empresa de engenharia M G EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA – ME, CNPJ nº 08.702.775/0001-10, para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos, utilizando-se como parâmetro o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada SINAPI, na atual estrutura da sede administrativa da 2ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal, proveniente do Pregão eletrônico nº 07/2013/2ª SRPRF gerou a nota de empenho 2013NE800818 no valor de R\$ 149.479,02.

O imóvel mantido não se encontra cadastrado na base de dados do SPIUnet como imóvel da 2ª SRPRF, em função de se encontrar na base de dados da 11ª UNIT/DNIT e em processo de elaboração de escritura para desmembramento da área compartilhada com aquele órgão. Após finalizar os procedimentos pela SPU/MT e incorporação da unidade a 2ª SRPRF será efetuada a regularização no SPIUnet.

Nº PROCESSO		NAT. DESPESA	ASSUNTO	
08.661.002.964/2013-43		33.90.39.16	Manutenção corretiva do poço artesiano e da bomba d'água.	
DISP.	DATA	EMPRESA / CNPJ	OBJETO	VALOR

09/2013	23/10/13	LENIR PEREIRA DE ARRUDA - ME 11.478.802/0001-28	Contratação de empresa especializada na manutenção corretiva do poço artesiano e da bomba d'água pertencentes a unidade operacional 101 no município de Cuiabá/MT.	R\$ 4.500,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 4.500,00</b>

### 6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

#### QUADRO A.6.2.3 – DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Estado de conservação	Valor do Imóvel			Despesa em 2013 (R\$)	
			Histórico (R\$)	Data da Avaliação	Reavaliado (R\$)	Com Reformas	Com Instalações
200120	8999.00009.500-1	4	132.035,26	26/06/2012	188.845,72	0	0
	9007.00037.500-0	4	62.818,57	26/06/2012	195.456,72	0	0
	9007.00038.500-6	6	71.475,00	24/05/2012	111.593,34		0
	9035.00020.500-3	6	121.909,70	24/05/2012	183.291,91	0	0
	9047.00143.500-6	6	88.753,48	22/05/2012	125.884,40	0	0
	9067.00229.500-8	4	186.916,93	26/06/2012	306.263,46	0	4.500,00
	9069.00023.500-4	4	149.239,51	26/06/2012	309.972,66	0	0
	9091.00002.500-6	4	68.744,27	24/05/2012	118.067,11	0	0
	9129.00014.500-2	4	17.828,04	24/05/2012	59.547,49	0	0
	9151.00048.500-4	4	204.508,14	22/05/2012	524.819,56	0	0
	9155.00005.500-2	4	93.612,20	26/06/2012	124.987,14	0	0
	9191.00006.500-4	4	64.711,43	22/05/2012	449.640,19	0	0
	9871.00002.500-2	4	60.123,06	26/06/2012	140.355,56	0	0
9901.00031.500-6	4	76.675,13	26/06/2012	164.246,68		0	
9907.00006.500-9	4	148.293,39	24/05/2012	554.476,38	0	0	
<b>TOTAL (R\$)</b>							<b>4.500,00</b>

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

1 – Aquicultura	12 – Em regularização – Outros
2 – Arrendamento	13 – Entrega – Adm. Federal Direta
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta	14 – Esbulhado (Invadido)
4 – Cessão – Outros	15 – Imóvel Funcional
5 – Cessão – Prefeitura e Estados	16 – Irregular – Cessão
6 – Cessão Onerosa	17 – Irregular – Entrega
7 – Comodato	18 – Irregular – Outros
8 – Disponível para Alienação	20 – Locação para Terceiros
9 – Em processo de Alienação	21 – Uso em Serviço Público
10 – Em regularização – Cessão	22 – Usufruto Indígena
11 – Em regularização – Entrega	23 – Vago para Uso

Estado de Conservação: Estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

1 – Novo	5 – Reparos Importantes
2 – Muito Bom	6 – Ruim
3 – Bom	7 – Muito Ruim (valor residual)
4 – Regular	8 – Sem Valor

### 6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

#### QUADRO A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
	EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012



Não há imóveis locados de terceiros pela 2ª SRPRF no final dos exercícios de 2013 e 2012 contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

**7 Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU N° 127, DE 15/5/2013.  
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO**

**7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)**

<b>QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA</b>	
<b>Quesitos a serem avaliados</b>	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)?
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:</b>	

	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	( ) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	( ) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	( ) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	( ) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	( ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	( ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Os itens que não foram preenchidos não se aplicam à 2ª SRPRF, pois existe o órgão central – DPRF - que é responsável por essas questões de Gestão da área de TI.	

---



---

### 7.1.1 Análise Crítica

---



---

O parque de informática da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal é constituído de 197 (cento e noventa e sete) máquinas entre computadores (servidores ou *desktops*) e *notebooks* em efetivo uso na 2ª SRPRF/MT

Foi mantida a política do DPRF, e conseqüentemente desta regional, de sempre prover computadores novos aos postos, que além de exercerem a atividade finalística da PRF, são submetidos a uma carga maior de trabalho, uma vez que tais locais possuem funcionamento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana) e raramente os equipamentos de informática são desligados.

Quanto ao Sistema Operacional utilizado, se verificou que 96,6% das máquinas utilizam o Windows XP, o que coincide com a percentagem de *desktops* e *notebooks* existentes na 2ª SPRF/MT. Em 1,7% dos equipamentos encontra-se instalado o Windows 2000 Server. A mesma percentagem de 1,7% se refere a servidores que possuem alguma distribuição do Linux instalada.

Atualmente o parque de servidores é formado por 5 (cinco) máquinas físicas. Dois desses equipamentos contam com um software de virtualização, que permite que dois ou mais sistemas operacionais sejam executados ao mesmo tempo num mesmo meio físico, otimizando desta forma os recursos de hardware disponíveis, bem como diminuindo o espaço de *datacenters* e reduzindo o consumo de eletricidade e também os recursos necessários para compra de equipamentos, que por si só também possuem um impacto ambiental no seu processo de fabricação e transporte.

Tabela – Servidores em operação na 2ª SPRF/MT

Nome da máquina	Serviços fornecidos	Sistema operacional	Tipo
SMTBDC01	Servidor de domínio secundário, servidor de impressão.	Windows 2000 Server	Físico
SMTBDC02	Servidor de domínio primário, DNS.	Windows 2000 Server	Virtual
E02ARQ01	Servidor de arquivos	Linux	Físico
E02SVIDEO01	Circuito Interno de TV	Windows XP Professional	Físico
SMTSUS01	WSUS (atualizador do Windows), Distribuidor de anti-vírus, Terminal Services	Windows 2000 Server	Virtual
SMTVOIP02	Servidor de Voz sobre IP, Central telefônica.	Linux	Físico
SMTPROXY02	PROXY, Servidor de aplicação, Servidor de banco de dados.	Linux	Físico

Fonte: Núcleo de Telemática - CPD

## Sistemas regionais

O desenvolvimento de tal aplicação foi uma das metas mais importantes para o referido exercício. Além do desenvolvimento do SLE, foi realizada manutenção evolutiva e corretiva nos demais sistemas disponibilizados, com destaque para os sistemas de avaliação de desempenho individual (ADI) e sistema de gerenciamento de contrato de impressão (SGCI).

Outro sistema desenvolvido no exercício a se destacar é o SR191 – Sistema de Relatórios do tridígito 191.

Tabela – Relação de sistemas regionais – 2ª SPRF/MT

Sigla sistema	Descrição	Funcionalidades	Gestor
NAGIOS	Monitoramento da qualidade dos links	- Monitoramento do link de dados entre a sede, delegacias e unidades operacionais - Status da qualidade da conexão.	NUTEL
OTRS	Gerenciamento	- Gerenciamento do helpdesk.	

	de helpdesk	- Acompanhamento de chamados. - Relatórios e gráficos das quantidades de chamados abertos e encerrados, tempo em fila de espera e chamados recorrentes.
GLPI	Controle de manutenção de equipamentos	- Manter o controle de equipamentos enviados ao NUTEL para manutenção - Histórico de manutenções realizadas nos equipamentos. - Acompanhamento das fases do processo de manutenção de equipamentos.
WIKI	Base de Conhecimento	- Base de conhecimento compartilhada. - Fornecer os mais variados tipos de informações como listas telefônicas, listas de impressoras, manual de instalação e configuração de software.
ZENOSS	Monitoramento de Conectividade	- Monitoramento do status de conectividade entre a sede, delegacias e unidades operacionais - Monitoramento do consumo de banda.
FTPS	Servidor de Software	- Servidor de softwares. - Central de downloads e atualizações.
MYSAR	Relatório de acesso internet	- Monitoramento das atividades dos usuários na internet. - Relatório de sites acessados - Quantidade de banda de internet consumida por usuário - Ranking de usuários com consumo excessivo de internet.
OWNCLOUD	Servidor de arquivos em nuvem.	- Servidor arquivos em nuvem da 2ª SPRF/MT. - Gerenciamento e compartilhamento de arquivos.

Fonte: Sistemas Integrados - NUTEL

Para prover acesso à rede de dados do DPRF (incluindo Intranet e Internet), em todos os 16 (dezesseis) postos e 8 (oito) delegacias existentes no estado de Mato Grosso, além da sede da superintendência, existem 18 (dezoito) links de transmissão de dados para redes de longa distância em operação. Desse total, 11 (onze) são gerenciados pelo Núcleo de Telemática da 2ª SPRF/MT. Já os 7 (sete) restantes possuem sua gerência fixada na Divisão de Telemática do DPRF, com sede em Brasília/DF.

A tecnologia utilizada é o MPLS (Multi-Protocol Label Switching) em todos os pontos existentes. Os 11 (onze) links contratados por esta regional foram licitados no ano de 2008, gerando o Contrato N° 19/2008. Já os links sob gerência do DPRF foram contratados a partir da Ata de Registro de Preços do Pregão N° 67/2006 do Tribunal Superior do Trabalho.

Para que o serviço continuasse sendo prestado, tendo em vista que é essencial, o contrato (N° 19/2008) com vigência até o dia 17/11/2013, foi encerrado e substituído pelo contrato 06/2013 com vigência até 17/11/2014.

A performance dos links de dados foi satisfatória de acordo com o estabelecido em Contrato. Sempre ao serem realizados testes, a velocidade aferida foi sempre igual ou superior à velocidade contratada, que é uma característica do próprio projeto da rede MPLS.

Cabe ressaltar que todas as unidades operacionais se encontram em zonas rurais, localidades distantes de acesso à Internet comum, como o ADSL, por exemplo, e inexistem fornecedores locais capazes de prover um acordo de nível de serviço aceitável, como requerido pelo órgão, já que este necessita de confiabilidade e segurança em seus circuitos.

Apesar das dificuldades mencionadas, permanece como uma das metas para o exercício seguinte (2014) o aumento da largura de banda dos circuitos instalados nas unidades cujo contrato é fiscalizado pela 2ª SRPRF/MT, tendo em vista de que se trata de um requisito necessários para garantir melhor qualidade nos acessos aos sistemas disponibilizados pelo órgão e por terceiros.

### **Investimentos em 2013**

Os investimentos realizados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para 2013 foram destinados à compra de equipamentos para manutenção, equipamentos para as repetidoras bem como ferramentas. Os processos licitatórios para aquisição desses materiais foram realizados por outras Superintendências Regionais da PRF via registro de preços, e a 2ª SRPRF/MT foi participante, seguindo a sistemática adotada pelo DPRF de Unidade Centralizadora de Compras (UCC), onde uma única unidade é responsável pela aquisição de um determinado tipo de equipamento para todas as demais, visando a padronização do parque e economia de escala, já que, não raramente, essas compras ocorrem em grandes quantidades.

### **Da Radiocomunicação**

A estrutura do sistema de radiocomunicação da 2ª SPRF/MT é composta de 17 (dezesete) estações fixas – torre com sistema radiante e transceptor, sendo cada uma delas instaladas nos 16 (dezesesseis) postos e na sede do órgão, é também disponibilizado aos postos rádios portátil. Cada uma das viaturas operacionais em atividade também conta com transceptor instalado junto com sistema irradiante completo para comunicação no trecho de circunscrição.

O contrato de manutenção de sistema de radiocomunicação (Contrato N° 08/2010), celebrado em 29/04/2013 foi prorrogado por mais 12 (doze) meses, mediante realização de seu terceiro termo aditivo, tendo, portanto sua vigência estendida até 28/04/2014 O contrato contempla serviços de manutenção com fornecimento de peças em torres de radiocomunicação (balizamento noturno, aterramento, sistema de proteção contra descargas atmosféricas), sistema irradiante (antena, cabeamento, conectores) e transceptores de todos os tipos (portáteis móveis e fixos). O valor estimado do contrato é de R\$ 100.860,00 (cem mil e oitocentos e sessenta reais), sendo R\$ 58.020 (cinquenta e oito mil e vinte reais) destinado para o serviço de mão-de-obra e R\$ 42.840,00 (quarenta e dois mil e oitocentos e quarenta reais) para peças e acessórios. O valor global do contrato não foi alterado na realização do segundo termo aditivo.

Até o final do ano de 2013 foram utilizados o montante de **R\$ 20.468,00 (vinte mil quatrocentos e sessenta oito reais)** para serviços e **R\$ 7.097,63 (sete mil e noventa e sete reais e sessenta e três centavos)** para peças e acessórios.

**Tabela – Valor executado no contrato de manutenção de radiocomunicação**

<b>Contrato 08/2010 – Manutenção de Radiocomunicação</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor utilizado em 2011 (R\$)</b>	<b>Valor utilizado em 2012(R\$)</b>
1	Serviços/Instalação	R\$ 36.428,58	R\$ 22.523,12
2	Peças/acessórios	R\$ 12.511,49	R\$ 8.805,64
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 48.940,07</b>	<b>R\$ 31.328,78</b>

Percebe-se um claro declínio nos valores executados nos contratos em 2013 e se comparado aos exercícios anteriores (2012 e 2013), pois havia uma demanda reprimida considerável de necessidade de manutenção no sistema de radiocomunicação, que teve de ser atendida nos primeiros anos de vigência do contrato.

**8 Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.  
GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE  
AMBIENTAL**

**8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

<b>QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS</b>					
<b>Aspectos sobre a gestão ambiental</b>	<b>Avaliação</b>				
<b>Licitações Sustentáveis</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p> <p><b>Pregão 02/2013 (aquisição de óleo lubrificante automotivo) em cumprimento da legislação ambiental vigente, consoante ao disposto na Resolução nº 362, de 23 de junho 2005, do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, exigiu-se que as amostras encaminhadas junto com a proposta deveriam trazer explícito na embalagem a destinação e a forma de retorno dos óleos lubrificantes usados ou contaminados, recicláveis ou não, além de consignar os danos que podem ser causados à população e ao ambiente pela disposição inadequada do óleo usado ou contaminado.</b></p> <p><b>Pregão 03/2013 (Apoio Administrativo), foi estabelecido para as empresas a adoção de práticas de sustentabilidade (uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, evitar o desperdício de água tratada e realize a separação dos resíduos recicláveis).</b></p> <p><b>Pregão 06/2013 (Administração e gerenciamento compartilhado de manutenção preventiva e corretiva da frota) estabeleceu prioridade para a rede credenciada que atenda à rigorosa observância à legislação ambiental aplicável às suas atividades, conforme IN SLTI nº 01 de 19/01/2010 ( Certificado de Licenciamento Ambiental, composto de Licença Prévia (LP) Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), conforme Art. 18 da Resolução CONAMA 237/97, Art. 18 e 19 da Lei Complementar 232/2005).</b></p> <p><b>Pregão 07/2013 (Contratação de empresa de engenharia para manutenção predial) foi estabelecido que a contratada deverá utilizar de maneira racional recursos e equipamentos, prevenindo o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelos órgãos competentes. Foi ponto também a questão de a preservação das áreas de manejo. Há também a previsão de retirada, sob orientação da Fiscalização, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado pela 2ª SRPRF/MT. Deverá também ser dada destinação específica para as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra</b></p>		X			
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p> <p><b>Já tem se tornado rotineira a aquisição de materiais reciclados, como papel A4 e envelopes diversos.</b></p>		X			

3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?  <b>Não, pois se tem o receio de que essa ação possa culminar em restrição da competitividade no processo licitatório caso não seja realizado um amplo estudo dos critérios e de sua aplicabilidade no certame. Tais práticas necessitam de acompanhamento contínuo de um setor responsável na área de sustentabilidade ambiental, o que até o presente momento não encontra-se definido e formalizado.</b>	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?  Foi realizado o pregão nº 07/2013 que prevê a troca e relocação das atuais lâmpadas fluorescentes. O contrato iniciou sua vigência em 30 de dezembro de 2013, portanto somente será possível avaliar o impacto no próximo exercício.	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?  <b>Sim, aquisição de papéis reciclados é feita anualmente pela Unidade Centralizadora de Compras. Porém, no ano de 2013, devido a um atraso no processo da UCC, foi feita a cotação eletrônica nº 02/2013 para aquisição de papel A4 reciclado.</b>	X				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?  <b>Os extintores de incêndio são os únicos produtos adquiridos passíveis de recarga/reutilização. A unidade não realiza aquisição de cartuchos e toners para impressoras, tendo em vista que o parque de impressão é terceirizado, inclusive a sua manutenção e insumos.</b>	X				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.  <b>Sim. Nos processos licitatórios realizados pela unidade, insere-se descrição detalhada do objeto relacionadas à qualidade, com apresentação de foto para verificação, inscrição em órgão de controle e validade quando cabível. Por exemplo no pregão nº 02/2013 para aquisição de óleo lubrificante, estabelece que as propostas deverão vir acompanhadas de fotos dos rótulos dos materiais contidos na proposta. Somente são aceitos óleos lubrificantes, consoante ao disposto na Resolução nº 362, de 23 de junho 2005, do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, que</b>				X	



<p>trouxeram explícito na embalagem a destinação e a forma de retorno dos óleos lubrificantes usados ou contaminados, recicláveis ou não, além de consignar os danos que podem ser causados à população e ao ambiente pela disposição inadequada do óleo usado ou contaminado. Além disso, as marcas de óleos lubrificantes para motores deveriam possuir registro na Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, conforme Resolução ANP nº 10, de 07 de março de 2007 e aprovadas no Programa de Monitoramento da Qualidade dos Lubrificantes, de acordo com a Resolução ANP nº 29 de 26 de outubro de 2006</p> <p>No pregão eletrônico nº 05/2013 cujo objeto era aquisição de Café, açúcar e chá, era obrigatório a entrega dos Certificado de Autorização ao Uso do Selo de Pureza ABIC com validade de 06 (seis) meses e Certificado de Qualidade na Categoria Superior emitido pela ABIC ou Comprovação da qualidade do produto ofertado e de total consonância com o exigido no edital, através de laudos válidos emitidos por laboratórios credenciados junto ao Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigência Sanitária, da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde.</p>					
<p>11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p> <p><b>Sim, no pregão 07/2013 (Contratação de empresa de engenharia para manutenção predial) foi estabelecido que a contratada deverá utilizar de maneira racional recursos e equipamentos, prevenindo o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelos órgãos competentes. Foi ponto também a questão de a preservação das áreas de manejo. Há também a previsão de retirada, sob orientação da Fiscalização, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado pela 2ª SRPRF/MT. Deverá também ser dada destinação específica para as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes e plano de manejo.</b></p>					X
<p>12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p> <p><b>Sim. Os membros de tal comissão foram definidos na Portaria Nº 170/2007/2ª SRPRF/MT (constante em arquivo anexo “Portaria 170-2007 - 2SRPRFMT”), onde foi definida a Comissão de Coleta Coletiva Solidária no âmbito da regional, havendo previsão em seu art. 3º de que a referida comissão deve pautar seus trabalhos com base no Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.</b></p>		X			
Considerações Gerais:					
<p><b>LEGENDA: Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					



## 8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

<b>QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA</b> (Valores em R\$ 1,00)						
<b>Adesão a Programas de Sustentabilidade</b>						
<b>Nome do Programa</b>	<b>Ano de Adesão</b>			<b>Resultados</b>		
A 2ª SRPRF não aderiu a nenhum tipo de programa de gestão ligado à temática de sustentabilidade ambiental.						
<b>Recurso Consumido</b>	<b>Quantidade</b>			<b>Valor (R\$)</b>		
	<b>Exercícios</b>					
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Papel</b>	1.372 resmas	899 resmas	907 resmas	12.504,00	9.369,90	8.799,79
<b>Água</b>	1.995 m³	1.743 m³	1.721 m³	12.313,20	11.054,74	10.329,53
<b>Energia Elétrica</b>	978.321 Kw/h	915.957 Kw/h	926.365 Kw/h	472.542,14	601.035,50	587.544,19
			<b>Total</b>	<b>497.359,34</b>	<b>621.460,14</b>	<b>606.673,51</b>

### 9 Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

#### 9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

Não ocorreram determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU no exercício 2013.

##### 9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

#### QUADRO A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

(Não se aplica a unidade)

##### 9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

#### QUADRO A.9.1.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

(Não se aplica a unidade)

---

---

**9.2 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

---

---

Não ocorreram recomendações apresentadas pela Controladoria Regional da União no Estado de Mato Grosso, no exercício 2013.

---

**9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício**

---

**QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI**

(Não se aplica a unidade)

---

**9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

---

**QUADRO A.9.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO**

(Não se aplica a unidade)

---

---

**9.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

---

---

(Não se aplica a unidade)

---

---

**9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93**

---

---

Em relação a Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei 8.730/93, esta unidade segue a Instrução Normativa – TCU nº 65, de 20 de Abril de 2011, que dispõe sobre os procedimentos referentes às declarações de bens e rendas a serem apresentadas pelas autoridades e servidores públicos federais.

Durante o exercício 2013 não houve descumprimento da entrega da Declaração de Bens e Renda, sendo de competência regimental do Núcleo de Administração de Pessoal da 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal gerir a recepção das declarações exigidas.

No âmbito da regional inexistente um sistema informatizado que sirva de ferramenta ao gerenciamento. As DBRs são entregues diretamente aos servidores lotados no Núcleo de Administração de Pessoal em papel. Outro procedimento utilizado é a autorização concedida pelo servidor para acesso às informações constantes no banco de dados da Receita Federal do Brasil.

Não é realizado nenhum tipo de análise das DBRs com intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

As declarações entregues no Núcleo de Administração e Pessoal são arquivadas em processo autuado e sob a guarda do referido núcleo. Somente os servidores autorizados e lotados no setor têm acesso as informações declaradas.

#### 9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

#### QUADRO A 9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

(Não se aplica a unidade)

#### 9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

No ano de 2013 foram instaurados 06 processos para apuração de responsabilidade e ressarcimento ao erário de materiais que sofreram danos ou foram extraviados/furtados/roubados.

Todos as demais medidas internas administrativas aguardam conclusão do Processo Administrativo Disciplinar para apuração da responsabilidade do servidor.

Nº Processo	Situação	Bem	Valor do bem	Dano
08.661.001126/2013-52	Aguardando Conclusão do Processo Administrativo Disciplinar	Algema	R\$ 59,00	Extravio
08.661.003048/2013-21		Pistola Taurus, modelo PT840	R\$ 1.855,00	Furto
08661.003297/2013-16		Pistola Taurus, modelo PT100	R\$ 498,00	Furto
08661.003266/2013-65		Colete a Prova de Balas	R\$ 716,00	Furto
08661.001853/2013-10		Pistola Taurus, modelo PT100	R\$ 498,00	Furto
08661.003946/2013-89		Carregadores de Pistola PT 840	Apurar	Furto

Não houve instauração de processo para Tomadas de Contas Especial no ano de 2013.

#### QUADRO A.9.5 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais					Remetidas ao TCU
	Não instauradas		Instauradas			
	Dispensadas		Não remetidas ao TCU			
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento	Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	
Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
0	0	6	0	0	0	

\* Especificar razões

---

---

**9.6 Alimentação SIASG E SICONV**

---

---

**QUADRO A.9.6 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
Seção Administrativa e Financeira

**DECLARAÇÃO**

Eu, José Cícero Couto Neto, CPF nº 422.459.823-04, Policial Rodoviário Federal, exercido na sede da 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Cuiabá/MT, 25 de março de 2014

**JOSÉ CÍCERO COUTO NETO**  
Policial Rodoviário Federal – CPF 422.459.823 - 04  
Chefe da Seção Administrativa e Financeira da 2ª SRPRF

**10 Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.  
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

A 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal possui como canais de acesso do cidadão ao órgão para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas a Página da Internet: [http:// www.prf.gov.br/PortalInternet/index.faces](http://www.prf.gov.br/PortalInternet/index.faces).

Nas ocorrências (acidentes, furtos, roubos, etc.) nas rodovias e estradas federais, temo como canal de comunicação o telefone 191 (chamada gratuita).

Os mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários e serviços resultantes da atuação da unidade foram recentemente definidos, quando da instituição do Plano Estratégico da Polícia Rodoviária Federal para o período 2013 a 2020, por meio da Portaria nº 28, de 12 de fevereiro de 2014.

Os indicadores se encontram em construção, logo ainda não efetuaram medições quanto ao grau de satisfação dos usuários.

Da mesma forma, não foram efetuadas pesquisas de opinião, nos últimos três últimos anos, com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão, em função da ausência dos indicadores e de recursos.

**11 Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.  
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

---

---

**11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**

---

---

As informações quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis elaboradas para dar cumprimento às diretrizes preconizadas nas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e 16.10, são realizadas pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI.

---

---

**11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis**

---

---

---

**11.2.1 Declaração Plena**

---


(Não se aplica a unidade)

## 11.2.2 Declaração com Ressalva



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
DIRETORIA DE PROGRAMA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
<b>2ª SUPERINTEND. DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</b>	<b>200120</b>
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, NBC T 16.9 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/2008 e NBC T 16.10 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p style="margin-left: 40px;">a) 634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS; b) 642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVOS IMOBILIZADO.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e</li> <li>◦ A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li> </ul> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
<b>Local</b>	<b>Brasília/DF</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>JOSÉ CARLOS GOMES</b>
<b>Data</b>	<b>22 de janeiro de 2014</b>
<b>CRC n.º</b>	<b>DF - 9.261/O-7</b>

  
**José Carlos Gomes**  
 CCONT/PROG/GE/MJ  
 Coordenador

Após a regularização das contas, e lançamento do material adquirido no mês de outubro obtivemos os relatórios referente ao fechamento do mês que foram enviados à Setorial Contábil, após assinatura do Ordenador de Despesas.

Em decorrência da implantação do SIPAC, confecções de NL para ajustes contábeis, e transferências de saldos entre contas, recebemos restrições no SIAFI no mês de outubro. Entretanto ressaltamos que os relatórios foram fechados com sucesso.

Cumpre-nos salientar por fim que após a implantação do SIPAC todos os meses temos enviado Ofícios à Unidade Setorial Contábil relatando a seguinte situação a que enfrentamos: O antigo sistema ASI possuía funcionalidades que o SIPAC não possui, dentre elas, uma de suma importância era o campo chamado “valor residual”. Assim ao se dar entrada no mesmo material com valores diferente, isto é, adquiridos em licitações diferentes, o sistema ASI cuidava de realizar o cálculo do valor unitário e caso não resultasse em um valor inteiro, o próprio sistema arredondava para o valor inteiro mais próximo e o valor remanescente era lançado no campo “valor residual”. Sendo assim, sempre se trabalhava com apenas dois dígitos após a vírgula. Já o novo sistema, o SIPAC, não ajusta dessa forma, ele realiza a divisão de valores unitários, e a mantém, mesmo resultando em valores com mais de duas casas decimais após a vírgula, realizando o arredondamento somente quando do cálculo final.

Assim, quando se executa o RMA (Relatório de Movimentação de Almojarifado), os valores por “conta contábil” saem com mais de duas casas decimais após a vírgula, somente sendo feito o arredondamento quando da somatória de todas as “contas contábeis”.

Considerando que o SIAFI não trabalha com valores quebrados, isto é, trabalha somente com valores inteiros, não é possível realizar a perfeita correspondências, dos valores por conta contábil entre SIAFI e SIPAC, mas somente quando da soma de todas as contas.

Já foi realizado consulta juntos à Coordenação Geral de Administração – Divisão de Patrimônio de Material – DIPAM da Polícia Rodoviária Federal em Brasília/DF para orientação de como proceder em tais casos. Sendo que recebemos orientação para arredondar para o valor mais próximo possível.

Fomos informados ainda, que a Área Técnica responsável já esta regularizando a situação juntos aos desenvolvedores do sistema, para que o sistema SIPAC, assim como o SIAFI, trabalhe apenas com valores inteiros.

Portanto até que a solução seja implementada no SIPAC, sempre trabalharemos com arredondamento de contas contábeis para que ao menos o valor total (somatório de todas as contas) tenha perfeita correspondência entre os sistemas.

---

---

### **11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008**

---

---

---

---

### **11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976**

---

---

---

---

### **11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais**

---

---

---

---

### **11.6 Parecer da Auditoria Independente**

---

---

(Não se aplicam a unidade).

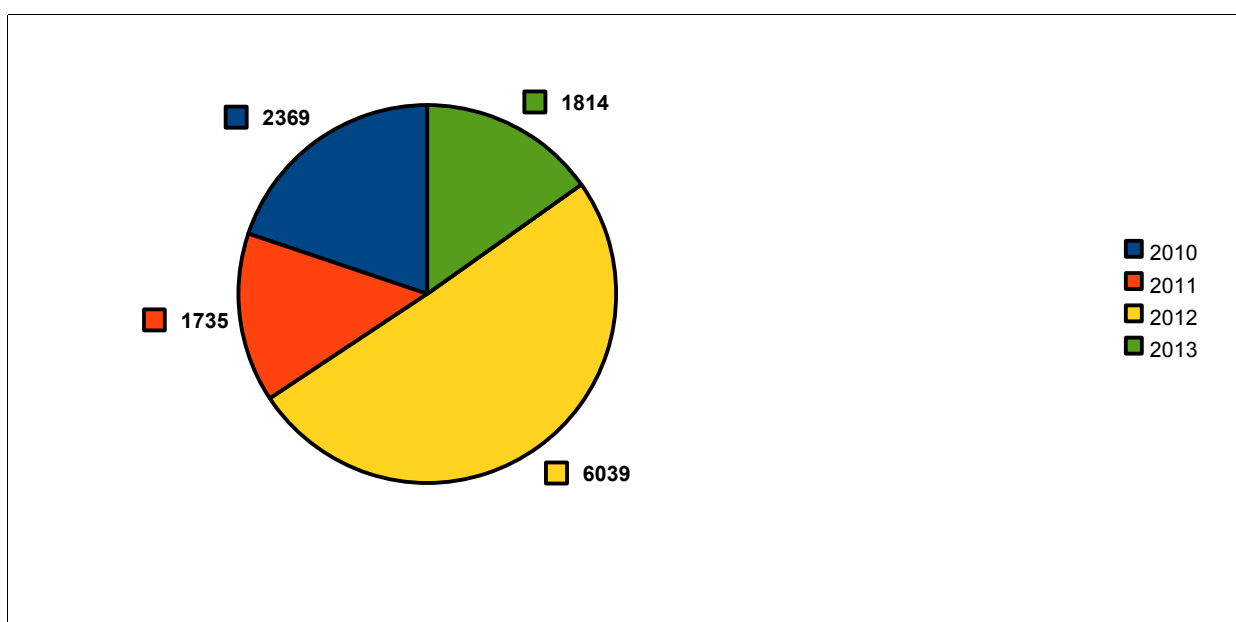
**12 Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.  
OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO**

**12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ**

**GESTÃO DO PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO**

**TRANSFERÊNCIAS DE MATERIAIS REALIZADAS**

Foram realizadas 1.814 Transferências Internas entre Delegacia, Postos, Seções e Núcleos, no exercício 2013. Tarefas que foram realizadas, quando a solicitação, entrada/recebimento material permanente na regional e troca de materiais.



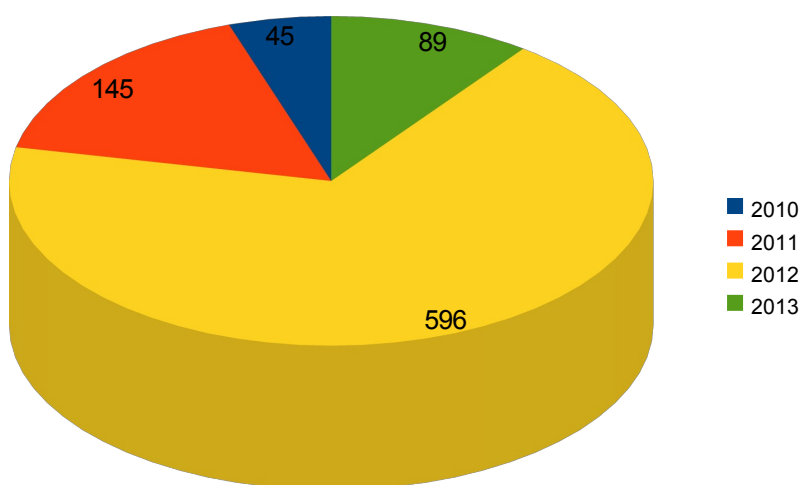
**GUIA DE TRANSFERÊNCIA INTERNA – 2ªSRPRF/MT**

2010	2011	2012	2013
2.369	1.735	6.039	1.903

Ao analisar o gráfico acima é visível que comparando aos anos anteriores, tivemos um decréscimo no número de transferências internas. Isso se justifica por vários fatores: a menor compra e distribuição de materiais; a implantação no sistema SIPAC, onde ficamos na pendência de várias transferências para o ano de 2014. Insta salientar ainda que nos anos de 2012/2013 houve a compra e distribuição de coletes, cadeiras, mesas e armários o que justifica o elevado número de transferências nesses anos, bem como a devolução de coletes vencidos e transferência por localização de materiais recebidos das delegacias para o leitão/12.



Já quanto às transferências externas, tivemos o quantitativo de 89 movimentações.



GUIA DE TRANSFERÊNCIA EXTERNA – 2ªSRPRF/MT			
2010	2011	2012	2013
45	145	596	89

Guia de transferências para outras UG's, são saída de materiais da regional que contribui com a diminuição de valores do balancete patrimonial da regional. Conforme visto acima tivemos um a diminuição nas guias de transferências neste exercício tendo em vista que apesar de várias remoções (forma precária) antes mesmo de se atualizar a movimentação no material no sistema, vários servidores tiveram a Liminar suspensa, assim retornando para Mato Grosso. Insta salientar que grande número das movimentações em 2012 se deu ao fato das transferências dos diversos materiais permanentes que foram enviados para 3ª SRPRF/MS, para fazer parte do leilão realizado naquela regional.

#### ENTRADA DE MATERIAL – 2ª SRPRF/MT

MATERIAIS ADQUIRIDOS ATRAVÉS UCC E REGISTRO DE PREÇO					
ANO DE 2012			ANO DE 2013		
Nº	MATERIAIS	QUANT.	Nº	MATERIAIS	QUANT.
01	UNIDADE RET.P/ TELEFONE TIPO RACK NA COR PRETA	01	01	MESA RETANGULAR 1400X800, TAMANHO P	5
02	PLATAFORMA DE COMUNICAÇÃO COMUTADOR TIPO SWITCH	16	02	GAVETEIRO . GAVETEIRO VOLANTE ,COM 3 GAVETAS E CHAVES	28
03	TORRE DE RÁDIO DE COMUNICAÇÃO – 60 METROS	02	03	SERVIDOR DE REDE (NETSERVER) DL 320E	2
04	TELEFONE VOIP IP	114	04	SERVIDOR DE REDE (NETSERVER) TIPO III DL380 HP	1
05	DINAMOMETRO. RAIZAMED	01	05	UMIDIFICADOR DE AR ULTRASONICO E IONIZADOR / GL - GL LIFE / ZG 5000	20

06	BALANÇA DIGITAL ANTROPOMÉTRICA	03	06	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO 110V	10
07	APARELHO OXÍMETRO MEDE FREQUÊNCIA E OXIGENAÇÃO	02	07	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO 220V	02
08	COLETE A PROVA DE BALA MASC/FEM.	427	08	FRAGMENTADORA DE PAPEIS	25
09	NO-BREAK	88	09	***	***
10	MICRO COMPUTADOR	20	10	***	***
11	MONITOR DE VÍDEO POLICROMÁTICO LCD	10	11	***	***
12	COMUTADOR PARA REDE DE MICROCOMPUTADOR SWITCH HP	17	12	***	***
13	CADEIRA FIXA SEM BRAÇO E INTERLOCUTOR	120	13	***	***
14	LONGARINA	28	14	***	***
15	CADEIRA GIRATÓRIA	16	15	***	***
16	CADEIRA FIXA COM SUPORTE PARA OS PÉS REGULÁVEL	40	16	***	***
17	CADEIRA FIXA COM BRAÇO INTERLOCUTOR	16	17	***	***
18	MESA RETA PEQUENA	31	18	***	***
19	MESA RETA MÉDIA	20	19	***	***
20	MESA ORGÂNICA	28	20	***	***
21	GAVETEIRO MÓVEL	36	21	***	***
22	ARMÁRIO TIPO ALTO COM 02 PORTAS	56	22	***	***

MATERIAL RECEBIDO ATRAVÉS DE DOAÇÃO – ENTRADA					
ANO 2012			ANO 2013		
Nº	MATERIAL	QUANT.	Nº	MATERIAL	QUANT.
01	RÁDIO DE COMUNICAÇÃO PX	01	01	BALANÇA DIGITAL CAP. MAX. 30KG, MODELO ELPN	1
02	CONDICIONADOR DE AR 30BTUS	01	02	APARELHO PARA GINASTICA ELIPTICAL MAGNETICA EVOLUTION 701	1
03	PROJETOR TIPO DATA SHOW COM CONTROLE REMOTO	01	03	CONDICIONADOR DE AR . 12000BTUS	1
04	CÂMERA DIGITAL FOTOGRÁFICA MODELO: ES65	06	04	CONDICIONADOR DE AR . 10.000BTU	1
05	MÁQUINA FOTOGRÁFICA DIGITAL MODELO ES90	01	05	CONDICIONADOR DE AR . , 30.000BTU,	1
06	NOTEBOOK MARCA:PROBOOK	01	06	TENDA TUBULAR MEDINDO 780 X 650CM	1
07	IMPRESSORA	01	07	TENDA TUBULAR MEDINDO	1

	MULTIFUNCIONAL MOD.4500 HP			600 X 300CM	
	***		08	RADIO . TOCA CD	2
	***		09	CAMERA DIGITAL	15
	***		10	BEBEDOURO	1
	***		11	MICROCOMPUTADOR	1
	***		12	NOTEBOOK	15

O material permanente recebido neste exercício de 2013, na modalidade de doação por pessoas jurídica. Após entrada dos materiais em estoque, são encaminhados e transferidos para as áreas solicitantes.

MATERIAL INCORPORADOS - ENTRADA		
ANO 2013		
Nº	MATERIAL	QUANT.
01	ANIMAL . CÃO	01

### MATERIAIS RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIAS

Recebemos os materiais abaixo decorrente de transferências externas, tendo em vista remoção de servidores, compras realizadas pelo DPRF (Brasília), bem como cedências dos materiais. O valor total recebido foi de R\$ **1.657.248,93**.

Tipo: REMOÇÃO		
ITEM	MATERIAL	QUANTIDADE
01	<b>Conta: 14</b> SUB METRALHADORA SMT .40.....quantidade 07 PISTOLA CALIBRE 40.....quantidade 02	09
02	<b>Conta: 52</b> MOTOCICLETA.....quantidade 26 ÔNIBUS.....quantidade 01	27
03	<b>Conta: 35</b> NOTEBOOK.....quantidade 33	33
04	<b>Conta: 24</b> ALGEMA.....quantidade 02 COLETE A PROVA DE BALAS.....quantidade 02	04
04	<b>Conta: 24</b> ANIMAL. CÃO.....quantidade 01	01
<b>Total Geral</b>		<b>74</b>

### BAIXA - SAÍDA DE BENS DO ESTOQUE

Tipo: INSERVÍVEIS		
ITEM	MATERIAL	QUANTIDADE
01	<b>Conta: 14</b> CARABINA CALIBRE 40 (PROCESSO 08661003434/2012).....quantidade 04	19

	PISTOLA CALIBRE 40, TAURUS PT 100 (PROCESSO 08661003434/201..... quantidade 03 ESPINGARDA CALIBRE 12 CBC(PROCESSO 08661003434/2012).....quantidade 09 REVOLVER CALIBRE 38 (PROCESSO 08661002825/2013).....quantidade 02 ESPINGARDA CALIBRE 12 BOITO (PROCESSO 08661003434/2012).....quantidade 01	
<b>Total Geral</b>		<b>19</b>
<b>Tipo: DOAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>MATERIAL</b>	<b>QUANTIDADE</b>
01	<b>CONTA: 08</b> APARELHO DE RAIOS X (PROCESSO 08661003433/2012).....quantidade 02	02
02	<b>CONTA: 24</b> DETECTOR DE METAIS PÓRTICO (PROCESSO 08661003433/2012)..... quantidade 02	02
<b>Total Geral</b>		<b>04</b>
<b>Tipo: EXTRAVIO/SINISTRO</b>		
01	<b>CONTA: 14</b> REVOLVER CALIBRE 38 TAURUS (PROCESSO 08661002825/2013) ..... quantidade 03 ESPINGARDA CALIBRE 38 ROSSI (PROCESSO 08661002825/2013)..... quantidade 01	04
<b>Total Geral</b>		<b>04</b>
<b>Tipo: ROUBO/FURTO SEM RECUPERAÇÃO</b>		
01	<b>CONTA: 14</b> PISTOLA CALIBRE 40. PT100, Nº SÉRIE SPL 44911 (PROCESSO 08661002791/2012).....quantidade 01	01
<b>Total Geral</b>		<b>01</b>

Observando as planilhas acima, notamos os diversos tipos de baixas que houve neste exercício, levando a redução do balancete patrimonial desta regional em R\$ 315.682,75.

É importante salientar ainda que são feitas transferências de materiais permanente para outras UG's, o que contribui para a diminuição no balancete patrimonial no montante de R\$ 107.452,37. Isto acontece devido a várias remoções durante o exercício conforme tabela abaixo:

### **SAÍDAS DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS**

<b>Tipo: REMOÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>MATERIAL</b>	<b>QUANTIDADE</b>
01	<b>Conta: 14</b> PISTOLA CALIBRE 40, TAURUS.....quantidade 87	87
02	<b>Conta: 24</b> ALGEMA.....quantidade 35 COLETE A PROVA DE BALAS.....quantidade 55	90
<b>Total Geral</b>		<b>177</b>

### **Balancete Contábil Anual – Almojarifado e Patrimonial**

**Demonstrativo de balancete contábil conta 113180100 – Almojarifado** – iniciou-se o ano de 2013 (Janeiro) com almojarifado abastecido, com um total de material de consumo no valor R\$ 266.388,80 (Duzentos e sessenta e seis mil, trezentos e oitenta e oito reais e oitenta centos) e encerrou em dezembro de 2013 com um total R\$ 267.226,26 (duzentos e sessenta e sete mil, duzentos e vinte e seis reais e vinte e seis centavos). Iniciamos o exercício com almojarifado abastecido para um período de seis meses. Durante o ano foram feitas aquisições

de materiais de consumo para repor os estoques de materiais, motivo pelo qual também finalizamos o ano com um estoque suficiente de materiais. Alguns materiais não foram adquiridos tendo em vista que as empresas contratadas pelas Atas de Registro de Preço não entregaram os materiais e assim foram abertos processos para verificação de possível infração administrativa. Para contornar a situação, foram feitas adesões a Atas de Registro de Preços de outros Órgãos.



**Demonstrativo de balancete contábil conta 142120000 – Patrimônio** – iniciou-se o ano de 2013 (Janeiro), com total de material permanente de R\$ 15.977.372,56 (quinze milhões, novecentos e setenta e sete mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) e encerrou em dezembro de 2013 com R\$ 17.307.996,77 (dezessete milhões, trezentos e sete mil, novecentos e noventa e seis reais, e setenta e sete centavos). Este aumento de R\$ 1.330.624,21 (um milhão, trezentos e trinta mil, seiscentos e vinte e quatro reais e vinte e um centavos), referem-se a entradas de materiais permanentes em estoque, como: materiais recebidos através de doação, materiais adquiridos através da UCC e compras realizadas pela Unidade. Lembrando que neste exercício, por motivo de remoção de servidores, tivemos inúmeras transferências de materiais permanente para outras Regionais.

## GESTÃO DE COMPRAS

### LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES

A administração pública em obediência ao art. 37 da Constituição e demais preceitos legais é obrigada a realizar procedimento licitatório para contratar obras, serviços ou materiais. A licitação é um procedimento formal que destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme os parâmetros fixados no instrumento convocatório de licitação, respeitando-se os princípios constitucionais da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade e publicidade.

A Lei n.º 8.666/93 prescreve, em seu art. 22, cinco modalidades de licitação, que são: a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão. As modalidades de licitação têm características próprias e destinam-se a determinados tipos de contratação. Com o advento

da Medida Provisória nº. 2.026, em 2000, institui-se no direito brasileiro uma nova modalidade de licitação: o pregão. Posteriormente, em 2002, esta MP transformou-se na Lei Federal nº. 10.520.

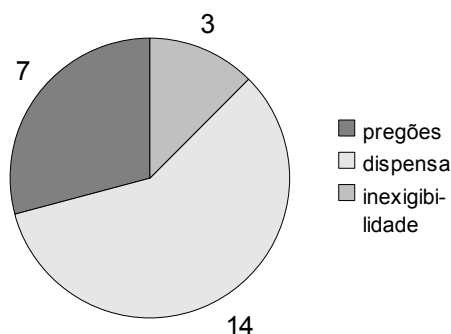
O pregão é uma modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. O Pregão Eletrônico está regulamentado pelo Decreto Federal nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, que também instituiu a obrigatoriedade do uso da modalidade Pregão nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.

No âmbito da 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal a modalidade de licitação utilizada no exercício de 2013 foi o pregão eletrônico.

### QUANTIDADE DE PREGÕES

Durante o exercício de 2013 foram realizados 07 (sete) pregões eletrônicos, sendo 02 (dois) pregões comuns e 05 (cinco) pregões para registro de preço. Comparando com as dispensas de licitações podemos observar os seguintes dados:

#### GRÁFICO - COMPARAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE DISPENSAS, PREGÕES E INEXIGIBILIDADE DO ANO DE 2013



Os pregões comuns resultam em um contrato e são utilizados quando se tem definido claramente a quantidade e as especificações dos serviços ou materiais, de acordo com o planejamento do órgão.

Já o Sistema de registro de Preço tem sua escolha embasada no artigo 3º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que disciplina as hipóteses que essa modalidade deve ser escolhida:

*Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:*

- I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

De maneira geral, o Sistema de Registro de Preço foi utilizado em 2013 pela regional devido ao inciso IV do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, quando podíamos descrever as especificações dos serviços ou materiais, mas pela natureza do objeto não era possível definir claramente o quantitativo a ser demandado pela administração.

A Dispensa de licitação por sua vez, é uma exceção à regra de licitar e ocorre nos casos em que não é realizada a licitação por razões de interesse público devidamente justificado. As suas hipóteses estão taxativamente dispostas na Lei 8666/93, no art. 24.

Já a inexigibilidade de licitação ocorre nos casos em que não existe possibilidade de competição entre os fornecedores, vez que existe apenas um objeto ou uma pessoa que o forneça. A Lei 8666/93 apenas enumera os casos mais comuns, mas não os taxa de modo exaustivo, como faz nos casos de licitação dispensável.

Durante o exercício de 2013, atendendo ao dispositivo contido no Art 86, III do Regimento Interno do DPRF, o NUSEG, em conjunto com a SAF, efetuou um controle rígido para a elaboração de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação por meio do acompanhamento dos quadros especificados abaixo.

### DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES

Nº PROCESSO		NAT. DESPESA	ASSUNTO	
08.661.000.329/2013-21		33.90.39.17	Aferição de radares	
INEX.	DATA	EMPRESA CNPJ	OBJETO	VALOR
01/2013	03/04/2013	IPEM/MT 03.326.216/0001-30	Verificação anual dos 17 medidores de velocidade	R\$ 12.240,00
			Verificação anual dos 83 etilômetros	R\$ 36.753,10
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 48.993,10</b>

Nº PROCESSO		NAT. DESPESA	ASSUNTO	
08.661.001208/2013-05		33.90.39.47	Serviços Postais e de malote	
INEX.	DATA	EMPRESA/CNPJ	OBJETO	VALOR
02/2013	28/05/2013	EBCT 34.028.316/0016-90	Prestação de serviços postais e de malote pela ECT.	R\$ 29.400,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 29.400,00</b>

Nº PROCESSO		NAT. DESPESA	ASSUNTO	
08.661.003.655/2013-91		3.3.3.9.1.39.47	Serviços de publicação de matérias de caráter oficial	
INEX.	DATA	EMPRESA CNPJ	OBJETO	VALOR
03/2012	19/12/13	IMPRESA NACIONAL. 04.196.645/0001-00	Contratação da Imprensa Nacional, para a	R\$ 21.076,78

			prestação dos serviços de publicação de matérias de caráter oficial, nas edições normais, extras e suplementares do Diário Oficial da União, para o exercício de 2014, visando suprir as necessidades desta 2ª SR.PRF/MT	
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 21.076,78</b>

Nº PROCESSO		NAT. DESPESA	ASSUNTO	
08.661.000.393/2013-11		33.90.39.16	Limpeza de fossa séptica	
DISP.	DATA	EMPRESA CNPJ	OBJETO	VALOR
01/2013	21/02/2013	C.V Junqueira 06.033.317/0001-00	Contratação de empresa especializada para a manutenção corretiva por meio da execução de limpeza da fossa séptica da unidade operacional 602, situada no município de Várzea Grande/MT.	R\$ 240,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 240,00</b>

Nº PROCESSO		NAT. DESPESA	ASSUNTO	
08.661.000.404/2013-54		3.3.3.9.0.30.16	Aquisição de papel A4.	
DISP.	DATA	EMPRESA CNPJ	OBJETO	VALOR
02/2013	22/02/13	SM PANTANAL REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - M 12.561.153/0001-97	Papel, tamanho A4, tipo Alcalino, dimensões de 297mm x 210mm, 75 g/m², para impressora jato de tinta. Oriundo de fontes sustentáveis. Certificação pela FSC ou Cerclor.	R\$ 3.324,00
		CASA FELIZ PAPELARIA E EMBALAGENS LTDA – ME 12.801.905/0001-40	Papel, tamanho A4, Reciclado, dimensões de 297mm x 210mm, 75 g/m², para impressora jato de tinta. Oriundo de fontes sustentáveis. Certificação pela FSC ou Cerclor.	R\$ 3.690,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 7.014,00</b>

Nº PROCESSO		NAT. DESPESA	ASSUNTO	
08.661.000.474/2013-11		33.90.30.01	Óleo lubrificante automotivo.	
DISP.	DATA	EMPRESA CNPJ	OBJETO	VALOR
04/2013	07/03/13	WIDAL MARCHIORETTO LTDA 10.269.578/0001-00	Lubrificante mineral multi viscoso para veículos a Álcool/Gasolina/Gas.	R\$ 1.356,00
		AGUILERA AUTO PEÇAS LTDA	Lubrificante mineral multi viscoso para veículos a Diesel.	R\$ 2.400,00



		37.525.771/0001-02		
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 3.756,00</b>

Nº PROCESSO		NAT. DESPESA	ASSUNTO	
08.661.001.571/2013-12		33.90.39.17	Manutenção corretiva de transformador	
DISP.	DATA	EMPRESA CNPJ	OBJETO	VALOR
05/2013	10/06/13	TRAEI TRANSFORMADORES ELETRICOS LTDA 37.457.942/0001-03	Manutenção corretiva no transformador que atende a base operacional 302 da 3ª DLPRF .	R\$ 3.400,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 3.400,00</b>

Nº PROCESSO		NAT. DESPESA	ASSUNTO	
08.661.002390/2013-11		33.90.39.79	Instalação de ar condicionado	
DISP.	DATA	EMPRESA CNPJ	OBJETO	VALOR
06/2013	06/09/13	JR – MONTAGENS INDUSTRIAIS E CLIMATIZAÇÃO LTDA – ME 09.330.639/0001-09	Serviço de instalação do condicionador de ar split 30000 BTUs na sala do NUTEL após retirada do auditório central.	R\$ 800,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 800,00</b>

Nº PROCESSO		NAT. DESPESA	ASSUNTO	
08.661.000.393/2013-11		33.90.39.16	Manutenção corretiva de fossa séptica	
DISP.	DATA	EMPRESA CNPJ	OBJETO	VALOR
07/2013	09/09/13	S. Da Silva Comércio – EPP 04.189.835/0001-92	Manutenção corretiva de fossa séptica UOP 402.	R\$ 1.050,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 1.050,00</b>

Nº PROCESSO		NAT. DESPESA	ASSUNTO	
08.661.001951/2013-57		3.33.90.30.18	Aquisição de Material Veterinário	
DISP.	DATA	EMPRESA CNPJ	OBJETO	VALOR
08/2013	30/09/13	DIAGRO COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - EPP 00.964.346/0001-00	Aquisição de material e medicamentos de uso veterinário, no intuito de atender as necessidades do Canil da 2ªSRPRF/MT.	R\$ 3.553,50
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 3.553,50</b>

Nº PROCESSO		NAT. DESPESA	ASSUNTO	
08.661.002.964/2013-43		33.90.39.16	Manutenção corretiva do poço artesiano e da bomba d'água.	
DISP.	DATA	EMPRESA CNPJ	OBJETO	VALOR

09/2013	23/10/13	LENIR PEREIRA DE ARRUDA - ME 11.478.802/0001-28	Contratação de empresa especializada na manutenção corretiva do poço artesiano e da bomba d'água pertencentes a unidade operacional 101 no município de Cuiabá/MT.	R\$ 4.500,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 4.500,00</b>

Nº PROCESSO		NAT. DESPESA	ASSUNTO	
08.661.002.743/2013-75		33.90.39.79	Desmontagem de torre metálica	
DISP.	DATA	EMPRESA CNPJ	OBJETO	VALOR
10/2013	25/11/13	ARTFER ESTRUTURAS METALICAS LTDA - ME 26.600.619/0001-20	Serviços de desmontagem de estrutura metálica (torre metálica estaiada de aproximadamente 40 metros de altura) da unidade operacional 103 no município de Campo Verde.	R\$ 4.450,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 4.450,00</b>

Nº PROCESSO		NAT. DESPESA	ASSUNTO	
08.661.002.684/2013-35		33.90.39.05	Estudos e Projetos – Instalação Predial	
DISP.	DATA	EMPRESA CNPJ	OBJETO	VALOR
11/2013	02/12/13	RADICE ENGENHARIA LTDA - EPP 07.436.136/0001-98	Contratação de pessoa jurídica especializada na execução de projetos de arquitetura e engenharia para a realização de atualização dos projetos e planilhas orçamentárias das unidades operacionais de Cáceres (UOP 301) e Água Boa (UOP 802) e da Delegacia de Cáceres (3ª Del.PRF).	R\$ 14.950,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 14.950,00</b>

Nº PROCESSO		NAT. DESPESA	ASSUNTO	
08.661.002.963/2013-07		33.90.39.74	Transporte de Mudança	
DISP.	DATA	EMPRESA CNPJ	OBJETO	VALOR
12/2013	06/12/13	J J BRUSTOLIN MUDANCAS E TRANSPORTES EIRELI 73.832.222/0001-44	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de transporte de mobiliário e bagagem com deslocamento da cidade de Cuiabá/MT para o município de Rondonópolis/MT.	R\$ 2.500,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 2.500,00</b>

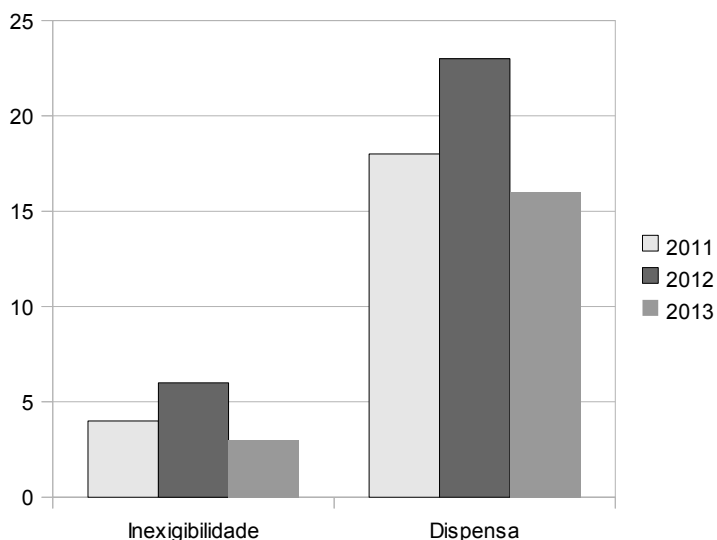
Nº PROCESSO		NAT. DESPESA	ASSUNTO	
08.661.003.657/2013-80		3.3.3.9.0.39.17	Manutenção corretiva no transformador	

DISP.	DATA	EMPRESA CNPJ	OBJETO	VALOR
14/2013	11/12/13	TRAEI TRANSFORMADORES ELÉTRICOS LTDA 37.457.942/0001-03	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva no transformador que atende a base operacional 102 da 1ª DLPRF no município de Santo Antônio do Leverger/MT.	R\$ 5.818,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 5.818,00</b>

Nº PROCESSO		NAT. DESPESA	ASSUNTO	
08.661.003.501/2013-07		3.3.3.9.0.30.28	Capas para motocicletas	
DISP.	DATA	EMPRESA CNPJ	OBJETO	VALOR
15/2013	23/12/13	RENOVA - COMERCIO EXTERIOR CONSTRUÇOES E ENGENHARIA LTDA 14.345.481/0001-81	Aquisição de 26 capas para motocicletas.	R\$ 3.059,56
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 3.059,56</b>

Nº PROCESSO		NAT. DESPESA	ASSUNTO	
08.661.003.947/2013-23		33.90.30.50	Bandeiras e acessórios	
DISP.	DATA	EMPRESA CNPJ	OBJETO	VALOR
16/2013	27/12/13	PATRIA AMADA INDUSTRIA E COMERCIO DE BANDEIRAS LTDA - ME 18.735.674/0001-08	Aquisição de Bandeiras e acessórios.	R\$ 1.829,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 1.829,00</b>

Legenda: INEX – Inexigibilidade; DISP - Dispensa



**GRÁFICO – Comparação de dispensas e inexigibilidades de 2011 a 2013**

**TABELA - Comparação entre dispensas e inexigibilidades de 2011 a 2013**

Exercícios	Inexigibilidade	Dispensa
2011	4	18
2012	6	23
2013	3	14

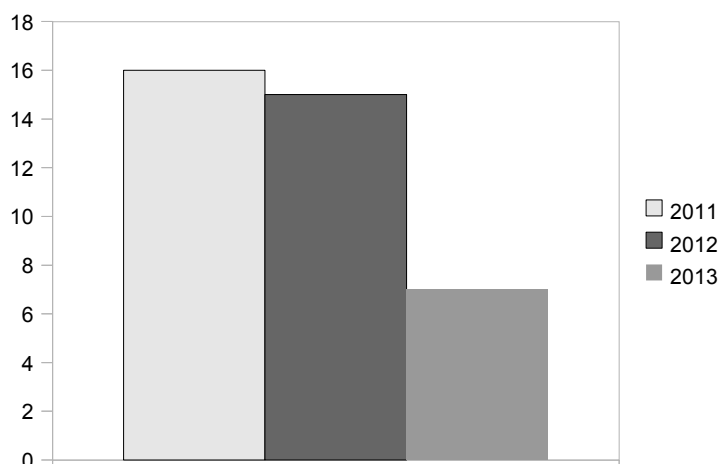
Os dados indicam que houve um decréscimo no número de dispensas 39,13%, superando a meta para 2013 de diminuir em 20% o número de dispensas em 2013.

Todas as dispensas realizadas para material foram feitas por meio do sistema de cotação eletrônica.

No que tange às inexigibilidades realizadas no exercício de 2013, também houve um decréscimo, na ordem de 50%.

### Comparativo nº de pregões realizados - 2011 a 2013

**GRÁFICO – nº de pregões**



Em comparação com o número de pregões realizados em 2012, no ano de 2013 houve um decréscimo de 53,33%.

Apontamos como causa o número de pregões complexos que tivemos em 2013, a saber: 03/2013 para Apoio Administrativo, 06/2013 para Manutenção de Viaturas e 07/2013 para Manutenção Predial. Sendo que não estava inserido no planejamento inicial a execução do Pregão eletrônico para Apoio Administrativo, porém, conforme informado nesse relatório, o contrato 09/2012, após o devido processo legal, com a garantia do contraditório e ampla defesa, foi rescindido unilateralmente em 30 de maio de 2013.

Em que pese o reforço tido de um servidor, informamos que este não atuou como pregoeiro em 2013 e, em setembro de 2013, o servidor foi nomeado, pela Portaria nº 1.851 de 11 de setembro de 2013, chefe do NUPAT. Além disso, durante o exercício de 2013, esse mesmo servidor participou de modo mais atuante no reforço de policiamento através de ordens de serviço emitidos pela Seção de Policiamento e Fiscalização, em especial para atender a convocação da Operação da Copa das Confederações no período de 30/05/13 a 04/07/13.

Importante salientar que os servidores ainda são responsáveis pela fiscalização de contratos terceirizados, que demandam maior tempo e atenção, como fiscalização do contrato de apoio administrativo, fiscalização do contrato de serviços de manutenção predial, fiscalização do contrato de serviços limpeza, fiscalização do contrato de serviços de vigilância armada, além de fiscalização do contrato de publicação de matérias em jornais regionais e nacionais (EBC).

Os servidores da área também são responsáveis por auxiliar na gestão de contrato, no que tange os processos de pagamento realizados na 2ª SRPRF. Tal gestão implica na verificação de todos os dados lançados, quantitativos (valores) e qualitativos (texto) observando a conferência dos mesmos com os processos originários de aquisição, bem como fazendo o acompanhamento estatístico da data de envio e da data de pagamento. Tal procedimento, também permite acompanhar os trabalhos de fiscalização e auxiliar nos progressos de elaboração dos relatórios que acompanham cada processo de pagamento.

Por fim, a queda do número de pregões se deve também aos seguintes contra tempos: reforma na CIOP, localizada ao lado da sala, causando barulhos; problemas com os computadores; Quedas de Energia e Infrações cometidas pela empresa União Assessoria empresarial LTDA que demandaram maior tempo de acompanhamento da fiscal da contrato.

## **TEMPO DOS PROCESSOS DE LICITAÇÕES**

A 2ª SRPRF realiza uma série procedimentos e atos administrativos para concretizar compras e contratação de serviço, com base nas Leis e normas que regem a área de licitação, orientação e jurisprudência do TCU, e no Regimento Interno da DPRF - Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007.

Embora não haja um manual específico para o tema, os servidores da 2ª SRPRF, envolvidos no processo, padronizam os atos e andamento do processo, que podem ser observados nos processos existentes na regional. Os atos seguem os mesmos trâmites dos anteriores, guardadas as peculiaridades de cada compra.

Sobre esses procedimentos segue-se os trâmites processuais previstos na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Decreto nº 3.555 de 08/08/2000, Decreto nº 5.504, 5/08/2005, Lei complementar nº 123 de 14/12/2006, Decreto nº 6.204 de 5/09/2007, Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 01, de 19/01/2010, e demais normas legais e regulamentares pertinentes a cada compra, dependendo do objeto a ser licitado.

Em síntese, a área requisitante, representada pelo chefe de Núcleo ou Seção é responsável pela elaboração do projeto básico (Art. 7º Lei n.º 8.666/93) ou Termo de Referência (Art. 3º da Lei 10.520/02, Art. 8º do Decreto n.º 3.555/00 e Art. 9º do Decreto n.º 5.450/05) em conjunto com a GALCON – Grupo de Apoio a Licitações, Contratos e Convênios instituída pela Portaria nº 315 de 09 de agosto de 2012.

A área requisitante apresenta justificativa da necessidade da contratação, a qual é o resultado do planejamento do órgão e atividades dirigidas à identificação da necessidade. Formaliza-se essa fase em um memorando com um pedido de compra ou contratação, que motiva a autuação do processo para procedimento licitatório.

Para a formalização do termo de referência, utiliza-se o saber já adquirido em outras contratações do mesmo objeto, e, em pesquisas de editais existentes, leis específicas e jurisprudência, em especial do TCU. Essa fase de pesquisa é fundamental para garantir a lisura e concordância do termo de referência com a legislação vigente.

A cada objeto, essa pesquisa é refeita ou atualizada, garantindo assim qualidade nas aquisições e contratações de serviços para a Administração. Sempre que cabível, é nessa fase que é dado enfoque especial para a possibilidade de inserir critérios ambientais e sustentáveis na delimitação do objeto.

É importante que a fase acima descrita seja concluída antes da pesquisa de preço, pois os preços de mercado variam em função das características. Por exemplo pode-se citar o processo para aquisição de café. Tal produto apresenta preços variados dependendo dos selos de qualidade.

Assim, finalizada a etapa da pesquisa em editais, leis e jurisprudência, inicia-se a fase de pesquisa de preço. A pesquisa é feita com base no Termo de Referência, pois este traz a definição do objeto dada pelo requisitante e os demais elementos necessários à contratação e execução. A pesquisa de mercado é feita nos moldes do disposto no Inciso X, do Art. 40 da Lei n.º 8.666 de 1993.

Conforme diversos acórdãos do TCU, a exemplo Acórdão 2170/2007, Acórdão 1861/2008 - Primeira Câmara e 569/2009 Primeira Câmara, a pesquisa de preço é efetuada utilizando-se diversas fontes, tais como internet, atas de registros de preço, contratos de outros órgãos com objetos semelhantes e pesquisas de preço com empresas do ramo. Ao utilizar como fonte os contratos e atas é sempre necessário levar em conta as peculiaridades do edital afim de checar se condiz com o objeto desejado.

Importante ressaltar que está em fase de implantação e aperfeiçoamento o banco de dados de fornecedores da 2ª SR.PRF, nele estão sendo cadastrados os fornecedores, para solicitação de orçamentos. Paralelo a essa fonte, a cada nova demanda é feito um novo levantamento no SICAF, disponível no sítio do comprasnet, em Acesso Restrito/Governo/Consulta Parametrizada de Fornecedores, para localizar novos fornecedores para inclusão no banco de dados e solicitação de orçamento.

Além de subsidiar o preço médio de mercado, a pesquisa de preço nos permite verificar as definições usualmente adotadas no mercado respectivo e verificar a conformidade da delimitação e características do objeto a ser licitado.

Outro item que merece destaque na pesquisa de preço é a verificação da entrega e o valor do frete sendo necessário cotá-los quando se trata de entregas previstas para diversas localidades, como no caso por exemplo das licitações realizadas Unidades Centralizadoras de Compras, nas quais uma Superintendência realizada registro de preço tendo como participantes as demais regionais.

Por fim, após receber orçamento das empresas e/ou localizar valores registrados em atas ou ainda contratos vigentes, verificando-se sempre a compatibilidade dos requisitos técnicos do objeto a ser contratado, elabora-se as tabelas de preço e em seguida faz-se a análise estatísticas dos dados.

Não são poucas as vezes, em que recebemos orçamento cujo valor distância consideravelmente da média. Nesse caso, verifica-se sempre se não se trata de um erro do fornecedor. Quando constata-se que os preços estão diversificados em demasia, amplia-se a pesquisa de preço, com vistas a conferir-lhe mais confiabilidade e representatividade para aferição dos preços correntes de mercado.

Com base na pesquisa é calculado o desvio padrão dos preços, cuja medida indica o grau de variação de um conjunto de elementos, bem como o coeficiente de variação que fornece a variação dos dados obtidos em relação à média. Quanto menor for o coeficiente mais homogêneo é o conjunto de dados.

Com a metodologia acima identificamos os desvios de cada dado obtido e evitamos a ocorrência de discrepâncias significativas nos valores das amostras obtidas (Acórdão 254/2007-Primeira Câmara) de modo que são extirpados valores discrepantes, buscando-se assim o menor coeficiente de variação possível.

os orçamentos que distanciam consideravelmente da média são descartados nos cálculos, porém os mesmos permanecem na tabela com indicativo de que foram descartados da média, para desta forma dar transparência e publicidade à pesquisa orçamentária. Também, informa-se, em todo edital, o endereço e os meios para os interessados obterem os orçamentos. Somente são realmente descartados do processo aqueles que fogem do objeto pesquisado.

O Termo de Referência acompanhado de pesquisa de preço é encaminhado à Seção Administrativa e Financeira, que o analisa verificando se o mesmo esta em conformidade com os pressupostos legais. Uma das ferramentas utilizadas é o check-list da CJU.

O ordenador de despesa - Superintendente Regional - aprova o termo de referência, conforme determina o art. 9º, II, §1º, do Decreto Federal nº 5.450/2005 e conforme o Regimento Interno do DPRF, Portaria nº 1.375, de 02.08.2007, art. 107, inciso II.

A GALCON – Grupo de Apoio a Licitações, Contratos e Convênios, instituída pela Portaria nº 315 de 09 de agosto de 2012, elabora o edital e a Seção Administrativa e Financeira (SAF) o revisa, de acordo com o que estabelece o Inciso II do Art. 83 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria nº 1.375, de 02.08.2007 do Senhor Ministro de Estado da Justiça e o encaminha para verificação da disponibilidade orçamentária, isto é, verifica-se a reserva no orçamento do órgão dos valores estimados para o contrato, com indicação da respectiva rubrica orçamentária.

Após o retorno da disponibilidade orçamentária a SAF encaminha os autos, em consonância com o que estabelece o artigo 38, inciso VI da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, à Consultoria Jurídica da União no Estado de Mato Grosso, para análise e parecer do processo.

Dessa forma, observamos que na fase interna da licitação há o envolvimento de diversos órgãos respeitando-se o princípio da segregação de função.

Após relatório emitido pela Consultoria Jurídica da União no Estado de Mato Grosso, os autos são enviados ao Pregoeiro para correção do edital com as orientações do Núcleo de Assessoramento Jurídico da Advocacia Geral da União e publicação da sessão.

A comissão de licitação realiza o controle dos procedimentos do pregão eletrônico acompanhando os prazos.

Ao final de cada pregão, também é realizado um comparativo da economia da compra em relação ao preço estimado.

Os procedimentos dos pregões podem, portanto, ser divididos em: fase interna ou preparatória e externa. Na fase interna, há os procedimentos para a abertura do processo de licitação, delimitando e determinando as condições do edital antes de trazê-las ao conhecimento público. E a fase externa ou executória, inicia-se com a publicação do edital e termina com a contratação do fornecimento do bem ou da prestação do serviço.

A fase interna pode ser dividida em:

- Apresentação de justificativa da necessidade da contratação: é o resultado do planejamento do órgão e atividades dirigidas à identificação da necessidade. Formaliza-se essa fase em um documento, com um pedido de contratação, que motiva a autuação do processo para procedimento licitatório.
- Elaboração do termo de referência, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara. No termo de referência, delimita-se o objeto a ser contratado e defini-se as regras das prestações dos serviços ou materiais. Anexa ao termo, acompanha a pesquisa de preço que define qual o valor médio de mercado para aquisição do objeto a ser contratado.
- Verificação da disponibilidade orçamentária: verifica-se a reserva no orçamento do órgão dos valores estimados para o contrato, com indicação da respectiva rubrica orçamentária.
- Aprovação do termo de referência pelo Ordenador de Despesa;
- Elaboração do edital;
- Designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.
- Envio do processo para aprovação jurídica: em virtude do comando contido no § único do artigo 38, da Lei de nº 8.666/93, combinado com o artigo 30, inciso IX, do Decreto de nº 5.450, de 31/05/2005, é obrigatório o envio dos autos a Consultoria Jurídica da União da Advocacia Geral da União, para que se proceda a análise e parecer jurídico de todos os atos administrativos, documentos, prazos e o inteiro teor das minutas e anexos que instruem o processo de licitação.
- Da adequação: correção do edital com as orientações da Consultoria Jurídica da União da Advocacia Geral da União.



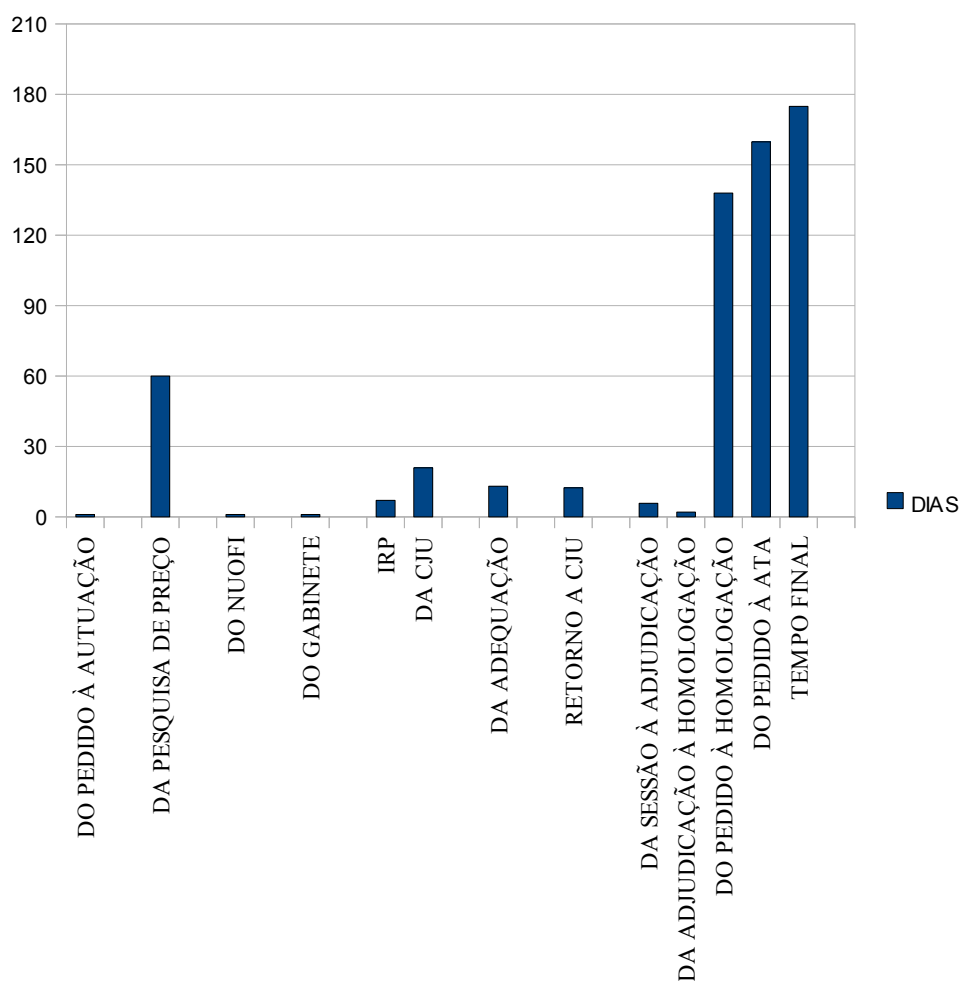
A fase externa do Pregão Eletrônico está submetida a atividades sequenciais, em que a realização de determinada atividade depende da conclusão da outra:

- Convocação dos Interessados, com a publicação do edital;
- Recebimento das Propostas - Impugnação e Esclarecimentos do Edital;
- Análise das Propostas;
- Fase de Lances;
- Aceitação das Propostas;
- Verificação da Habilitação ou Inabilitação dos Licitantes;
- Manifestação da Intenção de Recurso;
- Fase Recursal;
- Adjudicação do Objeto ao Licitante Vencedor;
- Homologação do Processo;
- Assinatura do contrato.

Com relação ao tempo desses atos administrativos, isto é, do pedido de licitação à assinatura do contrato, temos os seguintes dados:

**TABELA - MÉDIA DE TEMPO DOS PREGÕES DE 2013**

<b>MÉDIA DE TEMPO</b>	<b>DIAS</b>
DO PEDIDO À AUTUAÇÃO	1
DA PESQUISA DE PREÇO	60
DO NUOFI	1
DO GABINETE	1
DA CJU	21
DA ADEQUAÇÃO	13
DA SESSÃO À ADJUDICAÇÃO	06
DA ADJUDICAÇÃO À HOMOLOGAÇÃO	2
DO PEDIDO À HOMOLOGAÇÃO	138
DO PEDIDO À ATA	160
TEMPO FINAL	175

**GRÁFICO – TEMPO MÉDIO DOS PREGÕES REALIZADOS EM 2013**

Na análise desses dados foram consideradas as datas do documento inicial que motivava a abertura do processo licitatório. Sendo que em 5 dos 7 pregões, esse documento inicial era acompanhado do termo de referência e da pesquisa de preço. Portanto, não estão computados no gráfico acima todos os tempos da fase interna de planejamento de licitação, que é desde de a identificação da necessidade de licitar, a escrita e pesquisa do termo de referência e a pesquisa de preço.

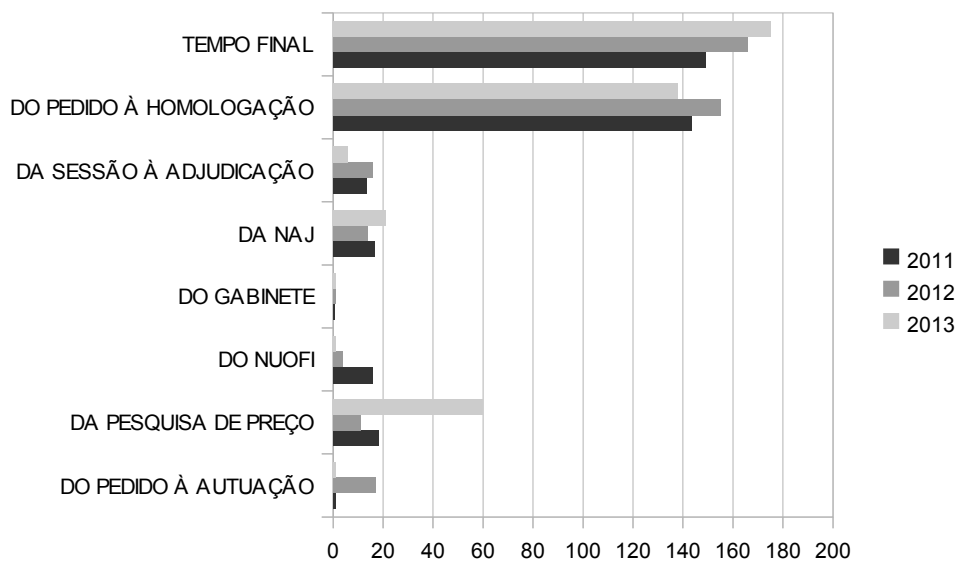
Em que pese somente quantificarmos o tempo da pesquisa de preço de 2 pregões dos 7 pode-se observar que é uma fase que demanda um tempo considerável, conforme gráfico, a média é de 60 dias. O tempo gasto é devido a falta de interesse das empresas especializadas no ramo enviarem orçamento, pois quando trata-se de uma licitação a contratação se dá obedecendo rigidamente a disputa e trâmites legais, logo, não há nenhuma garantia de que aquelas empresas que enviaram orçamento sejam as contratadas pela administração. Para pesquisa de mercado, em cada processo, necessitamos de no mínimo três orçamentos para mapearmos o valor médio do objeto a ser contratado. A pesquisa também pode ser feita por valores de outros contratos com a administração, porém quando o objeto a ser contrato é muito específico a única fonte disponível são as empresas do ramo.

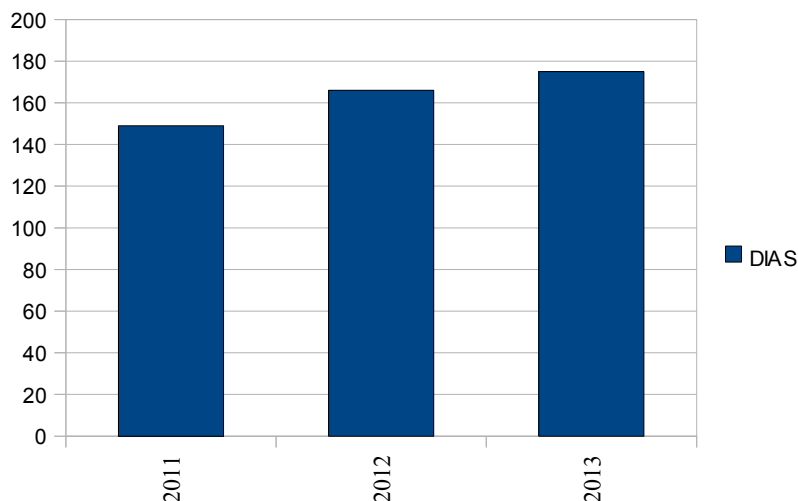
Um dos menores intervalos é a aprovação pelo Gabinete, que é o Ordenador de despesa. Isso porque há um trabalho contínuo de acompanhamento e prestação de apoio das licitações pela SAF, competência prevista no inciso VII do art. 83 do Regimento Interno, e, orientação ao

Gabinete para aprovação ou não da licitação em causa. Logo, os processos licitação são acompanhados em cada ato, agilizando o gasto de tempo para análise e aprovação do Gabinete.

7.33 O pregão 07/2013 foi autuado em 2012, porém por falta de efetivo, não houve andamento nos trâmites para a pesquisa de preço. Somente em 2013, o processo foi reiniciado, o que gerou um tempo de 91 dias para pesquisa de preço. Em decorrência, esse pregão levou da autuação à fase da homologação 387 dias, que influenciaram na média de 2013, causando um acréscimo no tempo final de tramitação, em relação ao ano anterior, como podemos observar no gráfico abaixo.

**GRÁFICO – Comparação do tempo gasto nos pregões de 2011, 2012 e 2013**



**GRÁFICO – Comparação geral do tempo final gasto nos pregões de 2011, 2012 e 2013**

Observa-se no gráfico que apesar do tempo final ter aumentado em relação aos anos anteriores, o tempo gasto no NUOFI, para dar a disponibilidade orçamentária, e o tempo de autuação do processo diminuíram. Por outro lado, aumentaram o tempo da pesquisa de preço, conforme explicado, devido ao pregão 07/2013 e o tempo de análise da Consultoria Jurídica da União aumentou em 50 % em relação à 2012.

**DOS VALORES ADJUDICADOS NOS PREGÕES**

Comparando os valores adjudicados nos pregões e aqueles obtidos na pesquisa de mercado, concluímos que em média foi obtido nos processos uma economia de 14,38%, conforme dados abaixo:

**TABELA – DESCONTOS OBTIDOS DOS PREGÕES REALIZADOS EM 2013**

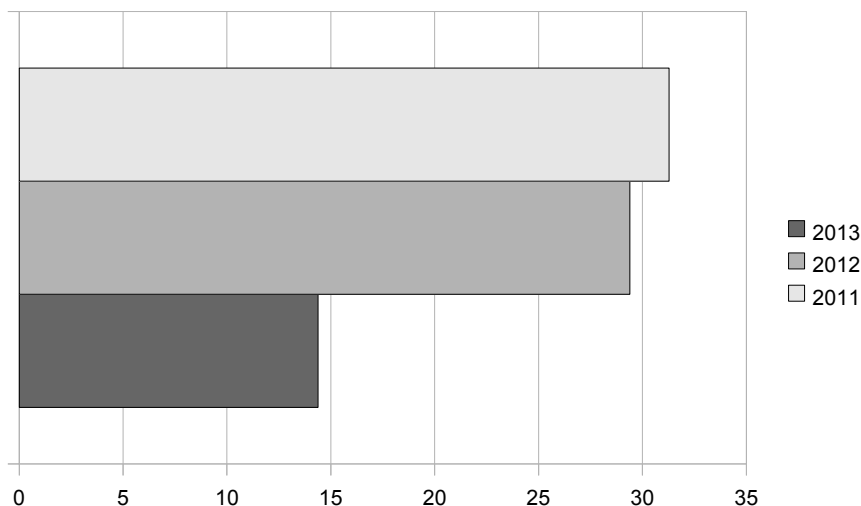
Pregão	OBJETO (DESCRIÇÃO)		Valor (R\$)		Desconto Obtido	
			Estimado	Obtido		
<b>01/2013 - Pregão Eletrônico</b>	Contratação de empresa especializada no planejamento, operacionalização, organização, gerenciamento e promoção de eventos no intuito de auxiliar a realização do Projeto FETRAN (Festival Estudantil Temático Teatro para o Trânsito) – (10ª edição 2013)		328.320,73	230000	29,95%	
<b>02/2013 - SRP</b>	Registro de preços para futura e eventual aquisição de óleo lubrificante automotivo e materiais de consumo para manutenção de veículos, para atender a 2ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, Cuiabá/MT, conforme especificações e quantificações constantes neste edital.	01	Lubrificante Mineral multi viscoso para uso em motores diesel, SAE 15W/40 API CI-4 / SL. Embalagem de 1 litro.	17,67	11,51	34,86%
		02	Lubrificante multi viscoso 100 % sintético, para veículos a álcool/gasolina/GNV, SAE 5W-30 API SN. Embalagem de 1 litro.	32	13,38	58,19%
		03	Lubrificante com base 100% sintética para	21,20	17,50	17,45%

			motocicletas SAE 10W30. Embalagem de 1 litro.			
		04	Filtro de lubrificante referência 15410MFJD01 ou similar. Embalagem com 01 unidade PH 6022.	76,76	29,00	62,22%
<b>03/2013 - SRP</b>	Registro de preços para contratação de empresa especializada no ramo de prestação de serviços listados no Anexo I do Edital, executado de forma indireta e contínua, com o fornecimento de toda a mão de obra, equipamentos de segurança pertinentes à atividade e demais utensílios listados no Anexo IA, para 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso.	1	Copeiro	2.475,83	2.118,17	14,45%
		2	Técnico em computação	5.632,31	4.708,16	16,41%
		3	Auxiliar de administração	2.689,99	2.227,90	17,18%
		4	Auxiliar de administração	2.475,43	2.049,32	17,21%
		5	Recepcionista	2.348,57	1.999,86	14,85%
		6	Motorista veículos leves	4.096,35	3.491,83	14,76%
<b>04/2013 – Pregão Eletrônico</b>	Prestação de serviços de telecomunicações para implantação, configuração, gerenciamento pró-ativo e manutenção de uma Rede Corporativa de Serviços de Dados para Acesso IP da 2ª SRPRF.			382.471,32	368.843,34	0,00%
<b>05/2013 - SRP</b>	Registro de preços para futura e eventual aquisição de café superior torrado e moído, açúcar cristal e chás para consumo da 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal conforme especificações e quantificações constantes no item 03 deste Termo	1	CAFÉ SUPERIOR TORRADO E MOÍDO. Entrega em Cuiabá/MT	8,16	5,68	30,39%
		2	AÇÚCAR CRISTAL. Entrega em Cuiabá/MT	2,69	2,65	1,48%
		3	CHÁ MATE. Entrega em Cuiabá/MT	5,03	3,94	21,66%
<b>06/2013 - SRP</b>	Registro de preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de manutenção preventiva e corretiva, de forma continuada, junto à rede de oficinas credenciadas, centros automotivos e concessionárias autorizadas, com fornecimento de peças e acessórios originais de reposição, por meio de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, mediante a utilização de sistema informatizado via internet e de recursos tecnológicos para atender os veículos oficiais pertencentes	1	Gerenciamento e Administração, COMPARTILHADA da frota envolvendo a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via internet - WEB, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção através da rede de lojas e oficinas credenciadas pela Contratada para atender os veículos oficiais da frota da 2ª	12,68	2,70	78,71%
				* VALOR UN. taxa de admin. (Máximo admitido)	* VALOR UN. taxa de admin. (Obtido)	

	à frota da 2ª SRPRF e dos órgãos participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.		SRPRF, totalizando o máximo de até 2010 (dois mil e dez) unidades de taxas e para atender os veículos oficiais do INCRA, totalizando o máximo de até 1296 (um mil duzentos e noventa e seis) unidades de taxas.			
		2	Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva dos veículos pertencentes à 2ª SRPRF, no valor anual máximo de R\$ 304.767,36 e para atender os veículos pertencentes ao INCRA no valor anual máximo de R\$ 135.452,16. Cód. SIASG 000015253	0,0039% * Desconto mínimo admitido	0,68% * Desconto obtido (proposta)	0,68%
		3	Fornecimento de peças para os veículos pertencentes à 2ª SRPRF no valor máximo anual de R\$ 570.152,52 e para atender os veículos pertencentes ao INCRA no valor anual máximo de R\$ 325.801,44. Cód. SIASG BR0096695	0,0039% * Desconto mínimo admitido	0,68% * Desconto obtido (proposta)	0,68%
		4	Gerenciamento e Administração, COMPARTILHADA da frota envolvendo a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via internet - WEB, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção através da rede de lojas e oficinas credenciadas pela Contratada para atender os veículos oficiais da frota da 10ª SRPRF, totalizando o máximo de até 2082 (dois mil e oitenta e duas) unidades de taxas. Cód. SIASG 000025518	R\$ 12,68 * VALOR UN. taxa de admin. (Máximo admitido)	R\$ 2,75 * VALOR UN. taxa de admin. (Obtido)	78,31%
		5	Fornecimento de	0,0039%	0,65%	0,65%

			serviços para manutenção preventiva e corretiva dos veículos pertencentes à 10ª SRPRF. Cód. SIASG 000015253	* Desconto mínimo admitido	* Desconto obtido (proposta)	
		6	Fornecimento de peças para os veículos pertencentes à 10ª SRPRF. Cód. SIASG BR0096695	0,0039% * Desconto mínimo admitido	0,65% * Desconto obtido (proposta)	0,65%
<b>07/2013 – SRP</b>	Registro de preços visando à eventual contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos, utilizando-se como parâmetro o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada SINAPI, na atual estrutura da sede administrativa da 2ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal.	Ú N I C O	Contratação de empresa de engenharia, para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos, utilizando-se como parâmetro o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada SINAPI, na atual estrutura do imóvel sede da 2ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal., localizado na Rua Joaquim Murtinho, 1400. Bairro Centro-Sul – CEP. 78020-290. Cuiabá – Mato Grosso. (Código SIASG 162-7).	161.195,59 * máximo admitido	149.479,02 * obtido	7,27%

### GRÁFICO – COMPARATIVO NA ECONOMIA DOS PREGÕES DE 2011, 2012 e 2013



Observa-se que houve uma queda na média do percentual de economia no ano de 2013. Entendemos que tal fato é resultante de que em alguns pregões haviam poucos fornecedores interessados em contratar com a Administração Pública, o que resulta em uma menor competitividade e em decorrência menor desconto ofertado no momento da licitação.

Porém o principal fator é a nova metodologia para análise dos valores máximos estipulados em cada contratação. Conforme explicitado, a nova metodologia inclui pesquisa em contratos vigentes da administração, pesquisa de preço de mercado e estudo estatístico das amostras obtidas, com o descarte de valores que distanciam do desvio padrão encontrado. Além disso, devido ao melhor estudo e melhorias na escrita, os editais descrevem com detalhes as especificações dos objetos e serviços e exigências de qualificações previstas na legislação. Dessa forma, empresas sérias e já estabelecidas no mercado e que conseguem ter sua proposta classificada podem ofertar valores pouco abaixo dos valores máximos definidos, já que os mesmos refletem os preços de mercado.

### PROCESSOS PARA ANÁLISE E APLICAÇÕES DE PENALIDADES

Em virtude à obediência aos princípios da legalidade e vinculação do instrumento convocatório, quando da ocorrência dos fatos ensejadores de penalidade, constitui um dever para a administração, que não pode dele se escusar.

Nessa esteira, Celso Antônio Bandeira de Mello aduz:

*“Registri-se, por último, que uma vez identificada a ocorrência de infração administrativa, a autoridade não pode deixar de aplicar a sanção. Com efeito, há um dever de sancionar, e não uma possibilidade desnecessária de praticar ou não tal ato.”*

Logo, a aplicação de sanção administrativa se traduz em ato vinculado, ao que não se cogita a possibilidade de praticá-lo ou não.

Abaixo apresentamos as penalidades em andamento, cuja autuação inciou-se em exercícios anteriores e aquelas autuadas em 2013:

Processos autuados em 2011:

<b>UG:</b>	200120
<b>Empresa:</b>	NELISE F. PRADO & CIA LTDA
<b>CNPJ:</b>	01.294.164/0001-31
<b>Pena a que se sujeita:</b>	Multa compensatória e moratória de 2% do valor total do contrato para cada evento
<b>Período de vigência:</b>	
<b>Motivo:</b>	Possível Descumprimento contratual – não cumprimento das obrigações trabalhistas
<b>Termo de Contrato ou nº do pregão caso não exista contrato:</b>	Contrato administrativo 15/2009
<b>Nº Processo:</b>	08.661.000.144/2011-55
<b>Data de Publicação no DOU:</b>	15/03/2012
<b>Fase do processo:</b>	Em aberto



## Processo autuados em 2012:

<b>UG:</b>	200120
<b>Empresa:</b>	APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA -EPP
<b>CNPJ:</b>	26.423.228/0001-88
<b>Pena:</b>	Não houve
<b>Período de vigência:</b>	Não houve
<b>Motivo da Penalidade:</b>	Possível infração de não manter a proposta ou se desconectar durante a sessão do Pregão Eletrônico nº 13/2012/2ª SRPRF/MT para não manter a proposta exigida
<b>Termo de Contrato ou nº do pregão caso não exista contrato:</b>	Pregão Eletrônico nº 13/2012/2ª SRPRF/MT
<b>Nº Processo:</b>	08.661.004.342/2012-79
<b>Data de Publicação no DOU:</b>	Não houve
<b>Fase do processo</b>	Concluído. Não ficou comprovada a infração administrativa.

<b>UG:</b>	200120
<b>Empresa:</b>	DECOLANDO TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA -EPP
<b>CNPJ:</b>	05.917.540/0001-58
<b>Pena:</b>	Não houve
<b>Período de vigência:</b>	Não houve
<b>Motivo da Penalidade:</b>	Possível infração de não manter a proposta ou se desconectar durante a sessão do Pregão Eletrônico nº 13/2012/2ª SRPRF/MT para não manter a proposta exigida
<b>Termo de Contrato ou nº do pregão caso não exista contrato:</b>	Pregão Eletrônico nº 13/2012/2ª SRPRF/MT
<b>Nº Processo:</b>	08.661.004.341/2012-24
<b>Data de Publicação no DOU:</b>	Não houve
<b>Fase do processo</b>	Concluído. Não ficou comprovada a infração administrativa.

<b>UG:</b>	200120
<b>Empresa:</b>	L.A. VIAGENS E TURISMO LTDA ME
<b>CNPJ:</b>	04.613.668/0001-65
<b>Pena:</b>	Não houve
<b>Período de vigência:</b>	Não houve
<b>Motivo:</b>	Possível infração de não manter a proposta ou se desconectar durante a sessão do Pregão Eletrônico nº 13/2012/2ª SRPRF/MT para não manter a proposta exigida
<b>Termo de Contrato ou nº do pregão caso não exista contrato:</b>	Pregão Eletrônico nº 13/2012/2ª SRPRF/MT
<b>Nº Processo:</b>	08.661.004.340/2012-80
<b>Data de Publicação no DOU:</b>	Não houve
<b>Fase do processo</b>	Concluído. Não ficou comprovada a infração administrativa.

## Processo autuados em 2013:

<b>UG:</b>	200120
<b>Empresa:</b>	DROGANET COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA,
<b>CNPJ:</b>	12.470.343/0001-07
<b>Pena a que se sujeita:</b>	Multa de mora, impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de 3 anos.
<b>Período de vigência:</b>	
<b>Motivo da Penalidade:</b>	Apuração de penalidade por não entregar os materiais
<b>Termo de Contrato ou nº do pregão caso não exista contrato:</b>	Adesão as atas 27/12 e 40/12, Nota de Empenho 2013NE800520
<b>Nº Processo:</b>	08.661.003592/2013-72
<b>Data de Publicação no DOU:</b>	
<b>Fase do processo:</b>	Fase inicial/ autuação.

<b>Empresa:</b>	ENGPELO AR CONDICIONADO E SERVIÇOS LTDA
<b>CNPJ:</b>	09.037.279/0001-52
<b>Pena a que se sujeita:</b>	Impedimento de licitar e contratar com a União, descredenciamento no SICAF pelo período de 3 (três) anos e multa
<b>Período de vigência:</b>	
<b>Motivo da Penalidade:</b>	Possível Descumprimento contratual: falhar na execução do contrato nº 01/13
<b>Termo de Contrato ou nº do pregão caso não exista contrato:</b>	Contrato 01/2013
<b>Nº Processo:</b>	08.661.003418/2013-20
<b>Data de Publicação no DOU:</b>	
<b>Fase do processo:</b>	Análise e decisão da Defesa prévia

<b>UG:</b>	200120
<b>Empresa:</b>	ESTOPAS MIL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA- EPP
<b>CNPJ:</b>	12.470.343/0001-07
<b>Pena a que se sujeita:</b>	Impedimento de licitar e contratar com a União, descredenciamento no SICAF pelo período de 6 (seis) meses
<b>Período de vigência:</b>	
<b>Motivo da Penalidade:</b>	Item 21.1.2.1 do Edital de Licitação nº 02/13, c/c art. 7º da Lei 10.50/12.
<b>Termo de Contrato ou nº do pregão caso não exista contrato:</b>	Possível infração de não manter a proposta no Pregão Eletrônico nº02/2013/2ª SRPRF/MT.
<b>Nº Processo:</b>	08.661.003592/2013-72
<b>Data de Publicação no DOU:</b>	
<b>Fase do processo:</b>	Fase final de Recurso.

<b>Empresa:</b>	UNIÃO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
<b>CNPJ:</b>	11.699.013/0001-17
<b>Pena:</b>	Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo período de 03 (três) anos - conforme item 7.3 da cláusula sétima do contrato nº 09/2012;
<b>Período de vigência:</b>	18/07/13 a 17/07/16
<b>Motivo da Penalidade:</b>	Falhar na execução do contrato administrativo nº 09/2012/2ª SRPRF (Deixar de cumprir obrigações trabalhistas e deixar de entregar uniforme).
<b>Termo de Contrato ou nº do pregão caso não exista contrato:</b>	Contrato nº 09/2012.
<b>Nº Processo:</b>	08.661.001.106/2013-81
<b>Data de Publicação no DOU:</b>	19/07/13
<b>Fase do processo:</b>	Concluído. Aplicada penalidade de Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União, pelo período de 03 (três) anos - conforme item 7.3 da cláusula sétima do contrato nº 09/2012.

<b>Empresa:</b>	PRIME SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME
<b>CNPJ:</b>	08.518.233/0001-92
<b>Pena a que se sujeita:</b>	Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF pelo período de 3 (três) anos e multa de 0,2% por dia sobre o valor mensal do contrato.
<b>Período de vigência:</b>	12/11/13 a 11/11/14
<b>Motivo da Penalidade:</b>	Falhar na execução do contrato administrativo nº 20/2012/2ª SRPRF, razão pela qual foi instaurado. (Deixar de cumprir prazo para conserto ou substituição de impressora multifuncional).
<b>Termo de Contrato ou nº do pregão caso não exista contrato:</b>	Contrato 20/2012
<b>Nº Processo:</b>	08.661.000873/2013-73
<b>Data de Publicação no DOU:</b>	
<b>Fase do processo:</b>	Análise e decisão da Defesa prévia

<b>Empresa:</b>	TOTAL COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO
<b>CNPJ:</b>	16.684.611/0001-36
<b>Pena a que se sujeita:</b>	Item 12 do edital: multa compensatória, suspensão de licitar com o órgão ou entidade contratante por até dois anos;
<b>Período de vigência:</b>	
<b>Motivo da Penalidade:</b>	Apuração de penalidade por não entregar os materiais
<b>Termo de Contrato ou nº do pregão caso não exista contrato:</b>	Empenho nº 2013NE800495, adesão a Ata nº 05/013 da 5ªSRPRF/RJ
<b>Nº Processo:</b>	08.661.003.654/2013-46
<b>Data de Publicação no DOU:</b>	
<b>Fase do processo:</b>	Fase inicial de atuação.

<b>Empresa:</b>	VIPRE COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA – ME
<b>CNPJ:</b>	07.607.618/0001-63
<b>Pena a que se sujeita:</b>	Item 12 do edital: multa compensatória, suspensão de licitar com o órgão ou entidade contratante por até dois anos;
<b>Período de vigência:</b>	
<b>Motivo da Penalidade:</b>	Apuração de penalidade por não entregar os materiais
<b>Termo de Contrato ou nº do pregão caso não exista contrato:</b>	Carta-contrato nº 05/13.
<b>Nº Processo:</b>	08.661.003.934/2013-54
<b>Data de Publicação no DOU:</b>	
<b>Fase do processo:</b>	Fase inicial de autuação.

Constata-se que no exercício 2013, foram autuados 06 processos para apurar possíveis infrações, sendo 05 (cinco) ocorrido no momento da execução e 01 (um) durante os pregões.

Considerando os processos elencados nos quadros acima, verifica-se que os mesmos encontram-se na seguinte fase: 04 (quatro) processos encontram-se em tramitação ; 01 (um) processo na fase de Defesa prévia; 01 (um) em fase Final de Recurso; 01 (um) processos foi concluído com aplicação de penalidade; e 03 (três) processos foram arquivados por falta de provas;

Comparando com os anos anteriores temos o seguinte cenário:

**TABELA - Comparação de processo de penalidades autuados em 2011, 2012 e 2013**

<b>Processos autuados</b>	<b>Quantidade</b>
2011	8
2012	8
2013	6